UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIA AMBIENTAL

FICÁCIA COLETIVA E CAPITAL SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS NA GERAÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS PARA GESTÃO DE BAIRROS SUSTENTÁVEIS EM RONDONÓPOLIS-MT.

ANDRÉ ROESE

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT: 31/03/2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE RONDONÓPOLIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIA AMBIENTAL

EFICÁCIA COLETIVA E CAPITAL SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS NA GERAÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS PARA GESTÃO DE BAIRROS SUSTENTÁVEIS EM RONDONÓPOLIS-MT.

André Roese

Orientador: Prof. Dr. André Luís Janzkovski Cardoso

Dissertação de Mestrado

Rondonópolis-MT: 31/03/2020

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIA AMBIENTAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO: EFICÁCIA COLETIVA E CAPITAL SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS NA GERAÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS PARA GESTÃO DE BAIRROS SUSTENTÁVEIS EM RONDONÓPOLIS-MT

AUTOR: MESTRANDO **ANDRÉ ROESE**

Dissertação defendida e aprovada em 31 de Março de 2020.

COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

1. Doutor André Luís Janzkovski Cardoso (Presidente Banca / Orientador)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

2. Doutor Luís Otávio Bau Macedo (Examinador Interno)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

3. Doutor Silvio Moisés Negri (Examinador Externo)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

4. Doutor José Adolfo Iriam Sturza (Examinador Suplente)

INSTITUIÇÃO: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

RONDONÓPOLIS, 31/03/2020.

Documento assinado eletronicamente por **LUIS OTAVIO BAU MACEDO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 03/04/2020, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS JANZKOVSKI CARDOSO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 07/04/2020, às 10:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **SILVIO MOISES NEGRI, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 07/04/2020, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, **informando o código verificador 2446045** e o código CRC **D9AA9ECC.**

[Ficha Catalográfica]

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R718e Roese, André.
EFICÁCIA COLETIVA E CAPITAL SOCIAL: A IMPORTÂNCIA DAS REDES SOCIAIS NA GERAÇÃO DE AÇÕES AMBIENTAIS PARA GESTÃO DE BAIRROS SUSTENTÁVEIS EM RONDONÓPOLIS-MT / André Roese. -- 2020
194 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: André Luís Janzkovski Cardoso.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Agrárias e Tecnológicas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologia Ambiental, Rondonópolis, 2020.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento Urbano no Brasil. 2. Urbanismo Sustentável. 3. Agenda 21. 4. Capital Social. 5. Eficácia coletiva. I. Título.

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação de mestrado às minhas filhas Ana Júlia, Ana Gabriela e minha esposa Ana Paula.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus por sempre me acompanhar e iluminar meus caminhos. Agradeço a minha esposa Ana Paula, por me ajudar e ser companheira nos momentos mais difíceis que passamos dentre estes dois anos e meio de jornada acadêmica. Agradeço ao meu sogro Davi, por cuidar de minhas filhas enquanto eu estava estudando. Agradeço muito a minha mãe por me ensinar a ser um filho honesto e persistente. Agradeço ao professor Dr. Luís O. Macedo, pelos ensinamentos pela oportunidade de colaborar em vários projetos. Agradeço ao meu Orientador, professor Dr. André Cardoso, pela paciência, motivação e por sempre querer mais, nunca me dava as respostas diretas, sempre quis que eu encontrasse o caminho, me levou ao extremo em tudo, mas superei vários medos e sobrevivi. Agradeço pela minha psicóloga Gracielly por suas orientações mesmo em situação que eu pensava em desistir. Agradeço a equipe da limpeza por sempre deixar a faculdade impecável, agradeço a equipe do refeitório que muitas vezes me alimentou. Agradeço aos funcionários da biblioteca que muitas vezes me incentivaram. Agradeço a toda a equipe técnica do programa e aos professores por todo o conhecimento repassado e por essa trajetória acadêmica incrível na minha vida, jamais vou esquecer agradeço muito por tudo.

RESUMO

O crescimento das cidades e sua composição econômica, social e ambiental, bem como, a gestão de conflitos e problemas urbanos são fatores importantes para gestão de bairros sustentáveis. O capital social representado pelo engajamento cívico e capital intelectual em que o primeiro termo é usado para mediar as ações sociais e políticas e o segundo, como fonte de capacidade intelectual e aprendizado, são fundamentais para o desenvolvimento comunitário por meio de ações coletivas. A Eficácia coletiva é caracterizada por variáveis em que se busca: i) liderança, capacidade de lidar com a diversidade, buscar respostas e soluções e apoio a tomada de decisão coletiva; ii) coesão social, que é a conexão entre as pessoas em ajudar uma a outra; iii) controle social, representado pelas intervenções sociais como fonte de reduzir ações negativas às comunidades e vizinhos a exemplo, de consumo de drogas, prostituição, lixo urbano em local inapropriado; iv) ações coletivas, que capturam questões de interesse coletivo, como problemas de saúde, infraestrutura, segurança; e a formação de redes, são fatores que propiciam um ambiente de trocas por meio das relações e dos laços onde há uma estrutura social. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo principal analisar as correlações entre o capital social e a eficácia coletiva, com a apresentação e discussão das principais ações de planejamento sustentável promovidas de acordo com as dimensões da Agenda 21, nos bairros da cidade de Rondonópolis no Estado de Mato Grosso, a partir da análise das percepções dos presidentes das associações comunitárias. Quanto, à abordagem do problema, a pesquisa foi executada de forma mista, com uma amostra de 50 (cinquenta) líderes comunitários. Os resultados quantitativos, foram alcançados por meio de testes de Hipóteses, sendo elas: H^1, H^2 e H^3 em que foram comparadas com aspectos demográficos. A análise fatorial mostrou um Alfa de Cronbach, que variou entre 0,526 e 0,843. As comparações entre as médias e os níveis de significância (SIGs), possibilitaram classificar o Capital social e Eficácia coletiva em razoável, resultado que permite melhorar o diálogo entre os presidentes de bairros e representantes políticos municipais para construírem soluções urbanas eficazes. De fato, permaneceu evidente a correlação positiva do fator da Eficácia coletiva: ações coletivas redes e projetos com a renda familiar e a escolaridade. Os resultados qualitativos mostraram que a criação de redes, tanto públicas, como privadas, não tem gerado desenvolvimento econômico e socio ambiental.

Palavras chaves: Capital Social, Eficácia Coletiva, Planejamento Urbano, Agenda 21.

ABSTRACT

The growth of cities and their economic, social and environmental composition, as well as the management of conflicts and urban problems are important factors for the management of sustainable neighborhoods. Social capital represented by civic engagement and intellectual capital, in which the first term is used to mediate social and political actions and the second as a source of intellectual capacity and learning, are fundamental to community development through collective actions. Collective effectiveness is characterized by variables in which it seeks: i) leadership, the ability to deal with diversity, seek answers and solutions and support collective decision-making; ii) social cohesion, which is the connection between people to help one another; iii) social control, represented by social interventions as a source of reducing negative actions to communities and neighbors, for example, drug use, prostitution, urban waste in inappropriate places; iv) collective actions, which capture issues of collective interest, such as health, infrastructure and security problems; and the formation of networks, are factors that provide an environment of exchanges through the relationships and ties existing in a social structure. Thus, this research aimed to analyze the correlations between social capital and collective effectiveness, with the presentation and discussion of the main sustainable planning actions promoted according to the dimensions of Agenda 21, in the neighborhoods of the city of Rondonópolis in the State Mato Grosso, from the analysis of the perceptions of the presidents of the community associations. As for the approach to the problem, the research was carried out in a mixed way, with a sample of 50 (fifty) community leaders. Quantitative results were achieved through Hypothesis tests, which are: H^1, H^2 and H^3 in which they were compared with demographic aspects. The factor analysis showed a Cronbach's alpha, which varied between 0.526 and 0.843. The comparisons between the averages and the levels of significance (GIS), made it possible to classify Social Capital and Collective Effectiveness as reasonable, a result that allows improving the dialogue between neighborhood presidents and municipal political representatives to build effective urban solutions. In fact, the positive correlation of the Collective Effectiveness factor remained evident: collective actions, networks and projects with family income and education. The qualitative results showed that the creation of networks, both public and private, has not generated economic and socio-environmental development.

Keywords: Social Capital, Collective Effectiveness, Urban Planning, Agenda 21.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS ..... **x**
LISTA DE FIGURAS ..... **xii**
LISTA DE TABELAS ..... **xiv**
1. INTRODUÇÃO **18**
2. REVISÃO DA LITERATURA **24**
2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO E A CRÍTICA MARXISTA 25
2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 28
2.2.1 Planejamento estratégico urbano 30
2.3 PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL **31**
2.4 ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR **33**
2.5 LIDERANÇA **42**
2.6 URBANISMO SUSTENTÁVEL **44**
2.6.1 Novo Urbanismo 46
2.6.2 Sustentabilidade urbana 49
2.7 AGENDA 21 ..... **53**
2.7.1 Agenda 21 global 54
2.7.2 Agenda 21 brasileira 55
2.7.3 Agenda 21 local 58
2.8 AGENDA 2030 ..... **62**
2.9 GESTÃO DO PLANEJAMENTO POLÍTICO E TÉCNICO URBANO **67**
2.10 CAPITAL SOCIAL E SUAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO **81**
2.10.1 Capital social e o capital intelectual 87
2.10.2 Regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica 89
2.10.3 Apropriação de capital social: estrutura social e redes 94
2.10.4 Modelo análise de capital social associado a eficácia coletiva 101
2.11 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL **110**
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS **114**
3.1 Objetos de estudo e coleta de dados 114
3.1.1 Bairros estudados 121
3.2 TRATAMENTO E ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS **122**
3.2.1 Objetivos específicos relacionados e hipóteses 122
3.2.2 Testes de normalidade e homogeneidade 124
3.2.3 Análise fatorial 124
3.2.4 Teste de confiabilidade dos fatores – Alfa de Cronbach 125

3.2.5 Testes comparativos entre médias: hipótese H^1 126
3.2.6 Testes de correlações de Spearmann: hipóteses H^2 e H^3..... 126
3.3 MODELO DE CLASSIFICAÇÃO DOS FATORES 127
3.4 ANÁLISE QUALITATIVA PARA AS DIMENSÕES DA AGENDA 21 128
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 129
4.1 TESTES DE NORMALIDADE E DE HOMOGENEIDADE 129
4.2 ANÁLISE FATORIAL 130
4.3 TESTES DE HIPÓTESES 138
4.4 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO..... 142
4.4.1 Correlação entre as variáveis fatoriais: hipótese H^2 143
4.4.2 Correlação entre as variáveis fatoriais e variáveis demográficas: hipótese H^3 147
4.5 ANÁLISE QUALITATIVA 149
4.5.1 Bairro parque sagrada família 150
4.5.2 Bairro pedra noventa..... 151
4.5.3 Bairro conjunto são josé I 154
4.5.4 Bairro distrito vila operária 158
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 171
6. REFERÊNCIAS 174
Dados curriculares 188
APÊNDICE I 189
APÊNDICE II 193

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Etapas do Planejamento Estratégico Urbano 30
QUADRO 2 - Matriz discursiva da sustentabilidade urbana. 51
QUADRO 3 - Ações Estratégicas voltadas para sociedade civil 56
QUADRO 4 - Dificuldades para implantar Agenda 21 no Brasil 57
QUADRO 5 Ações prioritárias no processo construção Agenda 21 local..... 59
QUADRO 6 - Tipologia estrutural do planejamento dos municípios - Brasil, 2001..... 69
QUADRO 7- Princípios da estrutura da mobilidade urbana sustentável. 74
QUADRO 8 - Princípios da mobilidade urbana. 76
QUADRO 9 - Abordagem e definição em relação ao capital social. 83
QUADRO 10 – Definições de capital social de ligação e conexão. 92
QUADRO 11- Atributos de capital social e autores relacionados. 93
QUADRO 12 - Classificação de redes sociais de definições dadas por Barnes 98
QUADRO 13 - Síntese das definições de capital social e das variáveis de análise correspondentes aos principais autores. 100
QUADRO 14 - Modelo quantitativo mensuração de capital social e eficácia coletiva de bairros em Rondonópolis-MT. 103
QUADRO 15 - coesão social e controle social. 105
QUADRO 16 - Códigos de características físicas e sociais baseados na teoria das ruas movimentadas. 108
QUADRO 17 - Técnica de análise e mensuração de capital social e eficácia coletiva em bairros por autor. 110
QUADRO 18 - Comparação métodos de sustentabilidade. 113
QUADRO 19 - Bairros e respectivo número de habitantes estimado na percepção dos presidentes de bairros. 122
QUADRO 20 - Limites máximos e mínimos dos níveis de classificação dos Fatores Gerados pela Analise Fatorial e dimensões do Capital Social e Eficácia Coletiva..... 128
QUADRO 21 - Teste de confiabilidade das assertivas e Alfa de Cronbach a partir das percepções dos presidentes de bairros. 132
QUADRO 22 - Resumo dos fatores mais confiáveis e seu nível de classificação, com base na média das assertivas que o compõe. 136
QUADRO 23 - Classificação geral dos níveis de Capital social e Eficácia coletiva. 137

QUADRO 24 - Análise bivariável do teste de correlação Spearmann entre os fatores gerados na Análise Fatorial. 144
QUADRO 25 - Ações ligadas à Agenda 21, bairro Parque Sagrada Família. 151
QUADRO 26 - Ações ligadas a Agenda 21, bairro Pedra Noventa. 153
QUADRO 27 - Ações ligadas a Agenda 21, do bairro Conjunto São José..... 156
QUADRO 28 - Ações ligadas a Agenda 21, do bairro/distrito Vila Operária. 160
QUADRO 29 - Perfil dos presidentes de bairros mais atuantes da Cidade de Rondonópolis. 161

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sistematização dos resultados obtidos nas leituras comunitárias..... 35
FIGURA 2 - Organograma do processo de revisão do plano diretor. 36
FIGURA 3- Matriz instrumentos do Estatuto da Cidade. 38
FIGURA 4 – Gráfico percentual plano diretor comparado com o número de municípios para cada estado da Região Centro-Oeste..... 40
FIGURA 5 – Gráfico Cenário do percentual de municípios brasileiros referente ao Plano Diretor. 41
FIGURA 6 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável..... 63
FIGURA 7- Instrumentos do ordenamento jurídico norteadores de políticas públicas urbanas no Brasil. 70
FIGURA 8 - Atividades humanas no meio ambiente urbano e a poluição ambiental..... 72
FIGURA 9 - Benefícios da implantação do DOTS. 76
FIGURA 10 - Gráfico estrutura ciclo viária em quilômetros lineares para as capitais dos estados brasileiros. 78
FIGURA 11 - Espaço requerido no transporte de 48 pessoas com carro..... 79
FIGURA 12- Redesenho da Rua Maria Eliete de Coutinho Fabrício, no bairro dos Bancários em João Pessoa - PB. 80
FIGURA 13 - Modelo conceitual de capital social e criação de capital intelectual. 88
FIGURA 14 - Efeitos secundários em sistemas de participação cívica. 91
FIGURA 15 - Redes sociais abertas e fechadas. 95
FIGURA 16 – Aspectos do capital social familiar. 97
FIGURA 17 - Equação estrutural da ação coletiva..... 106
FIGURA 18 - Modelo conceitual análise capital social 107
FIGURA 19 - Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade. 111
FIGURA 20 - Imagem vista área da cidade de Rondonópolis no ano de 1953..... 116
FIGURA 21 - Imagem vista aérea da cidade de Rondonópolis em 2018. 117
FIGURA 22 - Mapa de localização do município de Rondonópolis-MT. 118
FIGURA 23 - Modelo conceitual de análise do capital social e eficácia coletiva em bairros de Rondonópolis-MT..... 119
FIGURA 24 - Imagem parque Ecológico Escondidinho, mirante..... 154

FIGURA 25 - Imagem Praça atual Conjunto São Jóse I..... 157
FIGURA 26 - Projeto revitalização da praça do bairro conjunto são José I. 158
FIGURA 27 - Segmento político mais atuante no desenvolvimento de bairros em Rondonópolis. 162
FIGURA 28 - Círculo de Redes das organizações que mais contribuem no desenvolvimento dos bairros..... 163

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva, comparada com a variável demográfica por agrupamentos de gênero, a partir do teste de Mann-Whitney. 139
TABELA 2 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos de faixa etária, a partir do teste de Kruskal-Wallis. 140
TABELA 3 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos de grau de escolaridade, a partir do teste de Kruskal-Wallis. 140
TABELA 4 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos de estado civil, a partir do teste de Kruskal-Wallis. 141
TABELA 5 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos renda familiar, a partir do teste de Kruskal-Wallis. 142
TABELA 6 - Coeficientes de correlação de Spearmann entre as variáveis fatoriais e os diferentes agrupamentos das variáveis demográficas e estes, entre as próprias variáveis demográficas. 148

LISTA DE SIGLAS

- ACP - Análise de Componentes Principais
- AF – Análise Fatorial
- BS - Barômetro da sustentabilidade
- BST - *Busy Streets Theory* – Teoria Ruas Movimentadas
- CDS - Comissão para Desenvolvimento Sustentável
- CEASGES - Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo
- CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEP - Conselho de Ética e Pesquisa
- CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
- CNI – Confederação Nacional das Industrias
- CNU - Congresso do Novo Urbanismo
- CO^2 - Dióxido de carbono
- CODER - Companhia de Desenvolvimento de Rondonópolis
- COP 24 - Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas
- CPDS- Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
- CRAs - Centro de Referência e Assistência Social
- DOTS - Desenvolvimento Orientado Pelo Transporte Sustentável
- FAU-USP - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
- FGV - Fundação Getúlio Vargas
- GEE - Gases do Efeito Estufa
- GTSC-A2030 – Grupo Trabalho Sociedade Civil Agenda 2030
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBGE MUNIC – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatista dos municípios
- IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- IDMS - Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal
- IDS - Indicadores de desenvolvimento sustentável
- ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento
- LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

- LEED - *Leadership in Energy and Environmental* - Liderança em Energia e Design Ambiental
- LOA - Lei de Orçamento Anual
- LPU - Lei de Perímetro Urbano
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- MT - Estado de Mato Grosso
- ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- OECD - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONGs - Organizações Não Governamentais
- ONU - Organização das Nações Unidas
- P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
- P&D - Pesquisa e Desenvolvimento
- PB - Estado da Paraíba
- PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
- PDUI - Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado
- PE - Planejamento Estratégico
- PES - Planejamento Estratégico Situacional
- PIB - Produto Interno Bruto
- PNE – Pessoas com Necessidades Especiais
- PNIA - Painel Nacional de Indicadores Ambientais
- PPA - Plano Plurianual de Investimentos
- PSF - Posto de Saúde da Família
- PUS - Planejamento Urbano Sustentável
- SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis
- SC - Estado de Santa Catarina
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SEMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SIG’s - Níveis de Significância

- SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)
- TCLE - Termo de Consentimento da Pesquisa
- TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação
- UFR – Universidade Federal de Rondonópolis
- UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
- UNISAL - União das Associações de Moradores dos Bairros da Região Salmen
- URAMB - União Rondonopolitana de Associações de Moradores de Bairros
- USGBC - *United States Green Building Council*
- WCED - Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento
- WRI - *World Resources Institute* – Instituto Global de Pesquisas
- ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

1. INTRODUÇÃO

O principal interesse do presente estudo, consiste em obter a compreensão da gestão e planejamento de cidades sustentáveis. Esta área está ligada à administração, gestão ambiental, às ciências regionais e à nova economia política urbana, que é dada pela corrente sociológica francesa. Outro interesse relacionado a este estudo é representado pela importância do entendimento do capital social, em termos de sua construção e transferência de conhecimento por meio de fatos econômicos, culturais e intelectuais, em que as pessoas maximizam o atendimento das necessidades pessoais e interagem em vários grupos.

Atualmente, o Brasil tem apresentado modificações nas políticas públicas que seguem na contramão das recomendações preconizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Poder Executivo junto a seus ministérios, demostram total descaso sobre as causas sociais, ambientais e ecológicas. O governo federal insiste na aprovação de medidas que pretendem incentivar apenas os aspectos econômicos, em detrimento e desconexão com as demais dimensões da sustentabilidade (econômico, social, político) que compreendem o objetivo de atingir o desenvolvimento sustentável.

Desastres ambientais ocorrem com maior frequência em território nacional, desde que o governo atual assumiu o poder, o que demonstra cenários suficientes para colocar o Brasil em colapso social, econômico e ambiental, diante da percepção da comunidade internacional. Em conjunto com o aumento da pobreza, essas situações são ainda mais agravantes no Brasil.

No Brasil, as metas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) dada pela Agenda 2030, não estão se cumprindo. O relatório apresenta declínio em todas as dimensões, que compreendem os aspectos: sociais, econômicos, ambientais, cidades sustentáveis e sistemas produtivos, o que diminui a equidade, principalmente, sobre as esferas sociais mais vulneráveis.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o cenário atual da população brasileira apresenta que quase 90% dos habitantes estão localizados nas zonas urbanas (IBGE, 2016). Com o crescimento rápido e desordenado, surgem os problemas nas cidades como: poluição, desemprego, políticas públicas ineficazes e instrumentos de gestão urbana desatualizados. Desde 2014, o Brasil apresenta uma taxa crescente de desemprego e surgimento de outros problemas sociais, que têm aumentado os índices da pobreza e da extrema pobreza no País. O presente estudo, justifica-se pela problemática das cidades perante a gestão técnica e política, no que concerne aos problemas sociais, a urbanização, a infraestrutura, o

cuidado com o meio ambiente e principalmente, a dificuldade de se planejar as cidades com eficiência no uso dos espaços.

Há poucas décadas em que as cidades brasileiras adquiriram autonomia administrativa, o que conferiu às mesmas, uma série de atribuições legais no campo social, na educação, na saúde, no desenvolvimento econômico, na infraestrutura, no meio ambiente, no planejamento urbano e na organização do próprio território.

A autonomia administrativa é orientada por aspectos legais de acordo com a criação e implementação da lei 10.257 de 2001, denominada por Estatuto da Cidade que assegura a regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Esta lei, reforça a centralidade e importância do Plano Diretor para a construção de cidades voltadas para o bem-estar de todos os cidadãos. Deste modo, o planejamento urbano visa a cidade ideal e a ocupação harmônica dos espaços (RODRIGUES, 2013).

Políticas públicas e agendas são essenciais para o planejamento urbano. A Agenda 21, foi o principal documento lançado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92) realizada no Rio de Janeiro, em 1992, em que teve por objetivo viabilizar padrões e conceitos de desenvolvimento sustentável. Em síntese, ela visa a equidade nas esferas sociais, econômicas e ambientais.

Há uma grande dificuldade para os municípios aderirem agendas e instrumentos de gestão. A maioria dos municípios possuem planos diretores desatualizados e a Agenda 21 se faz presente em menos da metade dos municípios brasileiros, os quais ainda possuem limitações para aderir ao programa.

É fundamental que o planejamento estratégico urbano, seja executado com vistas ao diagnóstico, implantação e controle de ações urbanas como norteadores estratégicos rumo ao alcance de melhores resultados. Referente ao urbanismo sustentável é preciso construir cidades e bairros em que as ações sustentáveis e o novo urbanismo, estejam presentes em todas as comunidades (FARR, 2013).

Por exemplo, o novo urbanismo preconiza satisfazer as necessidades diárias no deslocamento das pessoas, por oferecer possibilidades e opções a pé, de bicicleta, ou outros meios com respaldo aos pedestres, ciclistas e usuários do transporte público, tenham o objetivo de mitigar a emissão de gases do efeito estufa (GEE).

Deste modo, o conceito do Desenvolvimento Orientado Pelo Transporte Sustentável (DOTS) visa conectar, adensar, misturar e compactar as estruturas urbanas para tornar as cidades mais humanizadas, com equidade social e acesso às oportunidades urbanas.

Portanto, os princípios de uma cidade ecológica vão ao encontro de uma nova mobilidade urbana em que se apropriam, pelo menos três princípios a serem seguidos: o ambiental, o social e o econômico, como aponta o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP).

Nos bairros e nas cidades é onde ocorrem os maiores desafios e atividades cotidianas humanas, ou seja, o deslocamento ao trabalho, as compras, as atividades de laser, os conflitos sociais, a insegurança, o acesso a saúde pública, a educação, os princípios básicos de saneamento, a qualidade de vida para viver criar os filhos e envelhecer com dignidade. Portanto, tudo isso está diretamente relacionado com a infraestrutura de cada bairro ou cidade (VILLAÇA, 2001).

O objeto de estudo desta pesquisa, consiste na cidade de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso. Os bairros, foram as unidades das análises realizadas a partir das percepções do público alvo representado pelos presidentes das associações de bairros, que são os responsáveis pela comunicação das demandas de suas comunidades, com as esferas públicas municipais.

O município de Rondonópolis possui cerca de 232 mil habitantes e em torno de 230 bairros, segundo a estimativa do IBGE para o ano de 2019. Os problemas mais evidentes nos bairros estudados são: a falta de pavimentação, espaços públicos malconservados, a falta de escolas, iluminação pública precária, além de constantes problemas de erosão do solo e entupimento de galerias de drenagem, concomitante ao período chuvoso para esta região do Estado de Mato Grosso.

Segundo o IBGE, Rondonópolis compreende os Biomas do Cerrado e Pantanal onde apresentou um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,755 até o ano de 2010. Para o mesmo ano, apresentou 47,3% de esgotamento sanitário adequado e 77,8% de arborização de vias públicas (IBGE CIDADES, 2020).

O município possui o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) per capta do Estado do Mato Grosso, no ano de 2017 com o valor de R$ 43.175,13 (Quarenta e três mil, cento e setenta e cinco e treze centavos de reais). Isso reflete em altas taxas de crescimento urbanístico que aumentam a demanda de projetos de novos loteamentos, que servirão para implantação de bairros residenciais, a fim de atender à crescente demanda causada pela rápida expansão populacional (IBGE CIDADES, 2020).

O crescimento urbano exacerbado de Rondonópolis é motivado por se localizar em uma posição logística estratégica para o escoamento da produção agrícola e industrial no Estado de

Mato Grosso, rumo aos portos de Santos e Paranaguá, por meio das rodovias federais BR 163 e BR 364.

Estas características elevam a sua importância, como polo logístico, além de fomentar o crescimento do polo industrial que lidera as atividades a nível nacional no esmagamento refino e envase de óleo de soja, possui a maior formulação de fertilizantes agrícolas do interior brasileiro, maior produção estadual de ração e suplementos animais e frigoríficos com padrões internacionais.

Além disso, possui estabelecido um grande número de transportadoras, cujo crescimento é fomentado ainda mais pela chegada da Ferrovia Norte Brasil, e implantação do Complexo Intermodal no município de Rondonópolis.

As dimensões da sustentabilidade para a cidade de Rondonópolis, foram estudadas por Silva et al. (2016) utilizando a metodologia do Barômetro de Sustentabilidade (BS). No geral, verificado uma situação intermediária para o grau de sustentabilidade. As dimensões, econômica e ambiental, foram consideradas potencialmente insustentáveis pela análise quantitativa do estudo, enquanto a dimensão social apresentou-se potencialmente sustentável. Apenas a dimensão institucional, apresentou uma pontuação que se enquadra dentro de uma situação de sustentabilidade.

Um estudo mais recente, apresentou para Rondonópolis um Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) de 0,5155, considerado aceitável, porém próximo de um nível de alerta. Esta metodologia abrange várias dimensões ligadas a sustentabilidade, em que divergiram dos resultados do estudo citado no parágrafo anterior referente a possuir uma boa aceitabilidade para as dimensões econômica e ambiental embora corrobora a boa aceitação da dimensão social. Entretanto, para o nível político-institucional apresentou um estado de alerta para a sustentabilidade nesta dimensão (BERGER; NEPUNOCENO; MACEDO, 2020).

Devido as diferentes metodologias de avaliação do desenvolvimento sustentável urbano para a cidade de Rondonópolis divergirem em seus resultados, torna-se importante desenvolver uma abordagem que leve a um diagnóstico participativo dos agentes sociais em que permita avaliar suas percepções em um âmbito mais próximo dos fatos.

O levantamento de informações relevantes sobre os aspectos da dinâmica social a partir da análise da apropriação do capital social associado a eficácia coletiva, pode levar ao entendimento das relações que influenciam no desempenho e maior aproveitamento das ações que visam o alcance de um desenvolvimento sustentável no meio urbano do município.

Um dos precursores na definição de capital social foi Pierre Bourdieu (1986) em que apresentou para o universo acadêmico as formas de capital social, com sua obra *The Forms of Social Capital.* O autor elabora uma tipologia com três formas de capital, que consistem em: capital social, capital cultural e capital econômico.

O capital social pode ser transformado em capital econômico por aprimorar a gestão dos recursos financeiros, por meio das relações sociais geradoras de oportunidades, com a finalidade de redução dos desperdícios e consequente mitigação da pobreza.

Definições conceituais trazidas pelo World Bank (2019), apresentam que o capital social permeia os aspectos das relações entre grupos e geram a confiança, a solidariedade, a ação coletiva, a coesão social, a comunicação e a informação. Este contexto explica o objetivo do Banco Mundial em aumentar a inclusão social e reduzir a pobreza.

A estrutura social caracteriza-se pela formação de redes sociais,

a partir das normas prescritivas e efetivas em que são apresentadas e configuradas em formas de redes abertas e ou fechadas. Enfim, muitos pesquisadores têm atribuído o capital social a eficácia coletiva (COLEMAN, 1998).

Estudos sobre o capital social e eficácia coletiva são realizados por várias áreas do conhecimento, com diversas abordagens multidisciplinares, a exemplo da economia, sociologia, antropologia, medicina, ciências sociais, comunicação social e ciências ambientais, em que cabe ao pesquisador adaptar e formatar a pesquisa, conforme a sua necessidade perante a observação do objeto de estudo.

Para Robert Putnam (2001; 2006), o capital social acontece pela imposição das normas e obrigações e pelo engajamento cívico. Dentre as várias definições de capital social, observa-se que muitas publicações utilizam os conceitos do capital social estrutural, relacional e cognitivo como dimensões de análise (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

É de comum acordo entre vários autores, que o capital social seja desenvolvido a partir de uma estrutura social e de normas existentes nas relações sociais que podem ser medidas por meio de seus vínculos e densidade constituída por laços. Os laços podem ser fortes ou fracos, assim o capital social pode ser de ligação ou de ponte (RIVERA et al., 2019).

Nesta pesquisa utilizou-se o modelo de análise de capital social e eficácia coletiva em bairros, com base na pesquisa de Carbone e Mcmillin (2019). A eficácia coletiva caracteriza-se por três dimensões: a coesão social, o controle social e as ações coletivas, que são usadas para medir o capital social, por meio do engajamento cívico gerado em comunidades e vizinhanças locais.

Para análise do capital social intelectual, utilizou-se a dimensão cognitiva do capital intelectual baseado em ações de narrativas, linguagens e códigos compartilhados (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998; FACCIN; MACKE; GENARI, 2013).

Buscou-se informações teóricas nos conceitos da gestão urbana sustentável, nos instrumentos de gestão urbana, na Agenda 21, no capital social e na eficácia coletiva de bairros com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: De que forma o capital social quando associado a eficácia coletiva, influencia os presidentes comunitários na gestão de bairros sustentáveis?

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa mista quantitativa e qualitativa em que busca-se classificar os níveis de Capital social e Eficácia coletiva, além de apresentar as principais ações de planejamento urbano sustentável de acordo com as dimensões da Agenda 21 a partir das percepções dos presidentes das associações comunitárias nos bairros, de Rondonópolis, em Mato Grosso.

Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, optou-se por uma análise quantitativa das dimensões do Capital social e da Eficácia coletiva e qualitativa das dimensões da Agenda 21 pretende-se, como resultado das análises descrever os níveis de Capital social e as ações socio ambientais que permeiam as dimensões econômicas, sociais, urbanas, políticas e ambientais.

Como forma de alcançar o objetivo geral, enumerou-se quatro objetivos específicos que consistem em: i) Aplicar a análise fatorial e comparar com aspectos demográfico (faixa etária, gênero, renda, estado civil, escolaridade) sobre as variáveis de engajamento cívico, capital intelectual, liderança, controle social, coesão social, ações coletivas e redes para a validação da confiabilidade do questionário na geração dos fatores e classificação dos níveis de Capital Social e Eficácia Coletiva; o objetivo específico ii) busca identificar se há correlações significativas positivas ou negativas entre os fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva e dos fatores correlacionados com os dados demográficos (renda familiar, faixa etária, escolaridade, estado civil, gênero); o objetivo específico iii) visa identificar e descrever as ações sociais de acordo com a percepção dos presidentes de bairros que possam estar relacionadas às dimensões da Agenda 21; o objetivo específico iv) requer identificar e descrever as redes de relacionamentos que envolvem os diferentes atores sociais considerados mais atuantes no desenvolvimento dos bairros em Rondonópolis, no Mato Grosso.

Para a análise quantitativa pretende-se testar e responder (3) três hipóteses (H^1, H^2 e H^3).

Para o objetivo específico (i), busca-se responder a H^1. Pretende-se estimar com H^1, as médias das assertivas e os fatores gerados a partir da análise fatorial além de apresentar sua

confiabilidade e classificação, como meio de análise dos níveis de Capital social e Eficácia coletiva. Para esta hipótese subdividimos a análise para cada um dos agrupamentos das variáveis demográficas em que se pretende comparar sendo: (H^1a: gênero, H^1b: faixa etária, H^1c: grau de escolaridade, H^1d: estado civil, H^1e: renda familiar) em que estima-se buscar diferenças nas médias de acordo com os níveis de significância (SIGs) $< 0,05$ ou $> 0,05$.

Com o objetivo específico (ii), pretende-se responder as hipóteses H^2 e H^3. Estima-se apresentar as principais correlações entre os fatores gerados e se eles se correlacionam positivamente ou negativamente, além de estimar se há correlações quando se compara com aspetos demográficos, (faixa etária, renda familiar, gênero, estado civil, escolaridade) tendo, como base o nível de significância.

Assim, na análise estatística quantitativa dos dados, busca-se responder os objetivos específicos (i) e (ii), e os objetivos específicos (iii) e (iv), serão atingidos por meio da análise de dados qualitativa.

2. REVISÃO DA LITERATURA

As organizações públicas municipais e privadas, não funcionam baseadas no imprevisto ou na sorte. O que se espera de uma gestão é o maior número de assertivas em suas ações com menores custos e erros de execução. Toda organização é separada por áreas e possui pessoas na linha de frente para execução de serviços e criação de produtos.

A sociedade, em sua grande maioria é a quem se destina alguns serviços e produtos, tais como a emissão de certidões por órgãos públicos, a produção de alimentos por meio de industrias do segmento alimentício ou a execução de serviços de uma prefeitura, a exemplo da oferta de serviços de saúde ou melhorias na infraestrutura de cidades e bairros.

A linha de frente na gestão de uma cidade é competência da prefeitura municipal e seus representantes, representados pelo prefeito municipal, os secretários, os servidores públicos e representantes de cargos de confiança. A gestão estratégica é composta por vereadores que operam na criação de leis e projetos para sociedade civil e os presidentes de bairros que captam as principais demandas de seus bairros, por meio dos moradores e encaminham suas reivindicações para as secretarias competentes.

É importante que gestores tenham um horizonte, um rumo e que não tomem decisões baseadas em julgamentos na ausência de dados concretos. Portanto, as seções a seguir apresentam a importância dos principais conceitos do Planejamento Estratégico (PE). Sua linha

histórica e recursos administrativos na gestão e no Planejamento Urbano Sustentável (PUS), podem contribuir para o desenvolvimento urbano.

Na sequência, estender-se-á o levantamento teórico para a análise do âmbito da apropriação do capital social, com objetivos de facilitar as trocas entre os agentes sociais e promover a eficácia coletiva a fim do cumprimento dos objetivos comuns de desenvolvimento sustentável.

2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO E A CRÍTICA MARXISTA

No Brasil é evidente que muitos cidadãos ou mesmo gestores urbanos e gestores comunitários, tenham várias dificuldades ou desinformação em questões urbanas, como elas se desenvolvem e as soluções que estão ao nosso alcance. O Arquiteto e Urbanista professor e Dr. Cândido Malta Campos Filho, no seu livro "Reinvente seu Bairro", categoricamente manifesta sua opinião em relação ao analfabetismo urbano e a corrupção entre dirigentes municipais. Comunidades mais atentas e ativas no processo de cobrança de melhorias e gestores eficientes, possibilitam bairros mais organizados (CAMPOS FILHO, 2010).

O autor aborda questões práticas de reorganização de bairros, seus instrumentos, a exemplo do "Plano Diretor" com foco na cidade de São Paulo, e no ambiente de moradia do cidadão desta capital. Quanto a estrutura conceitual apresentada ele busca desenvolver estudos práticos de mais de 40 anos de experiência na área para entender a partir da moradia questões, como a "importância do comércio, serviços locais, educação, saúde, lazer e cultural, o que distingue claramente essas formas de organizações em função do nível de renda e de estilos culturais de vida de cada família ou grupo social" (CAMPOS FILHO, 2010, p. 15).

Em uma visão crítica Marcelo José Lopes de Souza, em sua obra "Urbanização e Desenvolvimento no Brasil atual" mostra sua preocupação com o desenvolvimento desordenado de muitas capitais, sua funcionalidade e seus aspectos negativos, a exemplo de questões sociais, pobreza, violência, desemprego e conflitos generalizados, variáveis que em sua visão, são impulsionadas pelo desenvolvimento capitalista. Para fins teóricos, com vista a "Funcionalidade das cidades e da Urbanização", fundou-se uma nova disciplina a partir da década de 60, a "Ciência Regional" ("Regional Science"). A disciplina teoriza potencialmente o meio urbano, como suporte a propagação de valores "modernos", assim a crescente urbanização consiste em um indicador de desenvolvimento (SOUZA, 1996, pp. 11-13).

Com o surgimento de um discurso ideológico sobre a modernização capitalista, John Friedman (1971, apud SOUZA, 1996 p. 13) mostram alguns fatores de progresso, por expressar que "o ambiente urbano seria especialmente propício às invenções e inovações; as chances de satisfação de necessidades aumentam no urbano, sendo maiores quanto maior for a cidade em questão; e a urbanização favoreceria o surgimento de contra elites e a mudança social.

A visão de John Friedman, parece ser conservadora do ponto de vista político e filosófico criticado posteriormente por Richard Morse (1971, apud SOUZA, 1996) por sua teoria generalizada e excessiva. O autor indiano Shanti Tangri (1964, apud SOUZA, 1996), traça uma visão oposta ao capitalismo olhar que se chocava ao crescimento urbano vinculado e as novas tecnologias o fato de a globalização estar crescente da internacionalização do capital e das necessidades, assim criadas (SOUZA, 1996).

A partir dos anos de 1970 e 1972, o campo teórico marxista se interessou pelas grandes cidades enquanto "loci econômicos" em que a formação de conflitos sociais se desenvolveria a partir de uma nova "economia política urbana". A contribuição desta nova economia teve apoio nas escolas Francesas sociológicas urbanas e da questão urbana pelo Frances Manuel Castell, e pelo e geógrafo David Harvey. A análise crítica marxista está diretamente relacionada com a funcionalidade do urbano – urbanização do capitalismo (SOUZA, 1996, p. 17).

Em um estudo pioneiro produzido por pesquisadores marxistas ligados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), com o título "Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos 1970", influenciados pela obra do Francês Manuel Castells, tiveram o objetivo de interpretar a "questão urbana", literatura que crítica a tradição sociológica funcionalista e positivista e traz para o campo de análise o conflito de classes sociais, as lutas e os problemas urbanos (CASTELLS; ARANTES, 1983; 2009).

As primeiras críticas teóricas do urbano estão em torno das cidades que saem da lógica dos processos sociais e econômicos para uma análise da produção e reprodução do capital. Assim, a questão urbana dada por Manuel Castells, traz uma análise ampla do fenômeno urbano no capitalismo, "nas dimensões econômicas, políticas e ideológicas, categorias fundamentais para os estruturalistas" (ARANTES, 2009, p. 107).

A ideologia marxista está ligada diretamente aos processos de consumo coletivo ou mais especificamente, nas organizações dos meios coletivos de reprodução da força de trabalho (ARANTES, 2009).

A pesquisadora Suzana Maria Maia, demostrou interesse no campo da "questão urbana e lutas sociais" em que, por meio de uma pesquisa bibliográfica a luz da teoria social marxista avaliou os processos da "estrutura social e econômica no contexto do capitalismo". O objetivo da pesquisa foi identificar a estrutura social e econômica, em virtude do desenvolvimento do capitalismo com a análise de como a incorporação das categorias, espaço, tempo e território pela lógica do capital afetam a configuração da questão urbana" (MAIA, 2014, p. 231).

A definição de urbanização apontada por Castells (1983, p. 46) "refere-se à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizada pela concentração significativa das atividades num espaço restrito bem, como a difusão de um sistema cultural específico". Ainda, o mesmo autor refere-se a problemática atual da urbanização em quatro aspectos:

> i) a aceleração do ritmo da urbanização no contexto mundial; ii) a concentração em regiões subdesenvolvidas [...]; iii) o aparecimento de novas formas urbanas, em especial as grandes metrópoles; e iv) a relação do fenômeno urbano com novas formas de articulação social provenientes do modo de produção capitalista [...] (CASTELLS, 1983, p. 46).

É de consenso de muitas obras literárias e de pesquisadores, que a escola francesa da nova "economia política urbana", incentivou vários estudos ligados a urbanização e aos aspectos do desenvolvimento econômico urbano influenciado pelo capitalismo e por questões sociais, a luz da obra de Manuel Castells (SOUZA; VILLAÇA; ARANTES; IVO; MAIA, 1996, 2001, 2009, 2010, 2014).

O crescimento das cidades, principalmente oriundo de um movimento de migração do rural para o meio urbano rumo a urbanização, o processo de industrialização, o crescimento da dívida externa e o consumo de produtos substitutos, geraram uma crise social em diversas cidades brasileiras e latino-americanas, o que alavanca o desemprego (SOUZA, 1996).

A definição de cidade, conforme Pereira (2013, p. 124) "é a compreensão de uma forma espacial e lugar de concentração da produção, circulação e consumo de bens e serviços". As cidades de uma forma geral, são a difusão e a concentração do poder político e das sedes administrativas municipais, com propósitos de resguardar a arquitetura e os meios de convivência coletiva.

Com a reorganização do Distrito Federal, Estados e municípios no Brasil após a Segunda Grande Guerra Mundial, como também a crescente insatisfação observada na década de 1970 com relação aos problemas urbanos tais, como: habitação, transporte, questões sociais, serviços

públicos e qualidade ambiental, surge a discussão acerca do planejamento urbano (VARGAS, 2011).

O termo planejamento urbano é definido por Cintra (1974, apud CARVALHO, 2001, p.21) "como um bem público de segundo grau" de modo que politicamente os objetivos gerais tendem a não ser providos e ou alcançados diretamente.

Para Carvalho (2001) o planejamento urbano não procede quando as ações públicas municipais criam ações isoladas para provisão de equipamentos e serviços públicos. O planejamento urbano auxilia no diagnóstico, fixa metas, desenvolve, cria objetivos e propõem soluções, em que tem, como princípio a qualidade de vida e o bem-estar social das pessoas.

2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Inicialmente, a formulação do conceito de estratégia, foi apresentada pelos militares com o objetivo de criar estratégias para derrotar inimigos e tem, como base a obra "A Arte da Guerra", escrito por *Sun Tzu*, há cerca de 2400 anos (NEIS; PEREIRA, 2015, p. 221).

As estratégias usadas por militares foram posteriormente adaptadas e utilizadas por organizações com intuito de ver, como elas reagem ao ambiente externo e, como suas atividades estão relacionadas ao ambiente econômico (NEIS; PEREIRA, 2015).

Historicamente, uma das primeiras teorias sobre estratégia organizacional foi publicada por Igor Ansoff[1] em 1965 com o título de "*Corporate Strategy*" – Estratégia Corporativa. Nesta obra ele conceitua a estratégia, "como um conjunto de regras para a tomada de decisão sob as condições do desconhecimento parcial, em que tais decisões referem-se à relação da instituição com o seu ambiente". O autor descreve, como se aplica uma estratégia e apresenta a matriz de Ansoff que visa a formulação de estratégias e sequenciais de decisões por considerar a empresa, como um sistema aberto (NEIS; PEREIRA, 2015).

Na década de 1960, os mercados eram mais estáveis e homogêneos, em que o planejamento era realizado para o curto prazo, sem premissas futuras e com foco no ambiente local. Assim, as estratégias eram descritas, como um modelo que designa a estruturação de objetivos em uma organização, até que na década de 1970, estruturou-se o Planejamento Estratégico (PE).

[1] ANSOFF, I. Corporate Strategy. New York: McGraw-Hill, 1965.

Atualmente, no meio acadêmico e organizacional utiliza-se o modelo de Planejamento Estratégico (PE) mostrado por Idalberto Chiavenato (2014). Para ao autor o PE "é um conjunto de tomada deliberada e sistemática de decisões, que envolvem ações que afetam ou deveriam afetar toda a empresa por longos períodos" (CHIAVENATO, 2014, p. 160). Ainda, neste sentido o autor argumenta que a estratégia empresarial está voltada para o que a empresa deve fazer e o planejamento estratégico procura especificar, como fazer para alcançar determinados objetivos.

O modelo proposto por Chiavenato (2014) está em tese na compreensão e análise do ambiente interno, composto pelas áreas produtivas da organização, a exemplo do marketing, dos recursos humanos, da produção, entre outras e do ambiente externo que compreende o mercado, a política, a moeda, a tecnologia e a cultura. No ambiente interno atenta-se para as forças e fraquezas e no ambiente externo, é importante apontar as oportunidades e as ameaças. Portanto, o autor destaca as etapas do planejamento estratégico, que inicia na definição dos objetivos, parte para a análise do ambiente interno e externo, para enfim realizar a formulação de alternativas, elaboração do planejamento, implementação, execução e avaliação dos resultados.

O ambiente externo e interno de qualquer organização, está em constante transformação. Portanto, tratar de Planejamento Estratégico deve-se considerar alguns conceitos e abordagens diferentes, tanto na gestão pública interna, seja em uma autarquia, uma agência governamental, uma organização privada ou um bairro, cidade e região (MCALLISTER; MOURA, 1996).

É importante salientar o conceito de Planejamento Estratégico Situacional (PES) que foi criado pelo economista Carlos Matus[2] , a partir da década de 70 e tem como premissa atuar em cada situação. O PES "visa orientar os dirigentes no momento da ação, o método é flexível e permite trabalhar com a complexidade dos problemas sociais" (IIDA, 1993, p. 115).

Segundo Norton e Kaplan (1997), as estratégias organizacionais são fundamentais para um resultado eficaz e geração de indicadores, dados, resultados e ações, que são importantes para atuação dos gestores. Portanto, salienta-se a relevância da criação de indicadores.

Em uma perspectiva de indicadores, os autores apresentam o conceito da estratégia em ação dada pelo modelo de *BSC* (*Balanced Scorecard*). Esse modelo tem por objetivo, "traduzir a missão e a estratégia das empresas num conjunto abrangente de medidas de desempenho que serve de base para um sistema de medição e gestão estratégica". O modelo permite medir e

[2] MATUS, c., Ellíder sin Estado Mayor, Revista PES, nº. 1, p. 9-60, 1992.

gerar indicadores em quatro perspectivas que incluem, a do cliente, dos processos internos da empresa, do aprendizado e do crescimento (NORTON; KAPLAN, 1997, p. 2).

O planejamento estratégico é necessário para definição de objetivos metas e estratégias em que é fundamental para a gestão de organizações assim, como para o planejamento urbano.

2.2.1 Planejamento estratégico urbano

Com base no estudo de Oliveira (2015) para que o planejamento estratégico urbano possa alcançar a qualidade necessária é importante que todas as etapas sejam realizadas: planejamento, implementação e controle como são apresentadas no Quadro 1.

	Etapa	**Ação**
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO URBANO	Planejamento	Diagnóstico Estratégico e definição de norteadores estratégicos
	Implementação	Definição de instrumentos prescritivos e quantitativos
	Controle	Controle e revisão dos objetivos

QUADRO 1 - Etapas do Planejamento Estratégico Urbano
Fonte: Adaptado de Oliveira (2015).

O diagnóstico estratégico contempla a observação do ambiente interno e externo das organizações, como as que estão inseridas no contexto municipal, a partir do uso da ferramenta estratégica, matriz SWOT - *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). Com o instrumento, são observadas as forças e fraquezas internas e oportunidades e ameaças do ambiente externo em que a empresa ou órgão se insere, conforme apresentam Certo e Peter (2010).

Esse instrumento deve ser adaptado para a elaboração de um planejamento estratégico urbano. Com relação aos norteadores estratégicos, estes contemplam a identificação da melhor direção a ser tomada no planejamento de forma a alcançar os melhores resultados (OLIVEIRA, 2015).

A Matriz de SWOT quando utilizada como instrumento na implementação do planejamento estratégico urbano, consiste em uma ferramenta qualificadora das ações a serem corretamente implantadas para que o referido planejamento e alcance aos objetivos traçados (CERTO; PETER, 2010).

O desenvolvimento do País está diretamente relacionado com o fortalecimento dos municípios. Portanto, a elaboração de planejamentos estratégicos para os bairros é fundamental. Ademais, estes permitem a construção de cidades sustentáveis capazes de fomentar a vida em comunidade para melhora da qualidade de vida, com resgate da cidadania e dignidade de todos os moradores (SILVA JÚNIOR; PASSOS, 2006).

No mesmo sentido em que se expressa a importância do Planejamento Estratégico em organizações, atenta-se para seu uso no planejamento de cidades e bairros sustentáveis, além dos instrumentos legais, como o Plano Diretor amparados pelo Estatuto da Cidade e outras leis e agendas municipais.

2.3 PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL

O planejamento urbano tem como “objetivo a cidade ideal, a ocupação harmônica e integrada das áreas urbanas, o progresso, o desenvolvimento das cidades” (RODRIGUES, 2013, p. 125). Nesse sentido, atenta-se que o processo de planejamento urbano corresponde às ações e procedimentos previamente definidos onde têm por finalidade a promoção do desenvolvimento urbano em busca de uma melhor qualidade de vida a todos.

O planejamento urbano é um conceito que surgiu nas últimas décadas no Brasil e apresenta várias formas em que uma delas é o "plano diretor”. Flávio Villaça (1995) descreve as principais modalidades de planejamento urbano.

> (...) Uma dessas modalidades é a que tem se manifestado através dos planos diretores ou das ideias sobre planos diretores. Uma outra, que com esta tem grande afinidade, é o chamado “planejamento físico-territorial”. Outras modalidades importantes são o planejamento de cidades novas, o controle do uso e ocupação do solo (através dos códigos de zoneamento e de loteamentos) e o planejamento setorial (de transportes, saneamento etc.) (VILLAÇA, F. 1995, p. 237).

Em termos históricos, o conceito de plano diretor (físico-territorial ou não) nas palavras de Villaça (1995, p. 238) foi usado no Brasil a partir dos anos 1950, embora a expressão “plano diretor” foi usado anteriormente no plano “Agache” da cidade do Rio de Janeiro em 1930, visto que as cidades careciam de um plano mais elaborado voltado ao crescimento futuro. A situação apresentava de um lado a zona sul, recheada de construções de classe alta e média e do outro lado, um subúrbio carente de serviços básicos e ocupado por populações de baixa renda à mercê do Estado (MENDES, 2012).

A partir do ano de 1990, várias cidades começaram a cumprir a determinação constitucional, como “instrumento básico” da política urbana baseado nos artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, que foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade criado pela lei 10.257 de 2001, em substituição à lei de parcelamento do solo urbano nº 6.766 de 1979.

Para Villaça (1995), os planos diretores são inócuos e muitas vezes não são elaborados por técnicos a exemplo de engenheiro e arquitetos. Portanto, as resoluções dos problemas nos planejamentos urbanos são orientadas, preferencialmente, por questões políticas em detrimento de questões técnicas, em que cada vez mais, apresentam-se pressionados por uma elite do segmento imobiliário. Para o autor a lei nº 6.766 de 1979 é a que mais se encaixa no modelo ideal de planejamento urbano.

Em uma tentativa de explicar a trajetória do planejamento urbano no Brasil, Villaça (1999, p. 174) separa “plano” de “planejamento”. Para o autor o “conjunto de algumas características constitui o campo que evidencia e que podemos chamar de planejamento urbano *lato senso*”.

> PDDI[3] de São Paulo de 1971; O plano de Brasília; Plano de Saneamento da Grande São Paulo; Zoneamento em vigor no município do Recife; Plano de transportes para Fortaleza; Plano de Pereira Passos para o Rio de Janeiro; Plano Aarão Reis para Belo Horizonte; Plano de Agache para o Rio ele Janeiro; Plano Metrô de São Paulo de 1968; Plano de Saturnino de Brito para Santos; Plano diretor de 1992 para o Rio ele Janeiro; Plano de avenidas prestes Maia (1930) para São Paulo; Plano Bouvard para o Vale do Anhangabaú em São Paulo; Plano da Companhia Cantareira e Esgotos para abastecimento ele água da cidade de São Paulo (1881) (VILLAÇA, F., 1999, p. 174).

Ainda neste mesmo sentido, Villaça (1999) abre os elementos anteriormente citados e destaca algumas correntes particulares do planejamento urbano *lato senso* “que incluem tanto os “discursos,” como as “práticas”, portanto as correntes são:

> Planejamento urbano *stricto sensu*, ou seja, a corrente que teve como eixo as atividades e discursos que vieram a desembocar nos atuais planos diretores; O zoneamento; O planejamento de cidades novas; O chamado "urbanismo sanitarista" (VILLAÇA, F., 1999 p. 175).

No início do século não se usava o termo planejamento urbano e sim “planos de melhoramentos” e “embelezamentos”, cujo modelo francês foi capitalizado pelo engenheiro e prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos, nomeado por Rodrigues Alves, para gerir a reforma urbana e destituir o modelo medieval e colonial presente no Brasil nesta época. Nas

[3]PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. Disponível em: < https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/16.062/5523?page=4> Acesso em: 10 de maio de 2020.

décadas de 1930 e 1940 a gestão urbana era representada pelo “urbanismo modelo em que o Estado tinha ação sobre a organização do espaço infra urbano” e solução para os chamados “problemas urbanos”. O urbanismo a partir da década de 1950, foi substituído pela expressão “planejamento urbano” e “plano diretor” (VILLAÇA, 1999, p. 182).

A partir dos anos 70, surge a pomposa expressão “plano de desenvolvimento integrado”, nas palavras de Villaça (2000, p. 8), ele considera que:

> (...) é notório que quando uma expressão morre ou é fracassada por não atingir seus principais ideais é necessário criar outra expressão que possa mascarar as principais causas dos problemas urbanos oriundos da má distribuição de renda e da exclusão social e ou do distanciamento do poder político entre as classes mais desprovidas. (VILLAÇA, 2000, p. 8)

Entretanto, faz necessário apresentar um conceito mais amplo de “plano diretor” que possa contemplar algumas caraterísticas mais tradicionais e predominantes (VILLAÇA, 1995).

> Plano diretor seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentaria um conjunto de propostas para um futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização socio espacial dos uso do solo urbano das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana para a cidade e município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazo, propostas estas aprovadas em lei municipal (VILLAÇA, F., 1995 p. 238).

Segundo o objeto do presente estudo, com vista em uma investigação social, urbana, política, econômica e ambiental, cujo público alvo são os presidentes de bairros da cidade de Rondonópolis, o Plano Diretor consiste em um instrumento de gestão participativa e pode auxiliar na criação de diretrizes e metas que permitam aprimorar as dimensões do desenvolvimento urbano sustentável.

2.4 ESTATUTO DA CIDADE E O PLANO DIRETOR

O Plano Diretor foi realizado no Brasil mesmo que de forma precária a partir das décadas de 1940 e 1950, com continuidade na década de 1970. No entanto, tem inúmeras críticas a esses planos realizados antes da Constituição Federal de 1988. Em virtude da instituição da Carta Magna, foi que a concepção de valorização social e importância de qualidade de vida nas cidades surgiu. Desta maneira, os planos tornaram-se mais bem estruturados e executados (VARGAS, 2011).

O Brasil em 1980, por intermédio de sua nova Constituição Federal, disciplinou em seu Capítulo II a regulamentação da política urbana de acordo com seu artigo 182 e deu diretrizes gerais ao poder público municipal, que têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais e garantir o bem-estar de seus habitantes. O artigo 182 em seu parágrafo primeiro, trata sobre o Plano Diretor que, quando aprovado pela câmara municipal, torna-se obrigatório para as cidades com mais de vinte mil habitantes. Este é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana no Brasil (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Cidade por meio da regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, "estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providenciais", como os instrumentos de gestão urbana. O documento constitui cláusulas de ordem pública e interesse social, que estão condicionados ao "uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental" (BRASIL, 2001, p. 1).

A criação do Estatuto da Cidade em 2001, possui seus instrumentos e funções principais voltadas a induzir a garantia da qualidade de vida e atendimento aos direitos dos cidadãos, em que promove a reordenação sócio espacial, que de acordo com sua natureza, são classificados em tributários, financeiros, econômicos, jurídicos, administrativos e políticos (BRASIL, 2001).

A lei nº 10.257 de 2001, denominada o Estatuto da Cidade, reforça a centralidade e importância do Plano Diretor para a construção de cidades voltadas para o bem-estar de todos os cidadãos, ao disciplinar que:

> Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei (BRASIL, 2001, p. 10).

Nota-se que o capítulo IV do Estatuto da Cidade, estabelece que os planos diretores apresentem plena participação dos cidadãos em que descreve quatro instrumentos para avalizar a gestão pública: i) os órgãos colegiados de política urbana nos níveis nacionais, estaduais e municipais, ii) debates, audiências e consultas públicas; iii) conferências sobre assuntos de interesse urbano nos níveis nacionais, estaduais e municipais; iv) iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2001).

Villaça (1993) salienta o descaso de órgãos municipais, estaduais, regionais e federais que geram pesquisas custosas e acumulam pilhas de relatórios ineficazes. O autor também relata

que Universidades ministram aulas sobre o Plano Diretor defendem teses, organizam seminários e conferencias para discutir sobre um Plano Diretor que nunca existiu.

Se o Plano Diretor não se aplica e muitos pesquisadores se interessam pelo tema, o que carece mesmo é o interesse político municipal de torna-lo realidade na implementação dos seus instrumentos no município.

Um estudo sobre a participação da Universidade na decodificação da revisão do plano diretor de Camboriú, no Estado, de Santa Catarina (SC), apresenta a experiência de alunos e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí – Univali, por meio de um projeto de extensão filantrópico intitulado "Assessoria aos Gestores Públicos no Processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Camboriú - SC, nos anos de 2011 e 2012". Esse projeto, visou acompanhar e orientar ações participativas na atualização do Plano Diretor da Cidade, envolvendo estudantes, técnicos da área e a comunidade em geral (VIEIRA et al., 2013).

Uma das ações realizadas no projeto de extensão, foi o mapeamento das ações e o diagnóstico por parte da comunidade em forma de reuniões realizadas no auditório da Prefeitura de Camboriú. Esse modelo participativo de diagnóstico foi dividido em duas dimensões: i) potencialidades; ii) deficiências, em que pode ser visto na Figura 1.

Potencialidades	1. Potencial construtivo 2. Áreas comerciais/serviços 3. Educação 4. Áreas de lazer 5. Patrimônio histórico (elementos pontuais)
Deficiências	1. Falta de saneamento básico 2. Falta de mobilidade urbana 3. Falta de adequação de uso e ocupação do solo 4. Falta de preservação ambiental (margem dos rios) 5. Falta de áreas de lazer

FIGURA 1 - Sistematização dos resultados obtidos nas leituras comunitárias.
Fonte: Vieira et al. (2013, p. 125).

De acordo com Vieira et al. (2013), a participação e a capacitação tiveram, como público-alvo arquitetos, engenheiros, gestores públicos e a comunidade em geral. Na construção do Plano Diretor em 2006 o número de participantes foi de 232, na atualização em 2011, a participação foi de 327 pessoas em que apresentou um aumento de 95 pessoas envolvidas nesse projeto.

Entende-se que a Universidade é um agente mobilizador e pode auxiliar no processo de capacitação e diagnóstico para a atualização do Plano Diretor. Cabe aos gestores acadêmicos e aos políticos locais, criarem essa ponte e ou conexão. Visto que a união de alunos, professores e políticos poderá contribuir, para construção de uma sociedade mais justa e democrática, tanto teoricamente, como tecnicamente no processo de criação e desenvolvimento do Plano Diretor.

O processo de revisão do plano diretor passa por várias etapas, como o diagnóstico participativo, reuniões em assembleias, aprovação do projeto de lei por parte dos vereadores, entre outras. Essas etapas foram organizadas em forma de organograma e podem ser observadas na Figura 2.

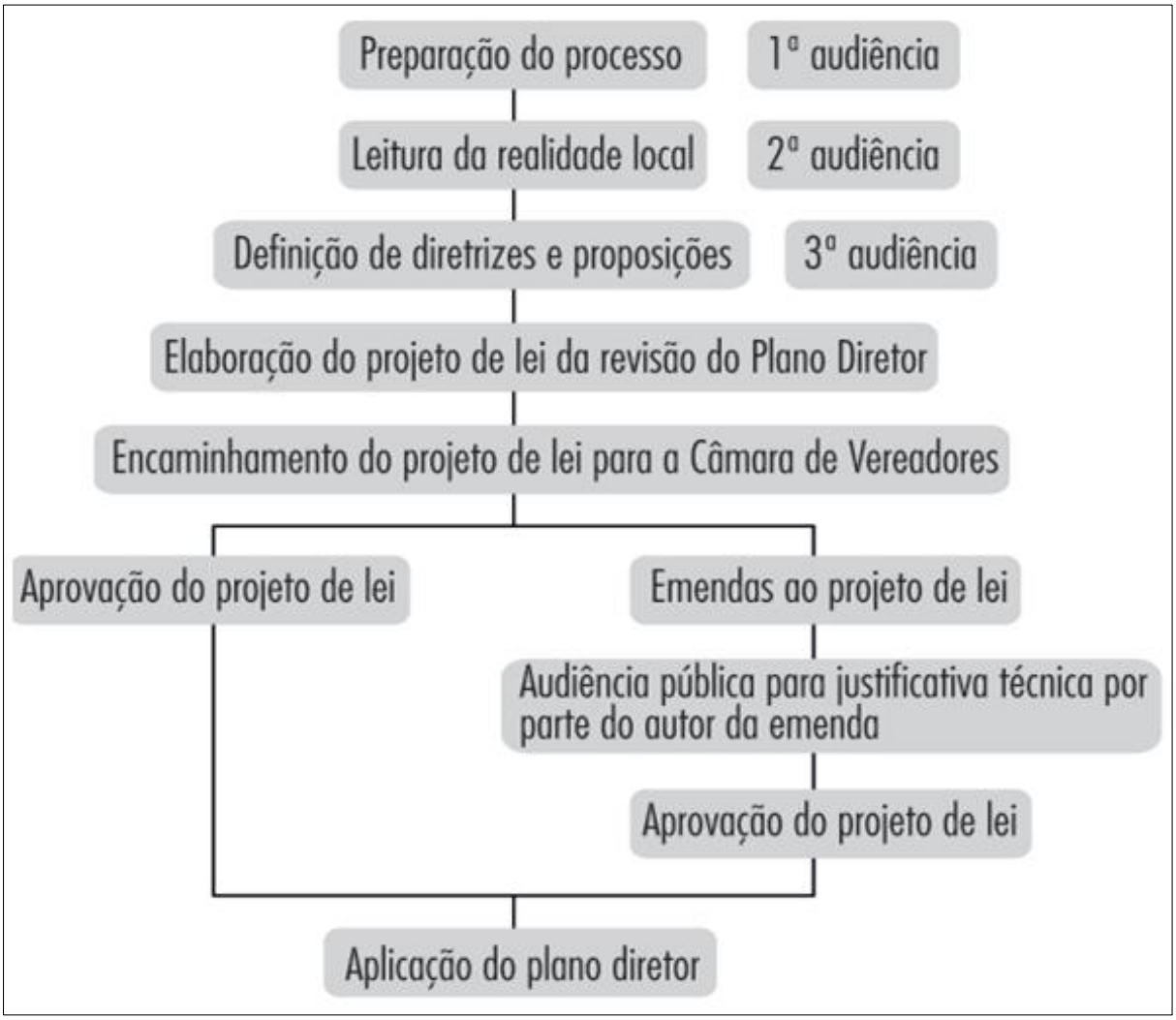

FIGURA 2 - Organograma do processo de revisão do plano diretor.
Fonte: Vieira et al. (2013, p. 123).

Embora um Plano Diretor não resolva todos os problemas urbanos, ele pode ser uma peça chave para formar alianças, criar redes e gerar dados para tomada de decisões em conjunto

com a população e outras organizações. De acordo com o entendimento de Watanabe e Silva (2013, p. 48), conceitua-se Plano Diretor como "[...] um plano de caráter geral, ou seja, um instrumento básico de desenvolvimento da política urbana".

O valor social do plano diretor está vinculado a sua elaboração, tendo em vista que é exigida a participação da sociedade em sua estrutura, bem como é necessário que o seu desenvolvimento seja precedido de divulgação de suas ações e proposições, em que se fundamenta no valor social das cidades (REZENDE; ULTRAMARI, 2007).

A participação ativa da população no processo de planejamento urbano é fundamental para um diagnóstico eficaz à construção do Plano Diretor. Porém, não é isso que acontece na prática, devido o desconhecimento dos aspectos legais, pela evitação de conflitos, pela dificuldade de negociação, interesses de grupos específicos, descrença no processo de mudança, discussão e falta de consenso.

Do mesmo modo é importante a participação de comunidades e representantes de bairros nas discussões que envolvem o planejamento urbano e execução do Plano Diretor, já que essa seria uma forma de aproximação da sociedade com agentes políticos locais (VIEIRA et al., 2013).

O Plano Diretor pode auxiliar no desenvolvimento e na gestão dos municípios e pode ser planejado, com base no estudo de Bernardy (2013) que considerou sete dimensões: a aplicabilidade, a natureza, a magnitude, a temporalidade, a duração, a abrangência e a sinergia. O objetivo do estudo foi viabilizar uma matriz qualitativa para verificação e aplicabilidade de instrumentos a partir do Estatuto da Cidade.

A Figura 3 apresenta o modelo da matriz dos instrumentos do Estatuto da Cidade aplicada a pequenos municípios do Estado de Santa Catarina. Embora todas as dimensões da matriz sejam aplicáveis, Bernardy (2013) assinala as dificuldades estruturais devido à complexidade dos instrumentos, problemas de acesso a recursos externos, falta de proximidade do gestor público com os cidadãos, como os principais limitadores do planejamento urbano.

Instrumento Estatuto da Cidade Pequenos Municípios de SC	Aplica-bilidade		Natureza					Magnitude			Tempora-lidade			Duração		Abran-gência		Sinergia	
	Aplicável	Difícil aplicação	Tributária	Financeira	Jurídica	Administrativa	Política	Pequena	Média	Grande	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	Contínua	Descontínua	Direta	Indireta	Sim	Não
Grandeza	1	2	1	2	3	4	5	1	2	3	1	2	3	1	2	1	2	1	2

FIGURA 3- Matriz instrumentos do Estatuto da Cidade.
Fonte: Bernardy (2013, p. 20).

Em Rondonópolis, por meio da lei complementar n° 43 de dezembro de 2006, dispõe "sobre instituir o Plano Diretor[4] Participativo de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Rondonópolis e dá outras providências" (RONDONÓPOLIS, 2020).

O Plano Diretor criado em 2006, no artigo 1°, estabelece normas de "ordenamento urbano e interesse social" por meio dos princípios do Estatuto da Cidade, em que "será aplicado o previsto neste Plano Diretor Participativo". No artigo 2°, define-se o "Desenvolvimento Urbano e Ambiental," como um instrumento básico do planejamento territorial de Rondonópolis e da política de desenvolvimento urbano sustentável, em que o principal objetivo deste artigo, consiste na promoção do desenvolvimento ordenado e oferta de condições para o bem-estar de seus habitantes.

No artigo 3°, dita-se o objetivo de criar diretrizes orçamentárias por meio do plano plurianual e orçamentos anuais do Município e incorporar as diretrizes básicas e as prioridades contidas para o Desenvolvimento Urbano e Ambiental. No artigo 4°, o principal objetivo consiste em "articular-se com os Governos do Estado e da União, objetivando atrair investimentos afetos a essas instâncias de poder, que contribuam para o desenvolvimento de Rondonópolis-MT, em consonância com as diretrizes e prioridades estabelecidas nesta Lei" (RONDONÓPOLIS, 2020).

A prefeitura de Rondonópolis, elaborou o primeiro Plano Diretor em 1994, o qual foi substituído pelas revisões de 2006 e a última parcialmente em 2015, porém ainda não aprovada em lei. Em Rondonópolis, no ano de 2015, o processo de atualização do Plano Diretor foi iniciado por uma empresa privada. Neste estudo, foram detectados dados preliminares de

[4] Plano diretor de Rondonópolis. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-rondonopolis-mt>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

aspectos físicos, ambientais, territoriais, de infraestrutura, serviços socioculturais, econômicos e institucionais (RONDONÓPOLIS, 2020).

A análise parcial não foi ao encontro das demandas sociais, territoriais e ou econômicas da cidade por falta de informações, tanto da prefeitura, como da própria empresa responsável pela atualização. Há uma preocupação por parte dos vereadores da cidade, com relata o vereador Professor Dr. Silvio Negri[5], que o Plano Diretor está desatualizado, com o prazo de atualização vencido desde 2016. Para o vereador, isso é um problema para a cidade de Rondonópolis, "que nos últimos anos registrou grande crescimento populacional e territorial".

Após a análise do documento nota-se 96 citações do IBGE, visto que a maioria dos dados deste relatório foram extraídos diretamente do *site* do IBGE. As informações não foram concluídas, a exemplo de áreas verdes, arborização urbana, áreas de preservação permanente, unidades de conservação, programas e ações, entre outros (RONDONÓPOLIS, 2019).

Infelizmente, a elaboração deste diagnóstico não foi concluído e mostra que há uma certa complexidade na elaboração e dificuldade de aproximação do cidadão ao poder público, que consiste em um limitador do planejamento urbano, como foi apontado por Bernardy (2013).

O IBGE MUNIC (2018) disponibiliza informações básicas municipais por meio de um levantamento detalhado de apontamentos administrativos, que coleta dados sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas.

A pesquisa foi realizada em 2018, com 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) prefeituras brasileiras. Para fins e aporte desta presente pesquisa, foram analisados os dados relacionados ao número de municípios da Região Centro-Oeste, que possuíam: i) Plano Diretor; ii) Plano Diretor revisado; iii) sem Plano Diretor e iv) Plano Diretor em elaboração. Os dados podem ser visualizados no Gráfico 1, em que foram divididos entre os Estados de Mato Grosso do Sul – MS, Mato Grosso – MT e Goiás - GO.

[5]Matéria disponível em:<https://www.ucmmat.org/noticias-em-geral/item/4444-plano-diretor-esta-desatualizado-denuncia-vereador>. Acesso em: 13 de maio de 2020.

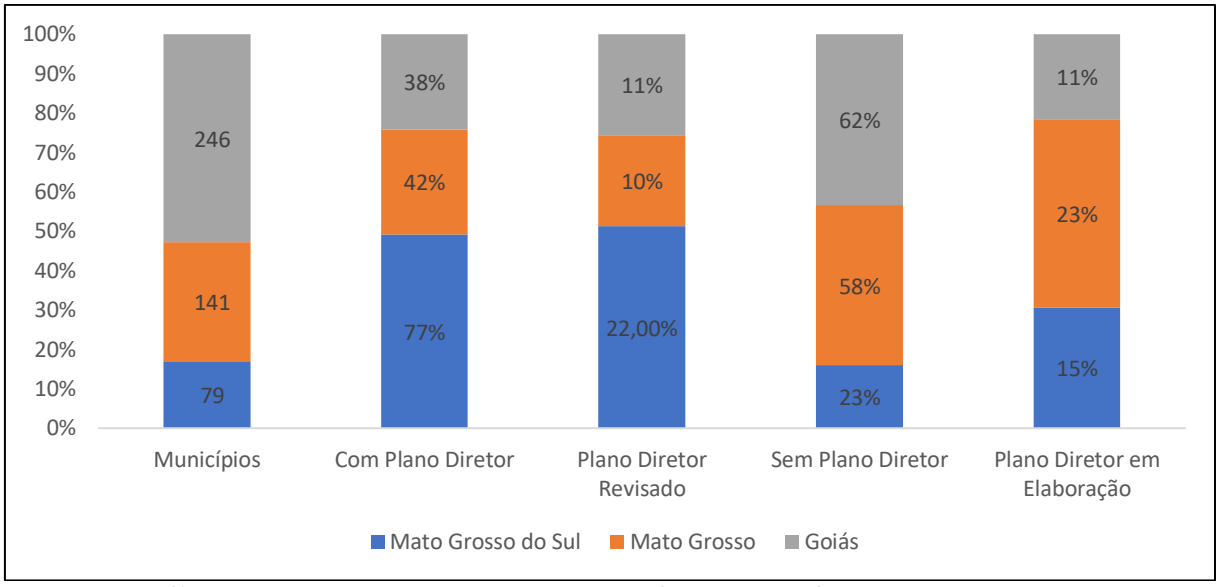

FIGURA 4 – Gráfico percentual plano diretor comparado com o número de municípios para cada estado da Região Centro-Oeste.
Fonte: Adaptado de (IBGE Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018).

A Figura 4 mostra que o Estado com maior número de municípios é o de Goiás, que apresentou que 38% dos municípios possuem o Plano Diretor e 11% deles estão revisados. O Estado do Mato Grosso do Sul é o Estado que possui o menor número de municípios, porém o maior percentual de municípios que possuem o Plano Diretor, representado por 77% dos municípios.

A análise mostra que o Estado de Goiás, possui os percentuais mais baixos na presença, elaboração e revisão do Plano Diretor, embora o número de municípios seja mais que o dobro, comparado com os demais estados somados.

O Estado do Mato Grosso, possui 42% dos municípios com Plano Diretor e 58% dos municípios sem Plano Diretor e apenas 10% dos municípios possuem o Plano Diretor revisado. Os Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, possuem maior adesão dos municípios ao Plano Diretor.

O prazo para conclusão do Plano Diretor pelas prefeituras municipais, conforme o Estatuto da Cidade, lei 10.257 de 2001, estipulou a finalização destes até o ano de 2006 e a revisão a cada dez anos.

Segundo o IBGE (2018), dos 5.570 municípios brasileiros pesquisados em 2018, 48% dos municípios estão sem o Plano Diretor e apenas 15% dos municípios estão com eles revisados. Portanto, 2.866 municípios possuíam o Plano Diretor e 836 estavam com ele

revisado. Do total 2.701 municípios não possuíam o Plano Diretor e 533 estavam com ele em elaboração. Os percentuais podem ser visualizados na Figura 5.

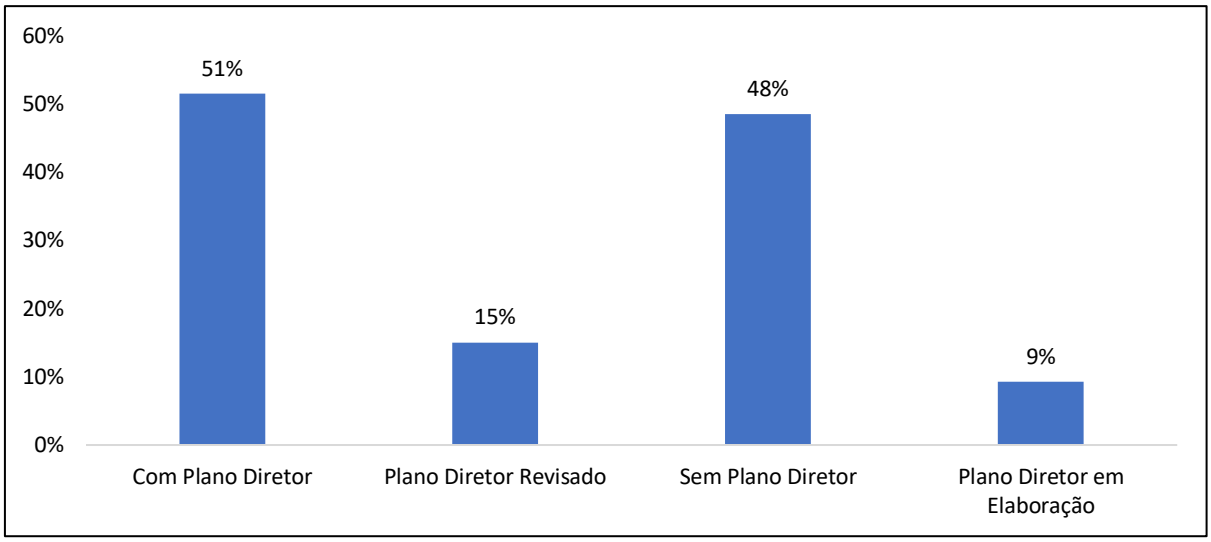

FIGURA 5 – Gráfico Cenário do percentual de municípios brasileiros referente ao Plano Diretor.
Fonte: Adaptado de (IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2018).

Os dados despontam a baixa adesão do instrumento de gestão urbana por parte dos municípios, criando um espaço ainda maior para elaboração, diagnóstico participativo, discussões em plenários da câmara e criação de agendas.

Enfim, a mobilização dos cidadãos e as demandas antecipadas em planejamentos, poderão ser melhor executadas e com maior possibilidade na aquisição de subsídios das esferas governamentais, na situação em que se tem um Plano Diretor atualizado, que podem ser empregados em melhorias e investimentos em infraestruturas.

Em termos gerais, o Plano Diretor criado, a partir da lei federal 10.257, de 2001, demonstra a importância e a abrangência, como instrumento básico na gestão urbana e ambiental. Porém, os dados mostram que, mais da metade dos municípios brasileiros não aderiram a este instrumento e por aspectos estritamente políticos, o Plano Diretor de Rondonópolis está desatualizado deste 2015, sua última versão.

Para distanciar brevemente do levantamento dos aspectos técnicos e políticos do Plano Diretor, será apresentada uma parte da história da criação do município de Rondonópolis, a fim de identificar a dependência do caminho, para que o passado sirva de suporte à contextualizar a situação urbana presente na cidade, que reforçará o entendimento de, como as condições impostas pelo novo cenário contribuem para a falta de atuação na definição do Plano Diretor.

2.5 LIDERANÇA

Líderes comunitários são encarregados para atender diversas demandas diante do planejamento urbano e mais especificamente dos bairros das cidades. Se entende por planejamento urbano, na busca de seu conceito a produção do espaço, o planejamento ambiental, setorial e territorial, como forma ou objetivo de uma cidade ideal e harmônica, em que se tem como premissas o desenvolvimento, o progresso e a qualidade de vida das pessoas (RODRIGUES, 2013).

Basicamente ser líder ou exercer alguma liderança é atuar diretamente em proposito do coletivo, com princípios no envolvimento dos seus liderados, para que se alcance algum objetivo ou resultado. Desta forma, a literatura mostra que liderança é "um dos temas mais antigos e provenientes da política, da sociologia, da história da psicologia e dos estudos organizacionais" (FARIA; MENEGHETTI, 2011, p.94).

Alguns autores consideram e descrevem que:

> (...) Liderança é o processo de exercer influência sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos nos esforços para a realização de objetivos em determinada situação" (HERSEY[6] e BLAN-CHARD, 1977); Liderança é o uso da influência não coercitiva para dirigir as atividades dos membros de um grupo e levá-los à realizações dos objetivos do grupo (JAGO[7], 1982) Liderança é o processo de inspirar os outros a trabalhar duro para realizar tarefas importantes (SCHERMERHORN[8] JR. e JOHN, 1999 p. 224) A liderança é igualmente essencial em todas as demais funções da administração: o administrador precisa conhecer a motivação humana e saber conduzir as pessoas, isto é, liderar (CHIAVENATO[9], 2000 p. 257, apud FARIA; MENEGHETTI, 2011, p. 94).

O conceito de liderança é importante para o entendimento da gestão de cidades e segundo Rodrigues (2013), ele manifesta sua opinião enquanto cidade ideal palco desta liderança que raramente são considerados os aspectos reais da vida e da população. Para ele há muitas contradições no planejamento urbano, pois possuem ordens mais especificas no "desenvolvimento territorial, a exemplo de praças, ruas, avenidas e lotes e em contrapartida os 'pobres' devem ficar em espaços isolados para não atrapalhar a ordem previstas nos planos e metas" (RODRIGUES, 2013, p. 122).

---

[6] Hersey, Paul; BLANCHARD, Kenneth H. Management of organizational behavior. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1972.
[7] Jago, Arthur. Leadership: perspectives in theory and research. Management Science, 28(3), march, 1982.
[8] Schermerhorn Jr., JOHN R. Administração. 5. ed. Rio de Janeiro: LTc Editora, 1999.
[9] Chiavenato, Idalberto. Teoria geral da ad- ministração. Vol I. 5. ed. São Paulo: Cam- pus, 2000.

Nas palavras de Rodrigues (2013) a “cidade ideal é aquela em haja troca, tenha realização de acontecimentos, das ciências, do conhecimento é planejada, sem pobres ou pobreza, com alto padrão de qualidade de vida” (RODRIGUES, 2013, p. 123).

Bairros distantes do centro da cidade, geralmente apresentam inúmeros problemas urbanos, como falta no abastecimento de água, pavimentação asfáltica precária ou inexistente em ruas e avenidas, empregos escassos, depósitos de lixo em locais inapropriados, poluição e contaminação da água, da fauna, da flora, do solo e do ar, falta de moradia e transporte coletivo, tratamento de esgoto inadequado, consumo de drogas em locais públicos, prostituição, falta de escolas, entre outros problemas. Esta é a descrição de uma cidade real ou a realidade de muitos bairros das periferias.

Problemas listados no parágrafo anterior, também é identificado na cidade de Rondonópolis, assim como em qualquer outra cidade. Contudo, em bairros mais centrais, o panorama tende a ser bem diferente em que atende a maioria dos requisitos básicos, pois são ocupados pela elite econômica e o padrão das construções caracterizam-se pela classe alta a média, sustentada pela atuação de construtoras privadas, compreendidas pela elite imobiliária.

É no panorama da cidade real que a “liderança” ou atuação de um presidente de bairro é fundamental. Nos problemas da cidade ou especificamente do seu bairro, o presidente de bairro é quem se engaja para buscar novas soluções e torna-se a principal fonte ou ponte da comunidade para levantar demandas, planejar, estruturar e apresentar projetos de melhorias junto a esfera política e administrativa municipal.

O objeto do presente estudo compreende os “presidentes de bairros” e grupos sociais, que são pouco explorados e que possuem na prática, uma visão crítica sobre uma certa limitação ou descaso na utilização e eficácia de instrumentos de gestão urbana, a exemplo do Plano Diretor.

Presidente de bairro ou líder comunitário consiste em um indivíduo que atua, como voluntariado sem recursos externos. A maioria dos bairros, não possuem uma associação com infraestrutura mínima para oferecer serviços aos cidadãos, como: regularização fundiária, internet, cursos ou atividade culturais e socioambientais, em que os investimentos nestas áreas, apresentam-se ínfimos e muitos são provenientes de empresários e da própria comunidade.

A literatura até aqui explorada tem expressado o planejamento urbano em forma de instrumento de gestão a partir de planos, projetos, leis e normas, em que não mostra a importância e ou o papel de presidentes de bairros, entre os principais atores na gestão urbana. O que se vê, são políticas internas municipais, estaduais e federais que não funcionam. Não

basta só exercer uma liderança onde há questões, como: planejamento, vontade de auxiliar e aspectos reais da vida junto aos espaços urbanos.

Um dos interesses e objetivos desta pesquisa empírica é aproximar e entender os aspectos ambientais e de sustentabilidade gerados em meio ao crescimento urbano. Portanto, entender a percepção dos sujeitos, representados pelos líderes comunitários, em referência a este objeto de estudo, torna-se relevante na abrangência de grande parte do território da cidade em análise. Para o aporte teórico relacionado ao entendimento destas percepções, serão abordados os conceitos relacionados ao Urbanismo Sustentável, Novo Urbanismo e Cidade Sustentável.

2.6 URBANISMO SUSTENTÁVEL

Em 1960, a população global era estimada em mais de 3,0 bilhões de pessoas. Em 2018 o mundo praticamente dobrou o número de habitantes para 7,5 bilhões. O Brasil possui mais de 80% da população vivendo em áreas urbanas, e 15% em áreas rurais segundo o último censo do IBGE (2010). Estima-se que o Brasil tenha 210,1 milhões de habitantes, e uma taxa de crescimento populacional de 0,79% ao ano.

Globalmente percebemos a ocorrência de mudanças climáticas decorrentes das emissões dos gases do efeito estufa (GEE) principalmente o dióxido de carbono (CO^2). O uso de combustíveis fósseis, o crescimento populacional mundial, a poluição provocada pela intervenção humana, o aquecimento global, a deterioração da camada de ozônio, dentre outros fatores, como o consumo crescente de produtos industrializados aponta para uma crise ambiental, com crescente redução dos recursos naturais que asseguram a sustentabilidade econômica.

Nesse sentido, o aumento da população, a exploração da natureza e a crescente ação do homem, pode-se considerar a existência de um sistema econômico dentro de duas correntes: a economia ecológica e a economia ambiental sustentável (GEROGESCU-ROEGEN, 1971)

Na economia ecológica dentro de um subsistema fechado a natureza era vista de forma finita possuía vertentes mais extremistas referentes à sustentabilidade, como a baixa entropia dissipação de energia entrópica menor e relação econômica fraca. A solução foi uma crítica aos economistas neoclássicos, em que a proposta era o crescimento populacional zero ou nulo.

A relação de produção ocorria pelos agricultores em um ambiente organizacional fechado e capitalista, no qual a relação de troca era feita pelas famílias, pelas empresas de bens

e serviços dentro de um sistema produtivo, em que a contabilidade era o capital, mão-de-obra, recursos de produção, receitas e despesas (CECHIN; VEIGA, 2010).

Toda atividade humana tem o potencial de incidir sobre os ecossistemas, quer pela parte da extração de recursos (natureza, como fonte), quer pelo lançamento de dejetos sob a forma de matéria-prima ou energia degradada (caso em que atua, como cesto de lixo), em que a natureza se constitui, como uma fonte primordial e insubstituível de vida e age ao mesmo tempo, como um derradeiro escoadouro de rejeitos (CAVALCANTI, 2004).

Nos anos compreendidos entre 1960, até a década de a1990, havia uma série de debates em torno da sustentabilidade. Em 1968, foi criado o Clube de Roma, que consistiu em um grupo de cientistas que discutiam a influência da explosão demográfica sobre os ecossistemas; já em 1972, ocorreu a Conferência de Estocolmo, que levantou questões sobre a sustentabilidade no mundo. Desse modo, pontua-se que esses debates trouxeram importantes discussões sobre limites do crescimento e os riscos da degradação ao meio ambiente (BRÜSEKE, 2003).

Relatórios, como a declaração de Cocoyok, o Relatório Dag-Hammarskjöld, a ECO-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento) e o Relatório de Brundtland, foram os principais documentos emitidos durante o período referido. Dentre estes, o relatório mais aceito foi o Relatório de Brundtland, que conceituou "desenvolvimento sustentável, como aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades" (WCED, 1987, p. 54).

O Relatório Brundtland[10] parte de uma visão complexa em relação às causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. A visão deste, sublinha a interligação entre a economia, tecnologia e sociedade política. Neste relatório os principais itens discutidos foram: i) nova postura ética; ii) responsabilidade entre gerações; iii) preservação da biodiversidade; iv) redução do consumo de energia, dentre outros temas de importância para a sustentabilidade (BRÜSEKE, 2003).

Com foco na sustentabilidade, as indústrias de grande porte têm intensificado a melhoria de seus processos industriais, com o objetivo de reutilização de materiais industriais, melhoria na eficiência energética dos processos, uso de energia renovável, agricultura e pecuária sustentável, transporte eficiente, bem como à arquitetura e projetos urbanos, que visam a

[10]Relatório Brundtland. Desenvolvimento sustentável, Disponível em:<https://ambiente.wordpress.com/2011/03/22/relatrio-brundtland-a-verso-original/>. Acesso: 25.mai.2020.

otimização do uso dos recursos naturais e gestão dos resíduos e rejeitos de matéria e energia (JABBOUR, 2010).

O urbanismo sustentável, possui raízes nas discussões ambientais por meio de relatórios emitidos em conferenciais internacionais, em que prevê limites ao uso e consumo de energias não renováveis, para que as futuras gerações também tenham acesso aos recursos. Assim, a sustentabilidade entra no panorama urbano com novas possibilidades de adequar as diferenças sociais e criar novos diálogos com o segmento econômico e político, como meio de melhorar a qualidade de vida das pessoas e preservar o meio ambiente.

Portanto, o desenvolvimento de uma cidade sustentável visa proporcionar a integração do homem com a natureza, a redução de consumo e utilização de meios alternativos de transporte. Para Romero (2007, p. 51), o urbanismo sustentável é aquele em que uma cidade engloba alguns aspectos de sustentabilidade, ou seja:

> (...) cidade sustentável é o assentamento humano constituído por uma sociedade com consciência de seu papel de agente transformador dos espaços e cuja relação não se dá pela razão natureza-objeto e sim por uma ação sinérgica entre prudência ecológica, eficiência energética e equidade socioespacial (ROMERO, 2007).

Segundo Farr (2013) a integração do homem com a natureza viva está embasada nos princípios da biofilia, quem vem do grego "*bios*" que significa vida, junto a "*philia*" que significa amor e afeição em que determina o princípio do amor à vida. Ela possibilita uma conexão entre os seres humanos e os outros organismos vivos.

O crescimento desordenado e não planejado acarreta vários problemas, a exemplo do surgimento de periferias, favelas e problemas sociais. Essas características, estão diretamente relacionadas com os problemas urbanos e a presente exclusão social sobre as comunidades de baixa renda. Romero (2007, p. 49) salienta que o processo de "favelização e degradação de áreas urbanas é um indicador de, como os condicionantes formais de produção da cidade não detém eficácia a viabilidade ambiental e o desenvolvimento urbano".

Nesse sentido, necessita-se iniciar um levantamento sobre o "novo urbanismo" dentro do arcabouço do urbanismo sustentável, como subsídio teórico para fins de análise e entendimento de bairros sustentáveis em Rondonópolis

2.6.1 Novo Urbanismo

É presente o desejo para o aprimoramento e reprodução de cidades quanto a sua criação e função, bem como a atenção aos sistemas naturais das cidades. Historicamente na Europa foi elaborada a Carta de Atenas no ano 1933, em decorrência do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em Atenas. O documento expressava quatro funções básicas: "trabalhar, habitar, circular e cultivar o corpo e o espírito", em que construiu a ideia essencial para ocupar e regularizar o uso e ocupação do solo em espaços urbanos (KANASHIRO, 2004).

Em 1998 é publicada a nova Carta de Atenas realizada pela comunidade europeia, e articulada por onze países. Inicialmente, ela traz um novo repensar urbanístico e reflexões definidas na busca de um novo espaço urbano, voltado para as emergentes e complexas questões sustentáveis (KANASHIRO, 2004)

Portanto, a Nova Carta de Atenas tem como objetivo geral?

> (...) definir uma agenda urbana e consequentemente o papel do Planejamento Urbano, e finaliza com recomendações e princípios norteadores. Enfatiza que a formatação do documento resulta de uma série de discussões realizadas no âmbito europeu durante a década de 90. Entre os mais importantes estão o Green Paper on the Urban Environment (1990), Europe 2000: Outlook for the Development of Community's Territory (1991), Europe 2000 +: Cooperation for European Territorial Development (1994), European Sustainable Cities: Reported by the Expert Group on Urban Environment (1996) e Towards an Urban Agenda in the European Union (1997) (KANASHIRO, p. 35, 2004).

A Carta de Atenas ressalva entre um dos seus princípios os "aspectos ambientais", como questão central no planejamento urbano de tal modo, que os projetos deverão ser direcionados a melhores práticas ambientais, com vistas a "conservação dos recursos não renováveis, a conservação de energia e de tecnologias limpas, a redução dos vários tipos de poluição, evitar o desperdício e promover a reciclagem e redução". Esses aspectos são essenciais para a satisfazer as necessidades do amanhã e as vontades presentes do cidadão, em que priorizam-se as discussões e os debates das comunidades locais (KANASHIRO, p.36, 2004).

Outra contribuição ao Novo Urbanismo foi dada pelos norte-americanos em que devido ao grande crescimento populacional das cidades, a principal proposta foi de reestruturar os sistemas de transportes com vistas aos conceitos de compacidade do espaço urbano e da revitalização das paisagens. Deste modo, o novo urbanismo está aderido ao planejamento, na gestão e na qualidade dos projetos, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida nas comunidades locais.

A carta do Novo Urbanismo norte-americano é objeto de estudo do arquiteto professor doutor Adilson Costa Macedo. A primeira contribuição americana ao Novo Urbanismo foi datada em outubro, de 1993, onde foi realizado o "I Congresso do Novo Urbanismo (I CNU), na cidade de Alexandria, estado da Virgínia, nos Estados Unidos, que contou com a participação de aproximadamente 170 profissionais de diversos campos de atuação" (MACEDO, p. 12, 2007).

Em 1996, foi assinada a Carta do Novo Urbanismo por 266 participantes. Segundo Macedo (2007) o documento propõe princípios à formação do espaço regional, da cidade, e do bairro com a intenção de:

> (...) organizar sistemas regionais articulando áreas urbanizadas centrais com as cidades menores em setores bem delimitados do território, evitando a ocupação dispersa; valorizar a acessibilidade por transportes coletivos; favorecer a superposição de uso do solo como forma de reduzir percursos e criar comunidades compactas; estimular o processo de participação comunitária, e retomar os tipos do urbanismo tradicional relativos ao arranjo das quadras e da arquitetura. Com atenção para a articulação do sistema de transportes e para conceitos de compacidade do espaço urbano e do projeto da paisagem como um todo, o novo urbanismo, depende de um bom planejamento urbano e regional, da qualidade dos projetos locais e do envolvimento das comunidades (MACEDO, p.11, 2007).

O Novo Urbanismo americano, retoma principalmente projetos com o conceito de "Cidade Jardim" (*Garden City*). Este conceito visa a reprodução do campo em meio a civilização urbana, com a participação da comunidade, além de outros projetos que visam o "planejamento inteligente" (*smart growth*), o "desenvolvimento orientado ao transporte" (*transitoriented development*), o "desenvolvimento de bairros tradicionais", (*traditional neighborhood development*) e o "design neotradicional" (*neo-traditional desing*) (MACEDO, 2007).

O desenvolvimento sustentável preconizado pelas discussões entre os ambientalistas a partir da década de 1970, sintetizam o assunto para uma nova sociedade em que se tenha pelo menos a integração de quatro linhas da sustentabilidade, as quais permeiam os aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança. Portanto, a sustentabilidade urbana, deve propor minimamente a integração dos espaços urbanos entre essas linhas, para a promoção da equidade e da sinergia (SILVA; ROMERO, 2015).

O conceito de urbanismo sustentável, prima:

> Pela diversidade de usos e funções sobrepostos em um tecido denso e compacto, porém, que respeite as condicionantes geográficas e ambientais locais e regionais,

> bem como, as escalas e proporções adequadas de apropriação do espaço público e privado (SILVA; ROMERO, p. 215, 2015).

O novo urbanismo é preconizado pela Carta de Atenas no ano de 1933, em decorrência do Congresso Internacional de Urbanismo, ela traz o aprimoramento das cidades sua função, e aos sistemas naturais das cidades. Sendo o principal objetivo a compacidade, a reestruturação e revitalização de paisagens e a partir, da década de 1970, o conceito foi disseminado por ambientalistas nas dimensões sustentáveis, econômicas, sociais e de governança.

2.6.2 Sustentabilidade urbana

Na literatura especializada, encontra-se dois tipos de tratamento para a sustentabilidade urbana: o "normativo, empenhado em delinear o perfil da cidade sustentável" a partir de princípios contextualizados pelo que se entende por um urbanismo ambientalizado, e o "analítico, que parte da problematização das condições sociopolíticas", em que emerge o discurso sobre sustentabilidade aplicado às cidades (ACSELRAD, p.27, 2004).

O tratamento analítico ou normativo, encontra-se inserido no metabolismo urbano, na característica de uma cidade onde os protagonistas são os habitantes, onde nada se cria, tudo se constrói e é modificado pela ação do homem. O metabolismo urbano é a vivência ou a sobrevivência em uma selva de pedra capitalista, formada por grandes indústrias que precisam vender seus produtos em massa. Por outro lado, os consumidores são modificados diariamente pelas mídias de comunicação e pelo *marketing* de produtos e serviços.

O metabolismo urbano é uma característica de sociedades em que se tem início, meio e fim, onde o protagonista nasce, cresce e envelhece neste metabolismo. Desta forma, o indivíduo também sofre as consequências impostas por essa selva de pedra capitalista, em que algumas delas consistem na sobrevivência em meio às exigências de mercado, altas taxas de juros e desemprego no Brasil. O Brasil possui mais de 84% da população vivendo em cidades, o percentual mais alto do mundo (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Os problemas crescem, concomitantemente junto ao crescimento da população caracterizados por desigualdade social, dificuldades políticas e técnicas para prover soluções, falta de inovação, impasses políticos, degradação ambiental, falta de acesso a serviços de saúde e saneamento básico, causado, principalmente, pelas ações dos capitalistas industriais e pelas elites da construção civil.

O metabolismo urbano é formado por grandes centros comerciais, avenidas gastronômicas, bares e restaurantes, *fast foods*, academias, *shoppings*, lojas de brinquedos, lojas de departamentos, grifes, carros modernos, motos esportivas, praças, espaços públicos e parques naturais e as pessoas são protagonizadas por um consumo, estilo ou modo de viver voltados a satisfação pessoal e ao lazer.

O consumismo está ligado diretamente às necessidades humanas e elas podem estar no topo da pirâmide, condicionado a uma elevada satisfação, ou seja, um grau de poder, autoconfiança e realização pessoal. Abraham Maslow[11](1954) classifica por ordem de premência as motivações básicas humanas em: fisiológicas, segurança, afiliação e auto-realização. Com base nessa ordenação, a "necessidade fisiológica é portanto a mais forte, a mais básica e essencial, enquanto a necessidade de auto-realização é a mais fraca na hierarquia de premência" (MASLOW, 1954, apud HESKETH; COSTA, 1980, p. 59).

O metabolismo urbano também é responsável pelo fluxo contínuo de criação de resíduos de materiais não renováveis, dispostos diretamente no solo, em corpos d'água, em lixões a céu aberto ou em pontos esgotados e inadequados ao recebimento de determinados tipos de resíduos.

O fluxo consumista é incompatível com a sustentabilidade, devido a insuficiência ambiental no fornecimento de recursos e recepção de rejeitos. Os cenários encontrados diariamente nas cidades, consistem em ruas com longos engarrafamentos de veículos, córregos poluídos, poluição sonora, lixo urbano disposto em local inapropriado, esgoto a céu aberto e poluição atmosférica.

Entretanto, há cidades em que se apresentam cenários mais sustentáveis planejadas por engenheiros e arquitetos, com construções de alto padrão, em que possuem bairros com paisagens mais naturais, voltadas a integração do homem na natureza. A insuficiência ambiental, demonstra uma visão mais mercadológica e menos ecológica.

A atual crise ambiental e a busca por um desenvolvimento sustentável colocam a entropia um termo da física, como inclusão na problemática do pensamento econômico. Nesse sentido, o que ameaça a sustentabilidade do processo econômico é justamente a base material que lhe serve de suporte, bem como a capacidade do meio de absorver a alta entropia resultante do processo econômico (GEORGESCU-ROEGEN, 1971).

Segundo Acselrad (1999) a leitura da cidade é feita por meio de um sistema termodinâmico aberto causado pelos fluxos de entradas e saídas de materiais produzidos nos

[11] Maslow, A. H. A theory of human motivation. Psychological Review, 50: 390-6,1943.

espaços urbanos, devido a uma crescente função entrópica. Ele afirma a irreprodutividade ilimitada do processo de crescimento econômico-material.

O metabolismo urbano pode ser ajustado com base em alternativas tecno-materiais, "com representação ecossistêmica das cidades, composta por movimentos interativos de circulação, troca e transformação de recursos em trânsito". Nesse sentido, a eficiência de uma cidade é aquela em que, "para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais e satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos" (ACSELRAD, 1999, p. 82-83).

A solução para irreprodutividade ilimitada e impactos entrópicos das ações praticadas pelo homem, estariam nas adoções de novas tecnologia que objetivam produzir eficiência energética voltadas para a reciclagem de materiais, consumo eficiente de energia e adoção de fontes energéticas renováveis. No entanto, o que se percebe na grande maioria das cidades é a ineficiência ecoenergética (ACSELRAD, 1999).

Desta forma, a principal contribuição para o planejamento de cidades eficientes energeticamente, se dá por meio de:

> (...) concepção da sustentabilidade como trajetória progressiva em rumo à eficiência ecoenergética é normalmente acompanhada da constituição de uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana, pela via da "educação ambiental", da disseminação de uma "consciência ecológica", de projetos comunitários de reciclagem ou pelo engendramento de uma "economia da reciclagem" (ACSELRAD, p.83,1999).

Outra contribuição teórica quanto ao discurso da matriz de sustentabilidade urbana Ascelrad (1999), propõe um modelo adaptativo das estruturas urbanas com foco na promoção da qualidade de vida segundo o modelo da pureza, da cidadania ou do patrimônio. A matriz pode ser visualizada no Quadro 2.

1. Representação tecno-material da cidade	1.1. Modelo da racionalidade ecoenergética. 1.2. Modelo do equilíbrio metabólico.
2. A cidade como espaço da "qualidade de vida"	2.1. Modelo da pureza. 2.2. Modelo da cidadania. 2.3. Modelo do patrimônio.
3. A reconstituição da legitimidade das políticas urbanas	3.1 Modelo da eficiência. 3.2 Modelo da equidade.

QUADRO 2 - Matriz discursiva da sustentabilidade urbana.
Fonte: Ascelard, (1999 p. 87).

O modelo representado no Quadro 2, mostra a leitura da cidade como matriz tecno-material com ênfase na eficiência urbana ecoenergética ou no equilíbrio metabólico à materialidade do urbano.

Uma forma de reduzir os impactos ambientais gerados nas cidades é trazer para a sociedade discussões em torno da utilização dos recursos humanos e inovações tecnológicas para a gestão de cidades sustentáveis (KNIESS et al., 2019). Portanto, os autores reforçam a importância das "Cidades Inteligentes" e inovadoras, como forma de produzir e criar novos produtos por meio de novos processos tecnológicos, impulsionados pela Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), tais como:

> a) impressoras 3D, que poderão revolucionar o setor da construção civil e contribuir para suprir o déficit habitacional das cidades;
> b) os sistemas de big data e Análise, que poderão criar indicadores em tempo real para melhorar a governança e a tomada de decisão dos gestores públicos;
> c) inteligência artificial (IA), que irá impulsionar a eficiência das TIC;
> d) e a expansão da Internet das Coisas (IoT), que irá integrar bilhões de objetos e sensores a internet (KNIESS et al., 2019, p. 121).

Um projeto conduzido pelo Centro Regional de Ciência na Universidade de Tecnologia de Viena, demonstra que o conceito de "Cidade Inteligente" é composto por seis eixos: a) economia inteligente; b) mobilidade inteligente; c) ambiente inteligente, d) menores grupos de pessoas e e) governança inteligente. Portanto, os eixos são conectados a referenciais teóricos regionais e neoclássicos tradicionais do crescimento e desenvolvimento urbano, enfim, a "Cidade Inteligente é aquela em que tem investimentos no crescimento econômico sustentável, na alta qualidade de vida, com uma gestão inteligente de recursos naturais, por meio da governança participativa" (CARAGLIU; DEL BO; NIJKAMP, 2011, p. 70).

Os autores Caragliu et al. (2011), apresentam o objetivo de apresentar evidencias relativas à performance de cidades, com o uso de um modelo de indicadores de cidades europeias, a partir de uma análise quantitativa das correlações de indicadores que contemplam os conceitos de "Cidades Inteligentes" existente na literatura e que, foi comparada com uma auditoria urbana realizada entre 2003 e 2006.

Para a análise entre as cidades, os pesquisadores utilizaram seis indicadores quantitativos, que consistiram em: a) renda *per capita*; b) emprego e entretenimento na indústria; c) acessibilidade multimodal; d) rede de transporte público; e) governança; f) capital humano. A conclusão da pesquisa, mostrou que "a presença de uma classe criativa, a qualidade e a atenção dedicada ao ambiente urbano, o nível de educação e a acessibilidade e uso das TICs

para a administração pública estão positivamente correlacionadas com a riqueza urbana" (CARAGLIU; DEL BO; NIJKAMP, 2011, p.71).

A materialização do conceito "Cidade Inteligente" com a utilização de TIC, foi evidenciado em um estudo de caso a partir da experiência da cidade de Porto Alegre, onde os resultados mostraram que a implementação de inovações nas prestações dos serviços públicos, proporcionaram maior eficiência nas atividades que envolvem a gestão da cidade. Portanto, a prática é viável e fomenta o desenvolvimento sustentável urbano (WEISS et al., 2013).

Outra contribuição para planejar uma cidade sustentável é dada pela importância da criação e revitalização em espaços já consolidados, chamados de espaços cinzas, com a implantação de infraestruturas verdes. Esses espaços trazem benefícios que podem mitigar enchentes, melhorar a conservação de áreas naturais, recuperar parte da fauna e flora, melhorar a qualidade do ar e bem-estar dos moradores. Como exemplo, o autor cita o projeto de revitalização em uma rua do bairro dos Bancários em João Pessoa, capital da Paraíba (MAROPO et al., 2019).

Na cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, estudos de cidades sustentáveis apresentaram a importância da coesão social na valoração dos espaços públicos e redução na dependência do automóvel (SILVA; ROMERO, SANFORD, 2013, 2018).

O delineamento dos aspectos teóricos para o alcance do objetivo deste estudo, demonstra que a presente pesquisa se enquadra nos tratamentos da sustentabilidade urbana. Desta forma é importante seguir ou construir "Agendas" municipais com o propósito de monitorar e medir o desempenho ambiental. Portanto é importante apresentar modelos de agendas ambientais urbanas, a exemplo da "Agenda 21" e as orientações dos ODS "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável", contidas na "Agenda 2030".

2.7 AGENDA 21

A Agenda 21 reflete as necessidades das sociedades impostas por metas de sustentabilidade para o século XXI. A escolha da Agenda 21 para servir de referencial teórico na avaliação do objeto de estudo, se dá pela importância dos seus fundamentos, diretrizes e metas, como aporte ao enquadramento das ações socioambientais, realizadas por presidentes de bairros na gestão urbana de Rondonópolis.

Embora entende-se que seja uma agenda relativamente desatualizada e que, desde que foi criada não deu certo em termos de sua adesão em mais da metade dos municípios brasileiros,

suas dimensões ainda são importantes referenciais na busca de metas que levem ao alcance do objetivo do desenvolvimento sustentável, por meio de ferramentas que permitem o planejamento participativo.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente do Brasil (2020) a Agenda 21, pode ser "definida, como um instrumento de planejamento para construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica".

Portanto, a Agenda 21 é subdividida em níveis de orientações distintas para cada situação territorial, em que são consideradas as diretrizes da Agenda 21 Global, de aspecto gerais a nível mundial, a Agenda 21 Brasileira, voltada para os aspectos que englobam a realidade a nível nacional e a Agenda 21 Local, que pode compreender orientações específicas à municípios, consórcios de municípios, entorno de Unidades de Conservação e bacias hidrográficas.

2.7.1 Agenda 21 global

A Agenda 21 Global, consiste em um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer para refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores da sociedade, poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

Em seu aspecto geral, está organizada em grupos temáticos composto por 40 capítulos e divididos em 4 seções, em que se apresentam as bases para ações, objetivos, atividades e os meios de implementação de planos, programas e projetos, direcionados à melhoria da qualidade de vida e das questões relativas à conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020).

Segundo Fantin (2011, p. 117), as quatro seções em que se estrutura o documento da Agenda 21 Global, são: "dimensões sociais e econômicas; conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento; fortalecimento do papel dos principais grupos sociais; e meios de implementação".

A seção I situa as dimensões Sociais e Econômicas e é compreendida entre o capítulo dois até o oito, em que são discutidas: (i) as políticas internacionais que podem ajudar a viabilizar o desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento; (ii) as estratégias de combate à pobreza e a miséria; (iii) a necessidade de introduzir mudanças nos padrões de

produção e consumo; (iv) as inter-relações entre sustentabilidade e a dinâmica demográfica; e (v) as propostas para a melhoria da saúde pública e qualidade de vida dos assentamentos humanos (Ibid.).

A seção II, que compreende os capítulos nove ao 22, discorre sobre o tema da conservação e gerenciamento dos recursos para o desenvolvimento e trata do manejo dos recursos naturais que incluem os solos, corpos d'água, mares e energia, assim, como a gestão dos resíduos e substâncias tóxicas, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável (Ibid.).

A seção III se refere ao fortalecimento do papel dos principais grupos sociais, em que abordam as ações necessárias para promover a participação nos processos decisórios, de alguns dos segmentos sociais mais relevantes. A seção abrange o intervalo entre os capítulos 23 e 32 (Ibid.). Esta dimensão está diretamente ligada aos estudos sobre o capital social, que fortalece a coesão dos grupos sociais e fomentam o engajamento cívico para o cumprimento das agendas ambientais e promoção do desenvolvimento sustentável com eficácia coletiva.

A seção IV, composta pelos capítulos finais, do 33 ao 40, relata sobre os meios de implementação, em que explana sobre os mecanismos financeiros e os instrumentos jurídicos nacionais e internacionais existentes e a serem criados, com vistas à adoção de programas e projetos orientados para a sustentabilidade (Ibid.).

2.7.2 Agenda 21 brasileira

O apanhado histórico da criação da Agenda 21 Brasileira, consiste numa primeira fase entre 1996 a 2002, envolvendo cerca de 40 mil pessoas. No segundo período, a partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira não somente entrou na fase de implementação assistida pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS), como também foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual (PPA) entre 2004 a 2007, pelo governo do período.

Como programa, a Agenda 21 Brasileira adquire maior força política e institucional, pois está consentida com as diretrizes da política ambiental, transversalidade, desenvolvimento sustentável e adoção de referenciais estratégicos, como a Carta da Terra, publicada em 2003.

A nível nacional, a Agenda 21 corresponde a um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do País e foi resultante da consulta à população brasileira. Coordenado pela CPDS, criada em 1997, começou a construir-se a partir das diretrizes desta agenda e foram entregues à população em 2002 (MMA, 2019).

A comissão CPDS foi paritária e reuniu os ministérios ligados às questões de desenvolvimento e de meio ambiente assim, como representantes da sociedade civil organizada. Sua finalidade foi propor estratégias de desenvolvimento sustentável e coordenar a elaboração e a implementação da Agenda 21 Brasileira (MMA, 2019).

Portanto, a Agenda 21 Brasileira, tem por objetivo avaliar os fatores e as potencialidades para instituir um modelo de desenvolvimento sustentável para o Brasil, em que determina estratégias e linhas de ações cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público (IDEM).

O programa da Agenda 21 Brasileira é composto por três ações estratégicas realizadas com a sociedade civil: Em resumo, estas ações encontram-se relacionadas no Quadro 3:

Ações estratégicas	Sociedade civil
Implementar a Agenda 21 Brasileira	Passada a etapa da elaboração, a Agenda 21 Brasileira tem agora o desafio de fazer com que todas as suas diretrizes e ações prioritárias sejam conhecidas, entendidas e transmitidas, entre outros, por meio da atuação da (CPDS); implementação do Sistema da Agenda 21; mecanismos de implementação e monitoramento; integração das políticas públicas; promoção da inclusão das propostas da Agenda 21 Brasileira nos Planos das Agendas 21 Locais.
Orientar para a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais	A Agenda 21 Local é um dos principais instrumentos para se conduzir processos de mobilização, troca de informações, geração de consensos em torno dos problemas e soluções locais e estabelecimento de prioridades para a gestão de desde um estado, município, bacia hidrográfica, unidade de conservação, até um bairro, uma escola. O processo deve ser articulado com outros projetos, programas e atividades do governo e sociedade, sendo consolidado, dentre outros, a partir do envolvimento dos agentes regionais e locais; análise, identificação e promoção de instrumentos financeiros; difusão e intercâmbio de experiências; definição de indicadores de desempenho.
Implementar a formação continuada em Agenda 21	Promover a educação para a sustentabilidade através da disseminação e intercâmbio de informações e experiências por meio de cursos, seminários, workshops e de material didático. Esta ação é fundamental para que os processos de Agendas 21 Locais ganhem um salto de qualidade, através da formulação de bases técnicas e políticas para a sua formação; trabalho conjunto com interlocutores locais; identificação das atividades, necessidades, custos, estratégias de implementação; aplicação de metodologias apropriadas, respeitando o estágio em que a Agenda 21 Local em questão está

QUADRO 3 - Ações Estratégicas voltadas para sociedade civil
Fonte: Adaptado de (MMA, 2019).

Como desafios apresenta-se a própria singularidade de agenda para sustentabilidade inovadora, criativa, cooperativa, multidisciplinar, além de integrar a malha institucional, aspectos que, frequentemente, não estão contemplados de forma conjunta na experiência do planejamento nacional (SMEDUQUEDECAXIAS, 2019). Sendo assim, podemos mencionar as dificuldades listadas no Quadro 4.

Dificuldades	1. Desenvolver processo participativo em um país de dimensões continentais e sem tradição de participação em processos de elaboração de políticas públicas.
	2.Desnivelamento do conhecimento e das informações sobre os entraves à sustentabilidade e sobre as potencialidades do país, com vistas à construção de um caminho para um novo modelo de desenvolvimento. Essas dificuldades são devidas a diversidades socioeconômica e cultural, fruto da grande desigualdade social ainda prevalecente.
	3. Dificuldade imposta pela cultura dominante no Ocidente, de perceber o mundo a partir de setorialidades e/ou de reivindicações de casos particularizados.
	4. Dificuldade de criação de sonhos comuns, para um horizonte de tempo que vá além da vida de cada indivíduo.
	5.Criar um sonho comum num país de demandas regionais específicas, fruto das desigualdades a serem reduzidas.

QUADRO 4 - Dificuldades para implantar Agenda 21 no Brasil
Fonte: Adaptado de (SMEDUQUEDECAXIAS, 2019).

Um estudo da Agenda 21 Brasileira, apresentou a importância de indicadores de desenvolvimento sustentável no contexto brasileiro. O método utilizado consistiu na comparação de indicadores e tópicos da Agenda 21, em relação aos indicadores sustentáveis do IBGE. A pesquisa apresentou os benefícios gerados pela Agenda 21 e traz novas reflexões, discussões e ou resoluções de conflitos entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável e dá significância aos processos sociais e metodologias de capacitação diante do método de implementação e prática de políticas públicas (MALHEIROS; ARLINDO; COUTINHO, 2008).

É importante ressaltar que a Agenda 21 Brasileira, já integrou o PPA do governo federal, em gestões passadas. Um programa que teve por finalidade a elaboração e implementação das Agendas 21 Locais, formação continuada e fomento de recursos de projetos ambientais por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado pela lei n° 7.797 de 10 de julho de 1989 (MMA, 2020, p.1).

Portanto, o compromisso nacional atual com relação ao cumprimento das metas pré-estabelecidas em governos anteriores, estão bem aquém do que se esperava ter alcançado até o momento, o que demonstra retrocesso em todas as dimensões devido aos cancelamentos dos conselhos ambientais que sustentavam as agendas nacionais já criadas. Estas observações

servirão de base para entender os porquês do lento avanço do desenvolvimento sustentável da cidade de Rondonópolis.

2.7.3 Agenda 21 local

O documento que se trata a Agenda 21 Local, corresponde a um processo amplo e participativo de consulta sobre os problemas ambientais, sociais e econômicos locais, além do debate sobre as soluções destes, por meio da identificação e implementação de ações concretas que visem o desenvolvimento sustentável local (Agenda 21 Local, MMA, 2019).

Muito dos problemas vinculados na perspectiva da Agenda 21 Global, tem suas raízes nas atividades locais. Então, a participação e cooperação das autoridades locais são fatores determinantes para o alcance de seus objetivos.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2019), a construção desse tipo de agenda vem ao encontro com a necessidade de se confeccionar instrumentos de gestão e planejamento para o desenvolvimento sustentável. Ele pode começar tanto pela iniciativa pública ou pela sociedade civil organizada. Ou seja, ele pode fazer parte, tanto de planos diretores municipais, quanto de comunidades rurais, bairros, áreas protegidas, escolas, empresas, nos diferentes biomas brasileiros, em que se possam apresentar experiências bem-sucedidas.

Ainda, Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2019), o ponto de partida é a formação de um grupo de trabalho composto por representantes da sociedade e governo (no caso de um município ou determinada territorialidade), em que a liderança pode ser representada por qualquer segmento da comunidade (governo, ONG Organização não Governamental, instituição de ensino, por exemplo).

As atribuições desse grupo de trabalho, devem envolver desde a mobilização e a difusão dos conceitos e pressupostos da Agenda 21, até a elaboração de uma matriz para a consulta à população sobre problemas enfrentados e possíveis soluções que incluem o estabelecimento de ações sustentáveis prioritárias e que devem ser implementadas no processo de construção da Agenda 21 Local, composta pelas ações relacionadas no Quadro 5.

Ações Prioritárias	O estabelecimento de uma metodologia de trabalho.
	A reunião de informações sobre as questões chaves de desenvolvimento local.
	Os papéis dos diferentes participantes do processo.
	Os papéis dos diferentes participantes do processo.
	Negociações junto ao poder local sobre a institucionalização do processo de construção e implementação da Agenda 21 Local.

QUADRO 5 Ações prioritárias no processo construção Agenda 21 local.
Fonte: Adaptado de (MMA, 2019, p.1).

Para a Agenda 21 Local possa ter validade é preciso conquistar num primeiro momento seus conceitos e pressupostos junto às comunidades, associações de moradores, movimentos sociais, entidades de classe, escolas e setor produtivo rural e urbano.

Além da iniciativa da comunidade é necessário estabelecer um diálogo com órgãos públicos, a exemplo da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores e de órgãos privados, como industrias e comércios locais para obtenção de apoio e oficialização do processo.

Para construir a Agenda 21 Local, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2019, p.1), é importante seguir seis etapas, que consistem em: (i) mobilizar para sensibilizar governo e sociedade (ii) criar um Fórum da Agenda 21 Local; (iii) elaborar um diagnóstico participativo; (iv) elaborar; (v) implementar; (vi) monitorar e avaliar, um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

Há uma certa resistência na comunidade ou órgãos públicos em participar das discussões da Agenda 21. A forma conservadora e a repetição de costumes e hábitos voltados ao cuidado e conservação da cultura e do meio ambiente, demonstra ser uma barreira quando se busca a conscientização e justamente, a mudança de hábitos para transformar a realidade local.

Em 2009, o Ministério do Meio Ambiente, por meio do Painel Nacional de Indicadores Ambientais (PNIA)[12] divulgou o resultado das sínteses dos municípios que haviam iniciado o processo de Agenda 21 Local. O indicador revelou que somente alguns municípios se sustentaram quanto a criação e implementação. Em 2002, em torno de 1.692 municípios tinham iniciado o processo de construção da Agenda 21 Local e no ano de 2009, apenas 1.105.

O resultado do indicador mostra uma queda percentual de 65,3% na adesão dos municípios ao processo de implantação da Agenda 21, entre os anos 2002 a 2009. Isso demonstra mais um indicador real de que as políticas públicas municipais, por meio de Agenda 21 Local, não se sustentam ao longo do tempo.

[12] PNIA – PAINEL NACIONAL DE INDICADORES AMBIENTAIS – Disponível em:< https://www.mma.gov.br/pnia/Arquivos/Temas/Qualidade_Ambiental_Urbana_QAU/6_Planejamento_e_Gestao_Sustentaveis/QAU_6_3_A/Sintese_QAU_6_3.pdf>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

Folleto (2018), alerta a importância “quanto a capacidade Institucional estar presente na Agenda 21 para fortalecer as instituições e buscar técnicas endógenas em programas de desenvolvimento sustentável com setores governamentais”. Os principais indicadores para o crescimento, de acordo com o IBGE, estão em grupos de custos e investimentos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

O Estado do Mato Grosso possui um desempenho que fica entre a média ou até mesmo, inferior a outros estados, com relação a P&D. Visto o número de pesquisas realizadas quanto a Agenda 21 Local, o Estado possui o pior desempenho da região Centro-Oeste. Ainda assim, o Estado do Mato Grosso possui vocação agrícola e comparado com os outros estados da Região Sul, possui melhor desempenho (FOLETTO, 2018, p. 168).

Para o desenvolvimento local a extensão universitária tem sido utilizada, como ambiente de reflexão acadêmica em temas ligados a Agenda 21 Local, a exemplo do “Projeto Rondon” na Amazônia.

O estudo apresenta a importância das discussões relativas “à cooperação universidade-governo-sociedade, à extensão universitária” e a importância da cooperação de agentes locais em redes, no sentindo da sustentabilidade e desenvolvimento local, sob uma perspectiva de gestão pública pautada nas cinco dimensões da sustentabilidade, que compreendem “a social, a ambiental, a econômica, a cultural e a político-organizativa” (FANTIN, 2011, p. 116).

Segundo Fantin (2011) o modelo ideológico hegemônico para a dimensão econômica não pode ser visto somente pelo viés do crescimento econômico produtivo, em que traz questões reflexivas em torno das desigualdades sociais, assim como o desrespeito as distintas culturas e a evidente degradação ambiental. A pesquisa do autor foi elaborada a partir do método pesquisa-ação.

A principal restrição para implementação da Agenda 21 Local partiu do município, devido às deficiências apresentadas pelas Secretarias de Educação, Cultura e Lazer e também, pelas limitações impostas pelas lideranças comunitárias (Ibid.)

No âmbito da saúde, foi estudado os impactos das agendas sociais, especialmente, a Agenda 21 atrelada ao conceito de Cidades Saudáveis, em que se focou nos Determinantes Sociais de Saúde em municípios brasileiros, para a mensuração dos efeitos de políticas sociais difusas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Realizou-se um estudo ecológico longitudinal, onde foram medidos os efeitos das agendas sociais com o uso dos indicadores das oito dimensões da ODM, em 105 municípios. Utilizou-se ferramentas de estatística descritiva e análises de variâncias não-paramétricas. O estudo comprovou impactos

da agenda na redução da fome e aumento do acesso universal à educação. Além disso, os autores recomendaram o uso de "*mixed methodologies*", que integrem ferramentas quantitativas e qualitativas para as análises (DO NASCIMENTO et al., 2014).

O importante entendimento de, "como se organiza e se desenvolve uma determinada sociedade e a situação de saúde daquela população" é apresentado no estudo de Westphal et al. (2013, p. 103). Os autores desenvolveram um estudo de caso exploratório em municípios do sudeste brasileiro com a Agenda 21 ativa no intuito de analisar "as redes sociais locais, suas interfaces e potencialidades em relação à gestão integrada e participativa, sustentabilidade de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social, proteção e preservação do meio ambiente e da saúde" (WESTPHAL et al., 2013, p.107).

Um dos aspectos relevantes neste estudo, refere-se a análise dos princípios, dos valores, da integração das ações e das redes. A terceira fase do estudo de caso, elaborado na cidade de Americana no Estado de São Paulo, apresentou que a Universidade é uma grande articuladora e incentivadora de projetos de pesquisa para o desenvolvimento local. As demais, conta com o apoio e suporte de verbas internacionais, já que o aporte do município é básico e as mudanças políticas a cada quatro anos, geram desconforto e instabilidade na população (WESTPHAL et al., 2013).

Um exemplo de sucesso no processo de implementação da Agenda 21 Local, consiste no da Prefeitura de Piracicaba no Estado de São Paulo, que organizou e implantou por meio de parcerias intersetoriais e da comunidade, a Agenda 21 municipal. A implementação ocorreu por meio de um Planejamento Estratégico em que se teve, como princípio norteador, a abordagem dos indicadores nas dimensões: i) ambiental; ii) social; iii) econômica; iv) política; v) cultural; e vi) territorial urbana. Os indicadores foram analisado por meio de uma matriz SWOT e com o instrumento, apresentou-se as Forças e Fraquezas na análise do ambiente interno e as oportunidades e ameaças na análise ambiental externa (SANTOS, 2009).

O modelo de Piracicaba é reconhecido em território nacional e internacionalmente. Para a obtenção do modelo, calcula-se que se envolveu mais de 600, voluntários o que mostra ser um ponto chave para o fomento de uma significativa participação da sociedade e o envolvimento dos órgãos políticos. A metodologia utilizada para a gestão é o planejamento estratégico, em que permite criar cenários, estipular objetivos e ações prioritárias.

Um estudo sobre o movimento participativo comunitário realizado na cidade de Rondonópolis, no ano de 2018, mostrou que é possível criar, organizar, discutir e elaborar uma Agenda 21, em grupo com base na matriz estratégica SWOT onde pode-se utilizar, como

modelo as mesmas dimensões escolhidas pela Prefeitura de Piracicaba, na construção de sua Agenda 21 Local. O modelo de Piracicaba é norteador para gestão e planejamento de bairros sustentáveis na prática é possível construir novos instrumentos de gestão participativa para traspor a limitação do movimento comunitário em termos de suas carências de capacitações e promover o engajamento cívico por meio das esferas políticas municipais (ROESE; REZENDE, 2018).

Mais de 50% dos municípios brasileiros, não iniciaram o processo de construção e a articulação da Agenda 21 apresentou-se, como um instrumento ineficaz, sem controle e sem fiscalização por parte de agentes municipais. Então, em 2015 surgiu a Agenda 2030 que, criada pela ONU, inovou com metas e prazos mais curtos, onde explicitaram os desafios de governança. A Agenda 2030, busca o "Desenvolvimento Sustentável" por meios de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais serão citados e explicados.

Os ODS apresentam-se, como orientadores de mais uma alternativa de criação de agenda sustentável por meio de indicadores e metas. No entanto, não tem se sustentado no Brasil principalmente, por falta de verbas e incentivos político-institucionais, desde o início do ano de 2019, quando o atual governo federal assumiu o poder e extinguiu os conselhos ambientais, que acabou por afastar as agendas de sustentabilidade para longe dos planos de governo.

2.8 AGENDA 2030

Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) editou e consolidou a Agenda 2030 para o "Desenvolvimento Sustentável" e fixou 17 objetivos e 169 metas a serem concretizados por países desenvolvidos e em desenvolvimento (ONU, 2020). A Agenda 2030 "abrange o desenvolvimento econômico, a erradicação da pobreza, da miséria e da fome, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental e a boa governança em todos os níveis, incluindo paz e segurança" (ONU, 2020, p. 1).

A edição da Agenda 2030, com a fixação dos ODS, representa a concretização de um dos compromissos globais fixados na Rio+20. Os pesquisadores Sotto et al. (2019), demonstraram se importar com a proposta da Agenda 2030, devido a relevantes reflexões na construção e orientação de pesquisas transdisciplinares[13], que possibilitam uma articulada

[13] Transdisciplinaridade é vista como uma nova abordagem na educação e na forma de conhecer, por considerar as várias dimensões do ser humano e restabelecer a ligação entre a natureza e os demais sujeitos.

formulação de políticas públicas ambientais e erradicação da pobreza. Na Figura 6, destaca-se os 17 ODS.

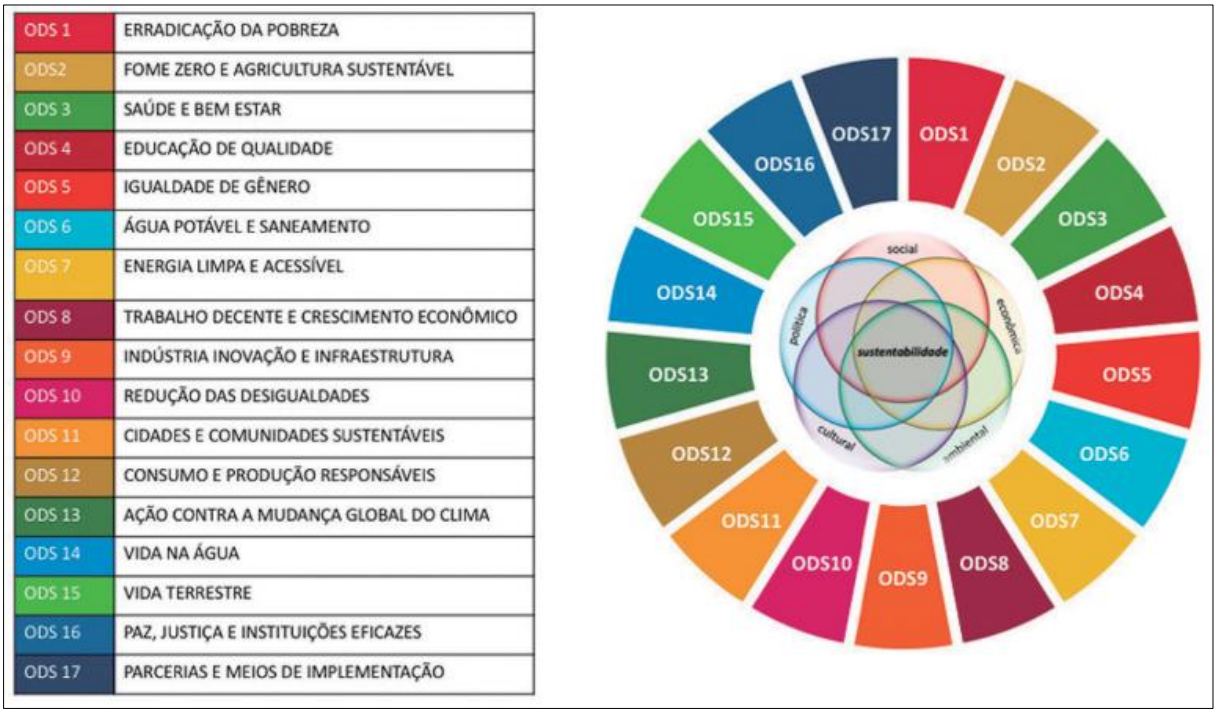

FIGURA 6 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
Fonte: (ONU-Habitat, 2015, apud SOTTO et al., 2019, p. 63).

Em relação aos objetivos e metas fixadas pela Agenda 2030, cabe aqui apresentar alguns avanços e retrocessos do Brasil, perante os indicadores de sustentabilidade. Segundo o "III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030" (GTSC-A2030), será apresentado, mais especificamente, os resultados de três metas dos ODS, a fim de não se estender por todos os objetivos que se relacionam com o presente estudo e que serão representados por: i) ODS 1 – "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares"; ii) ODS 8 – "Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos" iii) ODS 11 – "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis".

A escolha destes ODS, se sustenta na pretensão de dar o aporte teórico para a análise qualitativa do objeto de estudo desta pesquisa, trazer a discussão para um momento atual e mostrar, como o Brasil progrediu ou regrediu nas dimensões sociais, econômicas, políticas e ambientais até o ano de 2019, quando o relatório foi publicado (BRASIL AGENDA 2030, 2020).

Disponível em:< file:///C:/Users/Windows/Downloads/597-Texto%20Artigo-2359-2-10-20160721.pdf>. Assessado em: 15 de maio de 2020

Ao analisar o contexto brasileiro em relação ao primeiro ODS 1, até o ano de 2014, o "Brasil, logrou significativos avanços na redução da pobreza, mas, desde então, assiste-se à perda dessas conquistas com acelerado e incessante crescimento da pobreza e da extrema pobreza". Caso o quadro da pobreza do País aumentar, não estará apto para alcançar esse objetivo até 2030 (Ibid., p. 7).

A pobreza não pode ser avaliada somente pela renda, o Brasil também precisa enfrentar as desigualdades raciais, étnicas, de gênero, geracionais e regionais, como visam os ODS 5 e ODS 10, além do acesso a serviços públicos, desemprego e subemprego.

Ao analisar a linha da pobreza no Brasil por meio do indicador proposto pelo Banco Mundial, o IBGE (2018) observou um rendimento de até US$ 5,5 por dia (cerca de R$ 406 por mês), entre os anos de 2016 e 2017. No período, o Brasil cresceu em números absolutos de 52,8 milhões, para 54,8 milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza e quanto a pobreza extrema o Brasil tem aproximadamente dois milhões de pessoas que são aquelas que ganham abaixo de R$ 140,00 (cento e quarenta reais).

Medidas fiscais mau aplicadas, política recessiva, reforma trabalhista e da previdência, não flexibilizaram o aumento do emprego, o que demonstra uma política pública ineficaz ao coletivo, fatos que seguem no sentido contrário ao cumprimento dos ODS 8 e ODS 16 (Ibid, pp. 7-9).

O ODS 8, tem características econômicas, sociais e ambientais, meios pelos quais passam por dificuldade de implantação no País. O brasil em 2019 apresentou um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1%, o que é considerado baixo (IBGE, 2019)[14].

A desaceleração do crescimento econômico é originada pela dificuldade produtiva das indústrias, como afirma a Confederação Nacional de Industriais (CNI, 2019)[15] e o crescente número de desempregados, como visto na pesquisa elaborada pela Fundação Getúlio Vargas em 2019 (FGV, 2019)[16], apontam para um declínio no desenvolvimento econômico do País.

Dificuldades de acesso a crédito e apoio ao empreendedorismo, são alguns dos entraves para o crescimento sustentável. Neste panorama, quase 50% das mulheres negras estão sem

[14] IBGE – Produto Interno Bruto. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em 16 de maio de 2020.

[15] CNI – Confederação Nacional das Industriais. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

[16] FGV – Fundação Getúlio Vargas. Alta do desemprego. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/fgv-ja-detecta-alta-dramatica-do-desemprego-no-pais/>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

emprego formal e 26% dos jovens entre 15 e 24 anos não estudam ou trabalham. Em 2017, o Brasil atingiu o maior patamar de desemprego dos últimos 27 anos (Ibid, p. 41).

Um dos caminhos para gerar economia sustentável, consiste no desenvolvimento do Turismo Sustentável, que no ano de 2018, representou 8,1% do PIB, e gerou 7,5% de novos empregos (Ibid. pp. 42-43). Portanto, esse poderia ser um dos caminhos para gerar capital financeiro sem o estimulo do consumo de bens duráveis, que geram alta entropia nos sistemas ambientais, o que pode auxiliar a cumprir o ODS 12.

O ODS 11, que visa "Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" vai diretamente ao encontro do objeto de estudo desta pesquisa, que tem interesse na investigação das ações socioambientais e nos problemas urbanos da cidade, neste caso, os bairros de Rondonópolis.

A relação do ODS 11, confere que as "políticas urbanas, na habitação, na mobilidade e resiliência, todas dependem de investimento público". Medidas adotadas pelo atual governo, a exemplo da Medida Provisória 870 de 2019, que extingue o Ministério das Cidades e transfere suas atribuições ao Ministério do Desenvolvimento Regional, demonstram uma redução e pouca relevância em relação ao tema das cidades na esfera político-institucional.

As causas apontadas pelo "III Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030", estão entre a redução do poder aquisitivo e o aumento com gastos de aluguel por parte da população. O relatório mostra um déficit habitacional, em que 30% dos salários são gastos com moradia. Outra causa, consiste na crescente taxa de favelização nas áreas urbanas, que estão aliadas a dificuldade de acesso ao saneamento básico, o que distancia os cumprimentos do ODS 6 e do ODS 9.

No ano de 2017, quase 70% dos municípios entregaram ou estavam elaborando o planejamento urbano. Instrumentos, como o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) para regiões metropolitanas, exigidos pela Lei Federal 13.089 de 2015, deveriam ter sido atualizados em 2018, mas foi adiado para a entrega em 2021, causas, que comprometem a gestão de cidades (Ibid., p. 52).

Em relação a questões urbanas, o relatório mostra que o Brasil é o terceiro do mundo em casos de mortes no trânsito. O Plano de Mobilidade Urbana para municípios com mais de 20 mil habitantes, que colocaria o transporte público em vigor, como direito social básico ainda não foi concretizado. Apenas 221 municípios realizaram seus planos de mobilidade urbana, mesmo sob penalidade de não receber verbas do governo federal para os projetos, onde 135

municípios ainda estão em fase de elaboração (Ibid., p. 53). Estes fatos, também apontam afastamento do cumprimento do ODS 9 e do ODS 13.

Em relação a questões ambientais, os dados mostram que os ODS 13 e ODS 15, não estão se cumprindo, em que o relatório aponta o crescente desmatamento da floresta Amazônica e os desastres ecológicos ocorrido nas cidades do Estado de Minas Gerais, Mariana e Brumadinho, devastadas pela lama tóxica em 2015 e 2019, que comprometem também o ODS 14.

Quanto a segurança dos espaços públicos requeridos pelo ODS 11, o relatório aponta dificuldades em gerar estatísticas e números reais de acessos e estados de conservação. Porém, as mulheres são as que mais sofrem constrangimento ao frequentarem os espaços públicos (Ibid., p. 54). As principais causas da dificuldade para o levantamento de dados relacionados a questão da segurança, estão ligadas aos cortes de verbas para o CENSO[17] demográfico de 2020 e o contingenciamento de gastos com as Instituições de Ensino Superior, representado pelas Universidades Federais. Tal conjuntura, desmonta a inciativa e o interesse de pesquisadores em desenvolver estudos estatísticos censitários para os meios urbanos e gerar indicadores.

Com vistas ao Urbanismo Sustentável a mais relevante observação do conhecimento da concepção de agendas para o estudo empírico proposto, está principalmente nas dificuldades que o Brasil enfrenta desde a década de 1970. Os instrumentos de gestão urbana Plano Diretor ou a criação da Agenda 21 Local, não tem se consolidado. Dificuldades políticas, falta de diálogo, com as comunidades e a falta de investimentos protelam ainda mais o desenvolvimento urbano sustentável.

Mesmo que se tenham instrumentos legais e ou Agendas a seguir, a grande maioria das prefeituras não fazem a adesão e aquelas que possuem algum instrumento de gestão, geralmente, este encontra-se desatualizado.

O interesse em estudar a Agenda 21, mesmo que não possua seu processo legal em vigor em Rondonópolis, justifica-se pela importância em reabrir novas discussões com cunho social, econômico, ambiental, político e urbano. O objetivo é aproximar as relações sociais e permitir a aplicação de novas metodologias ou à questão do aprendizado.

A intenção é mostrar dados qualitativos passíveis ao enquadramento em uma Agenda 21 Local, com o objetivo de ampliar as discussões, tanto no meio acadêmico, quanto no meio político e social. O conceito de “Urbanismo Sustentável”, onde as pessoas se desenvolvem economicamente por meios produtivos sustentáveis, com vistas a integração do homem à

[17] CENSO. Disponível em:< https://censo2020.ibge.gov.br/>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

natureza e ao consumo limitado, não se aplica neste estudo. Mais evidentes, são as dificuldades socioambientais e a falta de infraestrutura, como iluminação pública precária, pavimentação defeituosa, falta de saneamento básico, além do precário transporte público oferecido na cidade.

2.9 GESTÃO DO PLANEJAMENTO POLÍTICO E TÉCNICO URBANO

O planejamento urbano político possui base na Constituição Federal de 1988, no capítulo II, título VII, onde estabeleceu ao poder municipal a capacidade e responsabilidade pela execução da política de desenvolvimento urbano e também disponibilizou a cooperação de associações representativas no planejamento urbano (artigo 29, inciso X) e assim, permitiu a articulação de parcerias com o governo federal.

A eficácia política dependerá do estabelecimento dos próprios objetivos e diretrizes para a operacionalização do Plano Diretor, que deverá ser ajustado conforme as necessidades e práticas locais, em que tem a intervenção política, principalmente, nos aspectos sociais e estruturais (CARVALHO, 2001).

A intervenção política sobre o planejamento urbano, geralmente, consiste em transferir a responsabilidade para administração pública na resolução de conflitos sociais, ambientais, socioespaciais, entre outros, como a educação, o transporte, a infraestrutura e a saúde. Os cidadãos esperam ter acesso a recursos básicos, que deveriam ser garantidos em contrapartida, sobre o pagamento de impostos e taxas.

O que se percebe é o baixo envolvimento de comunidades locais no planejamento e ou diagnósticos para a atualização e aprovação do Plano Diretor municipal. Sem o diagnóstico de uma realidade mais clara dos conflitos sociais, dificulta-se a elaboração de propostas de soluções e o alcance de investimentos do governo federal.

Dentre as várias situações de conflitos, o cotidiano urbano pode revelar fenômenos distintos. Carvalho (2001, p. 123), aponta alguns problemas que podem gerar conflitos sociais, a exemplo de: “[...] o direito à terra urbana, o processo capitalista de produção imobiliária, os procedimentos adotados na contratação de obras públicas, os procedimentos adotados na contratação de serviços públicos [...]”. Para refletirmos a problemática dos conflitos, a pergunta é: “como administrá-los”?

Politicamente, a administração de conflitos no planejamento urbano municipal é orientada pelo Estatuto da Cidade nas oito alíneas do inciso III, do artigo 4°, onde discorre sobre os instrumentos de planejamento municipal, que consistem em: plano diretor, disciplina de

parcelamento do uso e ocupação do solo, zoneamento ambiental, plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual, planos, programas e projetos setoriais, como planos de desenvolvimento econômico e social que podem administrar situações de conflitos, regular, distribuir, beneficiar e diminuir as distâncias sociais (BRASIL, 2001).

Os autores Menezes e Jannuzzi (2005) em um estudo sobre o grau de formalização do instituto do planejamento nos municípios brasileiros e sua efetividade social frente a complexificação das demandas urbanas, utilizaram dados extraído do IBGE (MUNIC, 2001), onde apresentam relações de eficiência por parte dos municípios brasileiros e ao uso de internalização de instrumentos de gestão proposto pelo Estatuto da Cidade.

O Quadro 6, apresenta os cinco tipos de estrutura de planejamento urbano de municípios, em que são: desestruturado, financeiro, territorial, social e justiça social. O estudo apresenta forte presença de instrumentos de planejamento voltados para os aspectos de orçamento e finanças, caracterizados por Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei de Orçamento Anual (LOA), Plano Plurianual de Investimentos (PPA) e Lei de Perímetro Urbano (LPU). Quanto a intervenções territoriais, se constitui o Plano de Governo, o Parcelamento do Solo e a Lei de Zoneamento, em que a presença em municípios brasileiros é alta para estes instrumentos.

Os dados apresentados mostram lacunas a serem preenchidas quando se propõem uma institucionalização de instrumentos de gestão urbana, como o planejamento de ações e intervenções por meio da força de trabalho, que visa a qualidade de vida das pessoas e justiça social nas cidades.

Tipo	Itens de composição	Condição	Número de municípios	Percentual de municípios
Desestruturado	-	Dois ou mais itens de composição dos tipos abaixo, sem ter os demais.	378	6,9%
Financeiro	LDO	Pelo menos três dos quatro itens de sua composição e nenhum item de composição dos tipos abaixo.	1.863	33,8%
	LOA			
	PPA			
	Perímetro Urbano			
Territorial	Plano de Governo	Ter todos os itens de composição do tipo anterior, ter um dos três itens de sua composição e nenhum dos itens de composição dos tipos abaixo.	2.332	42,3%
	Parcelamento do Solo			
	Lei de Zoneamento			
Social	Áreas de interesse especial	Ter todos os itens de composição dos tipos	1.462	8,4%

Tipo	Itens de composição	Condição	Número de municípios	Percentual de municípios
	Áreas de interesse social Plano Estratégico	anteriores, ter um dos três itens de sua composição e não ter o Plano Diretor.		
Justiça Social	Plano Diretor	Ter todos os itens de composição dos tipos anteriores e o Plano Diretor.	472	8,6%

QUADRO 6 - Tipologia estrutural do planejamento dos municípios - Brasil, 2001.
Fonte: Adaptado de Menezes; Jannuzzi (2005, p. 74).

Nos aspectos de interesse social, justiça social e planejamento estratégico, se encontram minimamente presentes em prefeituras brasileiras. Os dados do tipo financeiro e territorial, foram os mais evidentes, presentes em 76% dos municípios. Com um percentual mínimo de apenas 9%, das prefeituras, "seriam bem classificadas do ponto de vista da institucionalização dos instrumentos de planejamento e gestão" (MENEZES; JANNUZZI, 2005, p. 74).

Em um estudo científico, com o título "Efeitos dos planos diretores na cobertura da infraestrutura urbana: o Estado de São Paulo, como estudo de caso" se propôs a entender a efetividade dos Planos Diretores locais, quanto a prestação de serviços básicos de água, energia elétrica, coleta de lixo urbano e de esgoto. Portanto, os pesquisadores se direcionaram a observar se existia uma correlação positiva na prestação de serviços de infraestrutura urbana, com a presença do Plano Diretor local (CRISTINA et al., 2019).

A conclusão da pesquisa, demonstrou que não tem uma correlação significativa entre serviços básicos prestados e a presença do Plano Diretor local. Assim, o mais indicado é que as prefeituras municipais possam produzir instrumentos mais elaborados e articulados, onde estes possam "cobrar com maior vigor incorporadoras, concessionárias particulares ou públicas, agências de fiscalização e secretarias estaduais e nacionais, com o propósito de coordenar e disciplinar ações" (CRISTINA et al., 2019, p. 11).

Em resumo, pode-se apresentar os instrumentos reguladores e norteadores da política urbana no Brasil que são propostos pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP, da sigla em inglês para *Institute for Transportation and Development Policy*). Portanto, a Figura 7, mostra os ordenamentos jurídico e regulações norteadoras de políticas públicas no Brasil e sintetiza os instrumentos básicos de planejamento urbano.

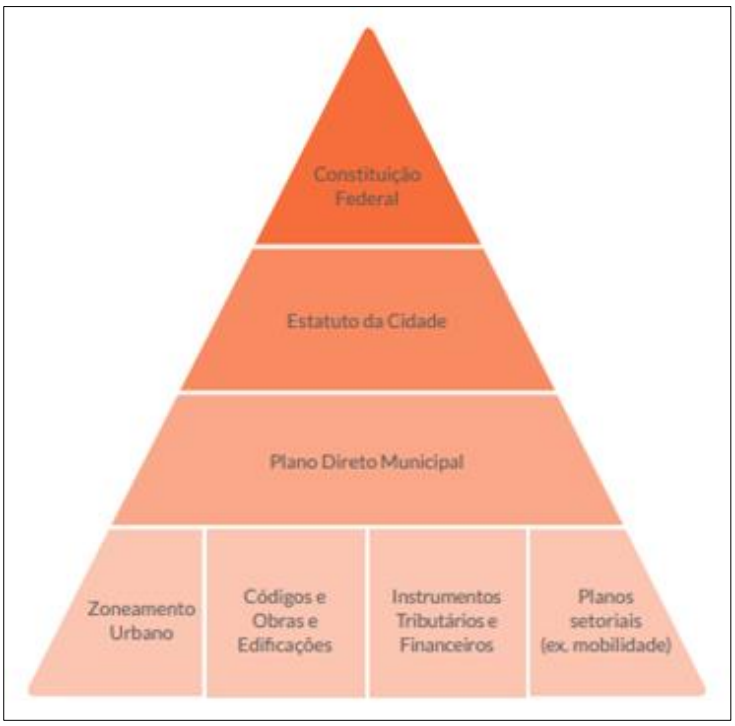

FIGURA 7- Instrumentos do ordenamento jurídico norteadores de políticas públicas urbanas no Brasil.
Fonte: ITDP (2017).

Além do planejamento político, deve-se conciliar o planejamento urbano sustentável com o "sistema natural", biótico e abiótico[18], junto ao "sistema antrópico", constituído pelas atividades humanas. Portanto, o ambiente urbano interage com o ambiente natural (MOTA[19], 1999, apud ABIKO; MORAES, 2009).

Outro exemplo de metodologia de gestão para o planejamento sustentável é o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) ou Zoneamento Ambiental, que consiste em um instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, em harmonia com as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Portanto, as questões centrais das discussões promovidas por este instrumento no Brasil por exemplo, no futuro da Amazônia, do Cerrado, do Semiárido, das mudanças climáticas e dos biocombustíveis (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2019, p. 1).

Os princípios norteadores do ZEE, são: i) participação, para envolvimento dos atores sociais; ii) equidade, para promover a igualdade para todas as classes sociais; iii) sustentável,

[18] Em ecologia, chamam-se fatores **bióticos** todos os elementos causados pelos organismos em um ecossistema que condicionam as populações que o formam e os fatores **abióticos** são todas as influências que os seres vivos possam receber em um ecossistema, derivadas de aspectos físicos, químicos ou físico-químicos do meio ambiente, tais como a luz, a temperatura, o vento, etc. Disponível em: https://www.sobiologia.com.br/conteudos/Ecologia/abioticosebioticos.php>. Acesso: 25.mai.2020.

[19] MOTA, Suetônio. Urbanização e meio ambiente. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

para o uso equilibrado dos recursos naturais; iv) holístico, para executar a abordagem interdisciplinar; v) sistêmico, para propiciar a análise de causa e efeito no meio físico-biótico e socioeconômico (Ibid., p1).

A metodologia de ZEE, foi criada com foco em projetos territoriais em escalas nacional e macrorregional, a exemplo, da Amazônia Legal. Em escala local, a cidade de Goiânia foi a pioneira a utilizar a metodologia, como parte da gestão urbana sustentável em que se teve, como premissa a integração e a ampliação do contato do homem com a natureza (RUFFATO-FERREIRA et al., 2018).

É necessário esclarecer que as cidades sustentáveis são construídas a partir de bairros sustentáveis, em que o urbanismo, a sustentabilidade e a cidadania, estejam presentes para o bem de todas as comunidades (FARR, 2013). Nesse sentido, deve-se ter o entendimento de que os planejamentos para os bairros devam ser sustentáveis, em que é preciso pensar de forma global, porém agir no local. Isto é, pensar na integralidade do município, mas realizar ações nos bairros, de forma que permita a construção de uma cidade sustentável, com vistas na qualidade de vida dos moradores.

Sobre as questões que envolvem os atributos do urbanismo sustentável para a formação e crescimento de bairros, analisa-se que:

> O planejamento urbano é essencial para orientar o futuro das cidades e bairros, quanto à aplicação do desenvolvimento urbano sustentável ao planejamento territorial e ao planejamento urbano, deve ser compreendido como um ideal de gestão e planejamento das cidades capaz de aliar o crescimento econômico à inclusão social e à proteção e preservação do meio ambiente, natural e construído, de modo a atender as necessidades das gerações presentes, sem comprometer os interesses e as necessidades das gerações futuras (BERNARDES; BOSCOLI, 2015, p. 247).

Para uma cidade ser sustentável, é preciso planejar todos os aspectos estruturais, econômicos, ambientais e sociais, na busca da garantia da qualidade de vida e dignidade para todos os moradores dos diferentes bairros, para com isso, gerar uma cidade sustentável.

O planejamento técnico visa contemplar o ambiente urbano, o meio ambiente natural, as atividades humanas bem, como a poluição. A Figura 8, apresenta as principais atividades humanas no meio urbano, suas principais vias de poluição no meio ambiente e as consequências sobre o ser humano.

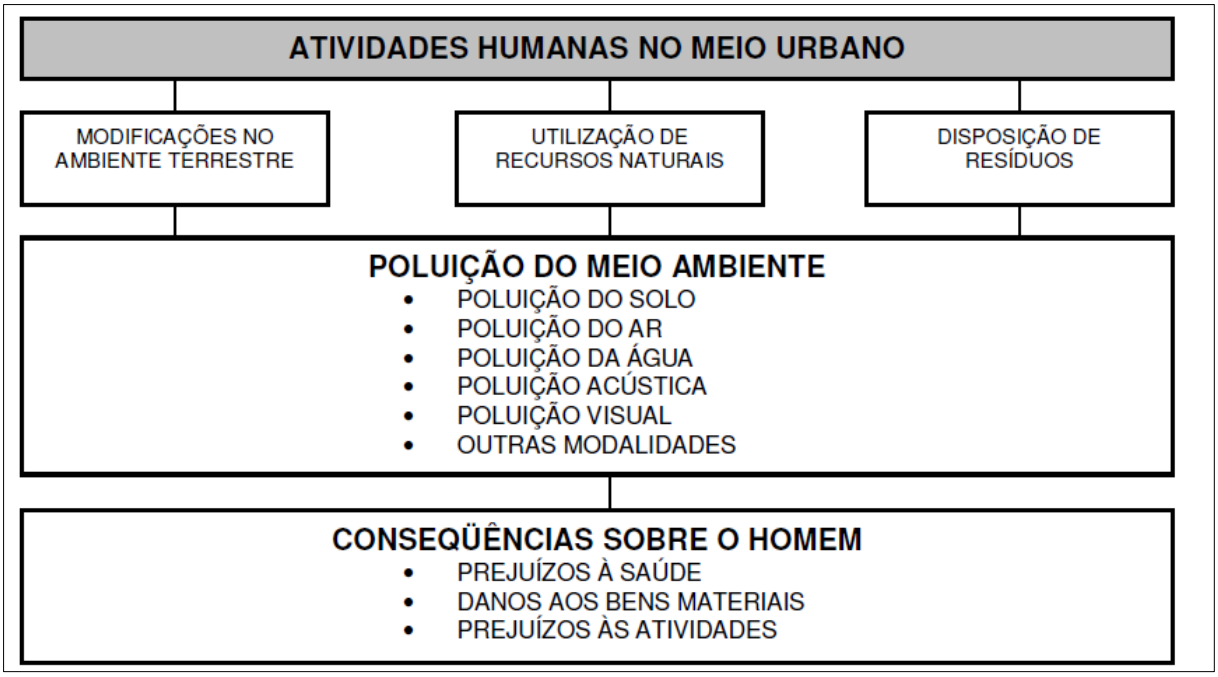

FIGURA 8 - Atividades humanas no meio ambiente urbano e a poluição ambiental.
Fonte: Motta (2009, apud ABIKO; MORAES, 2009).

Um dos caminhos para uma "vida sustentável, se baseia nos princípios do crescimento urbano inteligente, do novo urbanismo e das edificações sustentáveis". A nova visão urbanística e a adequação de edificações sustentáveis com foco em qualidade de vida, visa satisfazer as necessidades diárias das pessoas com possibilidade e opções de deslocamento a pé e ou transporte público (FARR, 2013, p.33).

Ainda o mesmo autor enfatiza pelo menos cinco atributos que tenham um apelo social e benefícios na qualidade de vida urbana, os quais são: definição, compacidade, totalidade, conexão e biofilia (Ibid., p.33).

Em relação ao atributo definição, em um conceito dado por urbanistas modernos, "é o bairro que inclua centro e limites bem definidos", com respaldo aos pedestres e que tenha diversificação em relação a tipos de edificações, pessoas e usos (Ibid., p.34).

Referente ao problema do crescimento urbano desordenado, o arquiteto e design Vitor Dover, propõe "um limite de tamanho de bairro, de no mínimo 16 hectares e máximo 80 hectares, com centro do bairro de no mínimo 6 e 10% do território total" (Ibid., p.34).

O urbanismo tradicional, tem ocupado espaços onde existia um ambiente natural regrado por biodiversidade e agora ocupado por prédios, estradas e indústrias, que distanciam o homem da natureza.

Em um estudo que se interessou em analisar o Plano Fortaleza, 2040, teve, como principal proposta avaliar o adensamento populacional e a estrutura da ocupação urbana da

cidade ao longo de quatorze corredores de urbanização, por meio do modelo de Desenvolvimento Orientado Pelo Transporte Sustentável (DOTS). Segundo o autor, “esse modelo visa um planejamento integrado do transporte, uso e ocupação do solo urbano com a promoção do desenvolvimento localizado próximo às estações e rotas de transporte coletivo” (SANFORD, 2018, p. 8).

A empresa WRI Brasil Ross Center, opera em projetos para cidades sustentáveis por meio de uma rede global que trabalha para criar áreas urbanas acessíveis, equânimes, saudáveis e resilientes. Assim, a empresa destaca sete princípios e estratégias do DOTS, os quais são: transporte coletivo de qualidade, mobilidade não motorizada, gestão do uso do automóvel, uso misto de edifícios eficientes, centros de bairros e térreos ativos, espaços públicos e recursos naturais, participação e identidade cultural (WRI, 2019).

Como modelo de análise, Stein (2018) utilizou os princípios e estratégias do DOTS em um estudo sobre mobilidade urbana na cidade de São Paulo, que teve, como objetivo geral propor uma intervenção urbana para estruturação do atual terminal ferroviário, em um terminal intermodal na região da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo-(CEASGES).

Como exemplo, utilizou as estratégias de mobilidade urbana não motorizada, uso adequado do solo, utilização do rio e conectividade urbana, espaços públicos e recursos naturais, gestão do uso do automóvel, o fomento e uso misto de edificações eficientes com vistas na participação e identidade comunitária existente e o transporte público de qualidade. Embora este estudo não esteja no planejamento estratégico urbano da prefeitura de São Paulo, ele poderá servir, como exemplo e modelo aos engenheiros responsáveis pela infraestrutura urbana, para repensarem na reestruturação da área com vistas no meio ambiente, na qualidade de vida dos moradores da região e melhoria no fluxo intermodal. (STEIN, 2018).

O ITDP, por meio de um projeto técnico de implementação de políticas urbanas, conceitua DOTS, como uma ferramenta orientativa que auxilia na promoção do “desenvolvimento mais humanizado das cidades, estimula a mobilidade sustentável e provê maior equidade social no acesso às oportunidades urbanas” (ITDP, 2017, p. 17).

A missão do ITDP é promover o transporte ambientalmente sustentável e equitativo em todo o mundo. Desta forma, o instituto apresenta quatro princípios da estrutura urbana e mobilidade sustentável, os quais estão apresentados no Quadro 7.

Estrutura urbana		
Elementos	**Princípios**	**Objetivos de Desempenho**
Conectar	Criar redes densas de ruas e caminhos.	Trajetos a pé ou de bicicleta mais curto do que de automóvel.
Adensar	Otimizar a densidade de ocupação à capacidade do transporte coletivo.	Alta densidade de empregos, espaços públicos, transporte coletivo de qualidade,
Misturar	Estímulo aos diferentes tipos de uso e ocupação do solo, a diversidade demográfica e de renda	Oportunidade para morar e trabalhar a pé, disponibilidade de espaços públicos para convivências em períodos mais longos do dia, diversidade demográfica de faixas de renda entre os moradores locais.
Compactar	Reestruturar as áreas urbanas para encurtar as viagens casa-trabalha-cada	Empreendimento localizado próximo de uma área urbana já consolidada, para evitar longos deslocamentos.

QUADRO 7- Princípios da estrutura da mobilidade urbana sustentável.
Fonte: Adaptado de ITDP, (2017).

O urbanismo sustentável ou bairro sustentável, quando opera em "alta densidade permite a criação de sistemas distritais de geração de energia, reduzindo as emissões de dióxido de carbono (CO^2) em 30% e o consumo de energia em até 50% (FARR, p. 35).

Assim, as cidades e bairros bem planejados, possibilitam a formação de redes comerciais, a disponibilidade de empregos, a alteração na forma de compra, a convivência e o consumo local. A compacidade de bairros, a concentração e a densidade local, reduzem a distância da caminhada para as compras e o uso reduzido de automóveis por família, que permite a redução da emissão de CO^2, devido a substituição do uso do automóvel pelo deslocamento a pé (FARR, 2013, p. 35).

O urbanismo sustentável e bem planejado, tem condições de oferecer calçadas para que as pessoas possam andar a pé ou de cadeira de rodas, bem como serviços de transporte púbico acessíveis aos moradores para bairros adjacentes e ou destinos regionais (Ibid., p.35).

Os bairros têm como principal objetivo, proporcionarem as necessidades diárias e também as futuras, assim, é necessário disponibilizar variedade no uso do solo, edificações e moradias (FARR, 2013, p. 36).

Tem vários critérios, atributos e normas sustentáveis para avaliar bairros e edificações. Farr (2013) cita o exemplo do *United States Green Building Council* (USGBC), que significa conselho da Construção Verde dos Estados Unidos, traduzido para o português. Este conselho possui o objetivo de desenvolver e acompanhar projetos urbanos voltados para a redução do volume da emissão de CO2.

O conceito de construções verdes, certificadas pela *Leadership in Energy and Environmental Design* (LEED), nome traduzido para o português em "Liderança em Energia e Design Ambiental", ainda é uma proposta com alto valor de investimento, a exemplo do bairro Pedra Branca em Palhoça, no Estado de Santa Catarina (CARCARÁ; BEILFUSS; LOPES, 2017).

Quanto as ações sustentáveis, a área central do bairro Cidade de Pedra Branca possui edificações sustentáveis e certificadas, a exemplo do edifício *Office Green Atron Office*. Todos investiram no racionamento do consumo de água e geração de energia limpa, que atendem os critérios do LEED (CARCARÁ; BEILFUSS; LOPES, 2017).

Segundo Carcará, Beilfuss e Lopes (2017, p. 11), ao analisarem o entorno do bairro, Pedra Branca, em SC, destacaram alguns problemas, como: i) falta de planejamento para integração do transporte público; ii) excelentes espaços públicos, porém sem continuidade em uma escala total; iii) distribuição de uso desigual em área residencial e comercial, sem o uso misto; iv) baixa densidade e classes sociais homogêneas, que favorecem o transporte individual; v) ausência de rede de vias de passeios e ciclovias ligadas ao transporte público ao longo do bairro; vi) praças de áreas verdes e esportivas precárias;

De acordo com a Green Building Brasil (2019), os oito critérios para certificação LEED são: i) localização e transporte; ii) espaço sustentável; iii) eficiência do uso de água; iv) energia e atmosfera; v) materiais e recursos; vi) qualidade ambiental interna; vii) inovação e processos; viii) créditos de prioridade regional.

Em termos de mobilidade urbana, há um movimento urbano desordenado na maioria das cidades brasileiras, que possuem uma grande quantidade de automóveis e outros veículos de transporte, com a média de dois automóveis para cada família formada por quatro pessoas. Geralmente, os cidadãos moram a uma distância média entre sete e dez quilômetros do trabalho ou local de estudo. Na ficha técnica "Guia de implementação de políticas e projetos de DOTS - Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável", apresenta-se quatro princípios de mobilidade urbana, onde podem ser visualizadas no Quadro 8.

Mobilidade urbana		
Elementos	**Princípios**	**Objetivos de Desempenho**
Caminhar	Criar bairros condições de integração para que as pessoas possam andar a pé.	Ambiente, seguro e acessível, animado e vibrante, temperatura amena e vibrante.
Pedalar	Priorizar redes de ciclovia ativa.	Proporcionar segurança e lugares apropriados para guardar a bicicleta.
Transporte Público	Integração de transporte público com qualidade, segurança e eficiência.	Acesso a pé ao transporte coletivo.

Mobilidade urbana		
Mudar	Melhorar mobilidade e regulamentar o uso de estacionamentos e de vias públicas por automóveis individuais motorizados	Minimizar espaços ocupados por motoristas.

QUADRO 8 - Princípios da mobilidade urbana.
Fonte: Adaptado de ITDP, (2017, p.12).

O urbanismo sustentável discutido com base nos conceitos de Douglas Farr (2013), artigos científicos e relatórios técnicos por exemplo, apresentados pelo ITDP, mostram que mecanismos sustentáveis, permitem maior integração entre os moradores, possibilitam trocas, fomentam o empreendedorismo, reduzem a emissão de CO^2 e o consumo de energia ao seu entorno, o que promove a qualidade de vida.

De acordo com o ITDP (2017), os principais benefícios de uma cidade sustentável estão associados aos princípios ecológicos, à mobilidade urbana e ao novo urbanismo. Estes passam no mínimo, por três dimensões: a ambiental, a social e a econômica. Essas podem ser analisadas a partir da Figura 9.

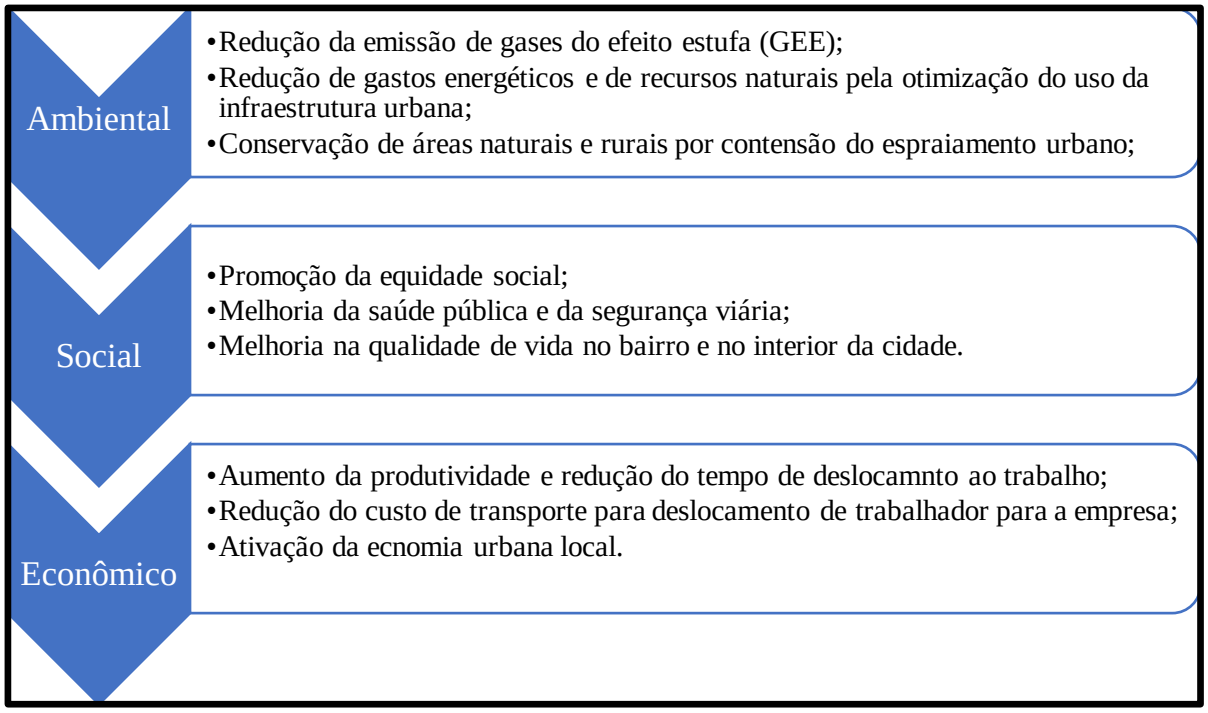

FIGURA 9 - Benefícios da implantação do DOTS.
Fonte: Adaptado de ITDP, (2017, p.19).

Um exemplo é o novo sistema de mobilidade urbana projetado para o ano de 2040, em Vancouver-Canadá, apresenta prioridades na integração do transporte. A cidade de Vancouver,

tem aproveitado as novas tendências e tecnologias para melhorar a mobilidade urbana com vistas ao transporte urbano sustentável. O futuro destas novas tecnologias de mobilidade urbana pode incluir veículos sem motorista tecnologia conectada e mais serviços de mobilidade compartilhados, além de utilizar outros meios de transporte, como: caminhada, ciclismo, skate, patins, patinete e moto-scooter (VANCOUVER.CA, 2019).

A cidade de Vancouver, prioriza à integração de vários meios de locomoção. Na cidade, a nova mobilidade urbana, permite meios de locomoção motora com a energia do próprio corpo dos munícipes, além de dirigir em um mesmo sistema viário para priorizar o comércio local e a disponibilidade de linhas de metrô e de ônibus (Ibid.,).

Em Vancouver, 52% dos deslocamentos são realizados por meio de bicicleta, a pé e ou transporte público elétrico. Uma meta dada pela nova mobilidade urbana de Vancouver tem, como objetivo o funcionamento de 17 rotas de ciclovias verdes com 140 quilômetros. Assim, a meta é que qualquer morador de todas as residências da cidade, não leve mais que 25 minutos a pé ou 10 minutos de bicicleta para ter os acessos. Atualmente, a cidade possui 240 km de ciclovias (Ibid.,).

Quanto ao uso de bicicletas compartilhadas, de acordo com a "Mobilize - mobilidade urbana sustentável", a Europa e Ásia são os continentes que mais compartilham bicicletas no mundo. Estes dados, encontram-se no Relatório "*Transport and Climate Change Global Status Report,* divulgado em dezembro de 2018 na Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP 24), em Katowice, Polônia" (MOBILIZE, 2019, p.1).

No Brasil, os dados apresentam um crescimento da estrutura ciclo viária nas cidades, em número de quilômetros lineares. O indicador apresenta a extensão de vias adequadas ao trânsito brasileiro de bicicletas. Os dados apresentados, mostram que a cidade de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Fortaleza e Curitiba somam 1.306 de quilômetros de estrutura ciclo viária. As outras 14 cidades analisadas juntas, representam menos da metade da estrutura destas, com 754 quilômetros, estes dados podem ser vistos, na Figura 10.

FIGURA 10 - Gráfico estrutura ciclo viária em quilômetros lineares para as capitais dos estados brasileiros.
Fonte: Mobilize.org (2019).

Atualmente, a representatividade de ciclovias em cidades brasileiras com mais, de 20 mil habitantes é quase inexistente. Se pensarmos em uma política urbana sustentável que parte de um conceito de mobilidade urbana, as ações para implantação de uma estrutura sustentável, a exemplo de ciclovias, são baixas.

A mobilidade urbana sustentável pode ser uma maneira simples, saudável e eficiente de pensarmos em Planejamento Urbano Sustentável. Assim, pode-se melhorar o fluxo de veículos, diminuir os poluentes nas ruas e avenidas, em que permita um melhoramento no microclima local por meio do fomento à arborização. Portanto, a prioridade seria a população e os espaços públicos de convivência, tornarem possível o aprimoramento da qualidade do meio ambiente e da vida das pessoas.

Para se ter uma noção de, como o carro é representado nas ruas de Vancouver, o conselho de infraestrutura e mobilidade sustentável, (COUNCIL, 2018) presidido pelo engenheiro de infraestrutura transporte e sustentabilidade Dale Bracewell, apresenta na Figura 11, o espaço requerido para o transporte de 48 pessoas, sendo cada uma com um carro.

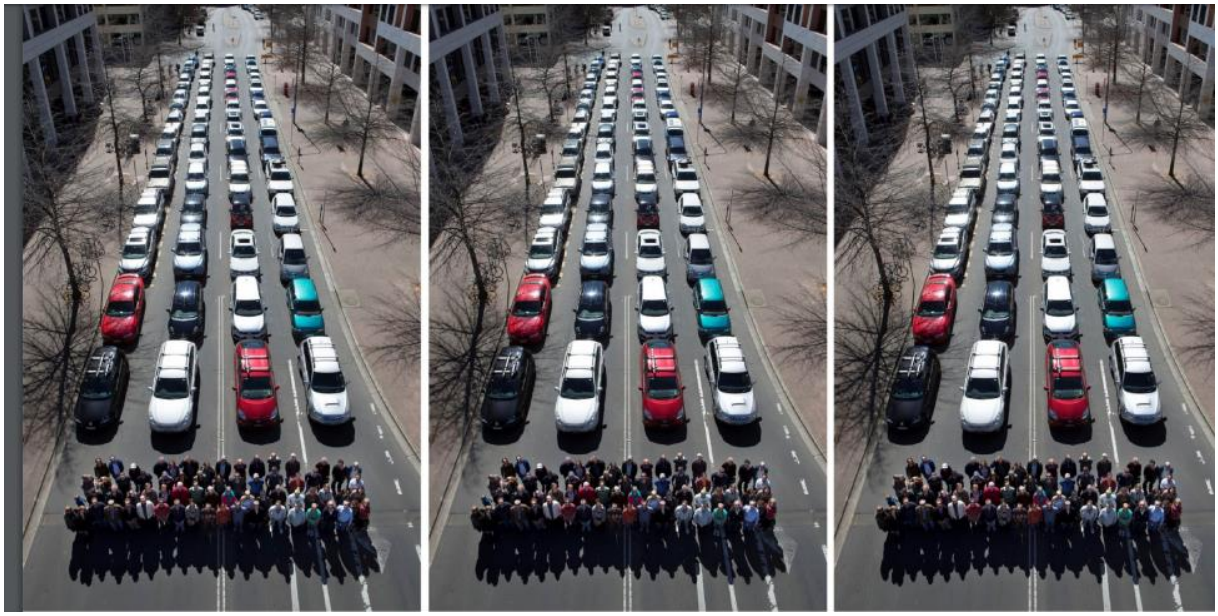

FIGURA 11 - Espaço requerido no transporte de 48 pessoas com carro.
Fonte: Concelho.Vancouver.ca, relatório (2018).

Veículos automotores ocupam mais espaço e consequentemente, poluem mais que outros meios de transporte movidos apenas pela força motriz do corpo humano. Se refletirmos o uso em massa dos veículos de transporte coletivo elétrico, deixaríamos de colocar muitos veículos a combustão nas ruas. Essa conta é fácil de se fazer, em que, devido a substituição dos veículos próprios por coletivos, diminuir-se-ia a emissão de CO^2 e outros gases do efeito estufa (GEE). No entanto, projetos sustentáveis requerem tempo e investimento para sua implementação.

O urbanismo e o transporte sustentável, visam conectar as pessoas à natureza e aos sistemas naturais. Portanto, a probabilidade das pessoas se deslocarem a pé ou de bicicleta, é maior em lugares com vegetação e cobertura arbórea, pois no verão, a temperatura pode ser reduzida entre três a seis graus Célsius nesses espaços (FARR, 2013).

O urbanismo sustentável está comprometido em oferecer melhorias no deslocamento a pé e por outros meios de transporte eficientes ou ecológicos, em que se prioriza a qualidade de vida, bem como a disponibilidade de espaços verdes em meio a urbanização para preservar as espécies não humanas.

Um estudo sobre “Planejamento Urbano Sustentável”, apresentou a importância da inclusão de infraestruturas verdes em um bairro da cidade de João Pessoa no Estado da Paraíba (PB). O estudo se ancorou em conceitos de infraestrutura urbana verde em espaços já consolidados, chamados de infraestruturas cinzas. De acordo com o estudo a implantação de infraestruturas verdes, traz benefícios como: “a diminuição de enchentes, a conservação de

áreas naturais, melhoria na qualidade do ar, a proteção e recuperação da fauna e flora, entre outras" (MAROPO et al., 2019, p. 3).

Para inclusão de uma infraestrutura verde, é necessário o redesenho e o estudo da área a qual requer um novo *layout*. Assim, a Figura 12, apresenta a reconfiguração da Rua Maria Eliete de Coutinho Fabrício, na cidade de João Pessoa.

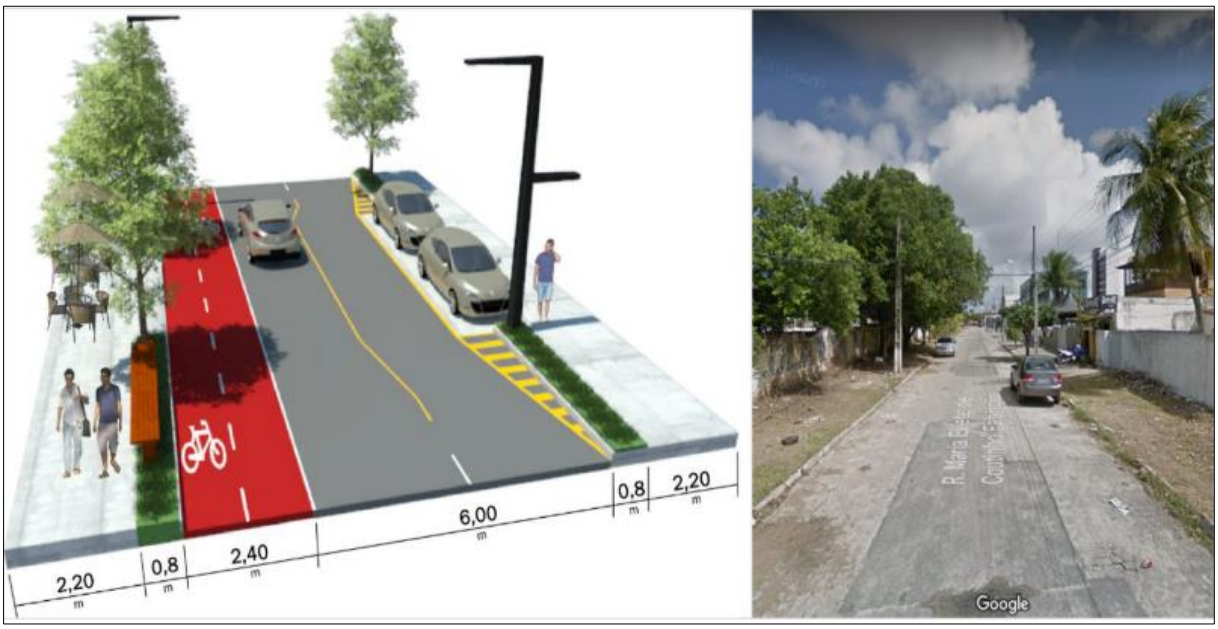

FIGURA 12- Redesenho da Rua Maria Eliete de Coutinho Fabrício, no bairro dos Bancários em João Pessoa - PB. Fonte: (MAROPO et al., 2019, p. 16).

O exemplo do bairro dos Bancários, evidenciou que o planejamento urbano sustentável representa alternativas de soluções sustentáveis amigáveis, de forma a mudar os padrões locais com o incentivo no desenvolvimento de hábitos saudáveis por parte das populações, como as caminhadas, os deslocamentos com bicicletas, o respeito e usufruto dos espaços verdes de forma inteligente, e outros hábitos que fomentam a qualidade de vida entre os moradores locais (MAROPO et al., 2019).

Os pesquisadores Ruffato-Ferreira et al. (2018), utilizaram o conceito de ZEE para analisar a viabilidade da sua implementação no Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de proporcionar uma melhoria na gestão territorial, aliada à gestão urbana ambiental. Os pesquisadores concluíram que tem vários desafios na implementação e um deles, consiste na dificuldade de formação de equipes multidisciplinares qualificadas para planejar e implementar os projetos.

Na cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, desenvolveu-se um estudo quantitativo e qualitativo sobre a sustentabilidade e a aplicação de suas dimensões. Em uma de suas conclusões, certificou-se que a "coesão social deve ser incentivada pela maior densidade urbana, valorização dos espaços públicos, reduzindo-se a segregação socioespacial ao processo de dispersão territorial e a dependência automotiva" (SILVA; ROMERO, 2013).

Bairros bem definidos e planejados estimulam a interação e a formação de redes sociais, entre outros benefícios, como o incentivo a passeios aumento as chances de fazer novas amizades e maior participação de atividades sociais. Enfim, neste círculo social as chances de aumentar as relações sociais resultantes da localização, estimulam a formação de "capital social" e promovem o bem-estar (FARR, 2013).

A literatura até aqui explorada tem expressado o planejamento urbano sustentável em forma de instrumentos de gestão a partir de planos, projetos, leis e normas, a literatura não mostra a importância e ou o papel dos presidentes de bairro, como ator principal na gestão Urbana, o que se vê são políticas internas municipais, estaduais e federais que não funcionam. Referente ao pensamento do urbanismo sustentável e suas práticas é evidente a necessidade da utilização de agendas, como norteadores das estratégias sustentáveis elas estão diretamente ligadas aos aspetos sociais, ambientais, culturais, econômicos e de governança, neste sentido a transformação do conhecimento em Capital social coletivo aprimora as relações sociais.

O estudo pode ser considerado transdisciplinar[20] por visar conhecer as várias dimensões cognitivas e comportamentais do ser humano e mostrar suas ligações com os demais sujeitos e objetos externos. Para isso, utilizar-se-á, como norte teórico as relações entre as dimensões do capital social, composto pelo engajamento cívico e capital intelectual relacionado com a eficácia coletiva e seus principais aspectos.

2.10 CAPITAL SOCIAL E SUAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO

O capital social e suas formas de apresentação, traz subsídio teóricos para realização do estudo quantitativo sobre o capital social associado a eficácia coletiva, representado pela percepção de 50 presidentes de bairros de Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso (MT).

Segundo Rivera et al. (2019), quanto à produção teórica seminal e as definições do capital social diversos autores se referem às fontes de *Pierre Bourdieu* (1984), *James Coleman*

[20] Característica do que é transdisciplinar, do que abarca mais de uma disciplina; interdisciplinaridade. Disponível em:< https://www.dicio.com.br/transdisciplinaridade/>. Acesso em 10.fev.2020.

(1988) e *Robert Putnam* (1994). Entretanto, vários outros autores continuaram seus trabalhos, a exemplo de *Fukuyama* (1995); *Portes e Landolt* (1996); *Knack e Keefer* (1997); *Woolcock (*1998); *Foley e Edwards* (1999); *Paxton (*1999); *Lin (*2001); *Knickel e Maréchal* (2018) .

Pierre Bourdieu (1986) clássico na academia com sua obra *The Forms of Capital*, exibe as formas básicas de capital. Segundo o autor, as formas básicas de capital são: capital econômico, capital cultural e capital social.

O conceito de capital social atraiu o interesse de economistas, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, em que as múltiplas definições conceituais trouxeram uma ampla gama de conceitos e medidas na literatura, sem nenhum consenso acadêmico e ou formuladores de políticas (FERNÁNDEZ-SUÁREZ; CANO-RUIZ, PEIRÓ-PALOMINO; PICAZO-TADEO, 2018, 2019).

No que se refere ao conceito de capital social, a instituição não governamental internacional, *World Bank* traduzido do inglês em Banco Mundial, apresenta a importância das normas e das interações sociais, que proporcionam a eficácia coletiva e frisa o ponto em que a sociedade não é somente um artefato humano, pois possui relações que podem ser medidas quantitativamente (WORLD BANK, 2019).

O Banco Mundial apresenta pelo menos cinco dimensões em que o capital social pode ser evidenciado, compreendidas: i) as relações entre grupos e redes, que podem ser formadas tanto por pessoas, como por organizações; ii) confiança e solidariedade, são elementos para aumentar a coesão social e a eficácia coletiva por meio de ações interpessoais; iii) ação coletiva e cooperação, são as habilidades das pessoas resolverem alguns problemas comunitários; iv) coesão social e inclusão, reduz os riscos de conflitos sociais e atua na inclusão social e aumenta a participação dos mais vulneráveis, v) informação e comunicação, gera oportunidades de capturar as formas relacionais e cognitivas do capital social, por meio da melhoria e acesso à informação (WORLD BANK, 2019).

Não há uma abordagem única sobre definição de capital social, de acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2001). O capital social é definido por pelo menos quatro abordagens distintas, conforme são apresentadas no Quadro 9.

Abordagem	Definição em relação ao capital social
Antropológica	Apresenta, que os humanos possuem instintos naturais para associação, Definição dada por Fukuyama (1999)[21].

[21] FUKUYAMA, F. (1999), The Great Disruption: Human Nature and the Reconstitution of Social Order, The Free Press, New York.

Abordagem	Definição em relação ao capital social
Sociológica	Descreve as relações sociais, as normas sociais, a reciprocidade, as redes de engajamento cívico, como fonte de motivação humana.
Econômica	Abordagem apresentada por Glaeser (2001)[22], fundamenta-se no pressuposto de que as pessoas maximizam a necessidade pessoal, interagem com vários outros grupos, utilizam-se de recursos de capital social para atividades em grupos, o foco desta abordagem está na estratégia de investimento do indivíduo, frente a utilização e ou uso do tempo.
Institucional	Trata das instituições, das políticas, da formação social do ser humano, um exemplo, é o Banco Mundial que atua na redução da pobreza e no desenvolvimento de arranjos institucionais, sociais e redes.

QUADRO 9 - Abordagem e definição em relação ao capital social.
Fonte: Adaptado de OECD, (2001), traduzido pelo autor (2019).

Para Coleman (1988, p. 95), o capital social é oriundo de duas principais correntes teóricas. O autor, destaca "a primeira com características mais sociológicas possui enfoque na socialização dos atores, nas ações de governança, nas normas sociais, nos papéis e nas obrigações" em que as principais habilidades desta corrente, estão na análise da estrutura das ações sociais que permitem, explicar o caminho das ações e redirecioná-la para um contexto social. A segunda corrente teórica proposta pelo autor é a "econômica que possui características individuais centrada nas ações e no princípio da maximização utilitária, oriundas do desenvolvimento econômico neoclássico".

Para Bourdieu (1982,[23] apud RICHARDSON 1986, p. 17), o capital social pode ser estudado de forma integrada ao capital cultural, como mais uma relação do capital social. O objetivo do estudo de Bourdieu, em 1982, foi inspirado em entender, como o capital cultural era obtido em instituições de ensino e, como as diferentes culturas e posições sociais, influenciavam no desempenho acadêmico e mercadológico.

Segundo Bourdieu (1982, apud RICHARDSON 1986, p. 18) o capital cultural apresenta-se em três formas fundamentais: o capital cultural incorporado, ou seja, o estado do corpo e da mente, que lhe permite apropriar energia social por meio do trabalho, o capital cultural de estado, sob a forma de bens culturais que podem aparecer em aquisições de fotos, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, entre outros. O estado de capital cultural institucionalizado, consiste na terceira forma e confere inteiramente as propriedades sobre o capital cultural que se presume garantir por exemplo, qualificações educacionais. Para que o

[22] GLAESER, E.L. (2001), "The Formation of Social Capital", in J.F. Helliwell (ed.), The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-being: International Symposium Report, Human Resources Development Canada and OECD.

[23] Bourdieu, Pierre. "Les rites d'institution." Actes de la recherche en sciences sociales 43 (1982): 58–63.

capital cultural ocorra, é necessário investimento em tempo e também pode ser constituído entorno das relações sociais.

Segundo Bourdieu (1982, apud RICHARDSON, 1986), o capital cultural em certas condições pode ser convertido em capital econômico e ser institucionalizado nas formas de qualificação educacional. Já o capital social, constituído por obrigações sociais existentes nas conexões e ou relações, quando convertido em capital econômico, pode ser institucionalizado sob a forma de reconhecimento.

Para o capital cultural incorporado em uma riqueza externa convertido, em parte integrante da pessoa Bourdieu (1982) afirma que ele "não pode ser transmitido instantaneamente ao contrário, de dinheiro, direitos de propriedade, heranças, por doação ou relações de compra e troca" (BOURDIEU, 1982, apud RICHARDSON, 1986 p. 48).

Quanto as formas de capital social Pierre Bourdieu (1982) enfatizam a importância das relações sociais que permeiam os grupos dominados e dominantes. Se pensarmos apenas em capital cultural, em que não haja a detenção dos meios de produção que são usados, mas os que obtêm lucros de sua própria capacidade, na venda produtos e ou serviços, serão classificados entre os grupos dominados. Para aqueles que planejam seus lucros com o uso de uma determinada forma de capital serão classificados, como grupos dominantes (Ibid., 1986, p. 51).

Em uma pesquisa realizada por Ricardo Abramovay (2000), que estudou o desenvolvimento territorial agrícola da Região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, sugere algumas formas de criar capital social onde não há em que ele cita Bourdieu[24] (1979, p. 128), que define capital social, como um conjunto de "recursos e de poderes efetivamente utilizáveis". O autor ressalva que a "distribuição social é necessariamente desigual e depende da capacidade de apropriação de diferentes grupos" (ABRAMOVAY, 2000, p. 7).

Pierre Bourdieu também relatou sobre a forma de capital econômico. Para entender como essa forma de capital se relaciona com a sociologia, ou seja, podemos analisar a relação do capital social com o capital econômico. Necessita-se revisar as correntes que estudam a sociologia econômica para compreender a reformulação socioeconômica de Bourdieu.

O pesquisador Swedberg (1991,[25]apud RAUD, 2007, p. 203) apontam estudos sobre a nova sociologia econômica em três correntes tradicionais, em que são: (i) a alemã de *Wirtschaftssoziologie* (1890-1930); (ii) a francesa de *Sociologie Économique* (1890-1930); e

[24] BOURDIEU, Pierre (1979) – La distinction – Critique sociale du jugement – Les Éditions de Minuit – Paris BURKI.

[25] SWEDBERG, Richard. (1991), "Major traditions of economic sociology". Annual Review of Sociology, 17: 251-276.

(iii) a norte-americana de *Economy and Society* (1950). A sociologia econômica francesa é representada por autores, como Émile Durkheim, Marcel Mauss, François Simiand ou Maurice Halbwachs, em que todos possuem a ênfase no papel das instituições econômicas, na dimensão cultural e simbólica dos fenômenos econômicos.

Bourdieu (2005,[26]apud RAUD, 2007, p. 204) preconiza a quebra epistemológica Durkheimiana com base no senso comum e se esforça para criar "uma nova sociologia econômica baseada em conceitos de campo e *habitus*". O agente social, na medida em que é dotado de um *"habitus*, é individual coletivo ou um coletivo individualizado pelo fato da incorporação; o individual, o subjetivo é social coletivo.

Nota-se que o campo simbólico e cultural é constituído "por bens simbólicos e culturais; e está intimamente relacionada com a estrutura social, constituída pelas relações de força e de poder entre classes". Desta forma, o que preconiza a estrutura social o *habitus* constitui o "sistema de disposições internalizadas que dá predisposições para a ação e conduz os aprendizados correspondentes à estrutura social" (ABREU, 2019, p.847).

O *"habitus*" na sociologia econômica, pode ser um termo específico que exprime atitudes, concepções e disposições, com tipologias específicas ligadas a ações cognitivas e comportamentais, que unem de forma positiva os participantes de uma rede, gerando resultados positivos. Essas ligações podem ser trocas em formas materiais ou simbólicas, que envolvem compartilhamento ou ações cooperativas, que promovem a criação de capital social (ORTEGA; MATOS, 2013).

De maneira semelhante a Durkheim[27], Pierre Bourdieu afirma a necessidade de reconstruir um novo campo econômico esquecido pela ciência econômica, em três dimensões: histórica, social e política. Assim, Bourdieu (2005:17, apud RAUD, 2007, p. 205) cita que "dá mais bruta ortodoxia econômica a oferta, a demanda e o mercado são produtos de uma construção social ou um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta" da dimensão social.

Bourdieu (2000,[28] apud RAUD, 2007, p. 207) preocupou-se com a análise das condições econômicas e sociais, das disposições econômicas, ou seja, da gênese social dos sistemas de preferências. A dimensão política tende a refletir à respeito das "relações entre o campo econômico e o Estado, destacando a questão da dominação e do poder".

---

[26] BOURDIEU, Pierre. (2005), "O campo econômico". Política & Sociedade, 6: 15-58 (tradução de "Le champ économique". Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 119: 48-66, 1997).

[27] DURKHEIM, Émile. (1975), "Sociologia e ciências sociais". In: _____. A ciência social e a ação. São Paulo, Difel, pp. 125-142.

[28] BOURDIEU, Pierre. (2000), Les structures sociales de l'économie. Paris, Seuil.

Portanto, é importante descrever a principal crítica de Bourdieu, à teoria econômica. Esta teoria está inserida na metodologia da noção de *homo oeconomicus*[29], pressuposto básico da Ciência Econômica, do ator econômico racional, dedutivista e de agentes sem história com uma visão descontinuísta. De certa maneira, Bourdieu (2000, apud RAUD, 2007, p. 207) cobra a visão individualista da microeconomia e defende uma teoria sob conceitos de "*habitus* e de campo", que pretende reinserir o econômico no social.

Bourdieu (2000, apud RAUD, 2007, p. 207) destaca que o mundo social está absolutamente imerso em cada ação econômica, sendo assim, a proposta dele "é enfatizar a relação social, como uma modalidade ampliada da relação econômica e não acreditar no econômico, como subconjunto da sociedade".

A proposta de análise do capital social não está somente atrelada aos aspectos frios e numérico do capital econômico ditado pelo capitalismo, visto que cada fração do capitalismo está contida em ações individuais ou coletivas que podem ser medidas por meio da cultura, das relações sociais e econômicas.

Um estudo sobre capital social no Brasil, em comunidades do município de Bananeira, no Estado da Paraíba, mostrou que as comunidades com sucesso na implementação de projetos, apresentou um nível de capital social baixo, enquanto as comunidades que não tinham sucesso na implementação de projetos, o nível de capital social era relativamente maior (DA SILVA; CÂNDIDO, 2009).

Portanto, surge a questão: Será que a construção de um desenvolvimento local requer altos níveis de capital social ou que o ambiente seja favorável ao engajamento cívico, para possibilitar o crescimento econômico? Para Putnam por exemplo, "o capital social é um aspecto essencial para a apreensão do caráter endógeno do desenvolvimento" (ORTEGA; MATOS, 2013, p. 35).

Entre às várias definições de capital social há um consenso entre os autores, em que o capital social se constitui por meio das relações sociais (BOURDIEU, 1986; NAHAPIET; GHOSHAL, 1998, PUTNAM, 2001; OECD, 2001; PUTNAM, 2006; RIVERA et al., 2019; WORLD BANK, 2019). O capital social também se apresenta de modo subjetivo campo onde apresenta-se a necessidade de compreender conceitos e modelos cognitivos para sua mensuração, a exemplo do que compreende o capital intelectual.

---

[29] "Homo oeconomicus" significa, primeiro, o homem economicamente ativo. Porém, muitos também desejam enxergar por trás do termo o "homem econômico", transformando-o, então, em objeto das relações de troca. Disponível em:<https://ordosocialis.de/pdf/Lehmann/Michaelsempfang%20-%20Homo%20oeconomicus%20port.pdf>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

2.10.1 Capital social e o capital intelectual

Quanto ao entendimento e mensuração do capital social em uma definição dada por Uphoff (2000,[30] apud BASTELAER; VAN, 2002, p. 18). apresenta-se as seguintes formas de capital social, o "capital social estrutural" e o "capital social cognitivo". O primeiro é responsável pelas estruturas sociais e as regras e o segundo, pelos elementos subjetivos e intangíveis, como normas, valores, reciprocidade e confiança.

No modelo de Uphoff (2000, apud BASTELAER; VAN, 2002), a dimensão de capital social estrutural trata das funções, das regras, das redes e de outros relacionamentos interpessoais, dos processos e procedimentos e da organização social. Na dimensão cognitiva, ele apresenta variáveis, como normas, valores, atitudes, crenças, cultura cívica, confiança, generosidade, solidariedade e cooperação.

Ao pesquisar a importância do capital social e os mecanismos para o processo de criação do capital intelectual, Nahapiet e Ghoshal, (1998) apresentam três dimensões para mensurar o capital social, em que se dividem em: (i) dimensão estrutural, (ii) dimensão cognitiva, (iii) dimensão relacional.

A dimensão estrutural apresenta as configurações, as conexões em redes, bem como sua densidade. A dimensão cognitiva elucida as imagens compartilhadas, os códigos, as narrativas, os textos e as informações. A dimensão relacional, refere-se a ativos que são incorporados em relacionamentos por meio da confiança, normas, obrigações.

Portanto, os autores frisam as inter-relações entre o "capital social e intelectual" assim, como nas redes de relacionamentos nos assuntos sociais em que certos membros constituem o "capital de propriedade coletiva" uma "credencial" que os habilita a creditar nos vários sentidos da sociedade. O modelo conceitual proposto pelos autores pode ser visto na Figura 13 (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

[30] Uphoff, Njorman. 2000. "Understanding mb cia Captal Y'*r-- Analysis and Experience of Participation." In Partha Dasgupta and Is,ail Serageldin, eds., Social Capital: A Multifaceted Perpecive Washington, D.C.: World Bank.

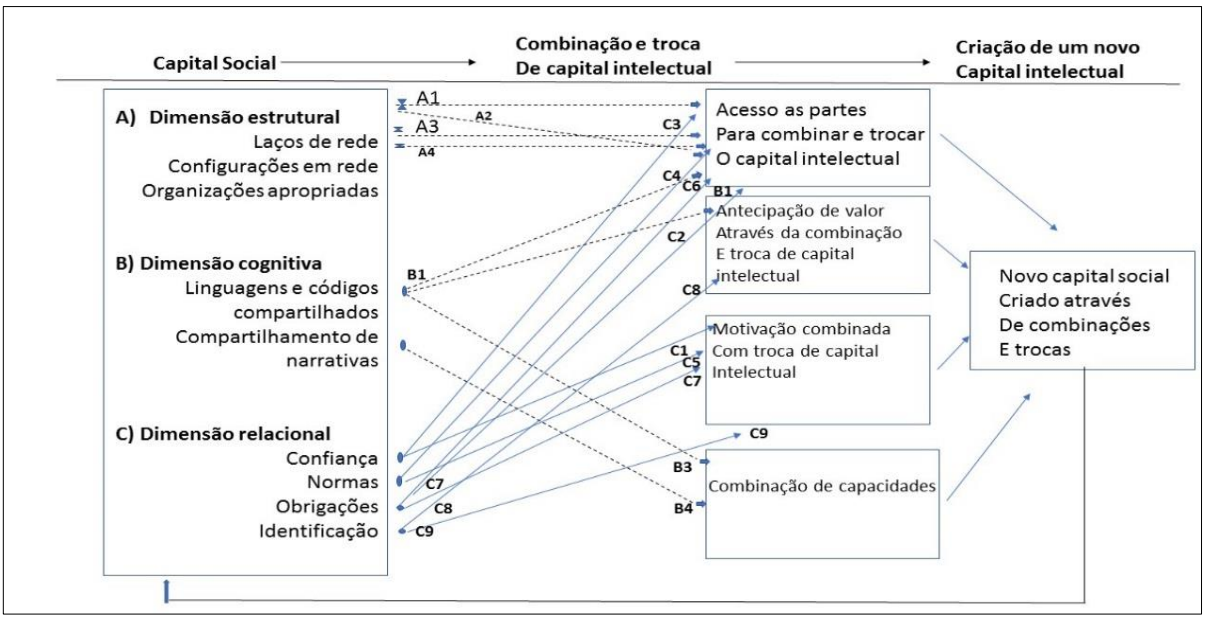

FIGURA 13 - Modelo conceitual de capital social e criação de capital intelectual.
Fonte: Adaptado de (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998, p. 251), traduzido pelo autor (2019).

O padrão de ligações e os relacionamentos construídos são a base do capital social, que influencia a combinação indiretamente por meio da troca. Nos sistemas sociais, a troca é o percursor da combinação de recursos (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

Como proposta e análise do capital intelectual, os autores referem-se que este seja o "conhecimento e a capacidade de aprendizagem em relações sociais coletivas, a exemplo de uma organização, comunidade intelectual ou prática profissional" (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998, p. 245).

O modelo de capital social cognitivo dos autores Nahapiet e Ghoshal foi utilizado por Faccin, Macke e Genari (2013) que tiveram por objetivo, medir o capital social de redes colaborativas vitivinícolas da Serra Gaúcha, no Estado do Rio Grande do Sul. Os pesquisadores utilizaram a estatística descritiva, como método de tratamento dos dados e as respostas foram submetidas a análise fatorial gerada a partir do método matemático de Análise de Componentes Principais (ACP) com rotação varimax em que o teste de esfericidade de Bartlett, verificou a confiabilidade do uso dos métodos multivariados para o conjunto de dados utilizados na pesquisa. No modelo adaptado os autores utilizaram as dimensões do capital social relacional, cognitivo e estrutural.

O capital social não é só um aspecto endógeno que depende exclusivamente de medidas públicas. Bourdieu ressalva os aspectos, simbólico e culturais para o crescimento econômico ligadas em uma ação social. O capital social também se apresenta em forma, de regras e reciprocidade nos sistemas de participação cívica.

2.10.2 Regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica

O padrão de ligações e os relacionamentos construídos são a base do capital social, que influencia a combinação indiretamente por meio da troca. Nos sistemas sociais a troca é o percursor da combinação de recursos (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998).

Dentre os múltiplos, conceitos do capital social Putnam (2001, p. 1) afirma que o capital social é definido, como uma rede de valores que passam pelas normas associativas e pela reciprocidade, que podem por exemplo, gerar desenvolvimento econômico entre os atores da rede.

Segundo Putnam (2006, pp. 179-180) um atributo específico do capital social, que dita sobre confiança, normas e cadeias de relações sociais, consiste no fato de que ele, normalmente, constitui um bem público, ao contrário do capital convencional que geralmente é tido, como um bem privado. Estas observações se construíram quando o autor se concentrou nos valores expressados pelas pessoas por meio das externalidades, que hora podem ser públicas ou privadas. Neste caso, o autor focou nas externalidades públicas, como o capital social.

Referente às distinções de capital social, Putnam (2001) concorda com Michael Woolcock (1998)[31] onde ele diz que, "dentre as principais distinções de capital social as mais importantes estão na conexão e ligação" em que todo capital social pode gerar consequências negativas também (PUTNAM, 2001, p. 2).

Portanto, a confiança social pode aparecer de duas formas interligadas: "uma é as regras de reciprocidade e a outra os sistemas de participação cívica", em que as regras sociais são compostas pela transferência de um ator para o outro na concessão de uma determinada ação. Essa ação é considerada uma externalidade e as consequências podem ser positivas e ou negativas (PUTNAM, 2006, p. 181). As cadeias de relações sociais podem passar por círculos virtuosos ou viciosos em que, ora as redes sociais são abundantes, ora não, onde o capital social gerado pode variar de acordo com a estrutura social.

As regras reduzem os custos de transação e promovem a cooperação, Putnam (2006) sinalizada que a mais importante das regras é a da reciprocidade. A reciprocidade é classificada em dois tipos: a "balanceada" (específica) ou a reciprocidade "generalizada" (difusa), em que

[31] Michael Woolcock é cientista social principal do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento do Banco Mundial. Disponível em:< https://www.worldbank.org/en/about/people/m/michael-woolcock>. Acesso em 15 de maio de 2020.

“a primeira diz respeito à permuta simultânea de itens de igual valor por exemplo, quando colegas de trabalho trocam seus dias de folga ou quando políticos combinam apoiar-se mutuamente”. A segunda regra, ocorre nas relações de amizade por exemplo, explica que:

> A reciprocidade generalizada diz respeito a uma contínua relação de troca que a qualquer momento apresenta desequilíbrio ou falta de correspondência, mas que supõe expectativas mútuas de que um favor concedido hoje venha a ser retribuído no futuro (PUTNAM, 2006, p. 183).

A regra de reciprocidade generalizada pode ser considerada, como um elemento de produção de capital social e está ligado a um grande sistema de intercâmbio social. Em alguns casos, como apresenta Mark Granovetter[32], a confiança estimula e a má desestimula, quando os atores estão inseridos em uma estrutura de resoluções sociais pessoais e intercâmbios sociais. Nesse sentido, a “interação pessoal é um meio econômico e seguro de obter informações acerca da confiabilidade dos demais atores” (PUTNAM, 2006, p. 181).

Nota-se que em todos os tipos de sociedade, seja moderna, tradicional, autoritária, democrática, feudal ou capitalista se “constituem em sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoal e podem ser tanto formais quanto informais”. As sociedades têm características “horizontais e “verticais”. Nos sistemas “horizontais” congregam os agentes que possuem o mesmo status ou poder e os sistemas “verticais” unem-se em agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência (PUTNAM, 2006, p. 182).

Putnam (2006), analisou vários tipos de sociedades, entre elas, associações comunitárias, sociedades orfeônicas, cooperativas, clubes desportivos, partidos de massa, em que todos esses sistemas apresentaram uma intensa relação horizontal. Assim, “quanto mais desenvolvidos estes sistemas de participação cívica numa comunidade, maiores são as probabilidades de cooperação em benefício mútuo, tornando-se uma fonte essencial de capital social”. Portanto, esses sistemas associativos geram efeitos secundários e podem ser vistos na Figura 14.

[32] Granovetter, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. American Journal of Sociology, 91 :48 1-510, Nov. 1985.

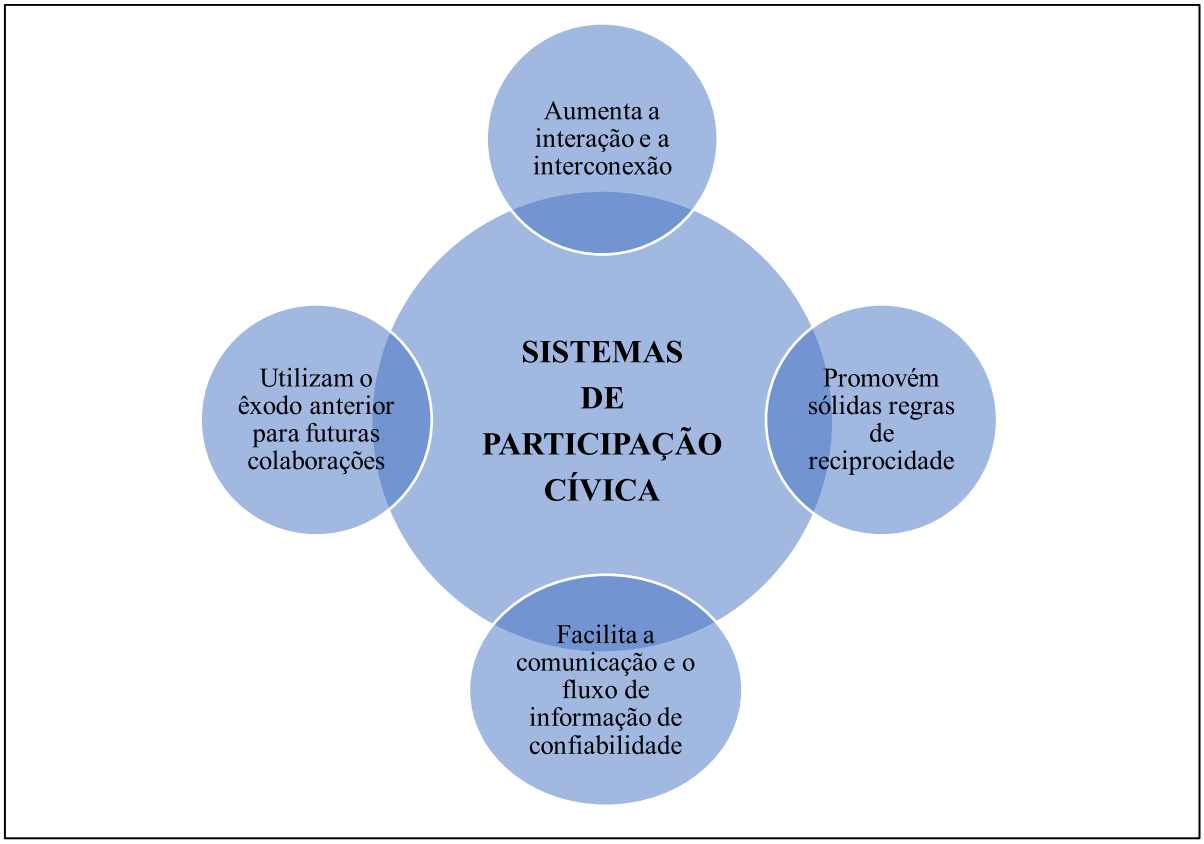

FIGURA 14 - Efeitos secundários em sistemas de participação cívica.
Fonte: Adaptado de Putnam (2006, p. 182), elaborado pelo autor (2019).

As tradições cívicas italianas, são exemplos históricos de colaboração mútua. Ações que foram eficazes no passado podem ser aproveitadas pelos cidadãos no presente. Um exemplo, é o movimento ecológico atual, que buscou iniciativas no passado. Em sistemas verticais, é mais difícil de manter a confiança e a cooperação entre os membros já em comunidades com sistemas de participação cívicas horizontais, as relações de confiança e cooperação mútua são bem-sucedidas (PUTNAM, 2006).

Os autores Granovetter (1973)[33] e Boissevain (1974)[34] argumentam que o capital social se evidencia por meio dos "laços fortes e laços fracos" "e de amigos para amigos", da qual, os membros podem ter acesso a informações e oportunidades privilegiadas (NAHAPIET; GHOSHAL, 1998, p. 243).

Um aspecto importante de colaboração social é o laço de parentesco. Granovetter ressaltou que para os vínculos interpessoais "fortes", como parentesco e amizade íntima tem menor importância em relação aos vínculos "fracos", como conhecimentos e afiliação as associações. Ainda neste sentido, os laços fracos têm maior possibilidade de união entre

[33] Granovetter, M. S. 1973. The strength of weak ties. American journal of Sociology, 78: 1360-1380.
[34] Boissevain. J. 1974. Friends of friiends. Oxford: Basil Black-well.

membros de pequenos grupos distintos, em relação aos vínculos fortes que, geralmente, estão focados em grupos mais específicos (PUTNAM, 2006, p. 185). Portanto, em sistemas de participação cívica composto por diferentes grupos sociais, a promoção de capital social é maior do que em grupos isolados.

Com o objetivo de analisar as redes sociais, Granovetter (1973) estudou a ação econômica e a estrutura social com enfoque no problema da incorporação em que sintetiza as redes interpessoais, como o centro de estudo. Ele analisa os laços sociais, que podem ser definidos, como fortes, aqueles que as relações despendem mais tempo produzem maior intensidade emocional e possibilidade de troca a exemplo da amizade. Definiu-se que os laços fracos são criados quando o investimento na relação é quase nulo a exemplo, de relações com pessoas conhecidas.

Para sustentar este conceito de capital, propõem-se que é necessário entender as raízes das relações sociais entre indivíduos que buscam objetivos comuns. Portanto, para compreender o capital social é necessário a inclusão das "relações sociais: sua formação, transformação, vulnerabilidade e resiliência" (RIVERA et al., 2019, p. 69).

Essas relações sociais são divididas em dois grupos: o *Bonding* o capital social de ligação, e *Bridging* o capital social de conexão. No Quadro 10, segue os conceitos de capital social de ligação e construção por autor.

Tipo de capital social	Autores
Bonding - capital social de ligação: é caracterizado por grupos homogêneos, se destaca na lealdade e confiança nas interações realizadas por famílias e pessoas próximas.	Snider et al. (2017).
Bridging – capital social de conexão: tem caraterística de construção, refere-se a relações entre pessoas de diferentes grupos, a aquisição de informações em diversas fontes, a ação coletiva inclusiva, a confiança externa, são elementos -chave.	Svendsen e Svendsen (2009).

QUADRO 10 – Definições de capital social de ligação e conexão.
Fonte: Adaptado de (RIVERA et al., 2019), traduzido pelo autor, (2019).

O capital social pode ser visto em outras dimensões, como: "capital social formal e informal". A exemplo, das associações ou organizações de qualquer tipo, como sindicatos trabalhistas compostos por presidente e vice-presidente, por quotas de afiliação, consistem em organizações que possuem capital social formal. Contudo, o exemplo de pessoas que se encontram em um bar todas as quintas-feiras à noite, é considerado capital social informal. Deste modo, ambos constituem redes de relacionamentos, os quais são comuns em criar reciprocidade e ganhos (PUTNAM, 2001).

As normas e os sistemas de participação cívica promovem o desenvolvimento econômico. Na Itália, em regiões com menor número de associações cívicas, não se observou um crescimento expressivo quando comparado a regiões com maior número de associações cívicas, onde o desenvolvimento econômico cresceu exponencialmente em 1970. Enfim, os sistemas de participação cívica fortalecem a performance do governo e da economia: "sociedade forte, economia forte, sociedade forte, Estado forte" (PUTNAM, 2006, p. 185).

O capital social pode ser medido em comunidades, associações, partidos e organizações, em que pode aparecer de maneira formal e informal. O fortalecimento das relações é dado pelos laços, que podem ser fortes ou fracos. Quanto ao capital social intelectual ele pode ser medido pelas dimensões relacional, cognitiva e estrutural. A escolha analítica para este estudo, optou-se por analisar as interações sociais dos presidentes de bairros de Rondonópolis por meio do capital social intelectual e engajamento cívico.

Quanto aos atributos de capital social que auxiliam no funcionamento dos sistemas de participação cívica, Rivera et al. (2019) expõem os que podem ser identificados por meio da confiança, da qualidade das relações, no interesse comum, na cooperação, no senso de comunidade, cultura e tradição. Ainda, como complemento teórico no Quadro 11, são expostos alguns atributos de capital social, para cada autor relacionado.

Autor	**Atributos usados na concepção de capital social**
Paldam (2000), Midgley (2013), Peter et al. (2015), Knack and Keefer (1997), Kliksberg (1999a), Cohen and Prusak (2001), Snider et al. (2017).	Interesses comuns e cooperação.
Kliksberg (1999a).	Valores e tradição.
Putnam (1994), Fukuyama (1995¸ Knack and Keefer (1997), Woolcock (1998), Kliksberg (1999), Paldam (2000), Knack (2002), Legatum Institute (2015), Midgley (2013).	Confiança.
Paxton (1999).	Reciprocidade e associativismo.
Münchhausen and Knickel (2010), Herran (2015).	Endogeneidade e valores compartilhados.
Serageldin (1998), Baker (2000).	Valores compartilhados.
Alfaro (2006), Snider et al. (2017).	Conhecimento compartilhado.
Snider et al. (2017).	Experiências comuns compartilhada do passado, do presente e do futuro.

QUADRO 11- Atributos de capital social e autores relacionados.
Fonte: Adaptado de (RIVERA et al., 2019), traduzido pelo autor (2019).

O capital social se apresenta de várias formas os quais passam pelas obrigações, normas, confiança, reciprocidade, redes sociais, valores, interesses, trocas mutuas, e laços. O capital social pode ligar e ou construir novas relações gerando assim novos aspectos que transformados

ou adquirido pela cultura, pelos bens físicos ou intangíveis geram novos conhecimento que podem ser compartilhados e disseminados, sendo assim, gerando novos aprendizados. Na sequência se apresenta as formas de apropriação do capital social por meio de estruturas sociais e redes, e por fim eficácia coletiva e sua relação com o capital social que formará o modelo teórico o qual se propõe para análise quantitativa.

2.10.3 Apropriação de capital social: estrutura social e redes

Quanto a apropriação do capital social em um prisma individual dado por Bourdieu (2001,[35]apud FERNÁNDEZ-SUÁREZ; CANO-RUIZ, 2018) evidencia que o capital social é um recurso inalienável que possui apropriação própria em que, seu principal componente é constituído por redes de relacionamento e a coletividade entre os membros

Coleman (1988, p. 95) define o capital social, como: "habilidade das pessoas de trabalharem juntas, em organizações, em grupos, com objetivos comuns". Para o autor, capital social refere-se a uma "variedade de entidades que formam uma estrutura social e facilitam certas ações de indivíduos que ocupam esta estrutura".

O capital social se apresenta em "atores corporativos", "organizações privadas", assim como nas relações das pessoas com atores corporativos, em que nessas constitui o capital social (COLEMAN, 1988, p. 98).

A apropriação do capital social, segundo Coleman (1988, p. 104) pode ser auferida pela estrutura social a qual, se desenvolvem as relações sociais. Os conceitos direcionados para a estrutura social, se embasam a partir dos seguintes princípios: i) fechamento de redes; ii) apropriação social organizacional. Umas das principais "propriedades das relações sociais são as normas efetivas que, aqui ele propõe chamar de fechamento". O surgimento de normas efetivas é o que atribuí os efeitos externos negativos, do mesmo modo que encoraja os efeitos positivos.

Em relação às normas efetivas o que acontece em muitas estruturas sociais é que elas não surgem. O motivo disso, apontado por Coleman (1988, p. 105) é a "falta de fechamento da estrutura social". O fechamento da estrutura social pode ser aberto e ou fechado, como encontra-se representado na Figura 15.

[35] Bourdieu, Pierre (2001). El capital social: Apuntes provisionales». En: herreros, Francisco y Francisco, Andrés de (eds.). Capital social, Zona Abierta. Madrid: Fundación Pablo Iglesias.

No caso da rede aberta, A pode exercer ações impostas externamente negativas em B ou em C ou em ambos, sendo que B e C não possuem relações entre si, mas sim, com D e E. Desta forma, nesta estrutura social, B e C e tampouco D e E, não podem combinar forças para sanções de A, em que tem, como finalidade a restrição de ações. Numa estrutura social fechada, B e C podem se combinar para prover sanções coletivas, assim como também podem beneficiar os outros por sancionar A (COLEMAN, 1988).

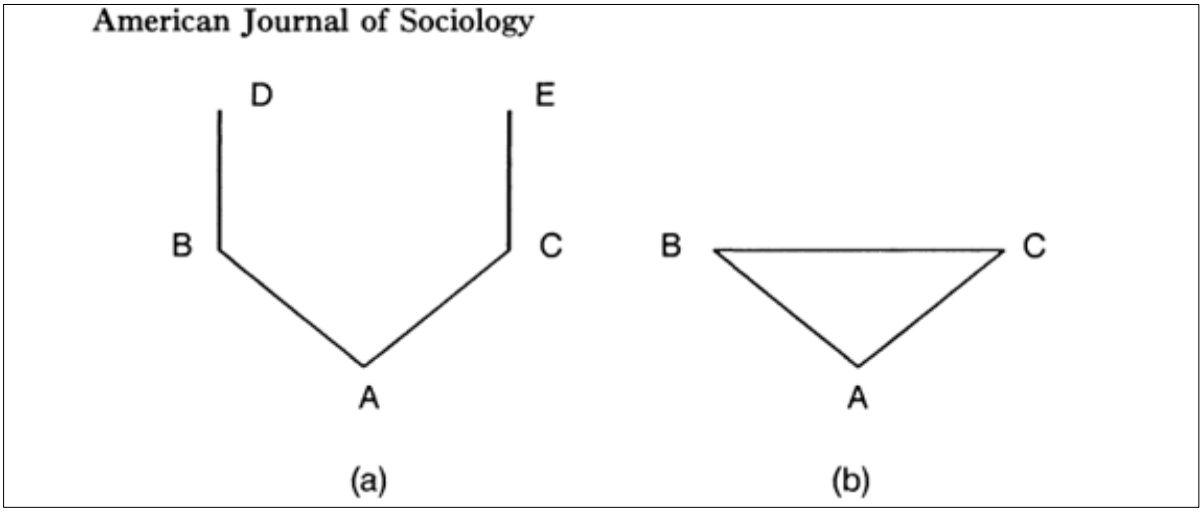

FIGURA 15 - Redes sociais abertas e fechadas.
Fonte: (COLEMAN, 1988, p. 105).

No âmbito das normas atribuídas pelos pais às crianças e quanto ao fechamento da estrutura da rede, considera-se esta estrutura mais complexa. Neste caso, o "fechamento intergeracional' pode ser descrito em forma de "diagrama simples, em que representa as relações entre pai e filho e as relações externas da família" (COLEMAN, 1988, p. 106).

Experimentar uma mudança ou um rompimento na comunidade por exemplo, afeta amplamente as normas e sanções, que de alguma forma beneficiavam as tarefas. O custo do rompimento é maior para aqueles que não tem controle sobre o mesmo. Contudo, os benefícios consequentes vindos pela mudança podem superar em muito as pequenas perdas que ficaram para trás (COLEMAN, 1998).

Max Gluckman (1967)[36], apresentou determinadas maneiras pelas quais as organizações e o fechamento correto propicia capital social em que desta forma, pode contribuir com a apresentação das diferenças entre as relações simples e relações múltiplas (COLEMAN, 1988).

[36] Gluckman, Max. 1967. The Judicial Process among the Barotse of Northern Rhodesia, 2d.ed. Manchester: Manchester University Press.

Em uma estrutura de “relações múltiplas, as pessoas estão ligadas em mais de um contexto por exemplo, a vizinhança, o grupo dos colegas do trabalho, amigos dos pais, grupos religiosos, entre outros. Já nas relações simples, as pessoas estão ligadas em apenas uma dessas relações”. A característica essencial de uma relação múltipla, consiste nela admitir os recursos de uma relação-chave que possam ser apropriados para o uso em relações distintas, em que neste contexto, a informação é o recurso mais utilizado, (COLEMAN, 1988, p. 109).

A conduta humana sempre foi estruturada por meio das suas relações interdependentes, onde o embasamento dessas estruturas “[...] podem ser nas normas sociais, nas regras, nas formas de conduta, no parentesco, nos meios de pagamentos, nos regimes de propriedades, nas crenças e na cultura” (HIGGINS; RIBEIRO, 2018, p. 11).

O capital social possui aspectos familiares e pode ser constituído por meio do capital financeiro, do humano e do social. Recursos que proporcionam o aumento da renda e da riqueza familiar, uma oportunidade para se matricular fixo em uma escola, recursos físicos e de aprendizagem, diminuem os problemas familiares portanto, isso é considerado capital financeiro. O capital humano está basicamente ligado na educação que os pais fornecem aos seus filhos, e o potencial cognitivo disponível para acesso em ambientes que proporcionem a aprendizagem.

Segundo Coleman (1988, p. 109) para o capital social no âmbito familiar, o conceito é bem diferente. Um exemplo é dado por John Stuart Mill, quando aprendeu latim e grego com seu pai, James Mill, na época. O conhecimento do pai não era tão grande se comparado com o de outros homens, em que a questão central foi o esforço investido pelo pai em assuntos intelectuais com o seu filho. Os aspectos de capital social familiar podem ser vistos na Figura 16**.**

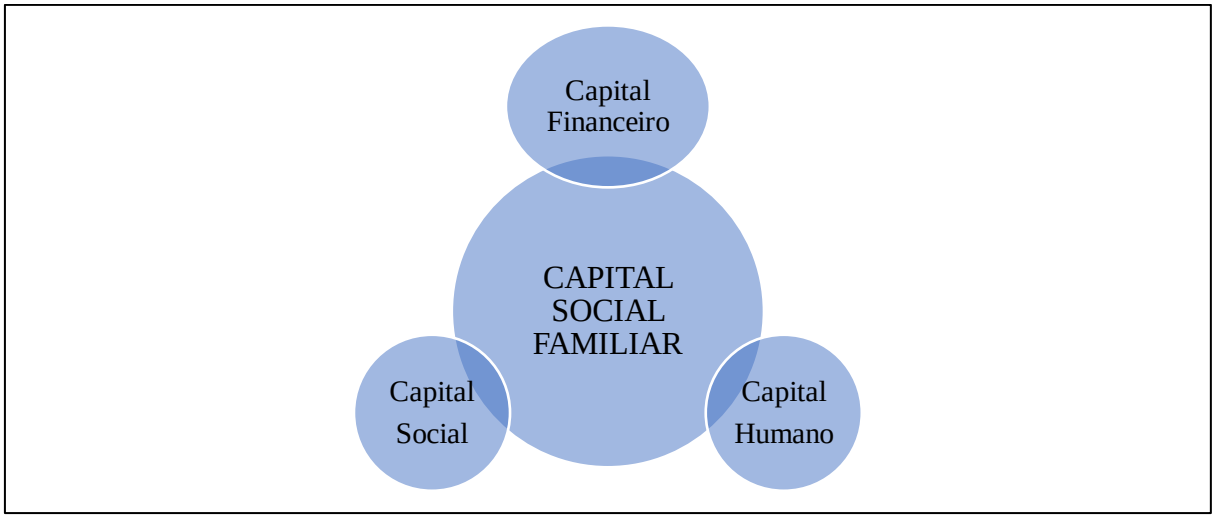

FIGURA 16 – Aspectos do capital social familiar.
Fonte: Coleman, (1988) criado e traduzido pelo autor, (2019).

As redes sociais geralmente são formadas por interações sociais individuais ou em comunidade. Portanto, a aquisição do capital social se apresenta nos aspectos familiares, por meio dos laços familiares. A força desses laços é mantida pela confiabilidade nas ações em que, por exemplo, no caso de roubo ou posse temporária, essa comunidade perderia os laços comunitários, familiares e religiosos, onde nessa última, a "ausência destes vínculos, considerados elaborados, seguros e caros, seriam nulos e as transações não ocorreriam" (COLEMAN, 1988, p. 99).

A professora Dra. do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Ana Lúcia S. Enne traz algumas abordagens sobre o conceito de rede e reflexões sobre as sociedades contemporâneas. A proposta de análise, consiste em apresentar as relações com os fluxos de bens e informações, a partir das práticas de interação social. A autora enfatiza a importância do conceito de rede para estudar e ou medir as novas formas de socialização e o fluxo informacional do chamado mundo globalizado.

Para uma definição mais precisa do que seria uma rede social, o antropólogo social John Arundel Barnes (1987,[37] apud ENNE, 2004) classifica as redes sociais em redes sociais totais e redes sociais parciais. Barnes foi um dos pioneiros em trazer uma definição mais precisa do que é uma rede social. No Quadro 12, exibe-se a classificação e as definições de rede social proposta por pelo antropólogo.

[37] BARNES, J.A. "Redes sociais e processo político". In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas. São Paulo, Global, 1987.

Tipo de redes	Definição
Redes Sociais Totais	A rede social total é uma abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte possível da informação sobre a totalidade da vida social da comunidade à qual corresponde.
Redes Sociais Parciais	Qualquer extração de uma rede total, desde que, seja aplicado algum critério. Por exemplo, a partir de um Alfa poderia ser medido todos seus graus de associações e suas proporções. Estas proporções são chamadas de constelações, assim, indivíduos com relações diretas a Alfa seriam estrelas de ordem de primeira grandeza, aqueles que não fossem diretamente ligados a Alfa, mas a outro agente como Beta, seriam então agentes de uma ordem de segunda grandeza e assim por diante.

QUADRO 12 - Classificação de redes sociais de definições dadas por Barnes
Fonte: Adaptado de Enne (2004, p. 265).

Para Barnes (1987, apud ENNE, 2004) uma rede seria uma construção social de relações de grandezas distintas em que estas relações de grandezas, permitiriam o encontro de diversos atores para possibilitar a criação de uma rede entre relações tais, como: parentesco, vizinhança, laços políticos, entre outros.

O conceito de rede pode ser aplicado para diversos estudos sociais, pois é útil na descrição e na análise de processos políticos, classes sociais, relação entre um mercado e sua periferia, provisão de serviços e circulação de bens e informações num meio social não-estruturado, manutenção de valores e norma pela fofoca, diferenças estruturais entre sociedades tribais, rurais e urbanas e assim por diante (ENNE, 2004, p. 265).

Na concepção de Wasserman e Faust (1994,[38]apud BRAGA; MACIEL; CARVALHO, 2018) as redes sociais são importantes aos sujeitos, pois são caracterizadas por ambientes em que tem difusão de informações. Ainda nesse sentido, as teias construídas por redes sociais possibilitam que os membros se beneficiem das múltiplas relações postas pelos participantes dessas redes.

Em um estudo empírico sobre redes sociais, capital social e governança ambiental no território Portal da Amazônia, os autores Mertens et al. (2011) tiveram, como objetivo principal mapear o capital social dos atores envolvidos em processos de governança ambiental na Amazônia brasileira. Este estudo mensurou o capital social de ligação, capital social de conexão baixo e alto assim, como os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Os resultados mostraram que os atores envolvidos na gestão ambiental do território Portal da Amazônia estão organizados em redes e que todos possuem o mesmo propósito em atentar-se com que a Amazônia possa seguir um modelo de gestão a exemplo, da Agenda 21 Local. Portanto, fortalecer os processos de diálogo, diminuir os conflitos e promover o uso

[38] Wasserman, S. & Faust, K. (1994). Social network analysis: Methods and applications. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

sustentável dos recursos naturais da Amazônia, foram as principais contribuições (MERTENS et al., 2011).

Em um estudo com intuito de estudar as redes e o capital social com o enfoque da informação para o desenvolvimento local, apresentou modelos conceituais para mensuração das redes sociais, com metodologia de apropriação de capital social na tentativa de compreender o impacto sobre a vida social, a partir das relações entre indivíduos em forma de redes. Portanto, o foco está na estrutura social, representada por "nós" e "ligações", que nas ciências sociais, são constituídos por indivíduos, grupos e organizações, conectados por algum tipo de relação (MARTELO; SILVA, 2004).

Milani (2003) estudou as teorias do capital social e desenvolvimento local, com o estudo de caso de Pintadas, no Estado da Bahia. O objetivo do estudo foi analisar o desenvolvimento local e social por meio da aquisição de capital social e seus efeitos na comunidade.

A metodologia utilizada foi a avaliação de projetos, índices, políticas públicas e intervenções sociais por meio de associações e Organizações Não Governamentais (ONGs), bem como relacionar as variáveis de capital social, como os valores, as normas de confiança e participação, com a lógica do crescimento econômico. Os resultados do estudo apresentaram que o desenvolvimento comunitário e social tem a igreja católica e uma associação comunitária, como responsáveis pelas mudanças sociais e econômicas no município (MILANI, 2003).

A influência do capital social em projetos de desenvolvimento local, foi estudada por Silva e Cândido (2009) em duas comunidades do município de Bananeiras, no Estado da Paraíba. O objetivo foi investigar as influências e evidências do capital social em projetos municipais locais, em que o público alvo da pesquisa correspondeu a colaboradores que atuavam diretamente em projetos municipais, técnicos, pessoas vinculadas a administração pública local e lideranças comunitárias.

A ferramenta utilizada para análise do capital social, foi um questionário integrado do Banco Mundial (QI-MCS), que atua em seis dimensões: apoio comunitário, capital social estrutural, redes e organizações de apoio mútuo, ação coletiva prévia, capital social cognitivo e perfil organizacional. Como principal resultado observado, notou-se que as comunidades em que há sucesso na implantação de projeto de desenvolvimento local, há menor índice ou possibilidade de capital social e quanto ao projeto que obteve insucesso, apresentou maior possibilidade de capital. Evidência que comprova a existência que o capital social também pode gerar efeitos negativos sobre a eficácia coletiva (SILVA; CÂNDIDO, 2009, p. 1).

A principal apropriação do capital social dentro de uma estrutura social pode ser medida por meio das relações sociais ou das normas efetivas. Uma rede pode ser configura por meio de seu fechamento, em aberta ou fechada e também, pode ter relações simples ou múltiplas, dependendo do contexto. A conduta humana pode ser reestruturada por meio de regras, normas sociais, meios de pagamento, regimes de propriedade e crenças ou por meio da troca no fluxo de informações e práticas sociais, via informação e comunicação.

As redes podem ser totais ou parciais em que depende do grau de realidade. O conceito de rede pode ser aplicado em estudos organizacionais de classes sociais, relações de mercado, laços familiares e vínculos. As relações sociais, formam um fluxo de informações e comunicação entre os participantes, em que se estrutura assim, uma rede.

Em síntese, as formas de apresentação e as principais definições de capital social segundo os autores mais, tradicionalmente, citados na literatura e as varáveis de análise correspondentes para cada autor, podem ser visualizadas no Quadro 13.

Autor	Definição	Variáveis de análise
Bourdieu (1986)	Preocupou-se com a análise das condições econômicas e sociais, das disposições econômicas, da gênese social dos sistemas de preferências, a dimensão política tende a refletir a respeito das "relações entre o campo econômico e o Estado, destacando a questão da dominação e do poder.	Grupos dominados e dominantes, questões culturais ao longo do tempo, estrutura econômica por meio das relações sociais. Capital simbólico através do prestígio e fama.
Coleman (1988)	Habilidade das pessoas de trabalharem juntas, em organizações, em grupos, com objetivos comuns.	Normas efetivas, confiança, estrutura social, relações simples e múltiplas, redes sociais.
Putnam (2001)	Trata o "capital social como uma rede de valores que passam pelas normas associativas e pela reciprocidade facilitando ações coordenadas.	Normas, confiança, cadeias de relações sociais.
Nahapiet e Ghoshal (1998)	Define capital social por meio da soma dos recursos reais e potenciais embutidos, disponíveis e derivados da rede de relacionamentos e dos ativos que podem ser mobilizados a partir dela.	Capital social relacional: Confiança, normas, obrigações Capital social cognitivo: Linguagem e códigos Capital social estrutural: Laços de Redes.

QUADRO 13 - Síntese das definições de capital social e das variáveis de análise correspondentes aos principais autores.
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A contribuição literária mostrou os conceitos de capital social e as principais correntes teóricas de suas formas de apresentação. Assim, pode-se entender que o capital social está

ancorado nas normas e nas interações sociais e que este fato, pode proporcionar a eficácia coletiva, no sentido em que a sociedade não é somente um componente humano e que possui relações que podem ser medidas. O capital social contém características sociais e pode ser evidenciado pelas obrigações, relações de confiança e engajamento cívico.

A análise de redes e as estruturas públicas e privadas que se relacionam com os presidentes de bairros de Rondonópolis, serão apresentadas e discutidas nos resultados qualitativos desta pesquisa. Ademais, apresentar-se-á o modelo teórico e as discussões de capital social associado a eficácia coletiva, o que se propõe a investigar na análise quantitativa.

2.10.4 Modelo análise de capital social associado a eficácia coletiva

Ao pesquisar um modelo teórico que pudesse medir de forma quantitativa, por meio de análise estatística multivariada, optou-se por modelos teóricos usados em pesquisas reconhecidas internacionalmente. Sabemos que estudos e modelos internacionais, estão mais distantes de uma realidade local, neste caso, os presidentes de bairros de Rondonópolis. Porém, acredita-se que o modelo pode ser adaptado a realidade brasileira e gerar novos indicadores, o que possibilita também, outras pesquisas, sugestões e melhorias no modelo a ser apresentado.

Na discussão sobre a eficácia coletiva em associações de moradores de bairros, nota-se a importância do engajamento cívico, da efetividade da ação coletiva e da seriedade da vizinhança em ações coletivas nos bairros. Carbone e Macmillin (2019) desenvolveram uma pesquisa quantitativa com o objetivo de ligar elementos da eficácia coletiva, da coesão social e do controle social, como métrica das ações coletivas.

O estudo quantitativo citado no parágrafo anterior, buscou averiguar a hipótese de que altos níveis de eficácia coletiva da vizinhança estão diretamente associados à ação coletiva. Portanto, o plano de fundo teórico está alicerçado em: i) ações coletivas e engajamento cívico; ii) eficácia coletiva; iii) *links* entre eficácia coletiva e ações coletivas (CARBONE; MCMILLIN, 2019).

Para compreender as ações coletivas utilizou-se a abordagem teórica de “eficácia coletiva” que é definida, “como as conexões e as relações sociais entre os membros de uma comunidade, somada com a pretensão de aproveitar essas relações para promover transformação na comunidade e aumentar os esforços de engajamento cívico” (CARBONE; MCMILLIN, 2019, p. 311).

Participações em ações cívicas também são descritas por Putnam (2001), Bourdieu (1988) quando se referem à importância das ações cívicas em grupos sociais com objetivos mútuos, onde observaram que em comunidades com poucas ações cívicas, a produção de capital intelectual ou realização de ações coletivas, tendem a ser baixas.

Os autores Meinzen-Dick[39], DiGregorio e McCarthy (2004, apud CARBONE; MCMILLIN, 2019, p. 312) tentam sintetizar as várias formas de conceituar ação coletiva. Eles apresentam que para uma ação coletiva, deve existir pelo menos quatro variáveis que consistem a sua definição, em que "a primeira deve existir um grupo de pessoas, a segunda o grupo deve ter interesse comum e vontade de trabalhar, a terceira é trabalhar unidos e promover interesse compartilhado e a quarta definição é a participação voluntária". Por meio do modelo teórico apresentado no Quadro 14, pode-se observar as dimensões e as suas variáveis a serem avaliadas.

Dimensões variáveis Dependentes	**Dimensões variáveis independentes**	**Descrição do estudo**	**Autores**
CAPITAL SOCIAL	**Engajamento Cívico**	Termo usado para caracterizar ações sociais e políticas, Exemplos específicos de atividades de participação cívica incluem votar em eleições locais, assinar uma petição, participar de uma reunião pública, ser membro de um comitê, ou voluntário na comunidade.	(SUBRAMANIAN; LOCHNER; KAWACHI, 2003) (POORTINGA, 2012); (MUSSO; WEARE, 2017); (CARBONE; MCMILLIN, 2019).
	Capital Social Intelectual	Ações de aprendizagem, troca e compartilhamento de conhecimento, imagens, acesso à informação, formação e processos de aprendizagem.	(NAHAPIET; GHOSHAL, 1998). (FACCIN; MACKE; GENARI, 2013).
EFICÁCIA COLETIVA	**Liderança**	Capacidade de liderança, diversidade, capacidade de resposta, acessibilidade e apoio à tomada de decisões democráticas ou coletivas. Membros de comitês, associação comunitária, eleitos.	(LIPPMAN et al., 2016), (RUPP et al., 2019).
	Coesão Social	Conexão entre os moradores e sua vontade de ajudar um ao outro.	(CARPIANO, 2006); (LIPPMAN et al., 2016), (CARBONE; MCMILLIN, 2019), (CARBONE,

[39] Meinzen-Dick, R., DiGregorio, M., & McCarthy, N. (2004). Methods for studying collective action in rural development, Edito- rial. Agricultural Systems, 82, 197–214. https://doi.org/10.1016/j.agsy.2004.07.006 Mesch.

Dimensões variáveis Dependentes	Dimensões variáveis independentes	Descrição do estudo	Autores
			2019), (RUPP et al., 2019)
	Controle Social	Esforços residentes para comunicar padrões de comportamento que representa a atividades ilícitas e outros comportamentos nefastos.	(CARPIANO, 2006); (LIPPMAN et al., 2016), (CARBONE; MCMILLIN, 2019), (CARBONE, 2019), (RUPP et al., 2019)
	Ações Coletivas	Ações que capturam questões de interesse coletivo, como problemas de saúde, infraestrutura, segurança.	(CARPIANO, 2006); (LIPPMAN et al., 2016), (CARBONE; MCMILLIN, 2019), (CARBONE, 2019); (RUPP et al., 2019).
	Organizações e Redes	Grupos e ou organizações com base comunitária e redes que mobilizem recursos e serviços, além da difusão e troca de ideias e contatos com os participantes.	(LIPPMAN et al., 2016).

QUADRO 14 - Modelo quantitativo mensuração de capital social e eficácia coletiva de bairros em Rondonópolis-MT.
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Os aspectos cívicos de engajamento foram discutidos por Putnam (2001), Coleman (1988) e Bourdieu (1982). Um dos exemplos, estudados por Putnam (2001) consiste na análise da participação dos homens em associações de clube, cujo nome tinha origem de algum animal, a exemplo do Lions Club, assim como a frequência e o grau de participação em eventos comunitários ou de associações. A participação cívica americana em 1999, despontou um declínio, pois em 1975 por exemplo, o americano frequentava 12 reuniões de clubes por ano, já em 1999, a média caiu para cinco participações anuais.

Na Itália, Putnam (2001) denotou um crescimento exponencial em regiões mais cívicas, o que concluiu que a participação cívica fortalece as ações de governo e diminuiu as externalidades. As ações cívicas são por exemplo, “ações que incluem votação em eleições locais, assinatura de uma petição, participação de reuniões públicas e ser membro de um grupo cívico ou comunitário” (CARBONE; MCMILLIN, 2019, p. 312).

Outros estudos apresentam que a etnia, a escolaridade e o gênero, são determinantes particulares na construção de capital social e maior envolvimento em participação cívica formal e envolvimento na comunidade. Por exemplo, homens possuem uma maior participação formal e mulheres constroem redes sociais informais mais frequentes (SUBRAMANIAN; LOCHNER; KAWACHI, 2003).

Uma pesquisa quantitativa, realizada diretamente aos moradores de forma aleatória, em bairros tradicionais de Chicago, ranqueou o capital social de diferentes bairros com enfoque nas percepções de confiança e reciprocidade. O objetivo da pesquisa foi examinar os principais *clusters* (agrupamentos) de bairros ecologicamente significativos e homogêneos, além dos atributos socioeconômicos e demográficos no sentido de, como eles se correlacionam e o quanto são responsáveis pelas diferenças de capital social em cada bairro (SUBRAMANIAN; LOCHNER; KAWACHI, 2003).

Como problemática uma das perguntas de pesquisa apresentada foi: "será que as pessoas da comunidade são confiáveis? A corrente teórica utilizada, como aporte foi desenvolvida entre o capital estrutural, cognitivo, confiança e reciprocidade. Os resultados apresentaram diferenças significativas quanto a percepção individual nas relações de confiança, mesmo quando consideradas as características individuais e socioeconômicas (SUBRAMANIAN; LOCHNER; KAWACHI, 2003).

A eficácia coletiva é descrita por duas variáveis, a coesão social e o controle social informal e pode ser medida por questões sobre confiança e reciprocidade. Para coesão social, sobrepõe-se o conceito de capital social. A coesão social é fortemente representada pelos valores e as redes formadas pelas comunidades (SUBRAMANIAN; LOCHNER; KAWACHI, 2003).

O capital social pode ser formado e influenciado a partir de aspectos socioeconômicos. O conceito de coesão social está ligado com o seu grau e pode ser medido pelas variáveis da confiança, da familiaridade, dos valores e laços de rede, que são disseminados entre os moradores de um determinado bairro (CARPIANO, 2006).

Outra pesquisa elaborada por Sampson (2001,[40] apud CARPIANO, 2006), mostrou que o controle social informal é descrito pela habilidade da comunidade em resolver problemas, como desordem, crimes e delinquência no bairro.

[40] Sampson, R. J. (2001). Crime and public safety: Insights from community-level perspectives on social capital. In S. Saegert, J. P. Thompson, & M. R. Warren (Eds.), Social capital and poor communities (pp. 89–114). New York: Russell Sage Foundation.

A eficácia da ação coletiva é apresentada pela produção de Albert Bandura (1982, 2001,[41]apud CARBONE; MCMILLIN, 2019, p. 313) com raiz na teoria social cognitiva, "onde é possível apresentar as crenças e as habilidades das pessoas de um grupo para promover ou transformar". Essas habilidades estão relacionadas com "coesão social e controle social".

O Quadro 15. Apresenta a diferença entre coesão social e controle social e combinações por autor.

Variável	Conceito	Autores
Coesão Social	"Representa as ligações sociais que entre os membros da comunidade". "É uma combinação do sentimento de solidariedade e do grau de confiança mútua que há entre os membros da comunidade".	Odgers et al., 2009; Sampson, 2004; Sampson et al., 1997.
Controle Social	"O controle social é definido como a capacidade do grupo de regular o comportamento dos membros do grupo para alcançar um objetivo coletivo"	Janowitz, 1975; Sampson et al., 1997.
Combinações complexas	"Interações complexas entre esses dois conceitos distintos que se combinam para formar a eficácia coletiva"	Feldmeyer, Madero-Hernandez, Rojas-Gaona e Sabon (2017).

QUADRO 15 - coesão social e controle social.
Fonte: Carbone; Mcmillin (2019, p. 313) traduzido e elaborado pelo autor (2019).

Carbone e Mcmillin (2019) formularam uma hipótese: "será que o envolvimento comunitário, organizacional, político e ação coletiva é mais forte do que a associação entre eficácia coletiva e ação coletiva". Neste contexto hipotético, como análise da eficácia coletiva, os autores criaram um modelo com as seguintes dimensões: i) coesão social; ii) controle social; iii) engajamento cívico; e iv) ações coletivas. Para melhor entendimento o modelo é apresentado na Figura 17.

[41] Bandura, A. (2000). Exercise of human agency through collective efficacy. Current Directions in Psychological Science, 9, 75–78.

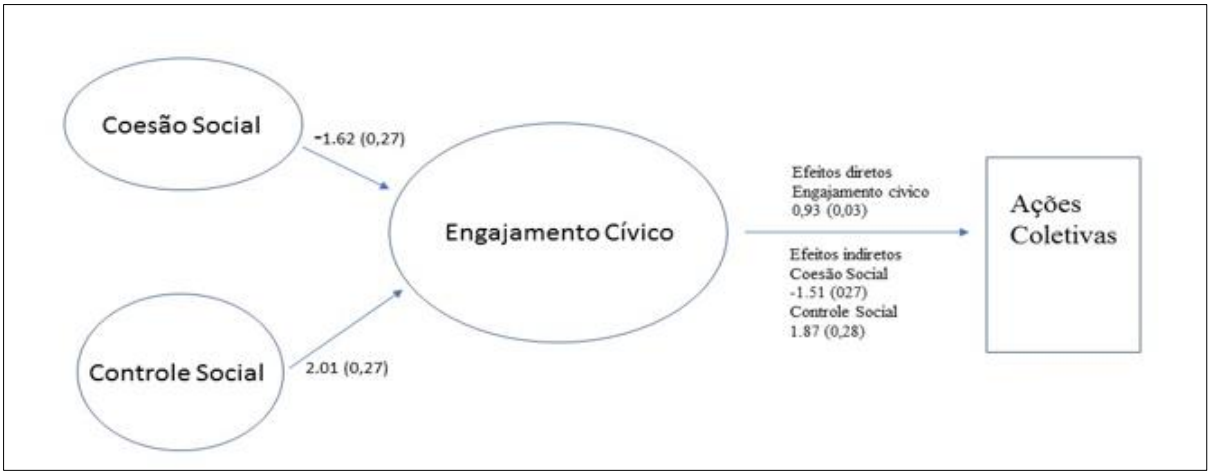

FIGURA 17 - Equação estrutural da ação coletiva.
Fonte**: (**CARBONE; MCMILLIN, 2019, p. 318) traduzido pelo autor (2019).

Um estudo demonstrou críticas por inconsistência teórica e falta de contribuição na mensuração do capital social em bairros, sob os aspectos da saúde. A pesquisa se concentrou nas obras de Bourdieu e Putnam, em que se questionou a possibilidade da sociologia contribuir nos aspectos de qualidade de vida em bairros e comunidade locais, com o objetivo de construir um modelo conceitual para mensurar o capital social dos bairros (CARPIANO, 2006).

Como observado, o modelo conceitual proposto emerge da literatura de Putnam e Bourdieu. A métrica utilizada baseia-se na classificação de duas variáveis de análise, em que uma se refere ao nível comunitário e a outra ao nível individual. No nível comunitário, o modelo enfoca as relações interpessoais, fatores socioeconômicos e histórico de saúde, já no nível individual, tem como objetivo avaliar os fatores de risco, os hábitos saudáveis e a qualidade de vida (CARPIANO, 2006).

Várias pesquisas internacionais têm se direcionado aos aspectos de qualidade de vida e saúde das pessoas. Em uma pesquisa de cidadania aplicada entre 2007 e 2009, realizada na Inglaterra, pesquisadores exploraram os *links* entre o capital social de ligação e de ponte na construção da resiliência e também, verificaram o quanto a privação da vizinhança influenciava na saúde das pessoas (POORTINGA, 2012).

Os resultados da pesquisa mostraram que os indicadores dos diferentes tipos de capital social são fracamente inter-relacionados o que sugere capturar diferentes aspectos do ambiente social" (POORTINGA, 2012, p. 286). O modelo conceitual de Portinga (2012) pode ser apreciado na Figura 18.

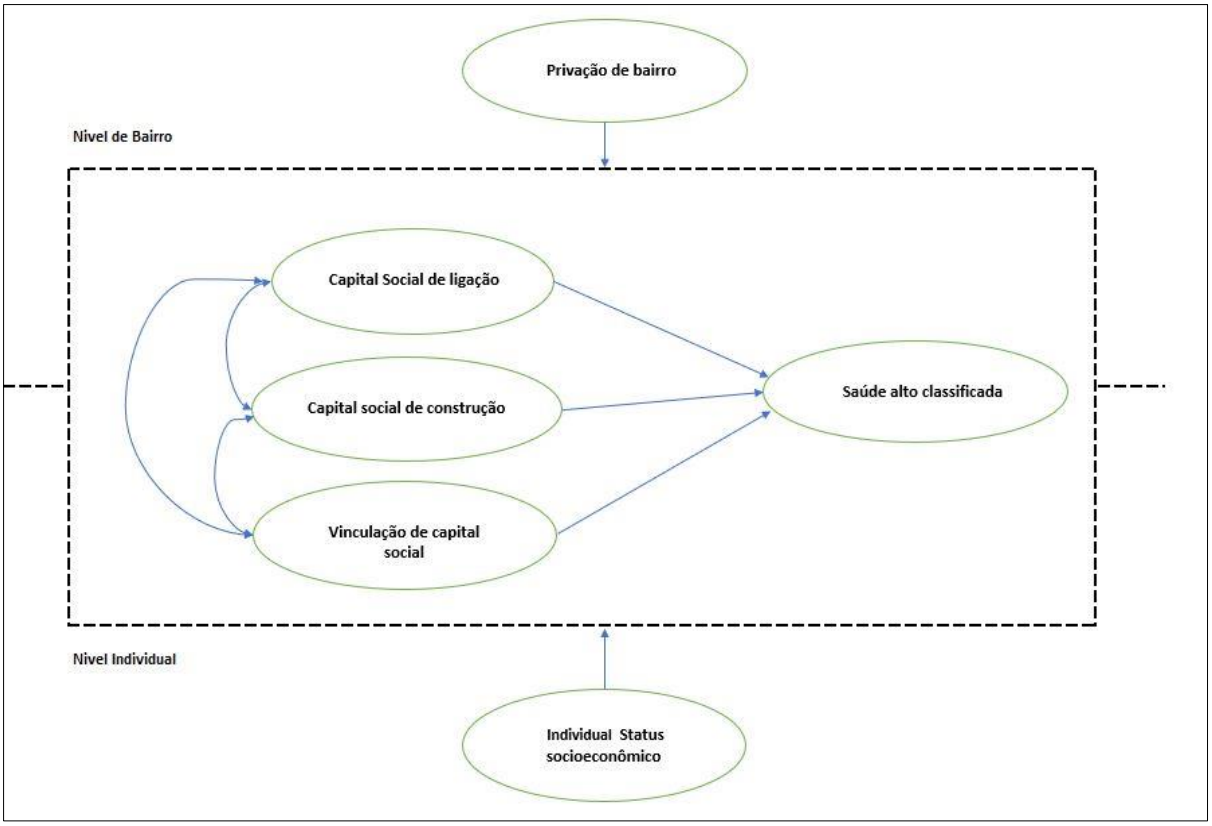

FIGURA 18 - Modelo conceitual análise capital social
Fonte: Poortinga (2012) traduzido pelo autor (2019).

No estudo de Rupp et al. (2019) apresenta-se a possibilidade de mensurar dados de bairros e ou revitalização e engajamento comunitário por meio de dados qualitativos, com suporte da teoria de ruas movimentadas, em que podem ser comparados com os dados demográficos de cada bairro ou região. O Quadro 16, mostra os códigos de análise e características físicas e sociais, de acordo com a teoria das ruas movimentadas (TRM), do inglês *Busy Streets Theory* (BST).

Código	Tipo de recurso	Descrição
Atividade de rua	Atividade observável	Uso de ruas para atividades pró-sociais (por exemplo, caminhadas, ciclismo, conversas); uso reduzido de ruas para atividades antissociais (por exemplo, atividade criminosa, uso de substâncias psicoativas ilícitas e vadiagem.
Senso Comunitário	Social	Percepções dos residentes sobre sua vizinhança, incluindo sentimento de pertencimento, fazer parte com orgulho e moral.
Coesão Social	Social	Conexão entre os moradores e sua vontade de ajudar um ao outro
Eficácia Coletiva	Social	O senso de crença dos residentes de que eles podem agir para criar bairros mais seguros e conectados

Código	Tipo de recurso	Descrição
Controle Social	Social	Esforços residentes para comunicar padrões de comportamento que resistem a atividades ilícitas e outros comportamentos nefastos
Capital Social	Social	Ligações de apoio entre moradores do bairro e organizações e instituições com mais recursos que podem ser fornecidos e ou transferidos para a melhoria da comunidade.
Ação Comportamental	Social	Ação individual ou coletiva para melhorar as condições físicas ou sociais do bairro.

QUADRO 16 - Códigos de características físicas e sociais baseados na teoria das ruas movimentadas.
Fonte: Rupp et al. (2019, p.7) traduzido pelo autor (2019).

Após o levantamento das diversas definições de capital social, conceitos de eficácia coletiva, coesão social e controle social, o Quadro 17

apresenta uma síntese com alguns autores que trabalharam com os conceitos de capital social e eficácia coletiva em bairros, bem como as técnicas de análise utilizadas para medir as relações nas comunidades.

Autor/ano	Constructo/ teórico	Técnica de análise
Subramanian, Lochner e Kawachi(2003)	Papel das estruturas da rede social e *link* com capital social: reciprocidade e confiança, coesão social.	Método quantitativo. Correlações individual entre as interações. Idade, estado civil, raça e educação, educação e renda. Escala correlação: baixa, média, alta, nenhum. A análise possibilitou descrever um ranking com lugares com capital social alto e baixo. Dados demográficos socioeconômico. Regressão multinível.
Carpiano(2006)	Constructo vinculado a luz teórica de Putnam e Bourdieu: Estrutura da rede social, antecedentes, coesão social, resultados do capital social e aspectos de saúde em bairros, efeitos da vizinhança, recursos de bairros e capital social. Processo de rede urbana e comunitários.	Modelo conceitual. Sugestão para testes empíricos para compreender os efeitos da vizinhança e da área local sobre os desfechos e aspectos de saúde.
Bliska (2007)	Comunidades virtuais, capital social estrutural, capital social cognitivo, coesão social (ações coletivas)	Método qualiquantitativo, análise de frequência: nunca, sempre, frequentemente, raramente. Diária, semanal, esporádica. Equação: **VCS= ES (VCE+VCC).**
Poortinga (2012)	Modelo teórico, Szreter e Woolcock. (2004). Coesão social; capital social: confiança interpessoal, normas de reciprocidade, envolvimento em organizações voluntárias, Carpiano, (2000). *Link* entre o ambiente social, redes sociais, aspectos individuais, com *link* entre ligação e construção de capital social,	Correlações e associações de capital social de ligação, construção e link com capital social. Análise de dado através de indicadores de senso urbano. Dados demográficos: Idade, estado civil, - Possui criança em casa: Sim ou Não - Possui Emprego: Sim ou Não - Privação comunitária: Scala: (1. menor privação) 2.3.4.(5 maior privação), Como você vê a saúde em geral? Muito Boa - Boa, Justa, Ruim, Muito Ruim.
Lippman et al. (2016)	Questões comunitárias, coesão social, controle social, (Tilly, 2004). Cultura	Análise exploratória fatorial. Medida de Mobilização Comunitária. Os seis domínios

Autor/ano	Constructo/ teórico	Técnica de análise
	e aprendizagem, empoderamento da comunidade (Minkler e Wallerstein, 2002; Laverack e Wallerstein, 2001). Capacidade de comunidade. Teoria dos movimentos sociais. Ações coletivas, estruturas básicas, redes. (McAdam, 1999), (Norton et al., 2002). Capital social, ligação, ponte, e *links* Inter organizacionais,	incluem: preocupações compartilhadas, consciência crítica, liderança, ação coletiva, coesão social, e organizações e redes. Escala *likert*, 1-3, e perguntas sim/não. Controle social (muito provável - pouco improvável).
Hardyns et al. (2016)	Capital social, (Kawachi et al. 2004), Coesão social, controle social, (Kawachi et al. 2008; Lin 1999). Eficácia coletiva confiança social em vizinhanças controle social informal, (Sampson 2003; Sampson 2012; Sampson et al. 1997). Desordem na vizinhança, efeitos cognitivos e psicológicos suporte social individual.	O comportamento de evitação foi medido pedindo aos entrevistados que indiquem (em uma escala de 5 pontos variando de 'nunca' a 'muito frequentemente') em três itens quantas vezes exibiram comportamento de evitação, como' evitar certas áreas na vizinhança porque elas não são seguras
Musso e Weare (2017)	Capital social, ações cívicas, estruturas em redes, governança, Berry et al. (1993).	Escala de cinco pontos para membros associados em algumas organizações cívicas. Sendo codificada de 0 sem membro até 4 membros. Teste de significância de hipóteses e correlações.
Carbone (2019)	Percepções da vizinhança, condições físicas, (e.g., Ambrey, Fleming, & Manning, 2014; Galaviz, Zytnick, Kegler, & Cunningham, 2016; Ross & Mirowsky, 2001), Capital Social: Loury (1977), Bourdieu (1986), and Coleman (1988). Putnam (2000). Ação coletiva e engajamento cívico, Meinzen-Dick and colleague's (2004). Capital social de ligação e ação coletiva. Sampson, (2004); Sampson et al., (1997); (Zaccaro, Blair, Peterson, & Zazanis, 1995), Hays, (2015); Hays & Kogl, (2007), Ostrom, (1999), (Bowen, Martin, Mancini, & Nelson, 2000).	O estudo testa as relações entre ação coletiva, vinculação de capital social e percepções de vizinhança, enquanto controla variáveis demográficas que podem influenciar essas relações. Classificação do bairro como um lugar para morar (1 = pior a 10 = melhor). Para ações coletivas perguntas com sim e não. Variáveis de capital social de ligação, escala *likert* 4 pontos 1 – discordo totalmente e 4 – concordo totalmente. Variáveis demográficas: Idade, Escolaridade, Gênero, Estado Civil.
Carbone; Cmillin,(2019)	Eficácia coletiva, (Odgers et al., 2009), Bandura (1982, 2000). Ação coletiva e engajamento cívico, (McBride, 2013), (Meinzen-Dick, DiGregorio, & McCarthy, 2004). Sampson et al. (1997). Eficácia coletiva e link com ação coletiva. Collins et al., 2017; Perkins et al., 1996).	Eficácia coletiva: coesão social, *Likert* de 4 pontos variando de 1 (concordo totalmente) a 4 (discordo totalmente). Controle Social: probabilidade de intervenção. *Likert* de 4 pontos variando de 1 (muito provável) a 4 (muito improvável). Ação coletiva: Variáveis dependentes: Pergunta com Sim ou Não: (1 = sim, 0 = não). Variáveis de capital social de ligação Escala de 1 a 4 - 1 Discordo fortemente e 4 concordo fortemente. Engajamento cívico perguntas com S/N – (1=sim, 0 = não).
Rupp et al. (2019)	Importância da revitalização de bairros, teoria das ruas movimentadas, senso comunitário, empoderamento, (Aiyer, Zimmer- man, Morrel-Samuels, & Reischl, 2015).	Instrumento de análise qualitativo com descrição de códigos e variáveis de análise para cada código.

Autor/ano	Constructo/ teórico	Técnica de análise
	Teoria da desordem social e controle social. (Garvin, Branas, Keddem, Sellman, & Cannuscio, 2013; Sampson, Raudenbush, & Earls, 1997; Wilson & Kelling, 1982)	

QUADRO 17 - Técnica de análise e mensuração de capital social e eficácia coletiva em bairros por autor.
Fonte: Elaborado e traduzido pelo autor, (2019).

Nesta síntese, observa-se os estudos de comunidades ligados diretamente a percepções de saúde, qualidade de vida, privação em vizinhança, distúrbios comportamentais, segurança, bairros ecológicos, formação de redes, capital social por meio dos laços e do capital social de ligação e de ponte, engajamento cívico e confiança. Por meio desta síntese, evidenciamos os principais constructos teóricos para construção da metodologia de análise a ser empregada nesta pesquisa empírica.

Portanto, como base nos conceitos teóricos, foi possível desenvolver um modelo conceitual para a análise do capital social associado a eficácia coletiva de bairros de Rondonópolis, por meio de uma análise quantitativa, com a utilização de um método estatístico multivariado. Indicadores

2.11 INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O crescimento desordenado e a migração da população para áreas urbanas nos últimos tempos tem apresentado problemas de ordem social, econômica, política e ambiental, neste sentido surge os modelos de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade, que procuram minimizar as ações depredatórias ambientais geradas pelo consumo, pelos métodos produtivos e extrativista, neste sentido, muitos pesquisadores demonstram interesse em medir o nível de desenvolvimento sustentável das cidades.

Segundo Martins e Candido (2012) é neste contexto que surge a necessidade de identificar, medir e compreender de forma sistêmica o processo do desenvolvimento sustentável, portanto é necessário incorporar os aspectos sociais, econômicos, políticos-institucional, ambiental, demográficos e culturais na construção de indicadores sustentável.

Os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) no Brasil foi elaborado pelo e disponibilizado pelo (IBGE), inspirado na Comissão para Desenvolvimento Sustentável (CDS), das Nações Unidas e concretizados a partir da Agenda 21 entre os capítulos 8 e 40 que tratam

das relações e das tomadas de decisões entre o meio ambiente além de diretrizes e medidas (Ibid.,p.5).

Com a proposta de medir o nível de sustentabilidade do município da Paraíba, por meio de dados secundários em órgãos governamentais, disponíveis em várias plataformas de pesquisas acessíveis nos sites por meio eletrônico, com esses dados é possível transformar variáveis em índices por meio de média aritmética em IDMS social, IDMS demográfico, IDMS econômico, IDMS político-institucional, IDMS ambiental e IDMS culturas de estados e municípios (Ibid., p8).

A proposta de Martins e Candido (2012) é criar um modelo que seja de fácil compreensão e que tenha, como propósito auxiliar em políticas pública e tomada de decisão na esfera municipal. O modelo de representação dos índices corresponde aos níveis de sustentabilidade e é classificada em uma (variação 0 e 1) e representado por colorações distintas, conforme mostra a Figura19.

ÍNDICE (0 - 1)	COLORAÇÃO	NÍVEL DE SUSTENTABILIDADE
0,0000 – 0,2500		CRÍTICO
0,2501 – 0,5000		ALERTA
0,5001 – 0,7500		ACEITÁVEL
0,7501 – 1,0000		IDEAL

FIGURA 19 - Classificação e representação dos índices em níveis de sustentabilidade.
Fonte: Martins e Cândido (2008; 2012)

Segundo Martins e Candido (2012) é recomendado que o processo e a aplicação da metodologia tenham um viés participativo entre os atores sociais e institucionais e que a análise fatorial e multivariada possa corrigir algumas limitações geradas pelos indicadores de sustentabilidade.

Um estudo com o objetivo de reproduzir os níveis de desenvolvimento sustentável de Rondonópolis-MT, dado basicamente por três eixos em que se encontra o crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social os autores Berger et al. (2020) utilizaram o método adaptado do modelo de Martins e Cândido (2008), em que permite qualificar os níveis do Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDMS) em: crítico, alerta, aceitável e ideal.

Os autores utilizaram fontes secundárias de dados disponíveis em vários institutos de pesquisas e órgãos governamentais e não governamentais. O principal resultado deste estudo é que necessita adequações nas políticas públicas do município, cujo índice foi de 0,3275,

considerado em estado de alerta, tendo em destaque as despesas com Gestão Ambiental considerado em estado crítico, a as despesas com Urbanismo considerado alerta, o índice de maior aceitabilidade foi o ambiental com IDSM de 0,7114, caracterizados pelos aspectos e as variáveis de saneamento básico.

Em relação a dimensão cultural o estudo mostra poucas iniciativas e sinaliza para um estado crítico principalmente nas questões desportivas, teatros, museu, espetáculos, cabe destacar que em termos de unidade de Ensino superior o IDMS é aceitável. Na dimensão social o índice geral é aceitável, porém cabe destacar que a taxa de escolaridade ficou em alerta para as pessoas com 20 anos ou mais.

Outro estudo referente a análise do grau de sustentabilidade em Rondonópolis-MT, foi elaborado por Silva et al. (2016) em que se utilizou o barômetro da sustentabilidade (BS) e possibilitou a análise dos indicadores das dimensões de bem estar do meio ambiente e o bem estar humano, a partir do modelo indicado por Amorim (2014), por meio das dimensões ambiental, social, econômica e institucional.

O método utilizado segundo os autores do parágrafo anterior foi o estudo quantitativo, exploratório e descritivo. Os dados foram apanhados com base em fontes secundárias disponível em sítios da internet. Os resultados encontrados segundo as dimensões, coloca o município de Rondonópolis na dimensão ambiental em estado potencial insustentável, na dimensão social potencialmente sustentável, na dimensão econômica potencialmente insustentável e na dimensão institucional sustentável, a média geral do (BS), coloca Rondonópolis em uma situação potencialmente sustentável em relação à sustentabilidade.

Assim o Quadro 18 mostra os dois modelos utilizados, como método de análise para sustentabilidade do município de Rondonópolis-MT.

Autor	Método	Dimensão	Resultado
Berger et. al., (2020)	Índice de Desenvolvimento Sustentável Municipal (IDMS)	Social	Aceitável
		Econômica	Aceitável
		Político-Institucional	Alerta
		Ambiental	Aceitável
		Cultural	Alerta
Silva, et., (2016)	Barômetro da Sustentabilidade (BS)	Social	Potencialmente insustentável
		Econômica	Potencialmente insustentável
		Institucional	Sustentável

Autor	Método	Dimensão	Resultado
		Ambiental	Potencialmente insustentável

QUADRO 18 - Comparação métodos de sustentabilidade.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Em relação aos índices aplicados para avaliar o nível de sustentabilidade de Rondonópolis-MT, observa-se que há divergências e convergências. O estudo de Silva et al. (2016) mostra que a dimensão social e econômica é potencialmente insustentável, já o estudo de Berger et. al. (2020) corroboram mostrando que essas dimensões são aceitáveis, tendo assim uma divergência no método.

Para a dimensão político institucional Berger et al. (2020) indicam um alerta para Silva et al. (2016) indicam que a dimensão é sustentável e mostra divergência nos resultados.

Para dimensão ambiental Berger et al. (2020) mostram é aceitável, e Silva et al. (2016) finalizaram dizendo que a dimensão ambiental é potencialmente insustentável, sendo assim o resultado mostra outra divergência nos métodos.

Desta forma, conclui-se que o município de Rondonópolis-MT, apresentou avanços nas questões sustentáveis quando comparadas com os métodos aplicados. Entre o ano de 2016 e 2020, percebe-se que os aspectos políticos institucionais ainda estão em situação de alerta para o município além dos aspectos culturais.

Os modelos de análise tanto o (IDMS), como (BS) são modelos de análise utilizados para desenvolvimento sustentável municipal e que quando comparado os modelos eles mostram divergências e convergências. Tais diferenças, podem estar no avanço, ou no retrocesso das dimensões analisadas na escolha dos indicadores e ou número de indicadores, podem mostrar algumas diferenças, assim para maior robustez dos indicadores analisados, sugere-se análise estatístico, fatorial e multivariado dos dados.

Quanto ao número de indicadores, vai do interesse do pesquisador e do seu objeto de estudo em que se pretende investigar. No caso desta pesquisa não se optou por avaliar indicadores de fontes secundárias governamentais e ou órgãos municipais e federais, e sim, por construir variáveis que passam pelas dimensões do Capital social e pela Eficácia coletiva para análise quantitativa, para análise qualitativa optou-se pelo enquadramento das dimensões da Agenda 21. Assim, a próxima secção descreve o método (quantitativo e qualitativo) utilizado para atingir os objetivos específicos desta pesquisa, além, de apresentar as hipóteses geradas para análise multivariada.

O IDMS proposto por Martins e Cândido (2008; 2012) será utilizado na qualificação das médias geradas nos fatores de capital social e eficácia coletiva, como suporte a tomada de decisão a nível municipal. A partir de agora serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para realização deste estudo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada na pesquisa, segundo sua finalidade é classificada, como aplicada. Quanto à abordagem do problema, foi executada uma metodologia mista, com métodos qualitativo e quantitativo, em que também foi proposto por Nascimento et al. (2014) para este tipo de estudo. Trata-se de um estudo teórico-empírico que apresenta, como proposito proporcionar maior familiaridade com o problema e descrever as características de uma determinada população (GIL, 2010). Nesse caso, a população estudada foram os presidentes de bairros de Rondonópolis-MT.

3.1 Objetos de estudo e coleta de dados

A pesquisa está concentrada na cidade de Rondonópolis, localizada na região Sudeste do Estado de Mato Grosso, a 230 km da capital Cuiabá. O município possui uma população estimada em 234.000 habitantes, referente ao ano de 2019 (IBGE, 2020).

Segundo historiadores, os primeiros indícios de povoamento foram datados a mais de 5 mil anos atrás, no sítio arqueológico Ferraz Egreja, terras que hoje pertencem ao município de Rondonópolis (RONDONÓPOLIS, 2020).

Historicamente, Rondonópolis apresentou sua ocupação territorial por índios bororos entre, por efetivos deslocamentos militares entre os anos de 1875 a 1890 e seguidas pelas comitivas de grupos que se aventuravam atrás de ouro e de pedras preciosos (RONDONÓPOLIS, 2020). Para Medeiros (2017, apud TESORO[42], 1993), a história de Rondonópolis iniciou:

> Desde o final do século XIX, a ocupação local é marcada por um contingente de índios Bororo e pelo efetivo do destacamento militar em Ponte de Pedra (1875-1890), seguidas pelas comitivas de aventureiros que se arriscavam pela região em busca de ouro e de pedras preciosas. Por último, chegaram as expedições da Comissão

[42] TESORO, Luci Léia Lopes Martins. Rondonópolis-MT: um entroncamento de mão única - lembranças e experiências dos pioneiros. São Paulo LLLMT, 1993.

> Construtora das Linhas Telegráficas (1907-1909) sob o comando do então primeiro tenente Cândido Rondon, que determinavam o traçado da linha telegráfica para interligar o Estado de Mato Grosso e Amazonas ao resto do País – fruto dessa investida, em 1922 é inaugurado o posto telegráfico, às margens do rio Poguba (rio Vermelho) (MEDEIROS, 2017, apud TESORO, 1993, p.31).

Em 1915 o Presidente de Estado do Mato Grosso, "promulga o Decreto Lei n° 395, que estabelecia uma reserva de 2.000 hectares para o patrimônio da povoação do rio Vermelho, cuja data de fundação, 10 agosto de 1915, foi regulamentada pela lei 2.777 de 22 de outubro de 1997" (RONDONÓPOLIS, 2020).

A cidade de Rondonópolis se desenvolveu economicamente, por meio do acesso via fluvial e terrestre. O município, mostrou uma decadência no final da década de 1920 e início de 1930, em que uma das principais causas, foi uma moléstia que matou grande parte da população e uma enchente que destruiu estradas e ruas (MEDEIROS, 2017).

O crescimento populacional, oriundo de imigrantes de vários estados, se deu a partir da década de 1940 e 1950, em que promoveu na cidade uma explosão territorial urbana e econômica, devido ao crescente comércio local e pela disponibilidade de mão-de-obra (MEDEIROS, 2017).

O primeiro bairro de Rondonópolis foi a Vila Operária, que hoje tornou-se Distrito da Vila Operária, fundado em 1940 e atualmente é um dos bairros mais populosos. A Figura 20 Mostra a cidade de Rondonópolis no ano de 1953.

FIGURA 20 - Imagem vista área da cidade de Rondonópolis no ano de 1953.
Fonte: Biblioteca IBGE, (2020).

Hoje em dia, o município possui em torno de 230 (duzentos e trinta) bairros, com uma média de 604 habitantes cada e aproximadamente mais de 127 presidentes de bairros filiados em duas associações, a URAMB - União Rondonopolitana de Associações de Moradores de Bairros e a UNISAL - União das Associações de Moradores dos Bairros da Região Salmen.

O desenvolvimento da cidade foi impulsionado pela vinda de imigrantes, pelo comércio local, pela agricultara, pelas instalações de grandes industrias, pelo fortalecimento da construção civil e pelo crescente número de faculdades em Universidades, além, do favorável polo logístico.

Rondonópolis, (Figura 21) cresceu muito comparado com a cidade dos anos de 1950, concomitantemente, os problemas também cresceram, tais como: o saneamento deficiente, iluminação precária, pobreza, desigualdade social, dificuldade no acesso a saúde e educação e problemas ambientais, a exemplo de córregos e rios poluídos, lixo urbano disposto em locais inapropriados, entre outros.

FIGURA 21 - Imagem vista aérea da cidade de Rondonópolis em 2018.

Fonte: Roberta Azambuja[43], (RONDONÓPOLIS, 2020).

A Figura 22 ilustra o mapa de localização geográfica do município de Rondonópolis, no contexto nacional e estadual.

[43] Roberta Azambuja - Gabinete de Comunicação – Prefeitura Municipal de Rondonópolis.

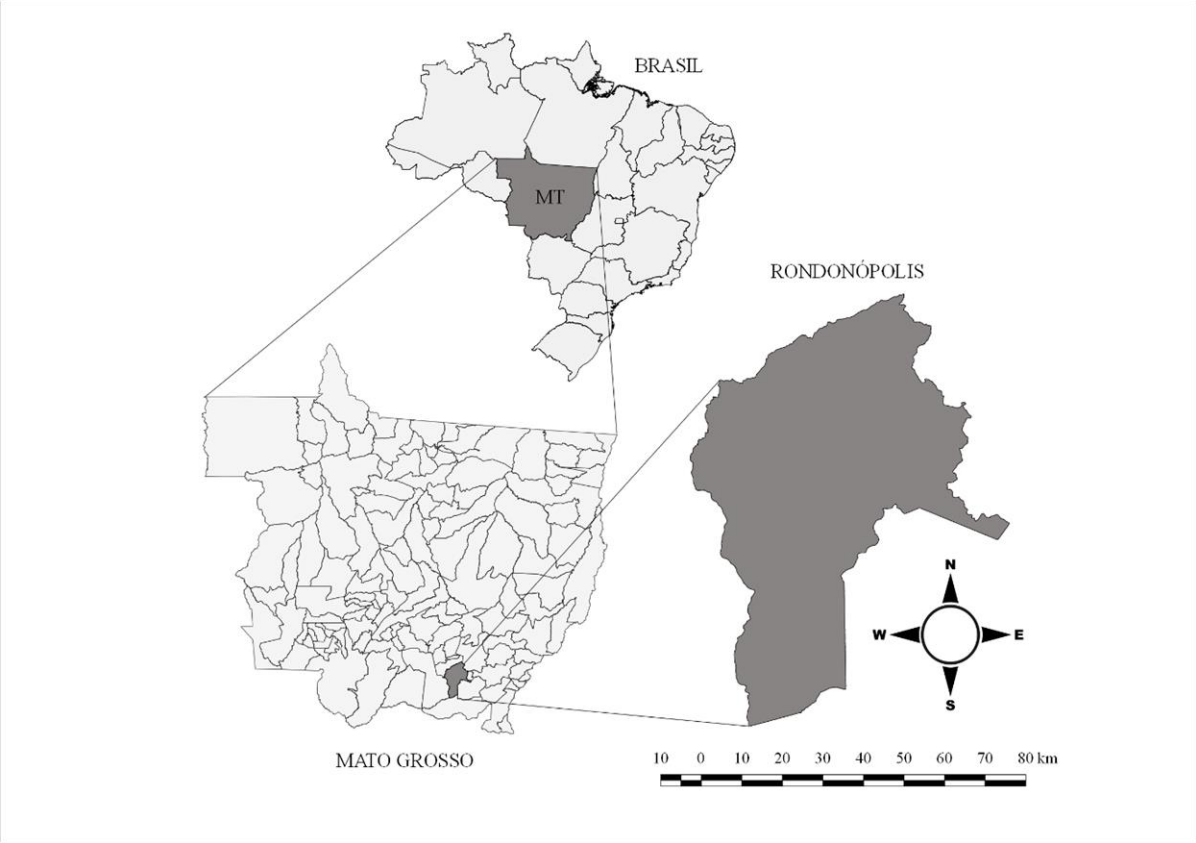

FIGURA 22 - Mapa de localização do município de Rondonópolis-MT.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para o levantamento e coleta de dados, o público alvo foram os presidentes de bairros filiados a duas associações de bairros do município de Rondonópolis, que consistem na União Rondonopolitana de Associações de Moradores de Bairros (URAMB) e União das Associações de Moradores dos Bairros da Região Salmen (UNISAL).

A URAMB é responsável pela afiliação e representação das demandas de todos os presidentes de bairros eleitos na cidade. A UNISAL é responsável pelos presidentes filiados aos bairros da região Salmem. O registro formal de presidentes fornecido pela URAMB possui em torno de 102 presidentes cadastrados. A UNISAL não possui um registro formal atualizado dos presidentes filiados a ela, portanto foi estimada em 25, presidentes de bairros, segundo seu gestor.

Atenta-se para amostra total da pesquisa em 127 participantes. Porém, a amostra real realizada foi de cinquenta (50) participantes, em que a amostra obtida, ficou dividida da seguinte forma: quarenta e sete (47) presidentes filiados à URAMB e três (3) presidentes filiados à UNISAL.

Para a URAMB, o percentual de entrevistas realizadas foi de 46% do total de 102 presidentes. Esta razoável adesão e abrangência ocorreram pela dificuldade dos presidentes de

bairros em acessar uma pesquisa do tipo em formulário eletrônico, falta de disponibilidade por parte dos participantes, relação dos cadastrados sem números de telefone para contato, localizações distantes com difícil acesso e curto prazo para a realização da coleta de dados.

As entrevistas realizadas para a UNISAL tiveram um percentual de 12% do total de 25 presidentes. O motivo da amostra ser baixa consiste na falta de estrutura física da associação para atender os presidentes de bairros e ausência de uma lista formal dos presidentes filiados. Portanto, a procura pelos presidentes de bairros ocorreu por meio de indicação, pois não houve adesão ao formulário eletrônico enviado para os demais.

Com o propósito de responder aos objetivos específicos e testar as hipóteses da pesquisa, quantitativa, utilizou-se um modelo de questionário criado no *Google Forms*®. O questionário foi criado por meio de um conjunto de 52 assertivas de múltipla escolha, com constructos ligados a duas dimensões, que consistiram em Capital Social e Eficácia Coletiva, seis questões descritivas abertas, além de perguntas que extraíram dados sobre os aspectos demográficos da população analisada, como: idade, gênero, escolaridade, renda familiar, estado civil e principal ocupação.

Para a dimensão de Capital Social, as variáveis foram o Engajamento Cívico e o Capital Social Intelectual. Para a dimensão da Eficácia Coletiva, as variáveis foram Liderança, Coesão Social, Controle Social, Ações Coletivas e Redes. Cada questão foi respondida com múltipla escolha, em Escala Likert com cinco (5) pontos e frequência de 1 a 5, em que um (1) significava "nunca" (2) "raramente" (3) "as vezes" (4) "frequentemente" e cinco (5), "muito frequente". O modelo do questionário quantitativo utilizado está no Apêndice I.

Recomenda-se um modelo conceitual para análise e visualização das variáveis que compreendem as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva em bairros de Rondonópolis-MT, em que se pode visualizar na Figura 23.

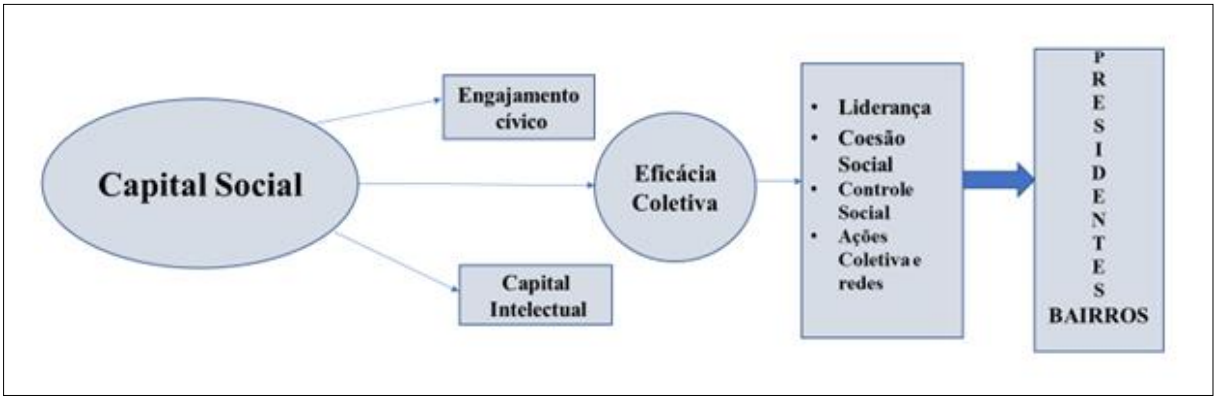

FIGURA 23 - Modelo conceitual de análise do capital social e eficácia coletiva em bairros de Rondonópolis-MT.

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

A pesquisa foi submetida ao Conselho de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e obteve parecer consubstancial favorável em 25 de novembro de 2019, sob o registro número 3.724.585.

As entrevistas e o envio dos formulários eletrônicos foram realizados no período entre 26 de outubro a 29 de novembro de 2019. A cada participante, foi entregue e informado o Termo de Consentimento da Pesquisa (TCLE) e realizada a coleta de sua autorização. Tanto a UNISAL quanto a URAMB, receberam e assinaram a carta de anuência para pesquisa de campo, de acordo com a orientação do CEP.

Todos os formulários e autorizações estão disponíveis no acervo da pesquisa. As entrevistas foram agendadas previamente e de acordo com o local e disponibilidade do participante.

O tempo médio de cada aplicação do questionário quantitativo foi de 40 minutos. Somente quatro (4) questionários foram aceitos via meio eletrônico, para todos os demais 46 participantes, os questionários foram aplicados pessoalmente. Isso demonstra que a reprodução metodológica desta pesquisa, deve levar em conta tais características e dificuldades encontradas sobre a aplicação dos questionários, a partir dos métodos de coleta de dados representados.

Foi evidente que houve uma quantidade expressiva de não respondentes. Em percentual, a amostra realizada compreendeu 39% dos participantes e 61% destes, não participaram da pesquisa. Após a aplicação dos questionários, os dados foram transcritos e tabulados em planilhas eletrônicas para o tratamento estatístico descritivo.

Na pesquisa qualitativa descritiva, o método utilizado para escolher a amostra, ocorreu por meio de indicação dos presidentes de bairros mais atuantes na cidade, segundo a percepção dos próprios presidentes de bairros ao responderem questões abertas do questionário quantitativo para as indicações, ver Apêndice I.

Deste modo, quatro (4) presidentes de bairros foram os mais indicados e na sequência, foram agendadas previamente, entrevistas realizadas por meio de um roteiro de perguntas semiestruturado com aspectos da Agenda 21, Planejamento Urbano Sustentável e Redes Sociais. As entrevistas foram gravadas em meio eletrônico e depois transcritas. Cada entrevista levou em média 20 minutos e o roteiro das entrevistas está apresentado no Apêndice II.

3.1.1 Bairros estudados

A relação dos bairros estudados com os seus respectivos números de habitantes, é baseada na percepção dos presidentes, levantada na pesquisa de campo. O cálculo que eles realizaram, considerou o número de habitantes "por residência cadastrada multiplicada por três moradores".

Salienta-se que não há uma estatística demográfica real e precisa para o número da população abrangida neste estudo, devido à falta de mapeamento, além do fato de que algumas residências se apresentam irregulares, ou seja, sem registro habitacional.

Os números de habitantes relacionados para cada bairro, estimados a partir da percepção de cada presidente de bairro, podem ser visualizados no Quadro 19.

BAIRROS	POPULAÇÃO
Conjunto São José I	4000
Conjunto São José II	3000
Vila Salmem I	1200
Jardim Serra Dourada	1000
Jardim Rivera	5000
Jardim Iguaçú	7000
Residencial Jardim das Hortências	1472
Vila Operária	6000
Cidade Natal	5500
Jardim Maria Vetorasso	700
Vila Castelo	1000
Jardim Mato Grosso	-
Jardim Sumaré	-
Bom Pastor	2000
Jardim Progresso	687
Residencial André Maggi	1500
Jardim Luz Da Yara	-
Jardim Bela Vista	-
Vila Boa Esperança	-
Parque Sagrada Família	7500
Parque Residencial Cidade Alta	-
Parque Residencial Nova Era	4500
Conjunto Habitacional Lucia Maggi	1119
Jardim Brasília	1000
Jardim Atlântico	2730
Chácaras Globo Recreio	852
Núcleo Habitacional Marechal Rondon	1986
Residencial Bela Vista	639
Conjunto São José III	1200
Residencial Dom Osório Stoffel	1800
Vila Mamed	2100
Residencial Vila Mineira	2150

BAIRROS	POPULAÇÃO
Vila União	2000
José Sobrinho	7000
Jardim Kênia	1800
Jardim Tropical	3000
Coopalhis	1386
Verde Teto	594
Jardim Quitéria Teruel Lopes	2000
Jardim Oliveira	4000
Pedra Noventa	6000
Jardim Paulista	1400
Jardim Itapuã	7000
Jardim Santa Clara I, II	2.500
Conjunto Habitacional Cidade de Deus	-
Jardim das Flores	1500
Jardim Ipiranga	-
João de Barro I, II	1600
Vila Cardoso	-
Jardim Glória	-

QUADRO 19 - Bairros e respectivo número de habitantes estimado na percepção dos presidentes de bairros.
Fonte: Pesquisa de campo (2019).

3.2 TRATAMENTO E ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Para o tratamento dos dados quantitativos foi utilizado um procedimento de análise estatística multivariada com o *software* IBM SPSS *statistic* 20®.

3.2.1 Objetivos específicos relacionados e hipóteses

Com a análise estatística quantitativa dos dados busca-se responder os objetivos específicos (i) e (ii), e os objetivos específicos (iii) e (iv), serão atingidos por meio da análise de dados qualitativa. Desta forma, segue os objetivos específicos.

i) Aplicar a análise fatorial e comparar com aspectos demográfico (faixa etária, gênero, renda, estado civil, escolaridade) sobre as variáveis de engajamento cívico, capital intelectual, liderança, controle social, coesão social, ações coletivas e organizações e redes, para a validação da confiabilidade do questionário na geração dos fatores e classificação dos níveis de Capital Social e Eficácia Coletiva.

ii) Identificar se há correlações significativas positivas ou negativas entre os fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva e dos fatores correlacionados com os dados demográficos (renda familiar, faixa etária, escolaridade, estado civil, gênero)

iii) Identificar e descrever as ações sociais de acordo com a percepção dos presidentes de bairros que possam estar relacionadas às dimensões da Agenda 21.

iv) Identificar e descrever as redes de relacionamentos, que envolvem os diferentes atores sociais considerados mais atuantes no desenvolvimento dos bairros em Rondonópolis, no Mato Grosso.

Com o objetivo específico (i), busca-se responder a H^1. Pretende-se estimar com este objetivo as médias das assertivas e os fatores gerados a partir da análise fatorial além de apresentar sua classificação, como meio de análise e tomada de decisão.

Com o objetivo específico (ii), pretende-se responder as hipóteses H^2 e H^3. Estima-se apresentar as principais correlações entre os fatores gerados e se eles se correlacionam positivamente ou negativamente, além de estimar se há correlações, quando se compara com aspetos demográficos, (faixa etária, renda familiar, gênero, estado civil, escolaridade).

Para os objetivos específicos (iii) e (iv), busca-se apresentar de forma qualitativa as ações em que se encaixam nas dimensões econômicas, sociais, ambientais, urbanas e políticas, o objetivo é mostrar as principais ações desenvolvidas pelos presidentes de bairros junto à comunidade por meio de suas associações de bairros.

Para atingir os objetivos específicos, (i) e (ii), apresenta-se 3 (Três) Hipóteses para serem testadas.

A hipótese H^1 e seus agrupamentos demográficos, gênero, faixa etária, grau de escolaridade, estado civil e renda familiar visam responder o objetivo específico (i) em que se pretende realizar estatisticamente teste de confiabilidade das assertivas e gerar o Alfa de Cronbach dos fatores das variáveis de engajamento cívico, capital intelectual, liderança, coesão social, controle social, ações coletivas e redes, que compreendem as dimensões do Capital Social e Eficácia Coletiva.

H^1: Há diferenças significativas entre as médias dos fatores gerados a partir das variáveis de engajamento cívico, capital intelectual, liderança, coesão social, controle social, ações coletivas e redes, que compreendem as dimensões do Capital Social e Eficácia Coletiva, quando comparada com as diferentes variáveis demográficas de agrupamentos.

Esta hipótese foi desmembrada em cinco (5) hipóteses específicas e comparada para cada agrupamento demográfico, em que são: H^1a (gênero), H^1b (faixa etária), H^1c (grau de escolaridade), H^1d (estado civil) e H^1e (renda familiar).

A hipótese H^2 e H^3, visam responder ao objetivo específico (ii) em que pretende-se identificar se há correlações entre os fatores gerados a partir das variáveis que compreendem as

dimensões do Capital Social e Eficácia Coletiva e também, se há correlações entre os fatores gerados comparados com as diferentes variáveis demográficas de agrupamentos.

H^2: Há correlações significativas entre os fatores gerados a partir das variáveis de engajamento cívico, capital social, liderança, controle social, coesão social, ações coletivas e redes, que compreendem as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva.

H^3: Há correlações significativas entre as variáveis demográficas com os agrupamentos de: (gênero), (faixa etária), (grau de escolaridade), (estado civil) e (renda familiar) quando comparadas com os fatores gerados a partir das variáveis de engajamento cívico, capital social, liderança, controle social, coesão social, ações coletivas e redes, que compreendem as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva.

3.2.2 Testes de normalidade e homogeneidade

Inicialmente, a partir da exploração de analises estatísticas descritivas, foram realizados os testes de normalidade da distribuição de todos os dados das assertivas, com a aplicação dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk.

Observaram-se os resultados dos níveis de significância (SIG's) de Kolmogorov-Smirnov, que apresentou distribuição não normal dos dados analisados, por serem todos os SIG's menores que 0,05 (<0,05).

No teste da homogeneidade da variância, foi observado o nível de significância (SIG) na coluna com base na média, apresentou que não há homogeneidade da variância para algumas das assertivas, quando o SIG foi < 0,05.

Portanto, apontou-se a necessidade de utilização de testes não paramétricos para o procedimento da Análise Fatorial (AF), para o teste de correlação entre os fatores gerados a partir da AF, assim como para o teste de correlação entre os fatores gerados e os dados demográficos.

3.2.3 Análise fatorial

Para Análise Fatorial, utilizou-se o método de redução da dimensão, gerados a partir da extração dos componentes principais e aplicação da Rotação Varimax com no máximo 25 interações por convergência. Os autores Faccin, Macke e Genari (2013) mediram o capital

social relacional, cognitivo e estrutural de redes, com a utilização de métodos estatísticos multivariados semelhantes.

A análise submeteu os dados levantados a partir da Escala Likert de 1 a 5, para cada uma das 52 (cinquenta e duas) assertivas e após a redução da dimensão, o número passou para 48 (quarenta e oito) assertivas significativas e foram divididas em conjuntos, que comportaram 13 (treze) fatores.

A pontuação do fator foi extraída pelo método de Anderson-Rubin. Foi feita a opção de exclusão de coeficientes menores que 0,40 (< 0,40) e para os valores ausentes, foram excluídos os casos por lista.

Para os descritivos, foi utilizada a estatística de solução inicial, com a aplicação da matriz de correlação composta pelos testes de esfericidade de Bartlett e KMO[44], em que se buscaram para os fatores gerados, valores de SIG < 0,05 para o teste de esfericidade de Bartlett.

Diante do resultado com valor > 0,05 no teste de esfericidade de Bartlett para o fator gerado "Organizações e Redes", este foi excluído e foram inseridas suas assertivas no fator "Ações Coletivas e Redes", com o objetivo de alcançar um SIG < 0,05, sem perda de informação para a presença de correlação entre os dados.

3.2.4 Teste de confiabilidade dos fatores – Alfa de Cronbach

O Alfa de Cronbach é utilizado para testar a confiabilidade de um questionário, ele convém para dar consistência interna de dados, ou seja, apresenta uma correlação média entre as assertivas dos vários respondentes da pesquisa. Segundo Field (2009, p. 594), os valores entre "0,7 e 0,8 é aceitável para o Alfa de Cronbach e valores abaixo indicam uma escala não muito confiável".

Streiner (2003) sugere que os valores do coeficiente de Alfa de Cronbch estejam entre 0,80 e 0,90, pois valores acima de 0,9 pode indicar que há redundância ou duplicação da informação, em que vários itens podem estar medindo o mesmo elemento de um constructo. Portanto, os itens redundantes devem ser eliminados.

O teste de Alfa de Cronbach foi utilizado para analisar a confiabilidade dos fatores gerados a partir das assertivas do questionário. Portanto, a partir desta etapa, usaram-se somente

[44] O critério ou teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) é um critério para identificar se um modelo de análise fatorial que está sendo utilizado é adequadamente ajustado aos dados, testando a consistência geral dos dados.

os fatores para as análises e não mais as questões, em que a análise procedeu utilizando-se um fator por vez na verificação de sua confiabilidade.

3.2.5 Testes comparativos entre médias: hipótese H^1

Para análise e interpretação dos níveis de significância da hipótese H^1, utilizou-se os testes comparativos entre médias, não paramétricos de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis. A interpretação dos resultados dos testes deve considerar que, para as médias com SIG < 0,05 há diferenças significativas entre as médias e se o número for maior (SIG > 0,05), não há diferenças estatisticamente significativas entre as médias.

Equivalente ao teste *t* Student[45] no caso de amostras independentes, o teste de Mann-Whitney foi usado na comparação de duas médias amostrais com dados não pareados, em que geralmente, é mais bem aplicado em amostras pequenas ou se as pressuposições do teste *t* Student estiverem seriamente comprometidas.

Neste estudo, o teste foi utilizado para a comparação dos dados dos 13 fatores em relação a variável demográfica de agrupamento de gênero, entre masculino (homem) e feminino (mulher), que consistiu no desmembramento da hipótese H^1 em H^1a.

O teste de Kruskal-Wallis é usado para comparar as médias amostrais de diversos grupos de dados não pareados e independentes. O teste é equivalente a ANOVA[46] de um fator quando os dados não seguem uma distribuição normal e ou não há homogeneidade da Variância para diversas amostras independentes. Portanto, o teste foi utilizado sobre as variáveis demográficas dos agrupamentos da faixa etária, grau de escolaridade, estado civil e renda familiar, que consistiram nas hipóteses, H^1b, H^1c, H^1d e H^1e, respectivamente.

3.2.6 Testes de correlações de Spearmann: hipóteses H^2 e H^3

[45] O teste t de Student ou somente teste t é um teste de hipótese que usa conceitos estatísticos para rejeitar ou não uma hipótese nula.

[46] Análise de variância é a técnica estatística que permite avaliar afirmações sobre as médias de populações. A análise visa, fundamentalmente, verificar se existe uma diferença significativa entre as médias e se os fatores exercem influência em alguma variável dependente.

O teste de correlação visa identificar algum tipo de associação entre as variáveis lineares, em que podem estar positivamente correlacionadas, não estar significativamente correlacionadas ou estar relacionadas negativamente.

Para a análise de correlação das hipóteses H^2 e H^3, foi utilizado o teste de correlação bivariável com coeficientes de correlação provenientes da equação de Spearmann, usada para dados não paramétricos, ou seja, que não seguem normalidade.

Segundo Larson e Faber (2007), se as variáveis que possuírem os coeficientes de correlação de Spearmann (r) próximo de um (1), indica-se que há uma forte correlação positiva entre elas. Se o r estiver aproximado de menos um (-1), denota-se que há uma forte correlação negativa. Se não existir correlação ou se a correlação for fraca, r estará em zero (0) ou próximo de zero, respectivamente.

De acordo com Field (2009), quanto à correlação de variáveis, o autor não usa a expressão forte ou fraca. Salienta-se que a correlação pode estar positivamente relacionada, não estar relacionada de forma alguma ou estar negativamente relacionada. Para os resultados deste estudo, optou-se por expressar as correlações entre positiva e negativa.

3.3 MODELO DE CLASSIFICAÇÃO DOS FATORES

Os diferentes fatores gerados a partir das variáveis das dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva, apresentam diferentes quantidades e qualidades que impossibilitam a agregação em suas respectivas dimensões e a análise adequada. Portanto, é necessário a transformação desses fatores em índices para permitir a agregação nas respectivas dimensões.

Todos os fatores gerados pelas variáveis,

apresentam relação positiva com as dimensões do Capital Social e da Eficácia Coletiva, cuja operacionalização para o cálculo dos índices é feita a partir da soma das médias aritméticas das assertivas incluídas em cada um dos 13 fatores.

Essas relações permitem a análise dos níveis de Capital Social e Eficácia Coletiva por meio da agregação dos valores médios de todos os índices dos fatores, que compõem cada uma das duas dimensões, em que se extraiu uma média geral para cada uma delas. Portanto, o resultado final dos índices de Capital Social e de Eficácia Coletiva são extraídos, além dos valores dos índices para cada um dos 13 Fatores.

Com o objetivo de propor um modelo de qualificação e visualização dos níveis de Capital Social e da Eficácia Coletiva optou-se, como referência o quadro de classificação e

representação dos Índices de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM) adaptado para as dimensões e fatores gerados do presente estudo, com base em Martins e Candido (2012). O Quadro 20 demonstra, como foi dividido os limites máximos e mínimos dos níveis de classificação dos fatores gerados pela AF e as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva.

MÍNIMO	MÁXIMO	NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO
0	0,9	**Crítico**
1	1,9	**Alerta**
2	2,9	**Razoável**
3	3,9	**Aceitável**
4	5	**Ideal**

QUADRO 20 - Limites máximos e mínimos dos níveis de classificação dos Fatores Gerados pela Analise Fatorial e dimensões do Capital Social e Eficácia Coletiva
Fonte: Adaptado de Martins e Cândido (2008).

Adotou-se o ajuste dos valores observados, a escalas cujo valor mínimo foi zero (0), o que conferiu um nível crítico e valor máximo, igual a cinco (5), que denota o nível ideal, em que se seguiu a mesma lógica numérica da Escala Likert. Este procedimento criou condições para a estimar a classificação em cinco (5) níveis de Capital Social e Eficácia Coletiva para cada fator gerado pela AF e para as duas dimensões gerais. Apenas os fatores validados pelo teste de confiabilidade do Alfa de Cronbach, foram submetidos aos ajustes desta análise e não houve critérios de ponderação ou pesos distintos sobre os fatores.

3.4 ANÁLISE QUALITATIVA PARA AS DIMENSÕES DA AGENDA 21

Na análise qualitativa, se deu por meio de uma análise exploratória e descritiva. Buscou-se o suporte teórico da revisão de literatura, especialmente sobre a Agenda 21, em que se usaram as abordagens incluídas nas dimensões: i) social; ii) econômica; iii) política; iv) urbana; e v) ambiental. Essas dimensões são compreendidas pela Agenda 21 e são descritas de acordo com a percepções de cada presidente

Da amostra total de 50 presidentes de bairros, após aplicar o questionário quantitativo (Apêndice I), foi possível extrair as indicações dos quatro (4) presidentes de bairros mais atuantes na cidade de Rondonópolis. A partir destas indicações, foram elencados os seguintes bairros para análise: a) Parque Sagrada Família; b) Pedra 90; c) Conjunto São José I; e d) Distrito Vila Operária.

Para coleta de dados do questionário qualitativo (Apêndice II), aplicaram-se entrevistas previamente agendadas e gravadas por um dispositivo eletrônico, a partir de um roteiro semiestruturado com perguntas abertas.

O tratamento dos dados qualitativos, após as entrevistas, foi realizado por meio da transcrição direta e análise das percepções de cada presidente de bairro. O tempo médio de cada entrevista foi de 20 minutos e em seguida, o conteúdo foi organizado em textos e quadros para melhor visualização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os resultados das análises quantitativa e qualitativa, caracterizada pela metodologia mista do presente estudo. Especialmente para a metodologia quantitativa, utilizou-se a Análise Fatorial, cuja técnica estatística multivariada foi aplicada sobre os dados levantados por meio das 52 (cinquenta e duas) questões assertivas, aplicadas para cada presidente de bairro, construídas com base nas dimensões do Capital Social e da Eficácia Coletiva.

Das 52 (cinquenta e duas) questões assertivas, após a Análise Fatorial, a dimensão dos dados foi reduzida para 48 (quarenta e oito) assertivas e as variáveis, compostas pelas questões assertivas, foram agrupadas em 13 (treze) fatores. Logo após, foram classificados os fatores em níveis, de crítico a ideal, assim como o nível geral das duas dimensões, Capital Social e Eficácia Coletiva.

Na análise qualitativa, utilizou-se o método de entrevista direta com o roteiro de perguntas aplicadas para os quatro (4) presidentes de bairros indicados pelos 50 presidentes entrevistados, em que foram considerados os mais atuantes na cidade de Rondonópolis, de acordo com a percepção dos próprios presidentes. A pesquisa, de cunho exploratório e descritivo, possibilitou o enquadramento das respostas em cada uma das dimensões da Agenda 21. Apresenta-se na sequência, os resultados da metodologia quantitativa baseada em métodos estatísticos que serão discutidos.

4.1 TESTES DE NORMALIDADE E DE HOMOGENEIDADE

Foram testadas a normalidade e homogeneidade dos dados, a partir dos testes de *Kolmogorov-Smirnov* e *Shapiro-Wilk* e os resultados da análise de todas as assertivas mostraram que os dados não seguem uma distribuição normal no questionário aplicado, cujo nível de significância (SIG) foram inferiores a 0,05 (SIG < 0,05). A homogeneidade da

variância não ocorreu para algumas das assertivas, em que o SIG, com base em média, obteve resultados < 0,05.

Estes resultados indicaram a aplicação de testes não paramétricos para testar as diferenças entre as médias, a partir dos testes de *Mann-Whitney* e *Kruskal-Wallis* e responder as hipóteses desmembradas de H^1, que buscou encontrar heterogeneidade de valores médios dos fatores quando comparados com diferentes agrupamentos de variáveis demográficas.

O teste não paramétrico de correlação de *Spearmann* foi usado para avaliar as correlações entre os fatores gerados na Análise Fatorial, para responder a hipótese H^2 e identificar as correlações dos fatores gerados com diferentes agrupamentos de variáveis demográficas, e a existência de correlações entre as variáveis demográficas, a fim de responder a hipótese H^3.

4.2 ANÁLISE FATORIAL

Após a extração dos componentes principais e aplicação da rotação varimax para cada um dos 13 fatores gerados, foram considerados os componentes com valores próprios iniciais maiores que um (1), que corresponderam aos maiores percentuais de variação total explicada de cada fator.

Para análise e discussão destes resultados, optou-se por utilizar os critérios de mínimo e máximo para os valores de Alfa de Cronbach, que visou validar a confiabilidade do questionário, em termos de suas assertivas, ao resultar determinado fator. Portanto, utilizou-se para discussão dos resultados, os fatores com valores de Alfa de Cronbach superiores a 0,7 e inferiores a 0,9 que, recomendado por Streiner (2003), embasou a escolha dos sete (7) fatores mais confiáveis dentre os 13 gerados pela Análise Fatorial.

O Quadro 21, apresenta as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva nos 13 fatores, que possibilitaram a renomeação das variáveis fatoriais. Os testes de confiabilidade dos dados do questionário obtiveram valores do Alfa de Cronbach, numa variação entre 0,526 e 0,843.

Fatores	Assertivas	Alfa de cronbach
	Com que frequência a representação do poder público de Rondonópolis é confiável. 3,3	0,790

Fatores	Assertivas	Alfa de cronbach
Capital Social: Engajamento Cívico Reuniões	Com que frequência o Senhor/ Senhora é chamado pelo poder público para reuniões de comunidade em que se discute problemas e soluções para o bairro. 3,22	
	Com que frequência o Senhor/ Senhora é chamado pela prefeitura para reuniões de comunidade em que se discute problemas e soluções para o bairro. 2,74	
Capital Social: Engajamento Cívico Relacionamentos	Com que frequência o Senhor/Senhora indica membros da família para se filiar em alguma associação de bairro.	0,587
	Com que frequência o Senhor/Senhora conversa com os vizinhos e moradores da comunidade para discutir melhorias no bairro.	
	Com que frequência o Senhor/Senhora se encontra com empresários para discutir sobre problemas e soluções da sua comunidade.	
	Com que frequência o Senhor/Senhora participa de reuniões na Câmara de Vereadores para discutir sobre problemas de infraestrutura do seu bairro.	
	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para Secretaria Municipal de Meio ambiente (SEMMA) para resolver problemas com queimadas, desmatamento e poluição de áreas nativas.	
Capital intelectual	Com que frequência a associação que o Senhor/Senhora preside promove oficinas ligadas ao empreendedorismo e geração de renda local. 2,1	0,843
	Com que frequência a associação que o Senhor/Senhora preside promove cursos de formação e ou palestra para a comunidade. 2,28	
	Com que frequência a associação comunitária que o Senhor/Senhora preside utiliza de um espaço multiuso com estímulo a (cultura, lazer, empreendedorismo, formação profissional). 2,34	
	Com que frequência a sua associação promove projetos culturais, sociais e ambientais.2,5	
	Com que frequência o Senhor/Senhora participa de formação que tenha a ver com seu cargo de presidente. 2,62	
	Com que frequência a associação comunitária que o Senhor/Senhora preside disponibiliza acesso à internet gratuita para comunidade local. 1,2	
Eficácia Coletiva: Liderança Atuação	Com que frequência os líderes políticos representam suas opiniões na solução de problemas da comunidade.	0,526
	Com que frequência outros líderes comunitários têm disponibilizado apoio para resolver problemas de sua comunidade.	
	Com que frequência as pessoas na comunidade atuam como líderes.	
Eficácia Coletiva: Liderança Representação	Com que frequência o Senhor/Senhora como líder comunitário consegue representar as opiniões da comunidade.	0,692
	Com que frequência o Senhor/Senhora líder desta comunidade compartilha as decisões tomadas em assembleias gerais.	
Eficácia Coletiva: Coesão Social Cooperação	Com que frequência há cooperação entre as pessoas da comunidade para resolver problemas do bairro. 2,94	0,705
	Com que frequência os moradores conseguem trazer soluções para ajudar na solução dos problemas do bairro. 2,24	
	Com que frequência há demonstrações de união entre a comunidade do bairro. 2,94	
Eficácia Coletiva: Coesão Social Conexão	Existe conexão entre os moradores e o gestor de bairro quanto a vontade de ajudar um ao outro na solução de problemas. 3,6	0,705
	Com que frequências as pessoas da comunidade estão abertas para ouvir opiniões diferentes sobre problemas e soluções para o bairro. 3,34	
	Com que frequência há demonstrações de união entre a comunidade do bairro. 2,94	

Fatores	Assertivas	Alfa de cronbach
	Com que frequência as pessoas do bairro se dão bem umas com as outras. 3,52	
Eficácia Coletiva: Controle Social Intervenção	Com que frequência os moradores do bairro intervêm contra problemas de venda e uso de drogas ilícitas e prostituição. 2,18	0,741
	Com que frequência os membros da comunidade intervêm contra práticas de vandalismo realizadas por jovens/adolescentes. 2,28	
	Com que frequência os membros da comunidade intervêm contra crianças saindo para rua em horário escolar. 1,98	
	Com que frequência o Senhor/Senhora faz alguma intervenção em relação a violência local no seu bairro. 2,78	
Eficácia Coletiva: Ações Coletivas Redes Serviço	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura para solicitar melhorias na infraestrutura do bairro? 3,46	0,794
	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura do Município para resolver problemas de iluminação pública? 4	
	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura para resolver problemas de saneamento básico na comunidade? 3,06	
	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) com solicitação de serviços? 2,72	
Eficácia Coletiva: Ações Coletivas Redes Aparência	Com que frequência seu bairro apresenta boa aparência, iluminação adequada e espaço adequado para prática de esportes e lazer? 3,04	0,709
	Com que frequência as soluções trazidas pela secretaria de infraestrutura são eficazes? 2,94	
	Com que frequência a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) atua na sua comunidade? 2,18	
Eficácia Coletiva: Ações Coletivas Redes Projetos	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) com solicitação de serviços?	0,574
	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura para solicitar melhorias na infraestrutura do bairro?	
	Com que frequência as organizações públicas e privadas ou grupos de pessoas ajudam a melhorar a infraestrutura do bairro?	
Eficácia Coletiva: Ações Coletivas Redes Soluções	Com que frequência as soluções trazidas pela secretaria de infraestrutura são eficazes?	0,670
	Com que frequência os moradores locais participam das discussões dos problemas de infraestrutura do bairro junto a associação comunitária?	
	Com que frequência o poder público trata de problemas como excesso de poeira, erosão e falta de pavimentação na sua comunidade?	
	Com que frequência os grupos religiosos atuam voluntariamente na sua comunidade?	
Eficácia Coletiva: Ações Coletivas Redes Respostas	Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura solicitando melhorias na pavimentação das ruas da comunidade?	0,602
	Com que frequência a comunidade trabalha em conjunto para resolver problemas de cunho ambiental?	
	Com que frequência as respostas dos ofícios encaminhados para solução de problemas de infraestrutura aos órgãos municipais competentes são rápidas?	

QUADRO 21 - Teste de confiabilidade das assertivas e Alfa de Cronbach a partir das percepções dos presidentes de bairros.
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Para a análise das médias das assertivas e dos fatores gerados, tem-se o modelo adaptado de Martins e Cândido (2011), com o objetivo de expressar os níveis de classificação partir da Escala Likert, tanto das variáveis assertivas que compõem cada fator, quanto o nível de classificação do fator e por fim, o nível de classificação das dimensões que cada fator compreende, representadas pelo Capital Social e Eficácia Coletiva

Em relação ao fator Capital Social: engajamento cívico reuniões, quando se trata de uma relação de confiança entre o poder público municipal e os presidentes de bairros é considerada aceitável, em que a média das respostas resultou em 3,3 para essa assertiva.

A frequência em que o poder público de Rondonópolis convoca reuniões de comunidade, que discutem problemas e soluções para os bairros, apresentou uma média de 3,22 que, pelo método de classificação aqui proposto, considera-se aceitável o nível de engajamento cívico do poder público municipal em convocar os representantes de bairros para discussões. Destacam-se, como agentes atuantes os secretários municipais, a câmara de vereadores, os vereadores, o setor de planejamento urbano e autarquias, a exemplo da Coder, Sanear e Energisa.

No entanto, a prefeitura representada pelo prefeito, promove poucos eventos que possam ser discutidos os problemas de bairros. Para essa questão foi considerada razoável, em que a média da assertiva foi de 2,74.

O bairro que apresentou um alto nível de engajamento cívico por parte dos moradores, foi o bairro Pedra Noventa, por mostrar que a participação dos membros da associação do bairro nas reuniões comunitárias mensais, é muito frequentemente realizada e abrange em torno de 60 indivíduos. Autores, como Carbone e Macmillin (2019) enfatizam a seriedade e importância de os vizinhos participarem de reuniões para que as ações coletivas, sejam mais discutidas.

Para Carbone e Macmillin (2019), o engajamento cívico seria uma forma de promover a transformação na comunidade. No entanto, a maioria dos presidentes de bairros criticam a baixa participação dos moradores que, na percepção deles, não demonstram interesse nas discussões em reuniões presenciais das associações de bairros ou em audiências públicas.

No fator Capital intelectual, o valor de Alfa de Cronbach foi de 0,843 nesta pesquisa. Este número representa alta confiabilidade nos dados levantados pelo questionário, para este fator. Não foi uma prática evidenciada, quanto as associações de bairros promoverem oficinas ligadas ao empreendedorismo, com objetivo de gerar renda local. A média dada para essa questão foi próximo de um nível de alerta, porém não considerada razoável com o valor médio de 2,1 para essa assertiva.

Em relação as associações de bairros promoverem cursos de formação, palestras para a comunidade, cursos de capacitação para os presidentes de bairros, projetos socioambientais, tais como conscientização ambiental e disponibilizar espaços multiuso com estímulo a cultura e o lazer, foram consideradas razoáveis para essas assertivas com médias entre 2 e 2,9.

Fica o alerta para que as associações de bairros disponibilizem *internet* gratuita para comunidade, a média desta questão assertiva foi de 1,2. As características do capital intelectual, não foram muito evidentes na maioria dos bairros de Rondonópolis. Demonstrou-se presente em associações mais estruturadas, a exemplo das associações dos Bairros Coopalhis, Conjunto São José, Vila Operária e Verde Teto. Nessas associações, observa-se capital intelectual motivado por oferta de cursos, oficinas, esportes, cultura e lazer que, transformado e/ou disseminado, geram novos conhecimentos na comunidade e qualidade de vida.

No fator Eficácia Coletiva: coesão social e cooperação, o Alfa de Cronbach foi de 0,705. Em relação a cooperação e a confiança entre as pessoas da comunidade ou a frequência com que moradores trazem soluções para resolver problemas do bairro, a média mostrou que este fator se apresenta razoável, com médias das assertivas de 2,24 e 2,94.

Outro fator que obteve esse mesmo valor de Alfa de Cronbach (0,705), foi da dimensão Eficácia Coletiva: coesão social e conexão, com o valor da média geral de 3,35 que denotou um nível aceitável para o que o fator explica. Este fator mostra a conexão dos moradores e a vontade de ajudar uns aos outros, com média de 3,6 para a assertiva que avalia esta questão, como aceitável.

Entretanto, as pessoas das comunidades, apresentam um pouco mais de atuação e tendem a evitar a dependência das competências dos políticos e os presidentes de bairros não apresentam muito interesse em buscar formações ou adquirir novos conhecimentos.

As pessoas denotam um nível aceitável de abertura para ouvir distintas opiniões sobre os problemas e soluções do bairro, com uma média de 3,34 para essa assertiva. Com base no valor médio de 3,52 na assertiva que representa as relações interpessoais, as pessoas parecem ter boas relações umas com as outras. Apenas a demonstração de união entre a comunidade foi classificada, como razoável neste fator com uma média de 2,94 para essa assertiva definida, como um nível razoável.

Na eficácia coletiva por meio das ações interpessoais, a exemplo da solidariedade e confiança, podem-se reduzir os riscos e conflitos e melhorar a inclusão dos mais vulneráveis, como é salientado pelo Word Bank (2019) e Subramanian et al. (2003) os quais afirmam que a coesão social passa pelos valores e as redes formadas pelas comunidades.

No fator Eficácia Coletiva: controle social e intervenção, o Alfa de Cronbach foi de 0,741, em que apresenta confiabilidade do questionário para estas questões. Este fator trata de aspectos de intervenção e controle social, quando os moradores do bairro fazem algum tipo de denúncia ou intervém em problemas de venda ou uso de drogas, vandalismo, crianças na rua em horário escolar ou violência local. Para estas variáveis assertivas, a média geral do fator foi considerada razoável, com valor de 2,31. Portanto, fica evidente a baixa intervenção e controles sociais sobre a violência local, problemas com prostituição e uso de drogas nos bairros.

Segundo Lippman et al. (2016) a intervenção está ligada à capacidade do grupo em acompanhar o comportamento dos membros para alcançar os objetivos coletivos e intervir em ações que confrontam a sociedade, tais como violência, drogas, disposição de lixo urbano em local inapropriado e prostituição.

Quanto à intervenção na violência local, há o apoio do Conselho de Segurança de Rondonópolis (CONSEG), além de canais diretos para denúncias junto a polícia civil e militar via telefone. Autores, como Lippman et al. (2016) Carbone e Mcmillin (2019) e Rupp et al. (2019) estão em comum acordo que as ações coletivas são provenientes de interesses coletivos em questões ou problemas de saúde, infraestrutura e segurança.

Para compreender as ações coletivas, organizações e redes, Coleman (1998) considera que a formação de redes é a forma mais adequada das pessoas criarem grupos e desenvolverem atividades com objetivos comuns. No fator Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e serviços o Alfa de Cronbach foi de 0,794, que expressou boa confiabilidade do questionário para essas questões.

O fator mencionado no parágrafo anterior apresentou-se, como aceitável, com uma média geral de 3,31 e trata da frequência com que os presidentes de bairros encaminham ofícios para solicitar serviços ligados a resolução de problemas e melhorarias na infraestrutura do bairro, a exemplo da pavimentação, iluminação pública e obras de saneamento básico.

A maior participação no envio de ofícios para solicitação de serviços está relacionada a resolução de problemas de iluminação pública, com um valor médio considerado na faixa do ideal (4). Isso demonstra uma participação efetiva por parte dos presidentes ao cobrar seus direitos garantidos por lei. Nesta dimensão urbana o maior problema está relacionado com aspectos de energia elétrica.

No entanto, a assertiva que teve menor contribuição para melhoria deste fator foi a que apresentou um nível razoável (2,72) de encaminhamento de ofícios a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), para resolução de problemas ambientais. Isso pode demonstrar que

os aspectos ambientais não são entendidos, como prioridade na percepção dos presidentes de bairros e que tem uma certa morosidade das respostas dos ofícios da SEMMA, assim como também para as secretarias de infraestrutura.

No fator Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e aparência, o Alfa de Cronbach foi de 0,709, o que mostra confiabilidade no questionário acerca das assertivas verificadas por essa variável fatorial. Para os aspectos físicos dos bairros, a exemplo de boa aparência, iluminação e espaços públicos para prática de esportes e lazer, assim como a atuação da SEMMA em projetos de conscientização, limpeza e orientação quanto a disposição de lixo urbano em local inapropriado, a média das assertivas do fator foi considerada razoável, no valor de 2,72. A atuação da SEMMA neste fator ficou a baixo da média geral, com a média de sua assertiva no valor de 2,18.

É evidente as limitações entre os gestores de bairros em promover discussões junto aos empresários e formarem redes, com o intuito de trazer soluções e/ou investimentos, o que deixa os presidentes de associações de bairros somente nas mãos dos órgãos públicos, principalmente, para bairros distantes, em que sua essência não é comercial.

Após obter as médias das variáveis assertivas, analisar a confiabilidade das assertivas inseridas em cada fator e enquadrá-las segundo a escala de avaliação, foi possível classificar os níveis de classificação para as variáveis fatoriais mais confiáveis, validados pela análise estatística. Os resultados estão apresentados no Quadro 22.

Fator (alfa de cronbach > 0,7 < 0,9)	**Média das assertivas**	**Nível de classificação**
Capital Social: engajamento cívico reuniões	3,09	Aceitável
Capital intelectual	2,17	Razoável
Eficácia Coletiva: coesão social cooperação	2,71	Razoável
Eficácia Coletiva: coesão social conexão	3,35	Aceitável
Eficácia Coletiva: controle social intervenção	2,31	Razoável
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes serviço	3,31	Aceitável
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes aparência	2,72	Razoável

QUADRO 22 - Resumo dos fatores mais confiáveis e seu nível de classificação, com base na média das assertivas que o compõe.
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Nota-se que quatro dos fatores analisados representam níveis de significância (SIGs) em nível razoável. Este nível, mostra que as médias ficaram entre 2 e 3. Assim, é importante

destacar que seja reavaliado estes níveis, para que se busque aprimorar as ações que possam eleva-los a um nível aceitável.

Segundo Nahapiet e Ghoshal (1998) e Faccin, Macke e Genari (2013) confere-se que o capital intelectual é caracterizado por ações de aprendizagem, troca e compartilhamento de conhecimentos, imagens, acesso à informação, formação e processos de aprendizagem.

Atenta-se para a média que envolve as variáveis do fator Capital intelectual, é considerada razoável. Este fator, buscou explorar nas médias assertivas referentes a aquisição e transformação de conhecimento, em que ficou evidente que tem ações culturais, desportiva e musicais. Há cursos de manicure e de dicção oratória, porém por parte de poucas associações de bairros, não ficou evidente na pesquisa a preocupação com o meio ambiente, em que o capital intelectual gerado nas associações de bairros, é construído por meio das dimensões sociais, culturais e esportiva e não socio ambiental.

Após classificar as médias e usar as mais representativas para análise foi possível criar um quadro geral que compreendem as dimensões de Capital social e Eficácia coletiva produzidos pela gestão dos presidentes de bairros em Rondonópolis-MT, ver Quadro23.

Dimensão	Fatores	Média	Classificação
Capital social	Engajamento cívico	3,09	Razoável
	Capital intelectual	2,17	
	Total	5,26 / 2 = **2,63**	
Eficácia coletiva	Coesão social cooperação	2,71	Razoável
	Coesão social conexão	3,35	
	Controle social intervenção	2,31	
	Ações coletivas redes e serviços	3,31	
	Ações coletivas redes aparência	2,72	
	Total	14.40 /5 = **2,88**	

QUADRO 23 - Classificação geral dos níveis de Capital social e Eficácia coletiva.
Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O Quadro 23, mostra que os níveis, tanto para o Capital social, quanto para a Eficácia coletiva são classificados, como razoável. Teoricamente esta descoberta em que, os níveis de Capital social e Eficácia coletiva se mostrou razoáveis isso justifica-se pelo conceito da nova sociologia exposta por Bourdieu (2005) citada por Raud (2007) em que o agente econômico é dado pelo campo e *Habitus* tendo como característica as relações sociais individuais em prol do coletivo.

As formas de gerar agentes econômicos estão ligados diretamente na história de cada presidente de bairro em construir mecanismos sociais, através da associação de bairro para promover bens (culturais) que com o tempo se materializada em conhecimento (capital

Intelectual) e pode ser compartilhado para a comunidade em geral. O que se vê são associações de bairros abandonadas, sem infraestrutura, sem internet gratuita, dificultando ainda mais a relação de troca com a comunidade.

A geração e o fortalecimento dos aspectos culturais (eventos, capacitações, palestras, aulas de músicas, atividades desportivas) com o tempo geram Capital social por meio do reconhecimento entre as classes políticas municipais. Isso, justifica o interesse de alguns presidentes em se dedicar em uma associação de bairro para futuramente se eleger, como vereador e melhorar ainda mais sua relação com a classe política por meio de troca de favores.

Em termos teórico os níveis de capital social são justificados mais pela corrente sociologia que trada das ações de governança, das normas sociais e das obrigações do que pela corrente econômica que visa a maximização de lucro e ou empoderamento financeiro local as quais não são presentes nas associações de bairros.

Portanto os fatores considerados razoáveis mostram espaço para novos diálogos entre os presidentes de bairros e setores (públicos) prefeitura municipal, câmara de vereadores e secretaria de infraestrutura e (privado) empresas locais. Também é importante o estreitamento e o ajustamento das necessidades de cada bairro junto as associações (URAMB) e (UNISAL) no sentido de criar e disponibilizar recursos sociais, culturais e econômicos para os presidentes de bairros, e assim, fortalecer cada comunidade.

A partir de agora é testada a hipóteses H^1, que tem relação com o objetivo geral (i) em que se pretende buscar a comparação das médias do grupo estudado com agrupamentos demográficos. A hipótese foi desmembrada conforme seus agrupamentos demográficos em: H^1a (gênero), H^1b (faixa etária), H^1c (grau de escolaridade), H^1d (estado civil) e H^1e (renda familiar).

4.3 TESTES DE HIPÓTESES

Para os fins de comparação de médias e verificação da hipótese H^1, utilizou-se os testes de Mann-Withey e Kruskal-Wallis. Quando o nível de significância foi maior que 0,05 (SIG > 0,05), aceitou-se a Hipótese de nulidade, em que não houve diferenças significativas entre a variâncias das médias observadas. No caso onde SIG < 0,05, rejeitou-se a hipótese de nulidade e aceitou-se a hipótese H^1, ou seja, houve diferenças significativas nas variâncias das médias observadas entre os fatores, quando comparados aos diferentes agrupamentos de cada uma das variáveis demográficas.

Foram realizados os testes para os desmembramentos da hipótese H^1: Há diferenças significativas entre as médias dos fatores gerados a partir das variáveis das dimensões Capital Social: engajamento cívico e capital intelectual e Eficácia Coletiva: liderança, coesão social, controle social, ações coletivas e redes, quando comparadas com os diferentes agrupamentos de cada uma das variáveis demográficas.

Para esta hipótese, subdividimos a análise das hipóteses para cada um dos agrupamentos das variáveis demográficas (H^1a: gênero, H^1b: faixa etária, H^1c: grau de escolaridade, H^1d: estado civil, H^1e: renda familiar).

Para a variável demográfica da hipótese H^1a: gênero, agrupados em feminino (mulheres) e masculino (homens), o teste mostra que não tem diferenças significativas nas médias dos fatores entre indivíduos do gênero masculino e feminino. Ou seja, o SIG > 0,05 neste caso, aceita-se a hipótese de nulidade. Os resultados podem ser observados na Tabela 1.

TABELA 1 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva, comparada com a variável demográfica por agrupamentos de gênero, a partir do teste de Mann-Whitney. Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Fatores	Sig
Capital Social Engajamento Cívico e Reuniões	0,168
Capital Social Engajamento Cívico e Relacionamento	0,660
Capital Social Intelectual	0,101
Eficácia Coletiva Liderança e Atuação	0,764
Eficácia Coletiva Liderança e Representação	0,424
Eficácia Coletiva Coesão Social e Cooperação	0,396
Eficácia Coletiva Coesão Social e Conexão	0,332
Eficácia Coletiva Controle Social e Intervenção	0,358
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Serviço	0,177
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Aparência	0,332
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Projetos	0,610
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Soluções	0,121
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Respostas	0,430

Neste estudo, não existiu diferenças significativas nas médias dos fatores quanto aos gêneros (homem e mulher). Subramanian; Lochner e Kawachi (2003) mostraram diferenças entre homens e mulheres no contexto de formação de redes, em que os homens possuíam relações mais formais e as mulheres construíam redes informais com maior frequência.

Para a variável demográfica da hipótese H^1b: faixa etária, agrupados em quatro diferentes grupos (menor que 50 anos, sendo > 18 e <50), 51 até 60 anos, 61 até 70 anos, 71 até

77 anos), o nível de significância do teste de hipótese mostrou que há diferenças significativas entre a faixa etária com menor média, representada pela faixa de 71 até 77 anos, em relação a todas as outras faixas etárias (menor que 50 anos, 51 até 60 anos, 61 até 70 anos). Estes resultados podem ser visualizados na Tabela 2.

O fator Eficácia Coletiva: redes e projetos, possuiu um SIG < 0,020 e confirmou a significância estatística, em que se aceitou a hipótese H^1b. Porém, o Alfa de Cronbach não validou as respostas do questionário para este fator, como pode-se observar no Quadro 21.

TABELA 2 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos de faixa etária, a partir do teste de Kruskal-Wallis.
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Fatores	Sig	Maior média	Menor média
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes projetos	0,004	Menor que 50 anos	71 até 77
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes projetos	0,009	51 até 60 anos	71 até 77
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes projetos	0,013	61 até 70 anos	71 até 77

Para a variável demográfica da hipótese H^1c: grau de escolaridade, em que se agrupou seis (6) distintos graus de escolaridade (ensino fundamental, ensino médio, graduação cursando, graduação concluída, pós-graduação e curso técnico), o teste mostra que não há diferenças significativas, com SIG > 0,05 neste caso, aceita-se a hipótese de nulidade. Os resultados podem ser observados na Tabela 3.

TABELA 3 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos de grau de escolaridade, a partir do teste de Kruskal-Wallis.
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Fatores	Sig
Engajamento Cívico e Reuniões	0,639
Engajamento Cívico e Relacionamento	0,773
Capital Social Intelectual	0,515
Eficácia Coletiva Liderança e Atuação	0,988
Eficácia Coletiva Liderança e Representação	0,912
Eficácia Coletiva Coesão Social e Cooperação	0,478
Eficácia Coletiva Coesão Social e Conexão	0,703
Eficácia Coletiva Controle Social e Intervenção	0,726
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Serviço	0,292
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Aparência	0,696
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Projetos	0,057

Fatores	Sig
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Soluções	0,914
Eficácia Coletiva Ações Coletivas Redes e Respostas	0,845

Para a variável demográfica da hipótese H¹d: estado civil, em que foram divididos entre cinco (5) grupos distintos (casado, solteiro, separado, divorciado e união consensual) o nível de significância apresenta para o fator de Eficácia Coletiva: controle social e intervenção, um SIG de 0,011. Portanto, há diferenças estatisticamente significativas entre as médias, que confirmaram a significância estatística, aceitando-se a hipótese H¹d para este fator. Os resultados são apresentados na Tabela 4.

TABELA 4 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de capital social e eficácia coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos de estado civil, a partir do teste de Kruskal-Wallis.
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Fatores	Sig	Maior média	Menor média
Eficácia Coletiva: controle social intervenção	0,001	Solteiro (a)	Casado (a)
Eficácia Coletiva: controle social intervenção	0,047	União consensual	Casado (a)

A análise do fator que compreende a dimensão de Eficácia Coletiva: controle social e intervenção, mostra diferenças significativas comparada com aspectos demográficos de agrupamentos de estado civil. As médias são superiores para os solteiros (as) e a aqueles que possuem união consensual em relação aos casados (as). Estes grupos, parecem mais interessados e corajosos em se expor à algum tipo de intervenção, como a supressão e coibição do consumo de drogas ilícitas, prostituição ou violência em locais públicos.

Os solteiros e os com união consensual possuem maior interesse nos problemas comunitários e são mais abertos a diálogos, ou seja, possuem maiores características de intervir nos problemas sociais da comunidade.

No entanto, os casados não têm muito interesse em se expor à alguma situação de intervenção, provavelmente, devido a preservação de sua segurança pessoal e da família. Portanto, os casados são mais resguardados quanto a iniciativa de alguma intervenção social.

Para a variável demográfica da hipótese H¹d: renda familiar, em que foi desmembrado em quatro agrupamentos de valores de renda (até R$ 2.000,00; entre R$ 2.000,00 e R$ 4.000,00; entre R$ 4.000,00 e R$ 6.000,00; e acima de R$ 6.000,00) o nível de significância, gerou um SIG > 0,05. Portanto, não há diferenças estatisticamente significativas entre as médias dos

fatores quando comparados com os diferentes níveis de renda familiar, em que se refutou a hipótese H^1e.

Quanto a renda, 23 (vinte e três) presidentes de bairros apresentaram uma renda familiar de até R$ 2.000,00; 18 (dezoito) entre R$ 2.000,00 e R$ 4.000,00; 5 (cinco) entre R$ 4.000,00 e R$ 6.000,00 e 4 (quatro) presidentes acima de R$ 6.000,00. O critério utilizado para criar os agrupamentos de renda familiar, foi com base na renda média do salário mínimo de Rondonópolis. Os resultados podem ser observados na Tabela 5.

TABELA 5 - Teste de hipótese da comparação das médias dos fatores das dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva comparada com a variável demográfica de agrupamentos renda familiar, a partir do teste de Kruskal-Wallis.
Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Variáveis	Sig
Capital Social: engajamento cívico e reuniões	0,908
Capital Social: engajamento cívico e relacionamento	0,525
Capital intelectual	0,517
Eficácia Coletiva: liderança e atuação	0,818
Eficácia Coletiva: liderança e representação	0,997
Eficácia Coletiva: coesão social e cooperação	0,123
Eficácia Coletiva: coesão social e conexão	0,249
Eficácia Coletiva: controle social e intervenção	0,997
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e serviço	0,588
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e aparência	0,348
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e projetos	0,376
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e soluções	0,094
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e respostas	0,292

O teste da hipótese H^1 e seus desmembramentos demográficos, mostraram que ao analisar somente os fatores estudados, não foi possível identificar diferenças entre as médias do grupo. Entretanto, quando os fatores foram comparados com diferentes grupos demográficos a exemplo, de: gênero, faixa etária, grau de escolaridade, estado civil, renda familiar, a análise apresentou diferenças nos agrupamentos em que se encontram a faixa etária e o estado civil do grupo estudado.

4.4 ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Seguindo a análise busca-se testar as hipóteses H^2 e H^3, as quais visam responder ao objetivo específico (ii) em que pretende-se identificar se há correlações entre os fatores gerados a partir das variáveis que compreendem as dimensões do Capital Social e Eficácia Coletiva e também, se há correlações entre os fatores gerados comparados com as diferentes variáveis demográficas de agrupamentos (gênero, estado civil, escolaridade, faixa etária, renda familiar). Estima-se mostrar quais os fatores se correlacionam e se a sua direção é positiva ou negativa, e as possíveis causas das associações encontradas.

4.4.1 Correlação entre as variáveis fatoriais: hipótese H^2

Pretendeu-se encontrar as correlações de Spearmann, aplicados sobre dados não paramétricos, ou seja, que não seguem distribuição normal. Testou-se a hipótese H^2: Há correlações significativas entre os fatores gerados a partir das variáveis de engajamento cívico, capital social, liderança, controle social, coesão social, ações coletivas e redes, que compreendem as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva.

Para análise, utilizou-se os 13 (treze) fatores descritos anteriormente para aplicar os testes de correlação. As variáveis fatoriais e os coeficientes de correlações, podem ser visualizadas no Quadro 24. A análise da correlação das dimensões de Capital social e Eficácia Coletiva evidenciou correlações positivas entre os fatores. Nesta secção, serão apresentados todos os coeficientes e discutidos os maiores que 0,4.

Variável fatorial	Variável fatorial correlacionada	Coeficiente
Capital Social: engajamento cívico e relacionamentos	Capital intelectual	0,484**
Capital Social: engajamento cívico e relacionamentos	Eficácia Coletiva: coesão social e conexão	0,330*
Capital intelectual	Eficácia Coletiva: liderança e representação	0,475**
Capital intelectual	Eficácia Coletiva: coesão social e conexão	0,387**
Capital intelectual	Eficácia Coletiva: controle social intervenção	0,383**
Capital intelectual	Eficácia Coletiva: ações coletivas redes serviços	0,365**
Capital intelectual	Eficácia Coletiva: ações coletivas redes projetos	0,319*
Eficácia Coletiva: liderança e atuação	Eficácia Coletiva: controle social e intervenção	0,286*
Eficácia Coletiva: liderança e representação	Capital Social: engajamento cívico e relacionamentos	0,498**
Eficácia Coletiva: liderança e representação	Eficácia Coletiva: coesão social e conexão	0,447**
Eficácia Coletiva: liderança e representação	Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e soluções	0,376**

Variável fatorial	Variável fatorial correlacionada	Coeficiente
Eficácia Coletiva: coesão social e conexão	Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e soluções	0,470**
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes projetos	Eficácia Coletiva: controle social intervenção	0,345*
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes respostas	Eficácia Coletiva: controle social intervenção	0,483**

QUADRO 24 - Análise bivariável do teste de correlação Spearmann entre os fatores gerados na Análise Fatorial.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os relacionamentos por meio do engajamento cívico, estão diretamente ligados a existências de normas e obrigações, segundo Putnam (2001, 2006). Isso explica a apresentação da correlação entre os fatores Capital Social: engajamento cívico e relacionamentos e Capital intelectual, ser significativa.

No caso dos presidentes de bairros, as normas e as obrigações que poderiam ser estabelecidas via instrumentos de gestão, como o Plano Diretor ou Agenda 21, em conjunto com os órgãos municipais, muitos não têm conhecimento destes instrumentos.

Geralmente, o engajamento cívico dos presidentes de bairro se dá via assembleias gerais organizadas pela associação URAMB, sessões em plenário via câmara municipal, audiências públicas em bairros e reuniões diretamente realizadas com o prefeito municipal. Desta forma, o engajamento cívico fomentado a partir destes ativos incorporados, geraria um novo capital intelectual, aponta Nahapiet e Ghoshal (1998).

Nesse sentido, o capital intelectual gerado pelos presidentes de bairros está ligado com seus laços em rede. Alguns presidentes de bairros, citam que não tem uma participação efetiva por parte dos políticos municipais, suas secretarias e autarquias (capital social estrutural), que possibilitariam relações mais fortes. Portanto, os laços em redes são considerados laços fracos.

Para Robert Putnam (2006), quanto maior os sistemas de participação cívica numa comunidade, maiores são as probabilidades de cooperação em benefício mútuo, o que se torna uma fonte essencial de capital social. Nesse sentido, Granovetter (1985) e Putnam (2006), avaliam que, é nas relações fracas que há as maiores probabilidades de união entre os membros de pequenos grupos distintos, ações também evidenciadas em estudos de vizinhança por Carbone e Mcmillin (2019).

Nas associações representadas pelos presidentes de bairros, é pouco evidente o capital social cognitivo, porém tem iniciativas em que algumas associações de bairros produzem capital intelectual por meio da cultura, esporte, lazer e música, que são compartilhados com a comunidade e que geram novo capital intelectual.

O capital intelectual é fomentado por combinações de capacidades que modificam e auxiliam no bem-estar das pessoas, a autoestima, o corpo e a mente, em que essas combinações estruturais são apontadas por Nahapiet e Ghoshal (1998). As configurações estruturais de cada associação de bairro em Rondonópolis-MT, estão relacionadas diretamente ao campo cultural constituído por bens simbólicos, oficinas, cursos, palestras, entre outros, que se preconizam novos aprendizados e podem ser compartilhados.

Assim, o capital social encontrado neste estudo, vai de encontro aos conceitos de Coleman (1998) e Uphoff (2000), por se constituir a partir da estrutura social, devido os aspectos em redes, pelas normas, valores, atitudes, crenças, cultura cívica, confiança, generosidade e solidariedade, gerados nas associações de bairros de Rondonópolis. Desta forma, a evidenciação apresenta que os níveis de capital intelectual, relacionados ao engajamento cívico dos presidentes, influenciam diretamente na atuação individual de cada um.

O capital intelectual, também se correlaciona de forma positiva com a Eficácia Coletiva: liderança e representação ver (Quadro 25). A causa desta correlação se dá pelos presidentes de bairros, terem, como propósito o envolvimento da comunidade para que se alcance algum objetivo ou resultado no coletivo que envolvem aspectos do planejamento urbano.

Aspectos de liderança, como descreve Lippman et al. (2016) são motivados pela capacidade de lidar com adversidades, apoio à tomada de decisão, capacidade de cobrar respostas e influenciar em decisões democráticas coletivas. A liderança também se evidencia na vontade, por parte dos presidentes, em participar de assembleias mensais organizadas pela associação URAMB e pela participação em debates.

O canal de comunicação entre o poder público municipal, se dá, preferencialmente, por meio de ofícios, em que não ficou evidente o acesso a algum instrumento de gestão, a exemplo do Plano Diretor ou algum instrumento similar a Agenda 21 Local.

O fator Eficácia Coletiva: liderança e representação, também se correlacionaram de forma positiva com Eficácia Coletiva: coesão social e conexão ver (Quadro 25). A coesão social segundo Carbone e Mcmillin (2019), é a vontade expressa em ajudar um ao outro. Dessa forma, o capital social pode ser formado e influenciado a partir de aspectos socioeconômicos, em que o conceito de coesão social se expressa em graus de confiança, familiaridade, valores, laços de redes, que podem ser disseminados em determinados bairros (CARPIANO, 2006).

No estudo, ficou evidente que a coesão social entre os presidentes de bairros e moradores é verificável. A conexão se dá em causas coletivas, tanto em aspectos de infraestrutura, como falta de iluminação ou pavimentação asfáltica, como em aspectos

socioambientais, quando a comunidade se reuni para mutirões de limpeza em áreas de preservação. Em geral, a conexão dos presidentes de bairro se dá pelos laços de confiança, onde a maioria dos presidentes são moradores antigos do bairro, aspecto que configuram laços fortes de amizade.

A Eficácia Coletiva: coesão social e conexão, correlacionou-se positivamente com Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e soluções ver (Quadro 25). Segundo Carbone e Mcmillin (2019), as ações coletivas capturam questões de interesse coletivo e formação de redes. Segundo Lippman et al. (2016) as associações de bairros representadas pelos presidentes possuem maiores ligações com a rede comunitária social, desenvolvida na comunidade.

Essa rede tem conexões e *links* mais específicos nos grupos homogêneos, a exemplo de familiares e conhecidos do bairro. Desta forma, sua representação se dá por meio do capital social de ligação, pois se evidencia nos atributos de lealdade, confiança e nas interações sociais mais próximas. Essa representação também é destacada por (RIVERA et al., 2019).

Para Bourdieu (2001) e Coleman (1998) a apropriação do capital social se dá por meio das redes de relacionamento e a coletividade entre os membros. A maioria das redes formadas pelos presidentes de bairros são informais, recebem apoio de pequenos comerciantes e empresários locais e apresentam-se distantes à construção entre o poder público municipal e os presidentes de bairros.

O fator Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e respostas, se correlaciona de forma positiva com Eficácia Coletiva: controle social e intervenção ver (Quadro 25). De maneira mais específica, para aqueles presidentes de bairros que possuem uma maior estrutura de rede social por intermédio de ações coletivas, as respostas para as demandas dos bairros são mais rápidas.

Assim, é evidente também a capacidade de mobilizar recursos municipais, estaduais e federais, para estrutura do bairro. Em contrapartida, o estudo de Carbone (2019), mostrou que vincular o capital social para si próprio pode ser benéfico. O seu papel na ação coletiva parece ser limitado, em que as maiores percepções para os moradores, estão em benefícios tangíveis, ou seja, a apropriação ou a eficácia coletiva, se dá pelos resultados alcançados em propostas de melhoramento do bairro.

A presente pesquisa, mostra que acumular capital social por parte de agentes comunitários em meio a recursos intangíveis (oficinas, palestras, ações culturais e sociais), não é suficiente para incentivar a ação coletiva em prol da comunidade.

Em relação a Eficácia Coletiva: intervenção social, se dá pelo controle social da comunidade. Segundo Rupp et al. (2019) o controle social é a capacidade do grupo interferir e

regular comportamentos com objetivos comuns ou em momentos difíceis em que a comunidade passa, a exemplo de problemas sociais, econômicos, ambientais, psicológicos ou aspectos individuais, como privação, hábitos, diferenças sociais ou ideológicas as quais comprometem o controle social por meio de uma gestão eficaz.

Para Carpiano (2006) o controle social está relacionado com a supressão da desordem, crimes e delinquências no bairro. Segundo Bandura (1982, 2001, apud CARBONE; MCMILLIN, 2019) o controle social possui raízes na teoria cognitiva, onde as crenças e/ou a habilidades de promover e transformar, geram eficácia coletiva.

Outro estudo avaliou varáveis de atividades de rua, senso comunitário, coesão social, eficácia coletiva, controle social, capital social e ações comportamentais e conseguiu responder a hipótese de que a revitalização física, contribuiu para o aumento da sinergia e da promoção de bairros mais seguros e saudáveis (RUPP et al., 2019).

Desta forma, a hipótese H^2 foi aceita, pois há correlações positivas significativas entre os fatores gerados a partir das variáveis de engajamento cívico, capital intelectual, liderança, coesão social, controle social, ações coletivas e redes, que compreendem as dimensões do Capital Social e Eficácia Coletiva. Entre as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva, também houveram correlações significativas entre os fatores compreendidos pelas distintas dimensões, em que se correlacionaram positivamente.

4.4.2 Correlação entre as variáveis fatoriais e variáveis demográficas: hipótese H^3

Com o objetivo de encontrar correlações significativas entre os diferentes agrupamentos das variáveis demográficas, e os fatores gerados pela análise fatorial, quando as assertivas do questionário foram validadas pelo Alfa de Cronbach, submeteu-se a análise de correlações de Spearmann para os dados não paramétricos, em que se encontrou algumas correlações positivas e negativas.

Revisa-se o teste da hipótese H^3: Há correlações significativas entre os diferentes agrupamentos das variáveis demográficas e entre estes, e os fatores gerados a partir das variáveis de engajamento cívico, capital social, liderança, controle social, coesão social, ações coletivas e redes, que compreendem as dimensões de Capital Social e Eficácia Coletiva. Os resultados dos coeficientes de correlação de Spearmann podem ser visualizados na Tabela 6.

TABELA 6 - Coeficientes de correlação de Spearmann entre as variáveis fatoriais e os diferentes agrupamentos das variáveis demográficas e estes, entre as próprias variáveis demográficas.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Variáveis	Correlação	Coeficiente
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes projetos	Faixa Etária	-0,331*
Eficácia Coletiva: ações coletivas redes projetos	Grau de Escolaridade	0,390**
Faixa Etária	Renda Familiar	-0,287*
Renda Familiar	Grau de Escolaridade	0,526**

Para análise, observa-se a correlação maior que 0,4 com o mesmo critério da análise anterior. A correlação entre a renda familiar com o grau de escolaridade, é positiva. O critério utilizado para escalar a renda, foi a partir do salário médio dos trabalhadores formais de Rondonópolis IBGE (2020), que resultou em dois salários mínimos e meio, o equivalente a R$ 2.090,00 (dois mil e noventa reais). Desta forma, o capital social pode ser formado e influenciado a partir de aspectos socioeconômico, evidenciado por Carpiano (2006).

A correlação positiva da variável demográfica Grau de Escolaridade em relação a Eficácia Coletiva: Ações coletivas redes e projetos, denota que, quanto maior a formação do presidente de bairro, maior é a eficácia coletiva para das ações coletivas, na formação de redes e implementação de projetos nos bairros de Rondonópolis.

A principal causa desta correlação, é que muitos presidentes de bairros possuem acesso a bens intangíveis, que podem ser representados por livros, formação acadêmica e outras formas de capital cultural. Esta causa está correlacionada diretamente com a educação, visto que boa parte dos presidentes de bairros possuem pós-graduação, o que contribui para a gestão e criação de projetos para a comunidade, assim como a formação de novas redes.

No entanto, isto não significa que aqueles com maior escolaridade possuem mais interesses em projetos. Portanto, podem existir outras variáveis que motivam a criação de projetos e a geração de capital social, a exemplo das parcerias políticas, as ligações diretas com vereadores, os interesses pessoais pela política, os vínculos partidários, a pressão por moradores, o acesso direto com secretarias de planejamento ou infraestrutura do município, além da motivação pessoal.

As correlações entre o fator Eficácia Coletiva: ações coletivas redes e projetos, com a faixa etária, é negativa, da mesma maneira que a correlação da faixa etária com a renda familiar. Portanto, pode-se entender que quanto maior for a idade dos presidentes de bairros, a tendência é que a Eficácia Coletiva diminua, devido a menor probabilidade de ações coletivas na

formação de redes e projetos para os bairros. Concomitantemente, é provável que a renda familiar também seja reduzida, conforme maior seja a faixa etária do presidente de bairro.

Com a análise quantitativa foi possível responder os objetivos gerais (i) e (ii). Dos (13) treze fatores estudados, e a partir da classificação dos níveis de Capital social e Eficácia coletiva por meio do modelo IDMS e analisando os Alfa de Crombach maiores que sete (> 7 e < 9) e menores que nove, conseguiu-se chegar em (7) sete fatores, destes, (2) dois representaram o Capital Social e (5) representaram a Eficácia coletiva, com o cálculo destas médias aceita-se o nível razoável, como classificação geral para os presidentes de bairros em Rondonópolis-MT.

Quanto ao nível de significância e teste da hipótese H^1 mostrou diferenças quando comparadas e ou associadas a aspectos demográficos. Em relação a correlação dos fatores estudados as análises mostraram correlações positivas, quando a correlação foi comparada com diferentes grupos demográficos percebeu-se valores negativos e positivos. Assim, encerra-se a análise quantitativa deste estudo.

A partir de agora, apresenta-se a análise qualitativa em que se pretende responder os objetivos específicos (iii) e (iv) sendo eles, descrever as ações sociais de acordo com a percepção dos presidentes de bairros que possam estar relacionadas às dimensões da Agenda 21 (social, ambiental, política, urbana, econômica) e descrever as redes de relacionamentos (empresas privadas, autarquias, órgãos públicos, Ongs) que envolvem os diferentes atores sociais considerados mais atuantes no desenvolvimento dos bairros em Rondonópolis, no Mato Grosso.

4.5 ANÁLISE QUALITATIVA

Da amostra total de 50 presidentes de bairros, após a aplicação do questionário quantitativo, foi possível extrair a indicação dos quatro (4) presidentes de bairros mais atuantes na cidade de Rondonópolis e os bairros pelo qual se desenvolve a gestão comunitária. A partir destas indicações foram elencados os seguintes bairros para análise: a) Parque Sagrada Família; b) Pedra 90; c) Conjunto São José I e d) Distrito Vila Operária. Para os presidentes destes bairros, aplicou-se entrevistas gravadas por dispositivo eletrônico e roteiro semiestruturado de perguntas abertas.

O roteiro da entrevista foi classificado em temáticas: i) Planejamento estratégico urbano sustentável; ii) Agenda 21; iii) Estrutura social e redes. Para melhor organização dos dados e

transcrição na integra das entrevistas de cada bairro, criou-se quadros subdivididos em 5 (cinco) dimensões: a) social; b) econômica; c) política, d) urbana, e ambiental.

Essas dimensões vão ao encontro a Agenda 21, e são descritas de acordo com a percepção de cada presidente. As análises a seguir, responde um dos objetivos específicos que é de enquadrar as ações conforme as dimensões da Agenda 21. O roteiro da entrevista qualitativa aplicada pode ser visto no apêndice II. Desta forma, segue a análise do Bairro Parque Sagrada Família, na concepção do seu respectivo presidente comunitário.

4.5.1 Bairro parque sagrada família

O bairro necessita de muitas iniciativas que englobam, principalmente, as ações sociais. Nessas ações, os projetos realizados consistem na arrecadação de roupas e alimentos para as famílias mais carentes. A falta de infraestrutura física de uma associação comunitária dificulta a criação de projetos que possam atender diretamente a comunidade em questões sociais, culturais, esporte e lazer. Assim, como a promoção da educação por meio de oficinas e cursos.

A gestão está direcionada em melhorias de infraestrutura, visto que o bairro apresenta falta de pavimentação, galerias fluviais e calçadas irregulares. Além disso, não possui praças que estimulam a convivência entre as famílias. Economicamente, o bairro é carente de projetos que visam o fortalecimento de empreendimentos ligados à geração de renda.

O bairro não apresentou projetos voltados à mobilidade urbana, que estimule a criação de ciclovias para o uso de bicicleta. Embora, tenha disponibilidade e acesso de uma ciclovia na Avenida Dos Estudantes, opção que liga o centro da cidade a Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).

O Planejamento Urbano é realizado por meio de reuniões e audiências públicas, exemplo da Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Nessas leis, são apresentadas as demandas da comunidade e ações de melhorias no bairro, não ficou evidente a participação em massa da comunidade que poderiam estar apresentando suas reivindicações. Neste caso, a iniciativa pública abre a audiência pública no bairro, nota-se a baixa participação da comunidade.

As ações voltadas ao meio ambiente se caracterizaram pelo plantio de árvores e revitalização de alguns espaços urbanos, como escolas municipais e postos de saúde com ajuda de organizações privadas e doações. Não foi manifestada uma preocupação com o lixo urbano e projetos que permitissem à conscientização e o cuidado com o meio ambiente.

A gestão deste bairro possui forte intuito político, referente aos atributos e conceitos da agenda 21, o entrevistado não possui conhecimento. O principal meio de comunicação com a comunidade e levantamento das demandas (problemas urbanos), consiste no uso das mídias sociais, a exemplo da página do bairro no *Facebook* e grupos de aplicativos, como o *WhatsApp*. Não foi observado a prática de reuniões comunitárias mensais presenciais. A transcrição da entrevista e suas dimensões podem ser visualizadas no Quadro 25.

SOCIAL
Não possui ações sociais que estimulam a cultura o esporte e o lazer. "Em questão social a gente sempre apresenta trabalhado, com as pessoas mais carentes, atentando ajudar a quem tanto precisa, fazer um pouquinho ao próximo e ter amor no coração. Ajudo famílias com necessidades através de cestas de alimentação e roupas".
ECONÔMICA
Não possui ações que vão ao encontro de melhoria e geração de renda local.
POLÍTICA
A gestão possui relacionamento político com intuito de solicitar melhorias e verbas para investimento em uma Associação Comunitária, atuação com fins políticos. "Não percebo muito envolvimento por parte dos políticos em ações de melhoria, vejo um descaso no bairro".
URBANA
Utiliza dos instrumentos de gestão com a LOA e LDO como Planejamento Urbano, em audiências públicas para atender demandas comunitárias. Não possui projetos que vai ao encontro de melhoria na mobilidade e ou incentivo do uso de transporte alternativo a exemplo da bicicleta. "Rondonópolis possui um trânsito caótico e acho que deve ter investimentos nesta parte aí, investir em vias para ciclistas, mas as calçadas são bem irregulares, umas altas, outras baixas, fora de nível". "Projeto de ciclovias é mais difícil pelo custo ser muito alto, a cidade não foi projetada para ter ciclovia, os gestores atuais devem pegar as vias mais largas já planejar a inclusão de ciclovias num futuro próximo, a exemplo da Avenida dos Estudantes que nem pode se chamar de ciclovia, mas poderia ser revitalizada, para as pessoas se deslocarem ao trabalho e ou a faculdade de bicicleta, diminuindo o fluxo de carro na avenida". "Revitalização de praças e posto de saúde, construção de calçadas com apoio da iniciativa privada". "Conseguimos 47 milhões para investimento em infraestrutura no bairro"
MEIO AMBIENTE
"Através de parceria com grupos de amigos e empresários conseguimos plantar mais de 300 árvores no bairro e em outras localidades"

QUADRO 25 - Ações ligadas à Agenda 21, bairro Parque Sagrada Família.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Em continuidade, segue a análise do bairro Pedra 90, na concepção do seu respectivo presidente comunitário.

4.5.2 Bairro pedra noventa

A gestão comunitária do bairro Pedra Noventa é bem participativa, pois consegue integrar os anseios junto à comunidade. Socialmente, a gestão promove projetos vinculados à distribuição de alimentos, assim como há uma preocupação em tirar as crianças e adolescentes carentes do mundo das drogas, por meio de uma ONG (Organização Não Governamental). A gestão do bairro possui intuito político, possui bom acesso a todas as secretarias do município e boa relação com a gestão municipal, o que facilita a implementação de ações de melhorias no bairro.

Economicamente, o bairro possui moradores que demonstram aptidões ligadas ao artesanato e ao meio cultural. Porém, não há ações que possam mapear essas habilidades e trabalhar o desenvolvimento, por meio de capacitações e treinamentos junto à associação. A moradores empreendedores, contudo não á subsídio por parte da Prefeitura Municipal para investir neste setor, para possibilitar a criação de pequenos negócios e/ou cooperativas, com intuito de gerar renda local. No tocante as ações urbanas, o bairro apresenta conquista de 100% de pavimentação e 100% de coleta de esgoto. Outra ação será direcionada para o ano de 2020, a qual consiste na padronização e criação de calçadas.

As ações ambientais incluem-se a conscientização de não dispor o lixo urbano em locais inadequados. A criação do Parque Ecológico do Escondidinho é a principal ação ambiental, que visa atender a todos os moradores do bairro e proporcionar qualidade de vida e momentos de lazer. O projeto do parque, de acordo com a presidente do bairro, apresenta, como propostas a criação de uma praça, uma academia popular, cinco quadras poliesportivas, um quiosque, pistas de caminhadas, um chafariz e um prédio para eventos. No Quadro 26, apresentam-se as principais ações ligadas a Agenda 21, do Bairro Pedra Noventa.

SOCIAL
"Entre algumas ações sociais posso citar todas as datas comemorativas junto à comunidade, a exemplo, da festa do dia das crianças, o natal e um projeto em parceria com o centro de distribuição de uma rede de supermercados da cidade que nos doa frutas e verduras, que separamos e entregamos a comunidade carente". "Criamos o projeto da carteirinha do morador do bairro Pedra Noventa". "Apresentamos o projeto de uma capela funerária para que os familiares possam velar seus entes queridos sem custo". "O projeto da ONG da criança e do adolescente que vai orientar jovens e crianças a se livrar do mundo das drogas".
ECONÔMICA
Não ficou evidente ações que representam um movimento econômico ou estímulo ao empreendedorismo e renda local. "Nosso bairro apresenta muitos artistas, empreendedores, porém falta apoio para executar projetos no quesito cultural e empreendedor".
POLÍTICA
"Politicamente a comunidade do bairro é bem participativa e apresenta como via principal as reuniões mensais como forma de cobrar e apresentar as demandas do bairro. Atualmente, conto sempre como mais de 60 (sessenta) participantes, que apresentam um bom interesse na política e gestão do bairro". "Politicamente, vejo que essa administração tem investido bastante em nossa comunidade, possuo ligações fortes com todas as

SOCIAL
Secretarias, a exemplo da Habitação, SEMMA, Infraestrutura". "Sinto falta de apoio dos vereadores, a maior parte é omisso e não conhece os problemas reais da base, não anda na base, não conhece as dificuldades das pessoas". "Quanto a câmara municipal, não vejo muito apoio, só as vias que eu mesmo busco". "Não tenho apoio de nenhum político em específico, busco apoio de todas as secretarias".
URBANA
"Apresentamos em destaque em nosso bairro, ações que visam a iluminação pública, conseguimos que nosso bairro fosse todo asfaltado, tendo 100% de coleta de esgoto e 100% de asfalto, nessa gestão municipal. Friso que sempre somos ouvidos e atendidos pela prefeitura e secretarias, nosso bairro está ficando maravilhoso". "Em 2020, vamos priorizar as calçadas". "Quanto a mobilidade urbana, ainda temos que melhorar nossas discussões junto à comunidade". "Referente ao transporte público, acredito que exista espaço para melhorias". O planejamento urbano se dá através da LOA e LDO em audiências públicas e reuniões comunitárias junto a associação, uma vez por mês, aonde cada morador presente expõe suas demandas. "Quanto ao Plano Diretor, não recebemos capacitação para atuar junto ao instrumento". "Referente a espaços público, apresentamos, um miniestádio e quadra de areia". "Regularização e ações habitacionais com entrega de escritura para casas irregulares".
MEIO AMBIENTE
"Projeto do Parque do Escondidinho em construção, que visa momentos de laser, áreas verdes para comunidade, proporcionar aos jovens e crianças momentos de diversão saudáveis, atendendo toda a região Salmem e Pedra 90". "Projeto de conscientização de disposição de lixo urbano em locais inadequados, através de folder explicativo entregue para os moradores do bairro". "Estamos na ponta e somos rodeados de muito verde, por isso, apresentamos uma grande preocupação com a limpeza do bairro". "Desenvolvemos mutirões de limpeza do acumulo de lixo em local inadequado". "Estamos instruindo e conscientizando sobre o horário e dia para colocar o lixo na rua, porém, muitos ainda não fazem a sua parte. O que poderia melhorar seria uma coleta mensal de entulhos e podas de árvores, sempre conscientizando a população quanto a não jogar lixo em terrenos baldios". O papel do presidente de bairro é cobrar ações, principalmente, junto a Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA). Dificuldades de implantações de ações ambientais sempre existem, mas prefiro ter um olhar positivo, a vinte anos atrás era mato e muito lixo e agora a gente vê a conclusão, apresentamos esperança que sempre melhore, penso sempre no bem-estar das pessoas.

QUADRO 26 - Ações ligadas a Agenda 21, bairro Pedra Noventa.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Um dos projetos mais relevante para o bairro apresentado acima é a revitalização do parque ecológico escondidinho. Segundo Petri (2017), em um estudo empírico realizado em Rondonópolis, a partir de espaços públicos de lazer em 2017 o parque ecológico escondidinho estava em obras, atualmente o parque ainda está em obras.

A intenção da construção do parque ecológico é disponibilizar para a população uma área verde com mirante, pista de caminhada, parquinho e quiosque para churrasco. Esses atributos vão ao encontro do conceito de Farr (2013), que visa integrar o homem a natureza. O fato é que há uma morosidade por parte da execução de obras da prefeitura municipal e fiscalização dos investimentos no setor, passaram-se três anos, e o mesmo ainda não foi concluído, somente a obra do mirante foi concluída 100%, ver Figura 24.

FIGURA 24 - Imagem parque Ecológico Escondidinho, mirante.
Fonte: Redação Minuto MT[47], (2019).

Em continuidade segue a análise do bairro Conjunto São José I, na concepção do seu respectivo presidente comunitário.

4.5.3 Bairro conjunto são josé I

A associação comunitária possui vários projetos sociais ativos e com frequência semanal, possui aulas de segunda-feira a sexta-feira, que atende mais de 130 alunos por mês. Quanto aos projetos sociais, os principais apoiadores são os deputados Thiago Silva e Carlos Bezerra.

Os projetos sociais são bem avaliados pela comunidade, pois melhoram o desempenho escolar, tiram as crianças da rua e melhoram o convívio familiar. A gestão do bairro tem atuado frequentemente junto à comunidade. Em 2019, foram encaminhados mais de 100 (cem) ofícios para a prefeitura municipal, porém a grande maioria não obteve respostas. O poder público ainda se mostra “omisso”.

Economicamente, a associação comunitária do bairro Conjunto São José já desenvolveu projetos de pintura e bordado, que possibilitou uma renda extra, porém atualmente o foco está direcionado a projetos musicais. Parcerias com o Posto de Saúde da Família (PSF), e o Centro de Referência e Assistência Social (CRAs) desenvolvem projetos sociais de cunho esportivo, a exemplo, de ginástica laboral e caminhadas na praça do Conjunto São José I.

[47] Parque escondidinho. Disponível em: https://minutomt.com.br/cultura-e-lazer/lazer-parque-ecologico-do-escondidinho-em-rondonopolis-esta-pronto/. Acesso 10.nov.2019.

Politicamente, o apoio é dado por deputados e não há grande envolvimento em ações no bairro, por parte de vereadores ou de entidades ligadas a prefeitura municipal. Foi verificada uma considerável prioridade referente aos projetos urbanos, a exemplo da construção de uma ciclovia nas duas pistas centrais do bairro e um projeto de repaginação da praça principal do Conjunto São José, ao lado da feira.

Atualmente, há um descaso com a praça principal do bairro, devido à falta de iluminação, árvores mal podadas, bancos e manutenções da quadra de esportes e do campo de futebol, além do abandono que dificulta o uso e a associação por parte dos moradores. Nesta praça atualmente foi destinado em torno de meio milhão para revitalização do campo de futebol, da quadra de futebol e do campo de futebol de areia, a área foi isolada para início das obras.

O planejamento urbano é realizado por meio de reuniões junto à comunidade em audiências públicas, que contemplam a LOA e a LDO, onde são apresentadas as demandas do bairro. A priorização das demandas é avaliada junto ao conselho da presidência do bairro que decide quais as prioridades do bairro.

Projetos ambientais não têm sido contemplados, porém em parcerias com empresas privadas, iniciaram o plantio de mais de 60 mudas de árvores no bairro. Não se observou projetos de conscientização ambiental referente ao lixo urbano que priorizem a importância do meio ambiente para as gerações futuras. A transcrição da entrevista pode ser vista no Quadro 27.

SOCIAL
"Aulas gratuitas de zumba, guitarra, violoncelo, contrabaixo, instrumento de sopro, aulas de dança e aulas de violão, em parceria com o deputado Thiago Silva. "Na aula de dança conseguimos atender entorno de 30 pessoas, na aula de violão 25 pessoas, instrumentos de sopro, 60 alunos. A associação possui atendimento em média de 130 alunos por mês". "Apresentamos como projeto social, a reforma do salão comunitário, que vai beneficiar toda a comunidade". "Existe um projeto em parceria com a URAMB, com arrecadação e entrega de cestas alimentícias dentro da comunidade. Esse ano contemplamos em torno de 40 famílias dentro do bairro e no geral foram mais de 2 mil cestas básicas entregues".
ECONÔMICA
"Projetos de bordados, projetos de pintura em pano de prato, como meios de engajar a comunidade e estimular a geração de renda local, através da venda dos produtos criados".
POLÍTICA
Ações políticas: "vejo o povo do Conjunto São José bem politizado, sempre atento, cobra bastante e é bem esclarecido nesta questão". "Politicamente, recebemos apoio do deputado Thiago Silva e do deputado Carlos Bezerra, recebemos muito apoio de empresas privadas e dos próprios moradores. Vejo a classe política de Rondonópolis um pouco omissa em questões de melhoria no nosso bairro". "A contribuição da Prefeitura fica um pouco a desejar". "A contribuição da Câmara de vereadores é um pouco omissa".
URBANA

“Um dos projetos de mobilidade urbana é para pista dupla, que visa a criação da ciclovia nas duas pistas. Já protocolamos nas secretarias do SETRAT e SINFRA e estamos aguardando o poder público. Estamos pensando em estimular a comunidade a andar mais de bicicleta”. “O planejamento urbano se dá através da LOA e LDO, com audiências públicas e protocolo de demandas. Em parte, tenho sucesso, mas muitas reivindicações não apresentam terem sido resolvidas”. “Um dos problemas da cidade de Rondonópolis, é justamente, o transporte público. Caso fosse um pouco melhor, as pessoas usariam mais e deixariam seus carros em casa. Eu acredito que o transporte público deveria ser climatizado e cumpridos dos horários. Os moradores passam mais de horas esperando um ônibus, isso desestimula o usuário a usar o transporte público”. “A solução para a melhoria, seria o poder público abraçar a causa, já que conhece bem os problemas”. Quanto a criação de praças e espaços públicos para convivência, “nós apresentamos uma praça no conjunto São José a mais de 30 anos e precisa resgatar seu essencial, pois ninguém apresenta coragem de frequentar, devido à falta de iluminação e o matagal. Já cobrei o poder público para a reforma, para que façam ações que possam trazer de volta a possibilidade de uso pelos moradores, as praças privadas, são bem mais conservadas”. Referente a ações de melhoria urbana “apresentamos um projeto de criação e repaginação da praça do Conjunto São José”, já protocolado na prefeitura. Esse projeto, visa a criação de uma quadra de futebol coberta, quadra de areia, campo de futebol sete de grama, pista de caminhada com 2 km, melhoria nas calçadas e bancos, também, um estacionamento para carros na feira do Conjunto São José”. “Bairros da iniciativa privada são melhores, a exemplo do bairro Parque Residencial Buriti, que possui praça mantida pela construtora NC, assim como o bairro José Sobrinho. Esses, foram bem planejados e são referências, em que, por ser da iniciativa privada, o investimento é maior em comparação com iniciativas do poder público e possuem áreas de lazer, playgrounds, internet e quadras de esportes. Estes, são trabalhos em bairros, que o poder público poderia usar como referência”. “Tentamos cobrar do SANEAR que a rede de esgoto, enche e transborda. Também cobramos a falta de iluminação pública e sinalização nas ruas e escolas”.
MEIO AMBIENTE
“Quanto a espaços verdes e ou sustentáveis, eu creio que existem, mas eu não vejo muitas ações por parte do poder público neste sentido. Vejo comentários de criação de parques ecológicos, porém, só no papel. O poder público está omisso nesta questão de sustentabilidade”. “Com a iniciativa privada, plantamos várias árvores nas duas pistas e vamos fazer um projeto de plantar mais de 60 mudas no Conjunto São José. E vamos plantar mais árvores no bairro”.

QUADRO 27 - Ações ligadas a Agenda 21, do bairro Conjunto São José.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A Figura 25, representa a praça atual do bairro e a Figura 26, mostra o projeto de revitalização criado pelo presidente de bairro em conjunto com o setor de engenharia e urbanismo da prefeitura municipal.

FIGURA 25 - Imagem Praça atual Conjunto São Jóse I.
Fonte: Pesquisa de campo, foto arquivo pessoal (2020).

A Figura 25 mostra a praça do Bairro Conjunto são José, a praça possui um espaço amplo dispõe de um campo de futebol sete (7), uma quadra de futebol cercada e um campo de futebol de areia, além da estrutura em cimento para recebimento de academia popular, porém a estrutura em cimento está no vazio a mais de três anos. A praça também possui atendimento pelo Cra,s.

A praça possui pouca arborização o que, torna inviável a utilização durante a parte do dia devido ao calor e a calçada ao entorno encontram-se com buracos e sem acesso para pessoas com necessidades especiais (PNE).

Diante de algumas necessidades de infraestrutura o presidente do Bairro, em conjunto com o setor de engenharia e urbanismo da cidade elaborou um projeto de revitalização, em que será apresentado pela Figura 24.

FIGURA 26 - Projeto revitalização da praça do bairro conjunto são José I.
Fonte: Arquivo pessoal, presidente do Bairro Conjunto São José I, (2020).

A Figura 26 mostra um projeto bem bacana de revitalização em que contempla arborização, pista de caminhada, quadra coberta e academia popular, em que a obra foi orçada em torno de 500.000,00 (quinhentos mil reais). Atualmente o campo de futebol e a quadra de areia encontram desativadas e com tapumes para início da revitalização, porém até a presente data, as obras não iniciaram.

Em continuidade segue a análise do bairro Distrito Vila Operária, na concepção do seu respectivo presidente comunitário.

4.5.4 Bairro distrito vila operária

A gestão comunitária junto à associação é bem presente, os maiores destaques são os projetos sociais voltados para crianças e à terceira idade. Também há projetos referentes à dança, balé e Muai Thai. Realizam-se mais de 250 atendimentos por mês.

As ações sociais, têm melhorado a vida e o bem-estar dos moradores participantes, em que se reduz o uso de medicamentos, dores crônicas geradas pelo sedentarismo e proporciona um aumento das relações socias saudáveis. Para as crianças, observou-se que o balé gerou uma

melhoria no bem-estar físico, como a postura social, como a convivência com os pais e também no desempenho escolar.

Economicamente, a gestão do bairro não apresenta muita atuação junto à associação em projetos de empreendedorismo e fomento de renda local. No entanto, apresenta projetos e cursos de dicção e oratória, que tem auxiliado muitas pessoas a conseguirem uma recolocação no mercado de trabalho.

O bairro possui várias empresas do segmento comercial, alimentício, construção civil, serviços médicos e padarias. O anseio da associação, é criar uma pasta de desenvolvimento econômico local, para fomentar o empreendedorismo, criar novos empregos, capacitar e disponibilizar mão de obra qualificada.

Politicamente, o bairro conseguiria eleger qualquer prefeito, pois possui o maior número de moradores da cidade. Porém, não há um compromisso consideravelmente efetivo por parte dos políticos e nem um número significativo de políticas públicas, voltadas para as ações direcionadas ao bairro. O maior apoio de implementação de melhoria, é junto à comunidade e aos empresários locais. A gestão demonstrou uma preocupação com a mobilidade urbana em que teve, como objetivo o projeto de criação de uma ciclovia e melhorias em calçadas na Avenida Castelo Branco.

O transporte público oferecido é caótico, com linhas que não apresentam regularidade nos horários de partida e chegada, com ônibus sem ar condicionado visto que, a cidade possuir de clima quente, dificulta-se a adesão ao uso de ônibus por parte dos moradores. Portanto, estas situações, aumentam o índice do uso de automóveis particulares e consequentemente, a poluição atmosférica em vias públicas, devido a maior emissão de dióxido de carbono (CO^2) e outros Gases do Efeito Estufa (GEE) emitidos pela queima de combustíveis fósseis.

Questões ambientais e ou de conscientização, não são presentes na comunidade, porém há realização de mutirões para limpeza de praças públicas e ações comunitárias, como exemplo dessas ações foi realizada a construção de uma horta junto à associação e o plantio de plantas na praça em que o apoio do poder público, foi a maior dificuldade encontrada.

Atualmente, quem mais apoia as questões ambientais são as empresas privadas e os próprios moradores. Contudo, ainda falta inserir novas discussões sobre os cuidados com o meio ambiente, a importância dos recursos hídricos e a conscientização quanto à coleta seletiva do lixo urbano. A transcrição da entrevista pode ser apreciada no Quadro 28.

SOCIAL
Projetos sociais atendidos em nossa associação, por exemplo, o “Balé na Ponta para Crianças, o Preço Social, espaço livre que cuida de 130 crianças de 4 a 12 anos”. “A Terapia Dançante que cuida de mais de 100 idosos em parceria, trabalho social, com relato de pessoas que estavam em depressão, abandono e situação crítica. Quando nós começamos o trabalho, foi como se nós tivéssemos dado uma nova vida para essas pessoas. Hoje, elas apresentam em um ambiente agradável, limpo, bem cuidado, com pessoas da mesma idade, que viveram a mesma época, as mesmas informações, o mesmo pensamento, a mesma geração, aonde eles vão lá, conversam, brincam e se divertem”. “Projeto de Muay Thai para mães, com o objetivo de melhorar a condição física contra o sedentarismo”. “Apresentamos a domingueira, que é o bailão para terceira idade”.
ECONÔMICA
“Gostaria de criar uma pasta de desenvolvimento econômico para o bairro, visto que este possui uma gama de comércio muito forte. Por isso, quero criar uma comissão de 12 empresários para discutir questões de desenvolvimento econômico e fomento ao empreendedorismo no bairro”.
POLÍTICA
“A Vila Operária pulsa na veia do povo, a região faz qualquer prefeito da cidade e apresenta querer melhorar as ações no meio político. Porém, não vejo a contrapartida que poderia empoderar mais o bairro, empresários são negligenciados pelos políticos”. Existem dificuldades na implantação de melhorias, “falta de preparação das secretárias, falta de competência para melhores discussões no sentido de debater e melhorar a contrapartida política”. “O poder público é distante, meu contato com político na gestão do bairro, é com a diretoria da URAMB e também converso com outros presidentes de bairros”. “A prefeitura em todo meu mandado, não tive nenhuma participação dela”. “A câmara de vereadores poderia melhorar e não existem ações locais”. “Político que ajuda, é o Deputado Thiago Silva”.
URBANA
“Referente aos instrumentos de gestão e planejamento urbano a exemplo da LOA, LDO, sou bem realista. Já participei de vários, fiz indicação de melhorias, a exemplo da criação de PSF (Posto Saúde Familiar), infelizmente, até agora, nada, só promessas”. “Sonho com uma parceria pública e privada e moradores que visam a padronização das calçadas, pois uma é alta, outra é baixa, esse é o meu sonho”. No planejamento urbano, vejo o “transporte público como um problema crônico, falta de concorrência, sem incentivo para que eu possa andar de ônibus e andar menos de carro, pessoas ficam uma hora no ponto do ônibus. O poder público, devia seguir o modelo implementado em Goiânia, assumir o transporte, deixar redondo e depois terceirizar. O município deveria chamar isso para sua responsabilidade”. “A associação possui um projeto de melhoria na Avenida Castelo Branco, quanto a mobilidade urbana, na Vila Operária. Poderíamos criar em um dos lados uma faixa amarela, só para ciclovia e pedestres”. “Apresentamos uma praça com uma quadra esportiva coberta e academia popular. Porém, esta não apresenta a manutenção adequada e possui muitos moradores de rua que frequentam o local, fato que tira a vontade da comunidade em usar a praça”.
MEIO AMBIENTE
“Sugiro mais qualificação para os comunitários na área de meio ambiente, melhorar o cartão postal de praças, sonho em colorir as praças com plantas, mas não tive ninguém que vestisse a camisa e incentivasse essa ação, o poder público não ajuda”. Não existe uma visão sustentável quanto a utilização de fontes renováveis de energia, “não apresentamos informação e nem meios de comunicação para divulgar e ou capacitar os moradores como reciclar seu lixo, vidro, produtos orgânicos, plásticos, papeis. Não existe este diálogo e nem essa percepção por parte da população”. “Desenvolvemos outras ações como, horta comunitária no fundo da associação, projeto de plantio de plantas na praça, mas preciso de parceria, infelizmente, o poder público está fechado para essas questões”.

QUADRO 28 - Ações ligadas a Agenda 21, do bairro/distrito Vila Operária.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Com as informações dos presidentes indicados, como os mais atuantes no município de Rondonópolis-MT, foi possível criar um resumo do perfil e das atividades mais relevantes evidenciadas. O Quadro 29, apresenta um resumo do perfil da gestão comunitária estudada.

Bairro	Perfil	Atividades mais relevantes
Parque Sagrada Família	Político e Social	Investimento em ações básicas de infraestrutura e doações de alimentos.
Pedra 90	Político, Social e Ambiental	Criação do Parque Ecológico do Escondidinho, ações sociais, prevenção ambiental, doação de alimentos, regularização habitacional.
Conjunto São José I	Político, Social e Urbano	Forte atuação junto a associação dos moradores do bairro, foco na cultura e cursos de música e instrumentos musicais. Projeto de revitalização da praça do Conjunto São José I.
Vila Operária	Político, Econômico e Social	Forte atuação na Associação de moradores com projetos de balé, dança, música e muay thai.

QUADRO 29 - Perfil dos presidentes de bairros mais atuantes da Cidade de Rondonópolis.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Os dados a partir de agora, foram extraídos das questões abertas junto ao questionário quantitativo. Destas busca-se apresentar a resposta das seguintes questões: “do segmento político, quem tem contribuído para o desenvolvimento da sua comunidade?” Quais são as organizações públicas ou privadas que colaboram no desenvolvimento urbano da sua comunidade?”.

Com estas questões, busca-se apresentar a resposta do objetivo específico (iv), que foi o de descrever as redes de relacionamento envolvendo os diferentes atores mais atuantes nos problemas de desenvolvimento urbano.

Primeiramente é importante destacar que esta pesquisa não tem cunho partidário ou político. A mesma, possui um viés estritamente acadêmico e visa apresentar para a sociedade e comunidade acadêmica científica os resultados para análise e discussões, bem como um modelo para estudos futuros. Assim, quanto ao segmento político é possível elencar os mais atuantes de acordo com os presidentes de bairro, ver Figura.27.

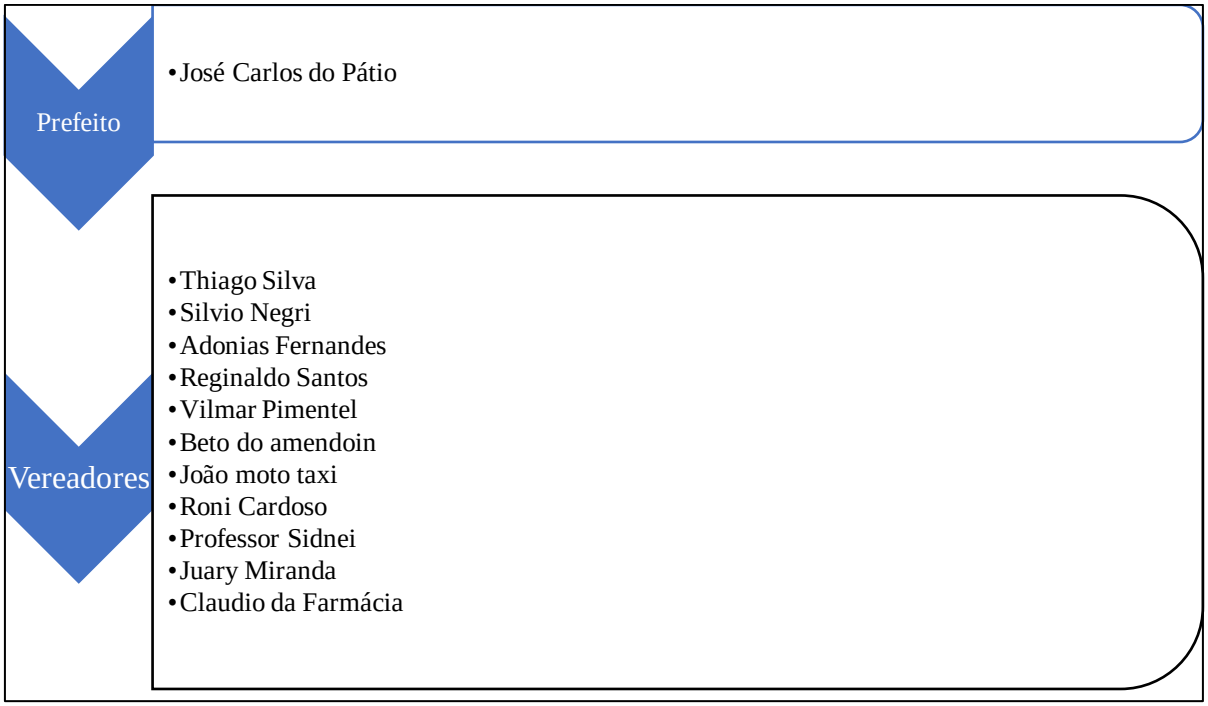

FIGURA 27 - Segmento político mais atuante no desenvolvimento de bairros em Rondonópolis.
Fonte: Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

É notável que o prefeito da cidade busque em todo o caso, o melhor para cada comunidade ou bairro. Na esfera política e entre os presidentes de bairros, tem questões de relacionamento que para alguns presidentes pode ser forte e para outros não. As relações ditas, como forte geralmente vai de encontro daqueles que já estão com uma vida política inserida no meio da comunidade, para esses o diálogo tem sido constante e a alocação de verbas de melhoria também.

No tocante às relações mais fracas com o segmento político, observou-se certa morosidade nas respostas quando se busca uma demanda específica, a exemplo, de pavimentação de rua, melhoria social, investimento em associações de bairro ou coisa básica, como iluminação pública. Embora os presidentes de bairros tenham um acesso direto com o segmento político, muitos ainda não são assistidos.

Os gestores comunitários possuem relações formais, aquelas que são vinculadas diretamente com as secretarias municipais e as relações informais, aquelas em recebem apoio de organizações privadas e de moradores locais sem vínculo. Diante dos resultados a Figura 28, mostra o círculo das relações entre organizações públicas e privadas que formam a rede social dos presidentes de bairros de Rondonópolis.

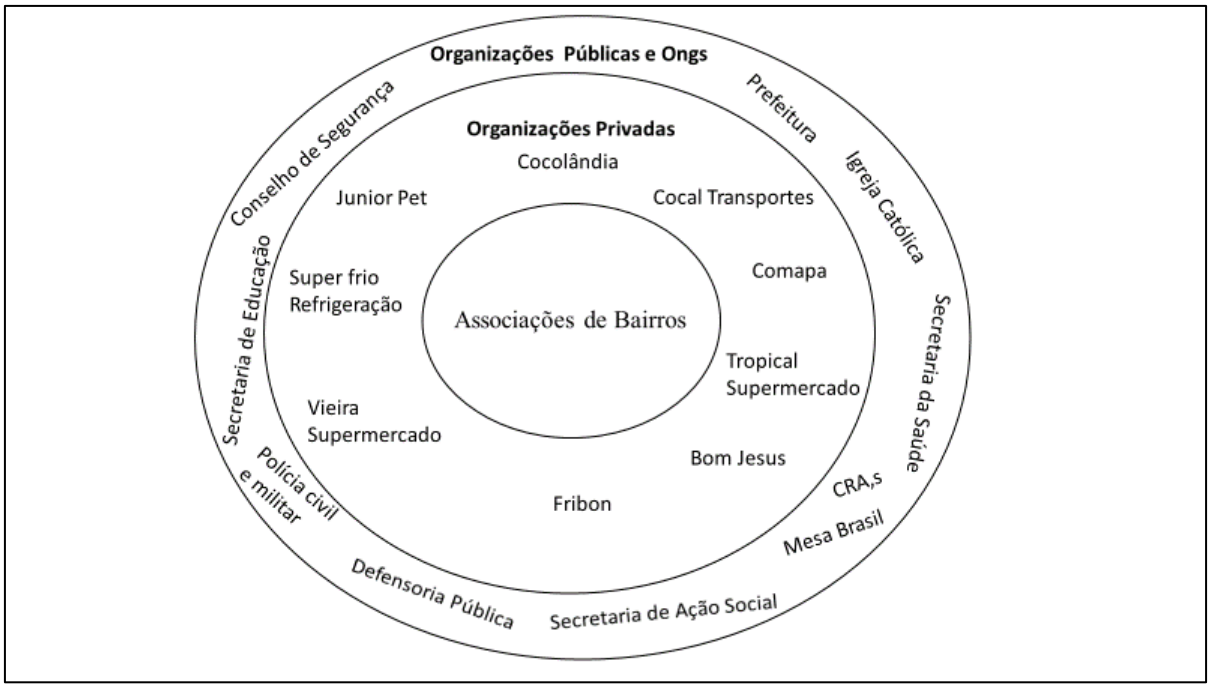

FIGURA 28 - Círculo de Redes das organizações que mais contribuem no desenvolvimento dos bairros.
Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Neste círculo ficou evidente a participação das Igrejas e pastorais que atuam diretamente nas comunidades mais carentes, essas instituições trabalham na evangelização de crianças, pais, auxílio de vagas de empregos para pessoas desempregadas, distribuição de mantimentos, cuidados médicos e apoio psicológico. Para as organizações privadas o apoio geralmente é direcionado a patrocínios de festas, como o dia das crianças e natal.

Sequencialmente, a discussão qualitativa diante da perspectiva do planejamento urbano os gestores de bairros têm conhecimento da LOA – Lei de Orçamento Anual e da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias (tipologias de planejamento municipal). Segundo Menezes e Jannuzzi (2005) as prefeituras municipais tem dificuldades em entender as tipologias do planejamento municipal, porém quanto a parte financeira 33% tem conhecimento, na tipologia social e ou justiça social 8%. O social ainda não é prioridade para muitos municípios, como enfoque as questões territoriais.

Em Rondonópolis, as discussões em torno da LOA e da LDO são realizadas por meio de audiências públicas, em associações de bairros. Ficou evidenciado que não tem participação em massa pelos Vereadores da cidade e nem dos moradores, assim, este canal é pouco explorado pela sociedade civil.

Não ficou evidente, a discussão em torno de ações sociais e/ou retomada das discussões do plano diretor que ainda se encontra desatualizada no município desde 2015. Nas audiências públicas são convidados os moradores e representantes políticos, a exemplo, de vereadores e

secretários, nelas são discutidas propostas e emendas de investimentos em infraestruturas nos bairros, as reuniões são gravadas e registradas em atas e os presidentes de bairros e a comunidade podem reivindicar suas demandas verbalmente.

Segundo Menezes e Jannuzzi (2005) o conhecimento em tipologias de interesse social e plano diretor no Brasil ainda não são tão significantes, visto que muitas prefeituras brasileiras ainda não possuem o plano diretor atualizado só no Estado do Mato Grosso, 58% dos municípios e no Brasil 48%, estão sem planos.

Quanto aos presidentes de bairros, há uma lacuna em questões de conhecimento e informação destas tipologias ou instrumentos de gestão e planejamento urbano, falta capacitação, falta diálogo, e principalmente ação do setor público municipal em construir estes instrumentos junto à comunidade de cada bairro, já que o plano diretor reforça a construção e planejamento da cidade onde deveria fazer cumprir sua função social, atender as necessidades dos cidadãos, fazer justiça social e fomentar as atividades econômicas e empreendedores segundo o estatuto da cidade Lei 10.257/2001.

Vieira et al. (2013) salientam a importância do envolvimento da Universidade em presenciar e orientar as ações participativas na atualização do plano diretor, como foi realizado por estudantes e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

Em Rondonópolis, houve esta ação em conjunto com a UFR, porém o projeto não teve continuação, o que mostra certa dificuldade na implantação. Aspectos limitantes de implantação do plano diretor municipal foram observados por Carvalho (2009) e Bernardy (2013) que salientam a dificuldade de programar e aplicabilidade do plano diretor, por sua complexidade.

Além da ausência de conhecimento dos instrumentos, há falta de recursos e acesso do gestor público com os movimentos comunitários, bem como uma gestão de conflitos interesses políticos e partidários, neste mesmo sentido que Rezende e Ultramari (2007) evidenciam o alto valor social do plano diretor.

Segundo Cristina et al. (2019) ao estudar a correlação na prestação de serviços públicos de infraestrutura urbana, perceberam que não há correlação significativa entre os serviços. Portanto, eles indicam que as prefeituras municipais possam elaborar instrumentos mais articulados, onde estes possam disciplinar e cobrar ações mais efetivas nas fiscalizações dos serviços prestados.

É notável a dificuldade em criar planos diretores municipais, pois não é um problema específico de Rondonópolis no estado do Mato Grosso, o Brasil enfrenta a mesma dificuldade,

em que o engessamento, a ausência de políticas públicas e meios técnicos, são alguns dos entraves para consolidação deste instrumento.

No ano de 2015, em Rondonópolis, o processo de atualização do Plano diretor foi iniciado por uma empresa privada e foram analisados dados preliminares de aspectos físicos, ambientais, territoriais, de infraestrutura, serviços socioculturais, econômicos e institucionais.

Porém, o plano não foi finalizado e nem aprovado pela câmara de vereadores, ao analisar o documento encontra-se 96 citações do IBGE, visto que a maioria dos dados deste relatório foi extraída diretamente do site do IBGE. As informações não foram concluídas, a exemplo de áreas verdes, arborização urbana, áreas de preservação permanente, unidades de conservação, programas culturais e ações sociais.

Nesta pesquisa, não ficou evidente algum tipo de instrumento de gestão que pudesse auxiliar no planejamento estratégico urbano municipal, embora boa parte dos entrevistados tenha curso de graduação e pós-graduação, modelos de gestão estratégica não são aplicados pelos líderes comunitários e nem disseminados pelos gestores municipais. Oliveira (2015), sugere elaborar um planejamento estratégico que se tenha a definição sucinta dos objetivos estratégicos e que eles possam ser planejados, implementados e controlados.

Outra maneira de planejar cidades via planejamento estratégico Segundo Certo e Peter (2010) é trabalhar com a matriz SWOT, ela permite elencar as forças e fraquezas do ambiente interno e as oportunidades e ameaças do ambiente externo. Estes instrumentos de gestão são utilizados por organizações privadas e podem ser adaptados a uma realidade municipal e disseminado para os presidentes de bairros via formação e capacitação contínua.

Na perspectiva de planejamento e gestão de bairros sustentáveis, evidenciou-se a construção de um parque ecológico no bairro Pedra 90, o parque vai atender toda a região e os moradores poderão contemplar espaços verdes, apreciar a natureza, fazer caminhadas entre outras atividades de lazer, como academia popular. A gestão do bairro demostrou preocupação com meio ambiente e depósito de lixo urbano em locais inapropriados por meio de conscientização ambiental.

Nesse sentido, segundo Acselrad (1999) a sustentabilidade urbana pode ser ajustada por alternativas de eficiência ecoenergética, que normalmente se possa constituir uma base social de apoio a projetos de mudança técnica urbana via educação ambiental, disseminação da consciência ecológica e de projetos comunitários de reciclagem. Os presidentes de bairros em Rondonópolis, não apresentaram projetos e/ou interesse na formação de cooperativas em que se possa trabalhar a reciclagem do lixo urbano e gerar renda local.

Na visão de Farr (2013) o conceito de cidade sustentável, pretende construir cidades em que exista a união do novo urbanismo, da sustentabilidade e da cidadania, para que estejam presentes nas comunidades. A criação do parque ecológico escondidinho vai de encontro do conceito “biofilia”, em que ressalva a importância de o homem interagir entre o urbano e a natureza viva, condições que tem por finalidade a percepção do bem estar e aumento na qualidade de vida das pessoas.

Outra questão importante no urbanismo sustentável é a capacidade de aliar o desenvolvimento econômico à inclusão social e preservação ambiental. Segundo Bernardes e Boscoli (2015) essas dimensões devem estar interrelacionadas de um modo que possam atender as necessidades humana atuais, sem comprometer as gerações futuras. A pesquisa mostrou que os presidentes de bairros não estão adaptados e nem orientados a ter uma visão urbana sustentável e acreditam que há lacunas nesta área e podem ser discutidas junto à população e as esferas públicas municipais.

Alguns presidentes de bairros, no tocante a criação de espaços verdes com conceito sustentável, relatam algumas iniciativas, porém muita coisa fica só no “papel” e o “poder público municipal está omisso nesta questão de sustentabilidade”. Quanto a revitalização de áreas e a implantação de infraestrutura verde nos bairros de Rondonópolis não ficou evidente a presença de projetos de revitalização. Alguns bairros possuem áreas cinzas as quais são consideradas inutilizadas ou abandonadas que poderiam ser revitalizadas.

Os bairros possuem praças públicas, porém em alguns casos a população não utiliza, porque reclamam da péssima conservação, falta de iluminação e a presença de moradores de ruas, inibindo a utilização por moradores locais. Segundo Maropo et al. (2019) a implantação e revitalização de áreas cinzas para espaços verdes trazem benefícios que podem reduzir e mitigar enxurradas, recuperar a fauna e a flora e melhorar a qualidade do ar e o bem estar dos moradores.

O presidente do bairro Conjunto São José I, apresentou uma iniciativa via projeto municipal que visa a revitalização da praça do bairro (Figura 24). Esse projeto tem objetivo de criar espaços verdes, pista de caminhada e quadras esportivas cobertas, para atender os moradores do bairro e região. Dos 50 (cinquenta) bairros pesquisados somente um presidente comprovou projeto de revitalização em espaços públicos.

Esta informação é relevante e mostra que ainda tem muito espaço para atuação por parte dos presidentes de bairros. Quanto às ações ambientais, os bairros estão limitados à execução

de plantios de árvores, limpezas coletivas de lixo urbano e algumas ações de conscientização ambiental, voltadas a coibir o depósito de lixo urbano em locais inapropriados.

O conceito de urbanismo sustentável está muito longe da realidade da cidade de Rondonópolis, visto que a cidade ainda está resolvendo os problemas de infraestrutura urbana, muitas ruas ainda não são pavimentadas, quase 40% da população não possui tratamento de esgoto adequado, sendo assim essas característica vão ao desencontro do conceito de bairros sustentáveis, como mostra Farr (2013) para ele bairros, bem definidos e planejados facilitaria a formação de capital social, o fomento ao comercio local, o aumento das relações sociais e o bem estar da população residente.

Um exemplo de bairro sustentável é o Pedra Branca, localizado na cidade de Palhoça-SC, segundo Carcará et al. (2017) o bairro foi considerado um dos mais sustentáveis no Brasil pelo projeto urbanístico a levar em consideração as dimensões sociais, ambientais e econômica. Bairros sustentáveis geralmente possuem certificações a exemplo LEED que significa liderança em energia e design ambiental, porém esta é uma proposta com alto valor de investimento. A realidade dos bairros estudados em Rondonópolis não contempla o conceito de certificação exigido pela LEED.

A cidade de Rondonópolis, assim como muitas no Brasil foi projetada sem levar em consideração o crescimento populacional e o aumento de veículos automotores, esse aumento gera poluição atmosférica pela emissão de CO^2, aumentando os custos com saúde pública, seja por meio de acidentes no trânsito ou por doenças respiratórias.

Numa perspectiva Urbana e mobilidade o cenário de Rondonópolis segundo os presidentes de bairros é “caótico” e apresenta problemas “crônicos”. O transporte público da cidade é ineficaz, possui uma frota de ônibus envelhecida, sem ar condicionado e com escassez de linhas em operação, descobrindo uma parcela da população.

Dentre as soluções sugeridas pelos presidentes de bairros, propõe-se que o poder público assuma o transporte urbano, e invista em todas as melhorias necessárias, a exemplo do aumento da frota de ônibus com ar condicionado e melhorias nas linhas urbanas e rurais. A ideia consiste em investir e capitalizar o segmento de transporte e posteriormente, terceirizar o serviço.

Nesse sentido que surgem as políticas públicas, para pensar e executar projetos de transporte urbano sustentável. Segundo o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (2017) o modelo a ser discutido entre as esferas municipais e gestores de bairros e comunidade, estaria vinculado diretamente ao Desenvolvimento Orientado ao

Transporte Sustentável (DOTS) este conceito prima os princípios de mobilidade urbana em que contemple a possibilidade do cidadão de caminhar, pedalar, utilizar transporte público e mudar.

Desta forma, o ideal seria criar bairros com condições de integração para que as pessoas possam andar a pé, pedalar em redes de ciclovia, utilizar transporte público com qualidade, segurança e eficiência. Em Rondonópolis há quatro ciclofaixa a primeira delas liga a Avenida Lions Internacional à Avenida dos Estudantes, no trecho de ligação da UFR – Universidade Federal de Rondonópolis, com o bairro Jardim Mato Grosso.

No entanto, essa ciclofaixa é curta e apresenta falhas, devido à falta de manutenção e sinalização, o que dificulta a adesão ao uso massivo por parte da população. O segundo ciclofaixa localiza-se no início da Avenida Presidente Médici e vai até o início da "rodovia do peixe" (MT 471), a qual é considerada a mais utilizada e que apresenta boa estrutura.

O terceiro ciclofaixa localiza-se na Avenida dos Bandeirantes e é integrada com a pista de caminhada, onde apresentam buracos nas calçadas e sinalização precária e a quarta ciclofaixa foi construído junto à ponte nova que liga o centro da cidade ao bairro João Goulart.

Nota-se que a utilização deste ciclo faixa é de exclusividade de ciclistas que praticam esportes e não, como meio de deslocamento sustentável. Rondonópolis é um município localizado na região centro-oeste do Mato Grosso o clima é quente o ano todo com temperaturas entre 30°C e 35°C, o que pode dificultar o deslocamento de bicicleta, como meio alternativo de transporte.

Segundo Farr (2013) o transporte sustentável, visa conectar as pessoas à natureza viva e aos sistemas naturais, por meio da maior probabilidade das pessoas aderirem ao deslocamento a pé ou de bicicleta, lugares arborizados podem reduzir as temperaturas de 3 até 6 °C, em regiões de clima quente, que aderem sistemas arborizados em vias públicas urbanas, este modelo, não se aplica em Rondonópolis, visto que todas as ciclo faixas não possuem cobertura de área verde, dificultando ainda mais a utilização por parte da população no calor intenso.

Outra sugestão para reduzir os impactos ambientais gerados na cidade segundo Kniess et al. (2019) é a utilização de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) esta tecnologia permite criar junto a sociedade discussões inovativas e tecnológica para gestão de cidades sustentáveis. Neste sentido, a utilização da tecnologia TIC pode ajudar a gestão dos presidentes de bairros a criar indicadores em tempo real para melhorar a governança e a tomada de decisão dos gestores públicos.

Uma sugestão seria a implementação por parte da prefeitura municipal que poderia utilizar o conceito de TIC para disponibilizar um canal de comunicação via site para que todos

os presidentes de bairros possam cadastrar suas demandas em tempo real, Weiss et al. (2013) confirmam que a prática e utilização de TIC é viável e ajuda a fomentar o desenvolvimento urbano.

Em relação a formação de redes sociais e apropriação de capital social por meio da estrutura social, na prática a maioria dos presidentes de bairros estão ligados a uma estrutura social aberta e dispersa, as relações mais fortes (laços) estão voltadas a preferenciais partidárias e envolvem objetivos pessoais e coletivos juntos, assim as associações são vinculadas a certos grupos políticos e políticos que atuam, como verdadeiros "coronéis" do século XXI.

Nessa perspectiva, a ação comunitária não se enquadra na perspectiva internacional, que vislumbra a ação comunitária em forma de uma rede que gera "recursos coletivos", mediante a organização social. Portanto, as comunidades atuam mais, como agentes que mediam políticas públicas por inversões no jogo político local.

Segundo Coleman (1988) as propriedades das relações sociais são provenientes das normas efetivas, que ele propõe chamar de fechamento e o aparecimento das normas efetivas é o que atribuí os efeitos externos negativos no mesmo modo que encoraja os efeitos positivos. Para ele os benefícios de uma rede social estão ligados a rede fechada, essa estrutura permite maiores trocas, e os envolvidos podem propor sanções coletivas e se beneficiarem mutualmente gerando capital social.

Embora o estudo qualitativo mostrou que as relações em redes de certa forma são fracas e tem interesses políticos, na análise quantitativa a correlação entre ações coletivas em redes e capital social intelectual é positiva. Isso evidencia a aquisição de capital social por meio de ligação (*bonding*) característico pelas relações em grupos homogêneos (presidentes de bairros) e se destaca nas relações de lealdade e confianças em meio as pessoas mais próximas.

A análise dos resultados qualitativos mostra que alguns presidentes se destacam mais do que os demais, ao analisar se há diferenças significativas entre capital social e eficácia coletiva comparada com aspectos demográficos, foi encontrado diferenças significativas na idade e relação com o fator eficácia coletiva: redes e projetos, ou seja a idade influencia na construção de projetos que envolve aspectos coletivos.

Outra questão importante são os "laços" Granovetter (1973) neste caso, desenvolvidos pelos presidentes de bairros, observou-se a existência de laços fortes entre presidentes e políticos da cidade. Essa relação é caracterizada pela permanência, interação e pelo tempo, em que neste contexto, permite mais trocas, acessos e aprovações de recursos financeiros para o desenvolvimento dos bairros.

A formação de redes privadas e/ou a busca de informações e meios para construir projetos que envolvem melhorias nos bairros da cidade para alguns presidentes de bairro é bem restrito e depende de uma boa relação política, segundo Braga et al. (2018) quanto maior a teia ou a rede social, maior é a possibilidade de troca de informação e obtenção de benefícios mútuos. Carpiano (2006) ressalta a importância dos laços fortes e o grau de coesão social que quanto maior os laços maiores são os valores e a confiança dos membros da comunidade.

Em relação a dimensão econômica, nota-se ainda um campo enorme descoberto em que os presidentes de bairros deveriam atuar com mais eficiência e pulso. Por exemplo, não foi destaque projetos com enfoque empreendedor. Os presidentes de bairros mostram pouco engajamento na questão de fomento a pequenos empreendimentos que poderiam gerar renda local.

A solução seria ampliar a rede de contato privada (empresários) e buscar parcerias com instituições de ensino a exemplo, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Universidade para construir projetos voltados para capacitação e aprendizagem em que se faça à geração de renda, assim, melhorando a estrutura econômica dos mais vulneráveis. Aproveitar as instalações das associações e criar cursos de empreendedorismo local em parceria com as entidades citadas a cima, seria uma alternativa.

A análise mostrou que é possível compreender e mensurar algumas ações em prol do desenvolvimento sustentável dos bairros. Entretanto, as discussões ainda precisam evoluir, assim como as ações ambientais. Portanto, nesse sentido falta investimento e maior envolvimento de agentes políticos na construção de políticas públicas ambientais, a exemplo da Agenda 21 Local, a qual a prefeitura de Rondonópolis não contempla.

Quanto às ações ambientais, os bairros estão limitados à execução de plantios de árvores, limpezas coletivas de lixo urbano e algumas ações de conscientização ambiental, voltadas a coibir o depósito de lixo urbano em locais inapropriados. Assim, o ponto de partida para construção de uma Agenda, deve-se iniciar na formação de grupos locais, composto por lideranças de qualquer segmento da sociedade, a exemplo de ONGs, governos, instituições de ensino e da população.

Outra sugestão ao desenvolvimento local sustentável de bairros seria aproveitar os recursos e o capital humano da UFR, no sentido de promover debates constantes em conjunto com o meio acadêmico, autoridades municipais e sociedade civil, como meio de criar soluções

ou até mesmo uma matriz que vai de encontro das dimensões da Agenda 21, como norte ao planejamento urbano sustentável.

O modelo de gestão ambiental para bairros com base na Agenda 21, permite a formação de novas redes sociais, com interesse na proteção e conservação do meio ambiente local. Quanto ao movimento comunitário, liderado pelos presidentes de bairros, ainda falta muito apoio técnico, investimento nas associações de bairros e a mínima formação na área de planejamento urbano.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados não são de modo algum frustrantes. Afinal, foi possível adaptar um modelo de IDMS para medir Capital social gerado por presidentes de bairros a partir de suas relações e da estrutura social. Quanto aos níveis de Capital social e Eficácia coletiva, que o grupo estudado reproduz para sua comunidade foi classificado, como razoável isso significa que ainda há um campo enorme para novos diálogos, novas parcerias com órgãos públicos municiais e privados ou de economia mista, a exemplo do (SENAI, SEBRAE, SENAC) poucos explorados em forma de redes na transformação e ou geração de Capital social.

Uma descoberta que se pode elencar, é quanto ao nível de significância entre os fatores estudados, que mostraram diferenças nas médias, quando comparados com os aspectos demográficos em que se agrupava o estado civil e a faixa etária, esta descoberta mostra que pessoas solteiras e com união consensual se diferenciam dos demais grupos, em relação ao controle social por meio de intervenção, quando se trata de mobilizações em questão de violência, lixo urbano em local inapropriado, consumo de drogas e prostituição.

Em relação ao engajamento cívico e o capital intelectual, os resultados mostram uma associação positiva, ou seja, pessoas mais engajadas e envolvidas nas comunidades ou em processos de discussões democráticas, apresentam maiores níveis e possibilidade de aprovação de propostas e projetos com fins de melhoria urbana.

Em associações com infraestrutura, a construção e a ligação do capital social junto à comunidade, são maiores por disponibilizar projetos na área cultural, social e esportiva. As associações de bairros não demostraram interesse em projetos de cunho econômico ou fomento ao empreendedorismo local, salvo, algumas exceções em que as pessoas trabalham juntos em

objetivos comuns a exemplo de distribuição de alimentos e limpeza de áreas com preservação ambiental e plantio de árvores.

A correlação entre Capital social e Eficácia coletiva é positiva, salvo quando associada à aspecto demográfico, a exemplo, da faixa etária, renda familiar e Eficácia coletiva: ações coletivas redes e projetos que demostrou uma correlação negativa.

No planejamento Urbano sustentável, ainda não há um pensamento focado ao meio ambiente, ou em instrumentos de gestão, que possam promover estas discussões junto à sociedade. O planejamento estratégico urbano com a utilização de instrumentos de gestão, não foi evidenciado no grupo estudado. Isso, demostra a grande carência de qualificação na área de gestão de bairros.

Os laços mais fortes também se concentram com a classe políticas, entretanto as ações e trocas são demoradas. Alguns presidentes de bairro são tendenciados a seguir a carreira política o que, intensifica mais as relações entre a comunidade por meio de trocas mútuas de favores e ou votos.

Algumas evidências foram destacadas em iniciativas de conscientização ambiental, criação de parques ecológicos e áreas verdes, porém foram por parte de poucos bairros. Projetos sustentáveis ou de mobilidade urbana sustentável precisa muito investimento e planejamento, a cidade de Rondonópolis-MT, não tem contemplado novos meios de transporte público eficiente, ou outros meios, como o investimento em ciclo faixas.

Quanto às dimensões da Agenda 21, percebeu-se várias ações que possam ser encaixadas nas dimensões, porém o poder público não tem se mobilizado para criar a agenda e envolver a comunidade para pensar, discutir, mapear e agir em ações de cunho ambiental, social, econômico, urbano e político, e essa, é uma questão exclusiva de líderes políticos e dos líderes comunitários.

Quanto ao planejamento urbano sustentável falta apoio técnico e abertura de canais de diálogos com os líderes comunitários para atualizar o Plano Diretor do município. O envolvimento da comunidade em ações de atualização do plano diretor poderia partir da Uramb e da Unisal, associações responsáveis pela filiação dos presidentes de bairro, essas, poderiam criar um modelo de Planejamento Urbano com base no Plano Diretor e por meio das assembleias gerais que ocorre uma vez por mês e discutir a implementação do modelo. A partir daí mapear, definir as estratégias e colocar em prática.

Os órgãos públicos, a exemplo, da prefeitura e a câmara municipal, podem abrir um canal direto de comunicação ou fórum de discussão *on line* para captar demandas, críticas e

sugestões para o desenvolvimento de bairros com características sustentáveis. A prefeitura municipal precisa disponibilizar capacitações e treinamentos aos líderes comunitários para que sejam melhor envolvidos no processo de construção e gestão de bairros.

Acredita-se que esse modelo de estudo pode ser replicado em outros públicos a exemplo, de moradores, gestores ligados as secretarias municipais e vereadores. O estudo limitou-se a uma pesquisa exploratória quantitativa e qualitativa, sugere-se estudos com análise documental.

6. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p. 79, maio 1999.

_____ Desregulamentação, contradições espaciais e sustentabilidade urbana. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 107, p. 25–38, 2004.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. Economia Aplicada, v. 4, n.2, p. 1–20, 2000.

ABREU, C. Mulemba A lógica da distinção em Pierre Bourdieu, vista através de uma obra excepcional. **Revista Angolana de Ciências Sociais**, v. 5, n. 10, p. 841–864, 2015. Disponível em:< https://journals.openedition.org/mulemba/2195). Acesso 28.fev.2020.

ABIKO, A. K.; MORAES, O. B. DE. **Texto Técnico Departamento de Engenharia de Construção Civil - Escola Politécnica da USP.** São Paulo - SP, 2009. Disponível em: <http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_00029.pdf>. Acesso em: 04.mai.2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Classificação Territorial urbana**. Disponível em : <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/nova-proposta-de-classificacao-territorial-do-ibge-ve-o-brasil-menos-urbano>. Acesso em: 03.mai.2020.

ARANTES, P. F. Em busca do Urbano - Marxitas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. **CEBRAP**, p. 103–127, mar. 2009.

BASTELAER, C. G.; VAN, T. (EDS.). **Understanding and Measuring Social Capital** Washington, D.C, 2002.

BERGER, R.; NEPUCENO, R. MACEDO, L.O. (2020). Avaliação Da Sustentabilidade Do Munícipio De Rondonópolis/MT, Mediante O Emprego Do Índice De Desenvolvimento Sustentável Para Municípios (IDSM). Disponível em: < https://www.researchgate.net/profile/Luis_Otavio_Macedo>. Acesso em: 20.mai.2020.

BERNARDES, L.; BOSCOLI, M. A. B. Estratégias de urbanismo sustentável para Loteamento Urbano 1. **Encontro Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão.** Presidente Prudente, 19 a 22 de outubro de 2015.

BERNARDY, R. J. O Planejamento Urbano de Pequenos Municípios com Base no Plano Diretor. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, p. 4–34, 2013.

BLISKA, A. **Capital social em comunidades virtuais de aprendizagem**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) 167f. Universidade de São Paulo, 2007.

CASTELLS, M. **A Questao urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 506 p. (Pensamento crítico 48).

BRAGA, N. L.; MACIEL, R. H.; CARVALHO, R. G. DE. Redes Sociais E Capital Social De Catadores Associados. **Psicologia & Sociedade**, v. 30, n. 0, p. 1–9, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____ **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 12 mar. 2018.

Brasil, Ministério do Meio Ambiente – MMA. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global> Acesso em :19 de dez. 2019.

_____. Agenda 21 brasileira. Disponível em: < https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-brasileira.html>. Acesso em: 20. dez. 2019.

_____. Agenda 21 local. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local.html>.Acesso em: 20.dez. 2019.

_____. Zoneamento territorial. Disponível em: https://www.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial

BRASIL AGENDA 2030. **Relatório Luz**. Disponível em: < https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2019/09/relatorio_luz_portugues_19_final_v2_download.pdf> Acesso em: 10.mai.2020.

BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARCARÁ, M. C. M.; BEILFUSS, J.; LOPES, L. C. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DE BAIRROS SUSTENTÁVEIS: O caso do Bairro Cidade Pedra Branca – SC. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 33, p. 1–19, 2017.

CAMPOS FILHO, C. M. **Reinvente seu bairro**: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2010. 222 p. ISBN 9788573262681.

CARAGLIU, A.; DEL BO, C.; NIJKAMP, P. Smart cities in Europe. **Journal of Urban Technology**, v. 18, n. 2, p. 65–82, 2011.

CARBONE, J. T. Bonding social capital and collective action: Associations with residents' perceptions of their neighbourhoods. **Journal of Community and Applied Social Psychology**, n. February, p. 1–16, 2019.

CARBONE, J. T.; MCMILLIN, S. E. Neighborhood collective efficacy and collective action: The role of civic engagement. **Journal of Community Psychology**, v. 47, n. 2, p. 311–326, 2019.

CARPIANO, R. M. Toward a neighborhood resource-based theory of social capital for health: Can Bourdieu and sociology help? **Social Science and Medicine**, v. 62, n. 1, p. 165–175, 2006.

CARVALHO, S. N. DE. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo em Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 130–135, 2001.

CAVALCANTI, C. Uma tentativa de caracterização da economia ecológica. **Ambiente & Sociedade.** v. VII. n.1, p. 149-155, jan-jun, 2004.

CECHIN, A.; VEIGA, J. E. da. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, Peter Herman (org). **Economia do meio ambiente:** teoria e prática. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CERTO, S. C.; PETER, J. P. **Administração estratégica:** planejamento e implantação da estratégia. Trad. Reynaldo Cavalheiro, Ana Maria Roux Cesar. 3. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 5 - ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

CRISTINA, T. et al. Efeitos dos planos diretores na cobertura infraestrutural urbana : o Estado de São Paulo como estudo de caso. **URBE – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, p. 1–13, nov. 2019.

COLEMAN, J. S. Social Capital in the Creation of Human Capital James S . **Coleman The American Journal of Sociology** , Vol . 94 , Supplement : Organizations and Institutions : Sociological and Economic Approaches to the Analysis of Social Structure . (1988), pp . S95-S1. v. 94, n. 1988, 1998.

CONSELHO DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE SUSTENTÁVEL. COUNCIL. (2018). **Vancouver. O Futuro da mobilidade, automatização, política e resultados sustentáveis.** Disponível em: < https://council.vancouver.ca/20180130/documents/rr3presentation.pdf:>. Acesso em: 15 nov. 2019.

DA SILVA, O. A. C.; CÂNDIDO, G. A. A Influência do Capital Social em Projetos de Desenvolvimento Local: Um estudo exploratório em duas comunidades rurais no município de Bananeiras – PB. **Qualit@s Revista Eletrônica**, v. 8, n. 1, p. 2–16, 2009.

DIEHL, Astor A; TATIM, Denise C. **Pesquisa em ciências sócias aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DO NASCIMENTO, P. R. et al. Impacto das agendas sociais – Agenda 21 e cidades saudáveis – nos determinantes sociais de saúde em municípios brasileiros: Medindo os efeitos de políticas sociais difusas por meio dos Objetivos de Desenvolvimento do milênio. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 1–14, 2014.

ENNE, A. L. S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, v. 7, n. 2, p. 264–273, 2004.

FACCIN, K.; MACKE, J.; GENARI, D. **MENSURAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NAS REDES COLABORATIVAS VITIVINÍCOLAS DA SERRA GAÚCHA revistaoes** Salvador, 2013. Disponível em: <www.revistaoes.ufba.br>. Acesso em: 10.set.2019.

FACCIN, K.; MACKE, J.; GENARI, D. **MENSURAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NAS REDES COLABORATIVAS VITIVINÍCOLAS DA SERRA GAÚCHArevistaoes**Salvador, 2013. Disponível em: <www.revistaoes.ufba.br>. Acesso em: 20.nov.2019.

FANTIN, J. T. Projeto Rondon: extensão universitária e Agenda 21 na Amazônia. **Interações (Campo Grande)**, v. 12, n. 1, p. 115–124, 2011.

FARIA, J. H. DE; MENEGHETTI, F. K. Liderança E Organizações. **Revista de Psicologia**, v. 2, n. 2, p. 93–119, 2011.

FARR, D. **Urbanismo sustentável:** desenho urbano com a natureza. Porto Alegre-Rio Grande do Sul: Bookman, 2013.

FIELD, A. P. **Descobrindo a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. xii, 687 p. ISBN 9788536319278.

FERNÁNDEZ-SUÁREZ, B.; CANO-RUIZ, E. Capital social y redes políticas de las asociaciones de inmigrantes en Galicia. **Papers. Revista de Sociologia**, v. 103, n. 4, p. 625, 2018.

FOLETTO, P. R. Mato Grosso: Um estado em Crescimento ou Desenvolvimento. 212f. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS - Porto Alegre - RS, 2018.

GREEN BUILDING BRASIL. GBCBRASIL. (2019). **Compreenda o LEED**. Disponível em: <https://www.gbcbrasil.org.br/certificacao/certificacao-leed/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The Entropy Law and the economic process**. Cambridge-MA: Harvard University Press, 1971.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1995.

HARDYNS, W. et al. Are Collective Efficacy, Disorder and Social Support Associated with One's Quality of Life? Evidence from the Multilevel SWING Study in Belgium. **Applied Research in Quality of Life**, v. 11, n. 3, p. 739–756, 2016.

HESKETH, J. L.; COSTA, M. T. P. M. Construção de um instrumento para medida de satisfação no trabalho. **Revista de Administração de Empresas**, v. 20, n. 3, p. 59–68, 1980.

HIGGINS, S. S.; RIBEIRO, A. C. **Análise de Redes em Ciências Sociais**. 01. ed. Brasil - BR: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 04.mai.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - CIDADES. **Panorama Rondonópolis.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/rondonopolis/panorama>. Acesso em: 04.dez.2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - **Fotografia aérea da cidade de Rondonópolis em 1953**. Disponível em:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/MT25876.jpg>.Acesso em: 04.mai.2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - MUNICÍPIOS. (2019). **Legislação e instrumentos para a gestão**, tabelas (2018). Disponível em:<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=resultados> Acesso em: 15.nov.2019.

IIDA, I. **Planejamento Estratégico Situacional Do Planejamento Tradicional para o EstratégicoProd. [online]**São Paulo - SPv. 3, n. 2, , 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_isoref&pid=S0103-65131993000200004&lng=en&tlng=pt>. Acesso em: 02.mai.2020.

INSTITUTO DE POLÍTICA TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO - ITDP. Padrão de qualidade TODS. Disponível em:<http://itdpbrasil.org.br/wp-content/uploads/2017/12/DU-Padrao-de-Qualidade-DOTS-2017.pdf>. Acesso em: 23.nov.2019.

IVO, A. B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 17–33, 2010.

JABBOUR, C. J. C. Tecnologias ambientais**:** em busca de um significado. **Revista de Administração Pública**, vol. 44, n. 3, p. 591-611, maio. /jun. 2010.

KANASHIRO, M. Da antiga à nova Carta de Atenas - em busca de um paradignma espacial de sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 9, p. 33–37, 2004.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. A estratégia em ação: *balanced scorecard*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 1-231.

KNIESS, C. T. et al. Inovação urbana e recursos humanos para gestão de cidades sustentáveis. **Estudos Avancados**, v. 33, n. 97, p. 119–135, 2019.

LARSON, R.; FARBER, B. Estatística Aplicada. [tradução técnica Cyro Patarra]. 2. ed. - São Paulo: Pearson Hall, 2007.

LIPPMAN, S. A. et al. Development, validation, and performance of a scale to measure community mobilization. **Social Science and Medicine**, v. 157, p. 127–137, 2016.

MAIA, S. M. Questão urbana e lutas sociais. **Emancipacao**, v. 14, n. 2, p. 231–248, 2014.

MACEDO, A. C. A Carta do Novo Urbanismo Norte-americano. **Integração**, v. XIII, n. 48, p. 11–23, 2007.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A.; **Índice de desenvolvimento Sustentável –IDS dos estados brasileiros e dos municípios da Paraíba. João Pessoa: Edições.** SEBRAI, 2008.

MARTINS, M. DE F.; CANDIDO, G. A. Índices De Desenvolvimento Sustentável Para Localidades: Uma Proposta Metodológica De Construção E Análise. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 6, n. 1, p. 3–19, 2012.

_____ 2011. Índices de desenvolvimento sustentável para municípios: uma proposta metodológica de construção e análise. **IN: IX Encontro da sociedade brasileira de economia ecológica**. Brasília– DF.

MAROPO, V. L. B. et al. Sustainable urban planning: A study for the implementation of green infrastructure in Bancários, João Pessoa-PB, Brazil. **Urbe**, v. 11, 2019.

MARTELO, R. M.; SILVA, A. B. DE O. Redes e capital social : o enfoque da informação para o desenvolvimento local. **Ci. Inf., Brasília, v.33, n.3**, p. 41–49, 2004.

MCALLISTER, M.; MOURA, S. Cidade Estratégica e Gestão Empreendedora: uma operação de planejamento, pacto e marketing. **Organizações & Sociedade**, p. 7–29, jun. 1996.

MEDEIROS, B.B. **O rio e a cidade proposta de requalificação do cais de Rondonópolis**. Trabalho de conclusão de cursos da Faculdade Federal de Arquitetura, Urbanismo e Designs de Uberlândia Disponível em:< https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/20891/1/CADERNO%20TCC%20%28B%C3%A1rbara%20B.%20Medeiros%29.pdf>. Acesso em: 04.mai.2020.

MENDES, J. T. O plano agache e o rio de janeiro: propostas para uma cidade jardim-desigual. **Revista Habitus**, v. 10, n. n.2, p. 113–124, 2012.

MENEZES, L. C. A.; JANNUZZI, P. DE M. Planejamento nos Municípios Brasileiros: Um diagnóstico de sua Institucionalização e seu grau de efetividade. **RDE - Revista de desenvolvimento econômico. Ano VII. n.12**, p. 69–76, 2005.

MERTENS, F. et al. Redes sociais, capital social e governança ambiental no Território Portal da Amazônia. **Acta Amazonica**, v. 41, n. 4, p. 481–492, 2011.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local : lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **IV conferência regional ISTR-LAC**, p. 1–30, 2003.

MUSSO, J.; WEARE, C. Social capital and community representation: How multiform networks promote local democracy in Los Angeles. **Urban Studies**, v. 54, n. 11, p. 2521–2539, 2017.

MOBILIZE. (2019). **Estrutura cicloviária do Brasil em (KM).** Disponível em: <http://www.mobilize.org.br/estatisticas/28/estrutura-cicloviaria-em-cidades-do-brasil-km.html?print=s>. Acesso em: 15.nov.2019.

NAHAPIET, J.; GHOSHAL, S. Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. **Academy of Management Review**, v. 23, n. 2, p. 242–266, 1998.

NEIS, D.; PEREIRA, M. F. As Origens Do Campo Da Estratégia: Contribuições De Igor Ansoff E Henry Mintzberg. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 8, n. 2, p. 207, 2015.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. OECD. **Quatro interpretações de capital social**: Uma agenda para medir. disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/5jzbcx010wmt-n.pdf?expires=1583226579&id=id&accname=guest&checksum=4BE30C1FD4427ADC423735F42D4FD283> Acesso em. 10.set.2019.

OLIVEIRA, D.de P. R. de. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em 11.mai.2020.

ORTEGA, A. C.; MATOS, V. A. Território, desenvolvimento endógeno e capital social em Putnam e Bourdieu. **Política & Sociedade**, v. 12, n. 24, p. 35–61, 2013.

PETRI, R, T. Análise da Segregação Socioespecial Urbana em Rondonópolis (MT). A partir dos espaços públicos de Lazer Instalados – 2017. 146f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rondonópolis.

PUTNAM, R.D. **Social Capital: Measurement and ConsequencesKennedy School of Government, Harvard University.**Kennedy School of Government, Harvard University, , 2001.

_____. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. 5ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2006. Dispnível em: < http://humana.social/wp-content/uploads/2017/01/PUTNAM-Robert-1993-Comunidade-e-Democracia-A-Experiência-da-Itália-Moderna.pdf>. Acesso em: 10.set.2019.

POORTINGA, W. Community resilience and health: The role of bonding, bridging, and linking aspects of social capital. **Health and Place**, v. 18, n. 2, p. 286–295, 2012.

RAUD, C. Bourdieu e a nova sociologia econômica. **Tempo Social**, v. 19, n. 2, p. 203–232, 2007.

REZENDE, D. A.; ULTRAMARI, C. Plano diretor e planejamento estratégico municipal: introdução teórico-conceitual. **RAP.** Rio de Janeiro, 41(2):255-71, mar. /abr. 2007.

RICHARDSON, J. Pierre Bourdieu 1986 - The forms of capital. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**, p. 241–258, 1986.

RIVERA, M. et al. The Role of Social Capital in Agricultural and Rural Development:Lessons Learnt from Case Studies in Seven Countries. **Sociologia Ruralis**, v. 59, n. 1, p. 66–91, 2019.

RODRIGUES, A. M. O espaço urbano e as estratégias de planejamento e produção da cidade. In: PEREIRA, Elson Manoel. (Org.). **Planejamento** urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas. Chapecó-Santa Catarina: Argos, 2013.

RONDONÓPOLIS/MT - ATUALIZAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL – Produto 02-A: **Diagnóstico Parcial Leitura Técnica**. Disponível em: < http://www.rondonopolis.mt.gov.br/docs/Plano%20Diretor%20-%20Rondonopolis%20-%20P02A%20-%20Diagnostico%20parcial.pdf>. Acesso em: 20 out 2019.

_____. **História da Cidade de Rondonópolis**. Disponível em:<http://www. rondonopolis.mt.gov.br/cidade/historia/>. Acesso em: 05.mai.2020.

ROMERO, M. A. B. **Frentes do urbano para a construção de indicadores de sustentabilidade intra urbanaParanoá: cadernos de arquitetura e urbanismo**, 2007. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/10522/9264>. Acesso em: 10.mar.2020.

RUFFATO-FERREIRA, V. J. et al. Zoneamento ecológico econômico como ferramenta para a gestão territorial integrada e sustentável no Município do Rio de Janeiro. **Eure**, v. 44, n. 131, p. 239–260, 2018.

RUPP, L. A. et al. Community-Engaged Neighborhood Revitalization and Empowerment: Busy Streets Theory in Action. **American Journal of Community Psychology**, p. 1–17, 2019.

SANFORD, R. S. DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO CORREDOR DE URBANIZAÇÃO DA PRAIA DO FUTURO EM FORTALEZA-CE. Dissertação de Mestrado profissional em Ciências da Cidade, Universidade de Fortaleza, 2018.

SANTOS, J. R. DOS. **Piracicaba 2010 - Realizando o Futuro**Piracicaba-SP, 2009. Disponível em: <pira21.org.br/files/agenda-21-2-edicao.pdf>. Acesso em: 10.jan.2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DUQUE DE CAXIAS, SMEDUQUEDECAXIAS. Agenda 21 local. Disponível em: <http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Forma%C3%A7%C3%A3o%20Continuada/Educa%C3%A7%C3%A3o%20Ambiental/Agenda%2021/construi.pdf>. Acessado em 19 de dezembro de 2019.

SILVA, F. P. et al. Grau de sustentabilidade do município de Rondonópolis de estado de Mato Grosso, a partir do barômetro da sustentabilidade. **Espacios,** v. 37, n. 23, p. 1-16, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/169665>. Acesso: 20.mai.2020.

SILVA, G. J. A. DA; ROMERO, M. A. B. Cidades sustentáveis: uma nova condição urbana a partir de estudos aplicados a Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso, Brasil. **Ambiente Construído**, v. 13, n. 3, p. 253–266, 2013.

SILVA, G.; ROMERO, M. Sustentabilidade urbana aplicada: Análise dos processos de dispersão, densidade e uso e ocupação do solo para a cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, Brasil. **Eure**, v. 41, n. 122, p. 209–237, 2015.

SILVA JÚNIOR, J. R. da., PASSOS, L. A. dos. **O negócio é participar:** a importância do plano diretor para o desenvolvimento municipal. Brasília-Distrito Federal: CNM, SEBRAE, 2006.

SOTTO, D. et al. Sustentabilidade urbana: Dimensões conceituais e instrumentos legais de implementação. **Estudos Avancados**, v. 33, n. 97, p. 61–80, 2019.

SOUZA, M. L. de. **Urbanização e desenvolvimento no Brasil atua**l. São Paulo: Ática, 1996. 87 p. (Série Princípios ; 252). ISBN 85-08-05831-4.

STEIN, P. P. Proposta de intervenção urbana baseada no desenvolvimento orientado pelo transporte sustentável (DOTs): Completo intermodal CEAGESP. **8º CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO E**

SUSTENTÁVEL (PLURIS 2018) Cidades e Territórios - Desenvolvimento, atratividade e novos desafios, n. October, p. 1–12, out. 2018.

STREINER, D. L. Being inconsistent about consistency: when coefficient alpha does and doesn´t matter. **Journal of Personality Assessment**. v. 80, p. 217-222. 2003.

SUBRAMANIAN, S. V.; LOCHNER, K. A.; KAWACHI, I. Neighborhood differences in social capital: A compositional artifact or a contextual construct? **Health and Place**, v. 9, n. 1, p. 33–44, 2003.

VANCOUVER.CA. (2019). Cidade de Vancouver no Canadá. Disponível em: <https://vancouver.ca/streets-transportation/new-mobility.aspx>. Acesso em: 10 nov.2019.

VARGAS, H. C. **Gestão de áreas urbanas deterioradas**. In: PHILIPPI JR., Arlindo (Coord.). Curso de gestão ambiental. Barueri-São Paulo: Manole, 2011.

VIEIRA, R. et al. Participação popular no processo de planejamento urbano: a universidade como "decodificadora" de um sistema de muitos códigos. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 5, n. 480, p. 115–130, 2013.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (Eds.). . **O processo de urbanização no Brasil**. 1. ed. São Paulo - SP: Editora da universidade de São Paulo, 1999. p. 2–76.

_____. Desenvolvimento físico-territorial: dilemas do plano diretor. **Revista Perspectiva**, v. 9, n. 2, p. 237–247, 1995.

_____. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, 2001.

WATANABE, C. B.; SILVA, C. A. da. **Plano diretor**. Curitiba-Paraná: Instituto Federal do Paraná de Educação à Distância, 2013.

WCED. **Report of the World Commission on Environment and Development**: Our common future. Oslo: Unated Nations, 1987. Disponível em: < https://sustainabledevelopment.un.org/milestones/wced> Acesso: em 10.fev.2029.

WESTPHAL, M. F. et al. Práticas democráticas participativas na construção de agendas sociais de desenvolvimento em municípios do sudeste brasileiro. **Ambiente & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 103–128, 2013.

WEISS, M. C. et al. Cidades inteligentes como nova pratica para o gerenciamento dos serviços e infraestrutura urbanos. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 7, n. September, p. 310–324, 2013.

WORLD RESOURCES INSTITUTE - WRI. (2015). **Manual de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte Sustentável.** Embarq. Disponível em: <http://wricidades.org/sites/default/files/DOTS%20Cidades.pdf>. Acesso em:20 nov. 2019.

WORLDBANK. **Capital Social**. Disponível em: < https://www.worldbank.org/en/webarchives/archive?url=http%3A%2F%2Fweb.worldbank.org%2Farchive%2Fwebsite01360%2FWEB%2F0__CON-2.HTM&mdk=23354653>Disponível em: Acesso em: 10 set 2019.

Dados curriculares

Mestre em Gestão e Tecnologia Ambiental, Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT. Administrador de Empresas e Especialista em Agronegócio pela UFRGS, atuou na avaliação e desempenho de colaboradores, avaliando indicadores de venda, receita e despesa. Atuou como consultor na área de Marketing, Gestão de Pessoas e Planejamento Estratégico, para Micro e Pequenas Empresas. Experiência em atividades de docência, cursos de extensão, palestras e capacitação. Desenvolveu atividades com dedicação exclusiva como professor da faculdade Unic - e Anhanguera da cidade de Rondonópolis - MT. Experiência em docência, nas disciplinas de: Logística, Marketing, Teoria Geral da Administração, Planejamento Estratégico, Empreendedorismo, Agronegócio, Gestão da Produção. Comercialização e acompanhamento de produtos de educação, como: palestras, consultorias, eventos, workshop. Desenvolvimento de diagnóstico e execução de treinamento empresarial nas áreas do Comércio e Prestação de Serviços. Desenvolvimento de metas e objetivos, análise de indicadores e demonstrativos de resultados. Mapeamento e segmentação de carteira de clientes, demonstração de produtos, produção de eventos e participação em feiras. Pesquisa de mercado? PDV (Realizações de ponto de Venda). Plano estratégico de marketing, análise de ciclo de vida do produto, gestão da qualidade, e plano de ação. Atuou em empresas como: BANRISUL, Banco do Estado do rio Grande do Sul. UNIBANCO, UNIVERSIDADE DE PASSOFUNDO (UPF), FACULDADE SENAC (Porto Alegre), Universidade Federal do Rio Grande do Sul? UFRGS, (Porto Alegre-RS) SESC (CARAZINHO). SENAI - ROO. UFMT - Faculdade Federal do Mato Grosso.

APÊNDICE I

ROTEIRO ASSERTIVAS ANÁLISE QUANTITATIVA

As perguntas permitem múltiplas escolha: Escala Likert 5 pontos.

1. Nunca 2. Raramente 3. Às vezes 4. Frequentemente 5. Muito Frequente

Dados demográficos:

1. Nome Completo?
2. Data atual?
3. Em qual das Associações de bairro o Senhor/ Senhora está filiado?

   URAMB:

   UNISAL:
4. Estado Civil?
5. Qual a sua escolaridade?
6. Gênero:
7. Qual é sua principal ocupação profissional?
8. Aproximadamente qual a sua renda familiar?
9. Qual o bairro que o Senhor/Senhora atua como presidente?
10. O Senhor/Senhora reside no bairro em que atua como presidente?

CAPITAL SOCIAL: ENGAJAMENTO CÍVICO

11. Com que frequência o Senhor/Senhora indica membros da família para se filiar em alguma associação de bairro?
12. Com que frequência o Senhor/Senhora conversa com os vizinhos e moradores da comunidade para discutir melhorias no bairro?
13. Com que frequência o Senhor/Senhora se encontra com empresários para discutir sobre problemas e soluções da sua comunidade?
14. Com que frequência a representação do poder público de Rondonópolis é confiável?
15. Com que frequência o Senhor/Senhora participa de reuniões na Câmara de Vereadores para discutir sobre problemas de infraestrutura do seu bairro?
16. Com que frequência o Senhor/ Senhora é chamado pelo poder público para reuniões de comunidade em que se discute problemas e soluções para o bairro?
17. Com que frequência o Senhor/ Senhora encaminha ofícios para secretaria do meio ambiente (SEMA) para resolver problemas com queimadas, desmatamento e poluição de áreas nativas?

18. Com que frequência o Senhor/ Senhora é chamado pela prefeitura para reuniões de comunidade em que se discute problemas e soluções para o bairro?

CAPITAL INTELECTUAL

19. Com que frequência a associação comunitária que o Senhor/Senhora preside utiliza de um espaço multiuso com estímulo a (cultura, lazer, empreendedorismo, formação profissional)?
20. Com que frequência a associação que o Senhor/Senhora preside promove oficinas ligadas ao empreendedorismo e geração de renda local?
21. Com que frequência a associação comunitária que o Senhor/Senhora preside disponibiliza acesso a internet gratuita para comunidade local?
22. Com que frequência a associação que o Senhor/Senhora preside promove cursos de formação e ou palestra para a comunidade?
23. Com que frequência a sua associação promove projetos culturais, sociais e ambientais?
24. Com que frequência o Senhor/Senhora participa de formação que tenha a ver com seu cargo de presidente?

EFICÁCIA COLETIVA: LIDERANÇA

25. Com que frequência o Senhor/Senhora como líder comunitário consegue representar as opiniões da comunidade?
26. Com que frequência os líderes políticos representam suas opiniões na solução de problemas da comunidade?
27. Com que frequência outros líderes comunitários têm disponibilizado apoio para resolver problemas de sua comunidade?
28. Com que frequência o Senhor/Senhora líder desta comunidade compartilha as decisões tomadas em assembleias gerais?
29. Com que frequência as pessoas na comunidade atuam como líderes?

COESÃO SOCIAL

30. Com que frequências as pessoas desta comunidade atuam de maneira confiável?
31. Há conexão entre os moradores e o gestor de bairro quanto a vontade de ajudar um ao outro na solução de problemas?
32. Com que frequências as pessoas da comunidade estão abertas para ouvir opiniões diferentes sobre problemas e soluções para o bairro?

33. Com que frequência há cooperação entre as pessoas da comunidade para resolver problemas do bairro?
34. Com que frequência as pessoas da comunidade só falam de problemas, mas não tentam resolver?
35. Com que frequência os moradores conseguem trazer soluções para ajudar na solução dos problemas do bairro?
36. Com que frequência há demonstrações de união entre a comunidade do bairro?
37. Com que frequência as pessoas do bairro se dão bem umas com as outras?

CONTROLE SOCIAL

38. Com que frequência as pessoas da sua comunidade buscam alternativas para resolver os problemas do bairro?
39. Com que frequência os moradores do bairro intervêm contra problemas de venda e uso de drogas ilícitas e prostituição?
40. Com que frequência os moradores do bairro intervêm contra problemas ambientais tais como, água servida, poluição de áreas nativas, lixo urbano e queimadas?
41. Com que frequência a associação de bairro intervém para ajudar famílias que não têm alimento suficiente?
42. Com que frequência os membros da comunidade intervêm contra práticas de vandalismo realizadas por jovens/adolescentes?
43. Com que frequência os membros da comunidade intervêm contra crianças saindo para rua em horário escolar?
44. Com que frequência o Senhor/Senhora faz alguma intervenção em relação a violência local no seu bairro?
45. Com que frequência a associação faz avaliação as obras executadas pela Secretaria de Infraestrutura nesta comunidade?

AÇÕES COLETIVAS

46. Com que frequência os moradores locais participam das discussões dos problemas de infraestrutura do bairro junto a associação comunitária?
47. Com que frequência o poder público trata de problemas como excesso de poeira, erosão e falta de pavimentação na sua comunidade?
48. Com que frequência seu bairro apresenta boa aparência, iluminação adequada e espaço adequado para prática de esportes e lazer?
49. Com que frequência as soluções trazidas pela secretaria de infraestrutura são eficazes?

50. Com que frequência a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) atua na sua comunidade?
51. Com que frequência as respostas dos ofícios encaminhados para solução de problemas de infraestrutura aos Órgãos municipais competentes são rápidas?
52. Com que frequência o Senhor/ Senhora encaminha ofícios para secretaria do meio ambiente (SEMA) com solicitação de serviços?
53. Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura para solicitar melhorias na infraestrutura do bairro?
54. Com que frequência o Senhor/ Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura solicitando melhorias na pavimentação das ruas da comunidade?
55. Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria do meio ambiente (SEMA), para resolver problemas com depósito de lixo urbano em locais inadequados?
56. Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura do Município para resolver problemas de iluminação pública?
57. Com que frequência o Senhor/Senhora encaminha ofícios para secretaria de infraestrutura para resolver problemas de saneamento básico na comunidade?
58. Com que frequência a comunidade trabalha em conjunto para resolver problemas de cunho ambiental?

ORGANIZAÇÕES E REDES

59. Com que frequência as organizações públicas e privadas ou grupos de pessoas ajudam a melhorar a infraestrutura do bairro?
60. Com que frequência os grupos religiosos atuam voluntariamente na sua comunidade?
61. Com que frequência a associação desta comunidade realiza projetos com a Universidade Federal de Rondonópolis?
62. Com que frequência a associação que o Senhor/Senhora preside realiza projetos com organizações do sistema S, a exemplo, do SENAR, SENAI, SESI, SENAC, SEBRAE?

PERGUNTAS ABERTAS.

63. Quais são as pessoas que mais contribuem para o desenvolvimento da sua comunidade?
64. Da classe política, quem tem mais contribuído para o desenvolvimento da sua comunidade?
65. Quais são as organizações públicas ou privadas que colaboram no desenvolvimento da sua comunidade?
66. Para o senhor, a senhora quais seriam os bairros referência da cidade de Rondonópolis?

67. Poderia indicar que presidentes de bairros seriam referência na cidade de Rondonópolis?

68. Como o seu bairro poderia se tornar uma referência para a cidade de Rondonópolis?

APÊNDICE II

MODELO ROTEIRO ENTREVISTA QUALITATIVA

Temática 1 - Planejamento Estratégico Urbano e Bairros sustentáveis Como Planejar

1. Poderia me falar como o senhor, Senhora atua na presidência do bairro.

2.Como o senhor, Senhora consegue apoio para atender as demandas do seu bairro?

3. O senhor, Senhora poderia me falar que ações o bairro tem desenvolvido para melhorar suas condições?

4. Como o Senhor, Senhora avalia estas ações para o desenvolvimento do bairro?

5. Se o Senhor, Senhora tivesse que indicar as principais ações desenvolvidas nos últimos meses no seu bairro, quais seriam as mais importantes?

6. Como o Senhor, Senhora, tem pensado sobre mobilidade urbana, problemas com engarrafamentos, diminuição de carros nas ruas e avenidas, priorização de calçadas para estimular as pessoas andarem a pé, construções de ciclovias.

7. Referente aos instrumentos de Gestão, Plano Diretor, LDO, LOA, como é sua participação no Planejamento e a utilização destes instrumentos de gestão?

8. Quanto aos serviços de transporte público oferecido pela cidade de Rondonópolis, qual é sua avaliação? Poderia dar algumas sugestões de melhoria?

9. Há uma preocupação em criar espaços verdes, parques ecológicos e ou construções sustentáveis que tem como prioridade o desperdício de água, a coleta de lixo seletiva, e a utilização de outras fontes energéticas renováveis, a exemplo, de energia solar?

10. De que maneira esta comunidade proporciona espaços de boa convivência e estímulo a qualidade de vida, poderia descrever como são estes espaços?

Temática 2 – Agenda 21

1. O que o senhor poderia indicar como ações que envolvam **questões sociais, econômicas, urbana e política** no seu bairro?

2. Especificamente em termos **ambientais**, que ações o bairro do senhor tem realizado?

3. Há outras ações sendo planejadas, quais?

4. Como o senhor consegue apoio para executar estas ações?

5. Que dificuldades o senhor percebe na implementação destas ações?

6. Como a sua comunidade participa destas ações?

7. Como é o processo de decisão de quais ações priorizar?

8. Como o seu bairro consegue apoio na realização dessas ações?

Temática 3 - Apropriação de Capital Social: Estrutura Social e Redes;

1. Quem mais apoia a adoção de ações de melhoria no seu bairro?

2. Quem não tem apoiado essas ações?

3. Com quem o senhor tem contato sobre ações de melhorias nos bairros de Rondonópolis?

4. Como tem sido a atuação junto à Associação de bairros?

5. Como o senhor descreveria os relacionamentos construídos com outras partes para a desenvolvimento dos bairros?

6. Como o senhor vê a contribuição da prefeitura no desenvolvimento dos bairros de Rondonópolis?

6. Como o senhor vê a contribuição da Câmara Municipal no desenvolvimento dos bairros de Rondonópolis?

8. Que políticos o senhor considera que mais apoia o desenvolvimento do seu bairro?

9. Quais bairros o senhor considera como referência aqui na cidade?

10. Por que eles são referência?

11. Como o bairro do senhor poderia se tornar uma referência?